

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

**O INFANTE D. PEDRO E AS ALIANÇAS EXTERNAS DE PORTUGAL
(1425-1449)**

NITERÓI
2012

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

**O INFANTE D. PEDRO E AS ALIANÇAS EXTERNAS DE PORTUGAL
(1425-1449)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Medieval. Eixo cronológico e temático: Baixa Idade Média – Poder e Sociedade

Orientador: Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes

NITERÓI
2012

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

**O INFANTE D. PEDRO E AS ALIANÇAS EXTERNAS DE PORTUGAL
(1425-1449)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História Medieval. Eixo cronológico e temático: Baixa Idade Média – Poder e Sociedade.

_____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Francisco José Silva Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

NITERÓI
2012

Àquela com quem eu decidi compartilhar a longa viagem da vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Luciano Xavier de Lima e Francisca Lúcia Bezerra Mota, pelo apoio incondicional mesmo quando a causa não estava plenamente compreendida.

À Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes, pelos anos de orientação, ensino, estímulo, apoio, e amizade.

Aos meus sogros, João Soares Lima e Maria Thereza Gagno, que possibilitaram a realização de um sonho que foi capaz de impulsionar esta pesquisa.

Aos amigos de sempre, Douglas Silva, Gerson Stumbo, José Ricardo e Rafael Peres, que mesmo enfrentando os desencontros da vida, não deixaram de oferecer o apoio tão necessário para a construção dessa pesquisa.

Aos amigos da Universidade Federal Fluminense e aos pesquisadores do *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*, pelo carinho, apoio, e momentos de discussão. Agradeço especialmente às companheiras Mariana Bonat Trevisan e Viviane Azevedo de Jesuz que nesses dois anos estiveram ao meu lado permitindo que todas as dificuldades fossem superadas sem tantos pesares.

Aos demais amigos, do meio acadêmico ou não, que nesse período não deixaram de oferecer incentivos para que a pesquisa fosse ampliada e concluída. Faço uma menção especial aos professores Júlia Mattos, Luciana Souza, Renata Melo, e Renan Birro pelo auxílio com traduções e revisões textuais.

A toda equipe do ISEM, desde a direção até os responsáveis pela limpeza, por tornarem esses anos tão agradáveis.

A todos os professores com quem convivi e de quem tive o privilégio de ser aluno nesses anos de mestrado.

Aos funcionários do PPGH-UFF, que sempre me receberam com carinho e palavras de incentivo.

Aos meus queridos alunos que possibilitaram aspectos tão importantes para a minha formação, e me inspiram cada vez mais, a avançar em novos estudos.

Ao CNPq que financiou o presente trabalho, permitindo a plena dedicação às atividades de pesquisa.

EPÍGRAFE

*Cá se me apresenta ante a imagem do entender, como o verdadeiro e
leal amor é mais forte cousa daquelas que a natureza em este
mundo juntou.*

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta.*

RESUMO

Estuda-se o papel do infante D. Pedro na construção e na consolidação das alianças externas de Portugal na primeira metade do século XV. Analisa-se a viagem do Infante pela Cristandade (1425-1428), entendendo-a como um instrumento paradigmático das relações diplomáticas no medievo. O limite cronológico da pesquisa é a batalha de Alfarrobeira, acontecimento que gerou um abalo nas alianças externas do reino, exatamente porque afetou uma dos pilares de tais relações, o ilustre D. Pedro. Através do estudo de um amplo *corpus* documental, objetiva-se demonstrar a importância dos vínculos pessoais e das solidariedades de linhagem para a estruturação das alianças externas dos poderes da baixa Idade Média, e ainda evidenciar a ação do Infante na afirmação da dinastia de Avis.

Palavras-chave: Portugal – Dinastia de Avis – Infante D. Pedro – Diplomacia – Alianças Externas

ABSTRACT

I studied the role of infant D. Pedro in the construction and consolidation of Portugal external alliances in the first half of XV century. I analyzed the travel of Infant by Christendom (1425-1428), understanding this mission as a paradigmatic tool in Middle Ages diplomatic relations. The chronological limit of the research is the *Battle of Alfarrobeira*, fact that shocked the external alliances of the kingdom because affected one of the axis of this relations, i.e., the illustrious D. Pedro. By studying a broad documental *corpus*, I intended show the importance of personal bonds and of lineage solidarity for the structuration of external alliances in Late Middle Ages. I proposed yet to evidence the action of Infant in the affirmation of Avis dynasty.

Keywords: Portugal – Dynasty of Avis – Infant D. Pedro – Diplomacy – External alliances.

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	p.11
Lista de Tabelas	p.12
Lista de Quadros e Gráficos	p.13
Introdução	p.15
Capítulo 1. A ‘GÊNESE DO ESTADO MODERNO’ E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO MEDIEVO	p.25
1.1. A renovação da História Política	p.25
1.1.1. Os caminhos da História Política renovada da Idade Média	p.27
1.2. A questão do Estado na Baixa Idade Média	p.31
1.3. As Relações Diplomáticas no medievo	p.46
1.3.1. As bases conceituais das Relações Internacionais	p.46
1.3.2. As Relações Diplomáticas entre os medievalistas	p.50
Capítulo 2. AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL (1385-1448)	p.59
2.1. O quadro diplomático da dinastia de Avis	p.60
2.1.1. Os anos iniciais	p.60
2.1.2. A formação e a consolidação das alianças externas	p.68
2.1.2.1. A geopolítica ibérica: o difícil equilíbrio peninsular	p.76
2.1.2.2. As relações com a Santa Sé	p.82
2.2. Conclusão: A ‘dubiedade’ da política externa portuguesa	p.88
Capítulo 3. DIPLOMACIA E PARENTESCO	p.93
3.1. A aliança inglesa.	p.94
3.2. À volta do casamento dos Ínclitos Infantes	p.97
3.3. Conclusão.	p.117
Capítulo 4. A VIAGEM DE D. PEDRO: UM INSTRUMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL	p.120
4.1. O infante D. Pedro e sua viagem pela Cristandade perante a historiografia.	p.121
4.1.1. As motivações para a viagem	p.130
4.2. A viagem do infante D. Pedro	p.152
4.2.1. As escalas da viagem	p.152
4.2.1.1. O norte e o centro europeu	p.153
4.2.1.2. A Península Itálica	p.170

4.2.1.3. O retorno: a passagem pela Península Ibérica	p.179
4.2.1.3.1. Em torno do casamento de D. Pedro e da aliança com Aragão	p.185
4.3. Conclusão: Um balanço da viagem	p.194
Capítulo 5. ALFARROBEIRA E AS ALIANÇAS EXTERNAS DE PORTUGAL	p.197
5.1. Da Regência à Alfarrobeira	p.197
5.1.1. O início da Regência de D. Pedro (1438-1439)	p.197
5.1.2. As relações ibéricas durante a Regência de D. Pedro	p.205
5.1.3. Alfarrobeira	p.211
5.2. As relações diplomáticas de Portugal após a batalha de Alfarrobeira.	p.214
5.3. Conclusão: As relações diplomáticas do reinado de D. Afonso V	p.219
6. CONCLUSÃO	p.223
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.228
7.1. Fontes	p.228
7.2. Obras de referência	p.230
7.3. Obras citadas	p.230
7.4. Obras consultadas	p.249
8. ANEXOS	p.254
8.1. Brasão do Infante D. Pedro	p.254
8.2. Localização e extensão das terras do ducado de Coimbra.	p.255
8.3. Mapa circular de Fra. Mauro.	p.256
8.4. Rotas portuguesas no mediterrâneo.	p.257
8.5. Capa da edição de Sevilha do <i>Libro del Infante Don Pedro de Portugal</i> .	p.258
8.6. Linhagem de D. Filipa.	p.259
8.7. As Casas de Aragão e Urgel.	p.260
8.8. Os Infantes de Aragão.	p.261
8.9. Casas reinantes de Castela e Aragão e suas relações com Portugal.	p.262
8.10. Doações e privilégios recebidos por D. Pedro (1408-1425).	p.263
8.11. Cronologia da viagem de D. Pedro (1425-1428).	p.265

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TÍTULO	REFERÊNCIA	PÁGINA
Figura 1. Principais regiões exportadoras de têxteis para Portugal.	MARQUES, A. H. de Oliveira. <i>Portugal nas crises dos séculos XIV e XV</i> . Lisboa: Presença, 1987. p. 160-161	p.69
Figura 2. O ducado da Borgonha.	SCHNERB, Bertrand. <i>L'État bourguignon.(1363-1477)</i> . Paris: Editions Perrin, 2005. p. 17	p.74
Figura 3. A presença portuguesa no Mediterrâneo Ocidental e Central no século XV.	BARATA, Filipe Themudo. <i>Navegação, Comércio e Relações Políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)</i> . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d. p. 202	p.81
Figura 4. Relações diplomáticas de Portugal no século XV.	MARQUES, A. H. de Oliveira. <i>Portugal nas crises dos séculos XIV e XV</i> . Lisboa: Presença, 1987. p. 325	p.92
Figura 5. A viagem do infante D. Pedro.	MARQUES, A. H. de Oliveira. <i>Portugal nas crises dos séculos XIV e XV</i> . Lisboa: Presença, 1987. p. 85	p.99
Figura 6. Senhorios de D. Henrique (1), e D. Pedro (2).	MARQUES, A. H. de Oliveira. <i>Portugal nas crises dos séculos XIV e XV</i> . Lisboa: Presença, 1987. p. 87	p.144
Figura 7. A viagem do infante D. Pedro.	MARQUES, A. H. de Oliveira. <i>Portugal nas crises dos séculos XIV e XV</i> . Lisboa: Presença, 1987. p. 547	p.153
Figura 8. Os filhos de John de Gaunt.	ROGERS, Francis M. <i>The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal</i> . Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1961. p. 33	p.155
Figura 9. Brasão do Infante D. Pedro.	SEIXAS, Miguel B. A. Metelo de. <i>As armas do Infante D. Pedro e de seus filhos</i> . Desenhos de José Colaço. Lisboa: Universidade Lusíada, 1994. p. 47	p.254
Figura 10. Localização e extensão das terras do ducado de Coimbra.	MARQUES, Alfredo Pinheiro. <i>A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses</i> . Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar, 1994. p. 83	p.255
Figura 11. O célebre mapa circular de Fra Mauro.	MARQUES, Alfredo Pinheiro. <i>A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses</i> .	p.256

- Figura 12. Rotas portuguesas no mediterrâneo, século XV.** Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar, 1994. p. 150
BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, Comércio e Relações Políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d. p. 480 **p.257**
- Figura 13. Capa da edição de Sevilha de 1515.** LASMARÍAS, Elena Sánchez. Edición del *Libro del Infante don Pedro de Portugal*, de Gómez de Santisteban. In: *Memorabilia*, nº 11, 2008, p.3. **p.258**

LISTA DE TABELAS

TÍTULO	REFERÊNCIA	PÁGINA
Tabela 1. Idades segundo J. C. Russell (500-1500).	RUSSELL, J. C. Population in Europe, 500-1500. In: CIPOLLA, Carlo M (ed.). <i>The Fontana Economic History of Europe</i> . vol. I, <i>The Middle Ages</i> . Collins-Fontana Books, 1978, p.42. <i>apud</i> : MARQUES, A. H. de Oliveira. <i>Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem</i> , p.22	p.186
Tabela 2. As idades segundo D. Duarte.	SOUSA, Armindo de. Condicionamentos básicos. In: MATTOSO, José (coord.) <i>A Monarquia Feudal</i> . História de Portugal, Vol. II, direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1993, p.358.	p.186
Tabela 3. Idades e médias de vida (1300-1500).	SOUSA, Armindo de. Condicionamentos básicos. In: MATTOSO, José (coord.) <i>A Monarquia Feudal</i> . História de Portugal, Vol. II, direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1993, p.359	p.187
Tabela 4. Doações e privilégios recebidos por D. Pedro (1408-1425).	-	p.263
Tabela 5. Cronologia da Viagem do Infante D. Pedro (1425-1428).	-	p.265

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

TÍTULO	REFERÊNCIA	PÁGINA
Quadro 1. Política Matrimonial de D. João I.	-	p.115
Quadro 2. Linhagem de D. Filipa.	Adaptado de COELHO, Maria Helena da Cruz. <i>D. João I (1357-1433)</i> . Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008, p.150.	p.259
Quadro 3. As Casas de Aragão e de Urgel.	Adaptado de ROGERS, Francis M. <i>The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal</i> . Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1961. p. 36	p.260
Quadro 4. Os infantes de Aragão.	Adaptado de DUARTE, Luis Miguel. <i>D. Duarte. (1391-1438)</i> . Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2007, p.138.	p.261
Quadro 5. Casas Reinantes de Castela e Aragão e suas ligações com Portugal.	Adaptado de GOMES, Saul Antonio. <i>D. Afonso V.</i> Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009, p.411.	p.262
Gráfico 1. Frequência da atividade mercantil portuguesa em Inglaterra (1319-1420)	FARIA, Tiago Viúla de & MIRANDA, Flávio. “Pur Bone Alliance et Amiste Faire”. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. In: <i>CEM, Cultura, Espaço e Memória</i> . Porto: Universidade do Porto, n.º 1, 2010, p.121.	p.72

INTRODUÇÃO

Era o ano 1449 da encarnação, e aos vinte dias do mês de Maio, após duas semanas de movimentações militares, acuado pelas tropas do rei D. Afonso V, o ilustre infante D. Pedro padeceu nos arredores de Alfarrobeira morto por uma seta “*que lhe atravessou o coração*”. Aos 57 anos o Infante¹, um dos principais nobres de Portugal – Duque de Coimbra –, acabara de se afastar da regência, posição que ocupou, firmemente, durante quase uma década, sendo um príncipe conhecido e reconhecido na Cristandade. Filho do fundador da dinastia de Avis, estivera na conquista de Ceuta, viajara por diversos reinos, além de promover traduções, redigir livros e aconselhar, constantemente, o irmão e rei D. Duarte. A morte, aviltosa e precoce, se por um lado fortaleceu internamente a posição do jovem rei D. Afonso V, reverberou negativamente no âmbito externo.

Eis o ‘ponto de partida’ e o limite cronológico desta dissertação. D. Pedro padeceu em Alfarrobeira e este acontecimento gerou diversas críticas contra o rei português, produzindo, inclusive, um abalo das relações diplomáticas do reino. Por que tal fato aconteceu? Qual a relação entre Alfarrobeira e as alianças externas de Portugal? Perguntas matrizes e norteadoras, já alcançariam algumas respostas através da análise da figura do Infante, e este caminho foi trilhado.

Avançando em ‘pistas’ possibilitadas por pesquisas anteriores, a viagem de D. Pedro, realizada entre 1425 e 1428, apareceu como um tema a ser investigado a fundo, recorrendo-se às fontes disponíveis e à bibliografia direta e indiretamente ligada à mesma. Ao analisar tal deslocamento, percebeu-se que as relações diplomáticas de Portugal na primeira metade do século XV atravessavam-na, e, desta forma, uma hipótese apareceu desde o início da pesquisa: a viagem foi um instrumento de consolidação e construção das alianças externas portuguesas.

¹ Na tentativa de evitar repetições, ao longo do presente estudo D. Pedro será mencionado como Infante, a fim de distingui-lo dos demais infantes de Avis, e ainda será citado como Duque de Coimbra. Destaca-se, desde já, que os Infantes de Aragão serão mencionados sempre com a inicial maiúscula, e nas ocasiões que ‘Infantes’ aparecer no plural, remete-se aos infantes aragoneses e não os íncritos infantes de Avis, mencionados no texto com iniciais minúsculas.

Todavia, por mais que a proposição se apresentasse plausível, sendo suficiente para consumir o prazo de elaboração do presente estudo – dois anos –, ela não esgotava o problema. Oferecia apenas respostas parciais, possibilitando ainda novas hipóteses. Refletir acerca de Alfarrobeira abriu outros horizontes de pesquisa. Percebeu-se, inicialmente, que o desfecho da batalha indicava que a personagem de D. Pedro tinha um relevante papel para as relações diplomáticas de Portugal, importância capaz de gerar problemas externos. A partir desta dedução, e na tentativa de desvendar os porquês das conseqüências de Alfarrobeira, retornou-se para o tema da viagem. Esta teve sua problematização ampliada, mostrando-se como momento fulcral em que o Infante pôde forjar pessoalmente as alianças externas do reino. Seguindo esta mesma trilha de investigação, chegou-se a uma nova hipótese: as relações diplomáticas tardo-medievais constituíam-se através de elementos diversos, sendo um dos principais, as relações pessoais. A viagem passou, assim, a ser caracterizada como um exemplo paradigmático dos instrumentos de construção e consolidação das alianças entre os reinos no medievo.

Dito isso, cabe expor alguns elementos gerais que estruturam esta pesquisa. O primeiro é o próprio D. Pedro. O Infante nasceu em 09 de Dezembro de 1392, sendo mais novo que D. Duarte e mais velho que D. Henrique. Teve uma educação diferenciada, a qual lhe permitiu escrever e traduzir obras, além de atuar freqüentemente na condução da política portuguesa na primeira metade do século XV, tanto através de conselhos, da participação militar nas campanhas de Ceuta e nas movimentações internas contra Castela, quanto em ações ‘administrativas’ – como a organização das Ordenações Afonsinas. No entanto, convém esclarecer que por mais que em alguns momentos desta dissertação se aborde dados biográficos acerca da personagem – especialmente no capítulo 4 – o foco de análise se restringirá aos elementos diretamente relacionados à viagem e às reverberações de Alfarrobeira. Desta forma, outros aspectos relevantes da vida de D. Pedro serão deixados de lado, visto que muitos destes já se encontram abordados em estudos de grande qualidade².

² Dito isso, nos contentaremos em indicar algumas obras que permitirão aos interessados aprofundar os conhecimentos relativos à atuação de D. Pedro de forma mais global: ABREU, Miriam Cabral Nocchi. *O Livro da Virtuosa Benfeitoria: um espelho das boas obras do Rei. A concepção de realza e sociedade na obra de D. Pedro (1392-1449)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1997; *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993; MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar, 1994; *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva, 1996; MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979; *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos*. Porto: Universidade Portucalense, 1997; SÁ, Artur Moreira de. *A “Carta de Bruges” do Infante D. Pedro*. Separata de *Biblos*, Vol. XXVIII, Coimbra, [s.n.], 1952; Alguns documentos referentes ao Infante D. Pedro. In: *Revista da*

As alianças externas, termo presente ao lado de D. Pedro no título deste trabalho, aparecem como o outro tema central. Objeto de estudo antigo na historiografia, e marcado pelas características mais tradicionais da história factual, tem nas últimas décadas recebido a atenção dos especialistas vinculados ao processo de renovação da história política, movimento que se dá singularmente entre os medievalistas. Muitas ainda são as dificuldades para se tratar da diplomacia no medievo, não obstante, o fato é que os poderes do período se utilizaram desse instrumento frequentemente, sendo as alianças externas um elemento de particular importância para a afirmação frente aos demais poderes.

Entendendo que a diplomacia medieval relacionava poderes que não necessariamente eram os poderes das dinastias reais, ou seja, que a diplomacia praticada no medievo articulava outros poderes além dos Estados – os quais ainda não podem ser definidos como nações –, procurou-se analisar um exemplo paradigmático das formas variadas de articulação, aproximação e negociação entre tais poderes, a viagem de D. Pedro. Acrescenta-se que não foi viável no presente estudo avançar em uma caracterização mais aprofundada das práticas diplomáticas da baixa idade média, e nem mesmo oferecer um levantamento exaustivo das formas e agentes da diplomacia portuguesa. Tais problemas esgotariam completamente o prazo de realização desta pesquisa e, assim, foram deixados para trabalhos futuros.

Dito isso, é interessante fazer um breve panorama do contexto da pesquisa. Escolhido ‘regedor e defensor do reino’ em Dezembro de 1383, o Mestre de Avis, filho ilegítimo do rei D. Pedro I, foi eleito nas Cortes de Coimbra (1385) rei de Portugal. Este processo da história portuguesa é conhecido como Revolução de Avis, e surge, entre outros aspectos, como desfecho do insucesso diplomático do falecido rei D. Fernando, pois ao casar sua única filha com o rei de Castela, possibilitou que o reino vizinho pleiteasse o trono lusitano. Frente a tais pretensões, grupos portugueses, apoiados pela nobreza secundogênita e pelos setores urbanos, sob a liderança do Mestre alcançaram uma significativa vitória na épica batalha de Aljubarrota, e através dessa, fundou-se uma nova dinastia, a dinastia de Avis.

Contudo, o sucesso militar alcançado não purgou a alcunha de ilegitimidade, nem solucionou instantaneamente os problemas enfrentados internamente. Desta forma, a ascensão de D. João I iniciou um processo de busca de afirmação e legitimação dinástica, o qual se estruturou dentro e fora do reino. Em vista dos inúmeros acúmulos acerca da afirmação interna, o foco da pesquisa será verticalizado para tal processo perante os poderes fora do

reino. Alvo de interesse destacado nos demais poderes da Cristandade e especialmente articulada ao desenvolvimento das estruturas políticas marcantes da gênese do Estado moderno, a diplomacia teve um papel proeminente nesta estruturação da dinastia de Avis. Com esta preocupação, a política avisina utilizou-se de arautos, embaixadores e dos infantes, e estes, sejam por casamentos, sejam por viagens, constituíram uma ampla rede de contatos para a dinastia recém chegada ao poder.

É nesse contexto que se insere a viagem do infante D. Pedro pela Cristandade (1425-1428). O percurso traçado por tal deslocamento envolveu o quadro diplomático avisino do período, acessando as redes de parentesco pré-existentes, e outras que anos depois foram estabelecidas; possibilitou a criação de novas relações, estabelecendo vínculos políticos com o Império, o Papado, e os demais centros políticos em que passou – e ao assumir casamento com a filha do duque de Urgel, D. Isabel de Aragão, ampliou os laços de Portugal com este reino.

A análise da viagem ocupa um papel central nesta pesquisa, pois através da observação do deslocamento será possível refletir acerca dos anos posteriores, mormente, os anos da regência do próprio D. Pedro (1438-1448) e da batalha de Alfarrobeira. Após quase uma década à frente do reino, período marcado por intervenções nas guerras civis castelhanas – movidas, em grande parte, pelos Infantes de Aragão –, e por problemas econômicos e políticos dentro de Portugal, o Infante viu-se afastado para suas terras de Coimbra, e em menos de um ano já se encontrava em conflito com o monarca D. Afonso V.

Com a batalha de Alfarrobeira, o ilustre viajante avisino sofreu, e tal acontecimento refletiu nas alianças externas do reino. Assim como D. Pedro tinha contribuído para construção dos vínculos diplomáticos de Portugal e, principalmente, para a imagem externa da dinastia reinante, o seu falecimento em 1449 trouxe desonra para a monarquia, além de críticas contundentes enviadas da Borgonha e do papado. Alfarrobeira, uma batalha que foi reflexo de uma disputa interna, expressa, dessa maneira, o peso das relações familiares e pessoais para as relações diplomáticas do reino.

*

Feito essa síntese do contexto em que se insere a dissertação, avança-se para a exposição do processo de produção do material textual. Nesse sentido, faz-se mister destacar o longo vínculo com os pesquisadores do *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*, grupo que há algumas décadas vêm investigando os mecanismos de afirmação e

consolidação do poder régio avisino, além de ressaltar o contato com a historiadora Vânia Leite Fróes, coordenadora do laboratório e orientadora desta pesquisa. Não obstante, convém mencionar que o acesso à boa parte do acervo deu-se no Real Gabinete Português de Leitura localizado no Rio de Janeiro, mas que mesmo contando com esse centro de estudos, foi fundamental para o desenvolvimento da presente pesquisa a visita às bibliotecas da Universidade de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa no mês de Março de 2011. Nesta curta estadia em Portugal conseguiu-se levantar uma série de obras não encontradas nas bibliotecas do centro-sul brasileiro, principalmente no que tange a artigos especializados sobre as relações diplomáticas na baixa idade média e a viagem do infante D. Pedro³.

Para a construção desse material foi também importante a presença nos cursos proferidos pelos professores Dr.^a Gladys Ribeiro, Dr. Mario Bastos, Dr.^a Mariza Peirano, Dr. Moacir Palmeira, e Dr.^a Vânia Fróes. Ao longo desses dois anos de mestrado, o contato com tais pesquisadores permitiu que a presente investigação avançasse para o estudo: das relações diplomáticas no âmbito da história política renovada; da questão do Estado no medievo; do papel dos vínculos pessoais e das relações de parentesco para as estruturas estatais; e do processo da regência em Portugal. Por fim, acrescenta-se a contribuição significativa oferecida pelos professores Dr. Francisco Gomes (UFRJ) e Dr. Paulo Parente (UNIRIO), que acompanhando o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, proporcionaram discussões, problematizações, e aportes para a redação final da dissertação.

No que tange o *corpus* documental analisado, o principal conjunto de fontes é a *Monumenta Henricina*⁴. Trata-se de uma vastíssima coletânea, elaborada a partir da formação da Comissão Nacional das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique (1954), que reuniu uma série de documentos, diplomáticos e narrativos, os quais se encontravam em Portugal e no estrangeiro, no intuito de permitir a construção da história henriquina. Ao todo foram publicados quinze (15) volumes entre os anos de 1960 e 1976, com notas críticas de Joaquim Dias Dinis, que agregam fontes do século XII ao século XVII. Nestes, encontram-se publicados desde extratos de crônicas portuguesas e de outros reinos, tratados de aliança, contratos de casamentos, textos diplomáticos relativos a embaixadas, súplicas e bulas papais, até uma série de documentos específicos acerca da viagem de D. Pedro.

³ Nos dias em que estive em Portugal agradeço à Prof.^a Julieta Araújo (Universidade de Lisboa), que através de um encontro inusitado me auxiliou no contato com as bibliotecas lisboetas e ainda me presenteou com algumas de suas obras. Acrescenta-se que durante a mesma viagem, que teve uma curta etapa em Paris, foi possível a aquisição de muitas obras de difícil acesso no Brasil.

⁴ *Monumenta Henricina*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1961.

Um segundo conjunto documental de importância acentuada agrega as crônicas régias portuguesas⁵. A que será mais explorada na presente investigação é a crônica de D. Afonso V⁶, escrita por Rui de Pina. Esta possibilita a análise da ascensão do duque de Coimbra como regente, e da batalha de Alfarrobeira. A crônica de Rui de Pina tem ainda destaque primordial por estabelecer um discurso ‘positivo’ sobre as ações de D. Pedro, por tratar das rearticulações políticas entre os anos 30 e 50, e por informar acerca das estratégias externas de D. Afonso V após a batalha.

Outras fontes complementam o *corpus* documental. Inicialmente cita-se o *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte* ou *Livro da Cartuxa*⁷, que traz informações relativas ao reinado de D. Duarte. Nesta coletânea destaca-se a *Carta de Bruges*, escrita por D. Pedro em 1426 durante a viagem. Na epístola o Infante aconselha o irmão e herdeiro do trono para que providencie diversas modificações na estrutura educacional, eclesiástica, militar e administrativa do reino. Ainda nesta obra, dá-se especial atenção às cartas enviadas por D. Duarte ao duque de Coimbra, uma antes da partida do reino, e outra logo após o retorno da viagem. Essas epístolas incidem diretamente na discussão acerca das motivações para a viagem de D. Pedro.

Há, por fim, outras fontes que tangenciam os problemas analisados na pesquisa, como os contratos matrimoniais publicados por Aires do Nascimento⁸, assim como alguns documentos publicados por Jacques Paviot⁹. Integrando um conjunto específico sobre a

⁵ Ainda como crônicas relevantes, mas de inserção secundária no desenvolvimento desta pesquisa, citam-se a *Crônica de D. João I*, escrita por Fernão Lopes, e a *Crônica da Tomada de Ceuta*, escrita por Zurara. Ambas permitem mapear o quadro diplomático construído durante o reinado de D. João I, isto é, o contexto no qual ocorreu a viagem do Infante. O texto de Fernão Lopes oferece importantes subsídios sobre a aliança luso-inglesa e a paz nas relações com Castela, que são ampliadas com o texto de Zurara acerca da conquista de Ceuta, da qual ressaltamos o papel político e propagandístico. (LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de Antonio Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 2 volumes, 1983. ZURARA Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992). Mencionam-se também outras crônicas de Zurara (*Crônica do Conde Dom Duarte de Meneses*. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978) e do próprio Rui de Pina (*Crônica d'El Rey D. Duarte*. Edição Biblioteca Lusitana. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1914) que trazem dados importantes sobre o período de 1433 a 1449.

⁶ PINA, Rui de. *Crônica de El-Rei D. Afonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 3 Vol., 1901.

⁷ DOM DUARTE. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática. Transcrição: João José Aves Dias. Introdução: A. H. Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1982.

⁸ *Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI*. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento, colaboração de Maria Filomena Andrade e Maria Teresa Rebelo da Silva. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

⁹ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

viagem, têm-se os documentos publicados por Francisco Faria¹⁰ e Júlio Gonçalves¹¹, em seus respectivos trabalhos. Tais informações permitem ter acesso à passagem do Infante por Veneza e Pádua, possibilitando o confronto com as descrições presentes nas crônicas e em outros documentos.

Como método para a análise do *corpus*, utilizou-se do sistema de fichários temáticos, articulando-o, de acordo com as possibilidades, com as perspectivas da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin¹². Dá-se especial atenção às informações relativas às relações diplomáticas entre Portugal e os demais reinos da Cristandade, e aos consórcios matrimoniais estabelecidos ou abortados.

*

A fim de oferecer um panorama dos temas que serão abordados em cada capítulo, passa-se a uma breve descrição dos mesmos. O capítulo 1 faz um balanço teórico e historiográfico de dois eixos gerais que estruturam a dissertação: a renovação da história política, principalmente através da questão do Estado na Idade Média, e as relações diplomáticas no medievo. Assim, no capítulo encontram-se a filiação teórico-historiográfica adotada neste trabalho, oferecendo uma abordagem ampla acerca de questões que serão tratadas nos demais capítulos.

O segundo capítulo traz uma exposição das relações diplomáticas de Portugal na primeira metade do século XV, uma vez que, para a compreensão da viagem de D. Pedro, e mesmo das conseqüências de Alfarrobeira, esse ‘quadro diplomático’ é essencial. Reflexão de tom descritivo, aborda desde a ascensão de Avis, entre 1383 e 1385, avançando até o início da regência em Portugal (1438). Por fim, o capítulo visa identificar e mapear a ‘política externa’ desenvolvida pela dinastia de Avis no período, notando, inclusive, como a viagem se insere nessa política.

¹⁰ FARIA, Francisco Leite de. A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens. Separata de *Revista STVDIA*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, nº 13-14, jan-jul, 1964. Documentação referente à passagem por Pádua. Trata-se de um documento oficial conservado no Arquivo de Estado, em Pádua, descrevendo que o Infante, na referida cidade, teve acesso à relíquia de Santo Antonio.

¹¹ GONÇALVES, Júlio. *O infante D. Pedro, as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. Documentação referente à passagem por Veneza. Trata-se de um documento conservado na Biblioteca Nacional de Viena de Áustria, descrevendo a chegada e a estadia de D. Pedro em Veneza.

¹² BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

Demarcando uma primeira verticalização da análise, o capítulo 3 abarca o tema da afirmação avisina, observando a relação entre a diplomacia e o parentesco. A partir destes elementos, dá-se especial atenção à política matrimonial desenvolvida por D. João I, entendida como mecanismo de criação e solidificação das alianças externas. Nessa mesma perspectiva, defende-se a ‘lógica do parentesco’ que transparece das fontes coetâneas, e informa sobre o universo das relações diplomáticas e acerca das estruturas políticas do período.

Após as delimitações relativas à política, à diplomacia, e aos vínculos de parentesco no século XV, o capítulo 4 coloca-se a analisar a viagem do Infante como instrumento das relações diplomáticas da dinastia de Avis. Toma-se como ponto de partida as abordagens historiográficas acerca da personagem e da viagem, refletindo, especificamente, sobre a situação de D. Pedro em Portugal antes da partida, problematizada a partir da indagação do “porque viajar em 1425?”. Através destas problematizações desenvolve-se a análise das escalas de paragem realizadas no percurso, estabelecendo os possíveis reflexos da estadia em cada região. Por fim, discute-se o polêmico casamento do Infante com a filha do duque de Urgel. Pretende-se, com este capítulo, estabelecer possíveis redes reforçadas e criadas pela viagem, aprofundando a inserção do duque de Coimbra como artífice das alianças portuguesas, e como expoente da imagem externa de Portugal.

O capítulo final (5) pauta-se em analisar um momento-chave da política portuguesa do período, a batalha de Alfarrobeira. Expõe-se, de forma geral, o processo da regência, principalmente, os anos em que D. Pedro ocupou o posto (1438-1448), dando especial atenção para as relações ibéricas do contexto. Como eixos centrais para o capítulo discutem-se as circunstâncias que levaram à Alfarrobeira e, com destaque, o desfecho da batalha. Defende-se que o conflito interno português produziu abalos nas alianças externas do reino, visto que afetou um dos pilares dessas alianças, o ilustre D. Pedro.

No intuito de favorecer a compreensão do texto e ampliar os dados do mesmo, foram inseridas algumas figuras, mapas e tabelas ao longo do trabalho, além de efetuar-se a elaboração de um anexo composto por imagens, genealogias e quadros cronológicos. Os materiais elencados pelos capítulos mostram-se diretamente ligados à discussão textual, e visam compor a reflexão do tópico. Nesse sentido, recorreu-se, principalmente, a mapas que permitam elucidar as menções geográficas recorrentes na dissertação. No que tange os anexos presentes ao final do texto, tem-se que estes envolvem diferentes elementos que complementam a análise dos capítulos. Esse material inicia-se com a exposição do brasão do Infante, do mapa das terras do ducado de Coimbra, além da reprodução do mapa de Fra

Mauro – que possivelmente foi encomendado por D. Pedro – e da capa mais antiga do *Libro del Infante don Pedro de Portugal*. Em nenhum momento projetou-se fazer uma análise iconográfica ou heráldica do material, antes visou-se oferecer alguns indícios que ilustram os temas abordados no trabalho. Outros anexos elaborados são os quadros genealógicos, que tiveram como critério de elaboração/escolha o fato de estarem relacionados às relações diplomáticas de Portugal e às relações de parentesco da dinastia de Avis. Por fim, cita-se a construção de dois quadros cronológicos: o primeiro relativo às doações recebidas pelo Infante antes de partir do reino – material que reforça os argumentos apresentados no capítulo 4; e o segundo abordando a cronologia da própria viagem. Este último anexo se restringiu ao deslocamento pelo fato de até o momento o percurso de D. Pedro não ter sido datado, o que gera freqüentes incoerências e erros em citações à viagem.

Dito isso, e no intuito de finalizar esta introdução, demarcam-se as hipóteses que orientam a pesquisa, as quais são seguidas de breves elucidações.

→ *A afirmação e a consolidação da dinastia de Avis tiveram nas relações diplomáticas um instrumento fundamental.*

O longo reinado de D. João I (1385-1433) estabeleceu uma ampla rede diplomática para a dinastia de Avis, a qual teve na política matrimonial um mecanismo de destaque. Nota-se a amplitude desta política, que articulou ações em três grandes áreas – mar no norte, Península Ibérica, e norte da África –, além do papado. A afirmação externa da dinastia portuguesa formou-se através de vínculos pessoais, visto que tais relações estruturavam os poderes no período.

→ *A viagem de D. Pedro teve um papel singular na construção e na consolidação das alianças externas de Portugal, favorecendo a imagem do reino na Cristandade.*

Envolta em diversas motivações, a viagem do Infante foi um singular instrumento político-diplomático da dinastia de Avis a fim de consolidar as relações diplomáticas já existentes e construir novos laços. Sendo D. Pedro um grande nobre português, reconhecido na Cristandade pelo feito militar de Ceuta, e bem latinizado, pôde exercer plenamente a função de artífice das alianças externas do reino, pois tanto ele como a viagem ultrapassavam o modelo de embaixadas do período. Por fim, o deslocamento do duque de Coimbra mostra-se como um exemplo paradigmático das formas de relações diplomáticas no medievo.

→ *O desfecho da batalha de Alfarrobeira teve como consequência um abalo das relações diplomáticas de Portugal porque afetou um dos pilares da mesma, o infante D. Pedro.*

A morte do Infante representou um abalo da rede de alianças externas estabelecida na primeira metade do século XV, e tal abalo demonstra a fragilidade das redes diplomáticas do período, assim como a importância dos vínculos pessoais e das solidariedades de linhagem que perpassavam a própria figura do duque de Coimbra. As reverberações da batalha indicam ainda a relevância da imagem externa de Portugal, a qual fora reforçada pelo Infante. Por fim, observar os anos iniciais do reinado de D. Afonso V, permite notar as estratégias de reafirmação diplomática, as quais passaram pela ‘conciliação’ com a memória de D. Pedro e pelo estabelecimento de novos laços de parentesco.

Dito isso, que se inicie o percurso pelo papel do infante D. Pedro na construção e na consolidação das alianças externas de Portugal.

CAPÍTULO 1.

A ‘GÊNESE DO ESTADO MODERNO’ E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO MEDIEVO

No intuito de iniciar a exposição dos resultados da investigação acerca do papel do infante D. Pedro na construção e consolidação das alianças externas de Portugal, cabe fazer algumas reflexões sobre a inserção historiográfica deste trabalho, isto é, o campo da história política. Área que passou por inúmeras transformações e que vem retomando o vigor perdido desde os meados do século passado, se caracteriza atualmente como um campo que abdica sua categoria autônoma, reconhecendo, assim, que as experiências históricas, em qualquer domínio, podem ter traduções políticas. Desta forma, ao longo do capítulo, uma série de temáticas serão analisadas, a fim de melhor circunscrever a atuação de D. Pedro, principalmente a sua viagem pela Cristandade.

1.1. A RENOVAÇÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA.

A conjuntura historiográfica do novo milênio, com proliferações de trabalhos sobre a opinião pública, as elites sociais, as organizações populares, as redes de solidariedade, os micropoderes, entre outros inúmeros temas, acompanhada da retomada do gênero biográfico e da ampliação dos diálogos interdisciplinares – mudanças que tiveram no desenvolvimento da *internet* um elemento significativo –, muito difere do contexto de inícios do século passado. No alvorecer do século XX, a história política tradicional, caracterizada pela centralidade da temática do Estado-nação – instituições, aparelhos e dirigentes¹³ – ocupava espaço destacado na produção historiográfica, existindo apenas feixes de novas abordagens. No entanto, movidos pelas transformações, em grande parte, advindas das guerras mundiais, diferentes historiadores e especialistas de áreas afins iniciaram um movimento de críticas, as quais

¹³ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.65.

demarcaram o processo de ‘crise’ da história política e, posteriormente, de renovação dos estudos sobre a dimensão. Esta modificação de perspectivas afirmou-se através de uma revisão dos objetos de pesquisa da área, que direcionaram a atenção do pesquisador para a variedade de tempos históricos e para uma noção ampla de poder, ultrapassando os limites jurídicos das instituições.

A superação deste ‘modelo’ tradicional só ocorreu efetivamente nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, e para esta mudança os ataques levados a cabo, principalmente pelos *Annales*, foram fundamentais, pois colocaram na história política os estigmas de elitista, anedótica, factual, entre outros infundáveis defeitos¹⁴. Seguindo a periodização proposta por Francisco Falcon, entre 1945 e 1970, localiza-se o momento de “crise final da história política tradicional”, e no período seguinte, a progressiva constituição da “nova história política”¹⁵. Mesmo sendo possível relativizar o dito declínio, principalmente pelo insucesso de muitas das críticas fora do ambiente acadêmico francês, fato é que os pressupostos e os métodos que a pautavam passaram por profundas renovações.

De acordo com René Rémond, o mesmo movimento que levou ao declínio da história do político a trouxe de volta, ou seja, o desenvolvimento da história cultural, da história das relações internacionais, e a renovação da história religiosa, exemplos de fatores que permitiram a renovação da história política assim como de seus objetos e abordagens¹⁶. Tal questão, isto é, o ‘peso da interdisciplinaridade’ para a renovação das pesquisas sobre o político, é lugar comum nas discussões sobre o tema¹⁷, sendo defendida, por exemplo, por Jacques Le Goff, num clássico artigo de 1971, no qual este afirmava que para o retorno da história política, o caminho era assumir os métodos e abordagens teóricas das ciências sociais, e por Jacques Julliard, que na mesma direção enfatizava a aproximação com a ciência política em obra dos anos 70¹⁸.

José D’Assunção Barros enumera certos objetos da história política renovada:

¹⁴ Jacques Julliard assim sintetiza os julgamentos sobre a história política tradicional: “A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de o sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é um história *factual*” (JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.180-181).

¹⁵ FALCON, Francisco. *Idem*, p. 69.

¹⁶ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Ed. da FGV, 1996, p.14.

¹⁷ *Ibidem*, p.29. FALCON, Francisco. *Idem*, p.76.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: *O maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985; JULLIARD, Jacques. *Idem*, p.184.

Objetos da História Política são todos aqueles que são atravessados pela noção de “poder”. Neste sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política, (...) a guerra, a diplomacia, as instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder. (...) De outro lado, (...) ganham especial destaque as relações políticas entre grupos sociais de diversos tipos. (...) Em muitos destes âmbitos são evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos, como a História Cultural, a História Econômica, ou, sobretudo, a História Social¹⁹.

Observa-se a partir desse trecho de Barros a importância das ‘interfaces’ entre as dimensões da História, no entanto, acredita-se que a noção ampla de “poder” e “poderes” seja a principal característica atual dos estudos da história política. Como argumenta Maria de Fátima Gouvêa, utilizando o Estado como exemplo, a reflexão sobre este tema não perdeu espaço nas pesquisas sobre o político, contudo, os focos passaram a englobar o “político” representado pelo Estado na perspectiva de “poder”²⁰. Destaca-se ainda que esta questão dos “poderes” teve um impacto significativo sobre os trabalhos de medievalistas e modernistas, afeitos à investigação acerca de sociedades pautadas na pluralidade política.

Mesmo com este breve balanço que apresenta as linhas gerais da renovação da história política, cabe refletir de forma pormenorizada sobre o movimento entre os medievalistas.

1.1.1. Os caminhos da História Política renovada da Idade Média.

Caracterizada como memória oficial da nação, a história política tradicional pautou-se em identificar as origens ou semelhanças entre o político no passado e no Estado moderno, fincando suas atenções nas instituições e nos aspectos jurídicos relativos às mesmas. No que tange o período posterior ao fim do Império Romano, o problema centrou-se na origem das instituições medievais, marcando assim, os estudos sobre o medievo com o crivo do anacronismo²¹. Mesmo com o processo de renovação historiográfica, que tem na fundação

¹⁹ BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História. Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p.107 e 109. O interessante trabalho de Barros deixa algumas lacunas na exposição das ‘linhas gerais’ de pesquisa em História Política. O trecho recuperado mostra-se, em certa medida, vago, principalmente no que tange o eixo dos “antigos enfoques” (Diplomacia, Instituições, Guerra...), visto que exatamente nessas áreas de estudo tem-se produzido acúmulos consideráveis nas últimas décadas, os quais se afastam das perspectivas ditas ‘tradicionais’ que orientavam os trabalhos sobre a temática.

²⁰ GOUVÊA, Maria de Fátima S. A História Política no campo da História Cultural. In: *Revista de História Regional*. UEPG, Vol.3, n.º 1, 1998, p.33-34.

²¹ Especificamente para o caso merovíngio, o trabalho de Marcelo Candido da Silva traz importantes considerações acerca da historiografia que se debruçou sobre o tema da realeza entre os séculos XIX e XX

dos *Annales* seu grande marco, principalmente com a obra de Marc Bloch e as implicações das pesquisas de Lucien Febvre, o estudo das relações de poder na Idade Média permaneceu durante anos preso ao tema formal e jurídico das instituições.

O movimento de renovação do político nos estudos medievais teve como principal contribuição, segundo Le Goff, a noção de poder retirada da sociologia e da antropologia²². Tal noção além de evocar “profundidade” – a mesma profundidade que os *Annales* diziam não existir nos estudos tradicionais da história política – deslocava o foco do conceito de Estado e Nação para uma noção ampla de poder e poderes. Como enfatiza o mesmo autor, os trabalhos de Marc Bloch abriram possibilidades de pesquisa para as futuras gerações de historiadores, mormente pela abordagem de questões envolvendo a longa duração, as mentalidades, a antropologia política, a sacralidade régia, entre outros elementos até então distantes dos estudos políticos²³.

Esta reorientação de perspectivas teve conseqüências diversas na historiografia sobre o medievo. Podem-se destacar duas mais claras, a rediscussão da realeza e das monarquias na sociedade feudal, e a reavaliação do próprio sistema feudal em suas relações de poder constitutivas²⁴. Talvez, nessa etapa, o vetor mais fértil da nova orientação tenha se apresentado nos trabalhos abordando o caráter simbólico e ritual das monarquias. Para exemplificar tal produção, é crucial mencionar duas grandes obras que pautaram os estudos do político: por um lado *Os Reis Taumaturgos* (1924), de Marc Bloch, e, por outro, *Os dois corpos do Rei* (1957), de Ernst Kantorowicz²⁵.

Para Marcelo Cândido da Silva, apesar das diferenças entre os autores citados acima, é possível identificar três pontos em comum quanto à percepção do fenômeno do poder:

Em primeiro lugar, ambos acreditavam que ele não se reduz a um evento efêmero; em seguida, que ele não é resultado de determinantes sócio-

(SILVA, Marcelo Cândido da. *A Realeza cristã na Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio. (séculos V-VIII)*. São Paulo: Alameda, 2008, p.17-40).

²² LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? *Idem*, p. 227.

²³ *Idem*. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p.32-37.

²⁴ *Idem*, A política será ainda a ossatura da história? *Idem*, p. 231-239.

²⁵ Seguindo as proposições do antropólogo James Frazer, Bloch analisou como o povo acreditava no milagre régio, não se contentando apenas em descrever as manifestações do poder de cura atribuído aos reis da França e Inglaterra. Por sua vez, Kantorowicz, num trabalho de 1927 sobre Frederico II, onde elaborava uma biografia histórica, dava atenção para as crenças e esperanças do governante; e, em sua obra-prima de 1957, analisa a criação de uma teologia política na Idade Média, relacionando diversos campos da experiência social, e mostrando como estes influenciaram a concepção de monarquia no período.

econômicos; e, finalmente, que sua existência precede o nascimento do Estado Moderno²⁶.

Sem negar a importância destes dois textos clássicos sobre o poder no medievo e o destaque dado ao político, em diferentes trabalhos, tanto por Bloch quanto por Febvre – fundadores dos *Annales* –, convém ter-se cautela em creditar a tal movimento as raízes exclusivas da renovação da história política da Idade Média. Armando Luís de Carvalho Homem fez uma importante consideração sobre o tema:

Quem renovou o *político* na historiografia francesa? A “*nouvelle histoire*”? Seria um absurdo afirmar tal coisa. (...) Não é que uma certa dimensão política, ligada aos poderes, seus carismas, símbolos e rituais, não esteja presente em autores e obras vários da fase inicial dos *Annales*. (...) Entre a “Nova História Política” da Idade Média francesa e a “Nouvelle Histoire” *tout court* há distâncias, distâncias entre historiadores, distâncias entre Escolas e até distâncias entre editoras²⁷.

A afirmação parte das observações de Jean-Phillipe Genet sobre a historiografia francesa²⁸, e são respaldadas para a historiografia portuguesa, pois Carvalho Homem afirma ser ao lado da tradição e não da renovação que se deu o arrancar da nova história política em Portugal²⁹. Inicialmente a afirmação parece ousada, mas ao notar o caminho seguido pelos ditos historiadores do ‘político’, a observação do autor apresenta-se perspicaz. Nota-se, a partir da proposição, que nas últimas décadas os medievalistas em solo lusitano recuperaram temas tradicionais, como: a gênese do Estado Moderno, a burocracia régia, as assembleias, entre outros. Ou seja, as temáticas envolvendo as instituições permaneceram centrais nos

²⁶ SILVA, Marcelo Cândido da. O poder na Idade Média entre a História Política e a Antropologia Histórica. In: *Signum. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais*, n. 5, 2003, p.238.

²⁷ HESPANHA, António Manuel & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. O Estado Moderno na recente Historiografia Portuguesa: Historiadores do Direito e Historiadores “*tout court*”. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (Coord.). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medievo* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999, p. 64-65.

²⁸ GENET, Jean-Philippe. La Genèse de l’État Moderne. Les enjeux d’un programme de recherche. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Année 1997, Volume 118, Numéro 1, p.10. Disponível em <http://www.persee.fr>. Genet faz a seguinte afirmação acerca da historiografia francesa: “Grace à lui [Guenée] – et non aux historiens de ‘l’école des *Annales*’ qui en étaient encore à dénoncer les tares d’une histoire politique dont ils auront pourtant plus tard l’audace de se targuer du renouveau! –, l’histoire politique en France est sortie de l’ornière ou l’avaient plonguée les approches de l’histoire des institutions française traditionnelle.”

²⁹ HESPANHA, António Manuel & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Idem*, p.64-66. Carvalho Homem destaca a importância da Paleografia, da Diplomática, e das mudanças na História do Direito, como bases para a formação de uma geração de historiadores que repensaram o ‘político’ tendo como fontes principais a documentação régia – em especial os registros de Chancelaria –, as atas de Cortes e de vereação, entre outras.

estudos, mesmo que pautadas em novos enfoques e problemas advindos da renovação historiográfica³⁰.

Todavia, afirmar contrariamente ao crédito exclusivo à *nouvelle histoire* da renovação da história política da Idade Média, como argumentam Carvalho Homem e Genet, não significa desconsiderar a importância das pesquisas levadas a cabo neste movimento. Assim, é possível identificar duas grandes linhas historiográficas acerca do político no medievo³¹: uma que enfatiza uma história social do político, tendo nas instituições, nas elites do poder, nas sociedades políticas, e na geografia do poder temas centrais de estudo, com a prosopografia sendo um dos principais métodos. Outra, na qual a influência *annaliste* é mais forte, o político surge a partir da história cultural, e temas como cerimônias, gestos, discursos, símbolos, entre outros, são tratados como objeto principal e as relações político-institucionais aparecem como elemento secundário.

Uma expressão marcante dessa mudança historiográfica pode ser representada pela obra de Bernard Guenée *L'Occident aux XIVe-XVe siècles – Les États* (1971), que há aproximados quarenta anos foi lançado pela coleção *Nouvelle Clio*, e uma década depois, foi traduzida no Brasil pela Editora da Universidade de São Paulo, trazendo ao público brasileiro os primeiros resultados da renovação da história política entre os medievalistas franceses³². Esta obra caracteriza-se, sobretudo, por retomar um tema tradicional, polêmico, e, para muitos, inaceitável na Idade Média³³, o “Estado”. O autor francês não estava sozinho nesse movimento, sendo acompanhado, por exemplo, pelas pesquisas de Philippe Contamine, Françoise Autrand, e, fora do meio acadêmico francês, de Joseph Strayer.

³⁰ Judite Freitas também abordou o tema da história política em Portugal, e suas observações corroboram o indicado por Carvalho Homem. FREITAS, Judite A. Gonçalves de. Les chemins de l’histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (c.1970-c.2000). In: *Bulletin du Centre d’Études médiévales d’Auxerre*. [En ligne], 8, 2004. Disponível em: <http://cem.revues.org/index927.html>

³¹ Essa caracterização fundamenta-se, principalmente, na historiografia francesa, conjunto de produção histórica com a qual estabeleço diálogo. Destaco ainda esta historiografia, pois foi sob a influência da mesma que os estudos medievais no Brasil e em Portugal construíram seus objetos e abordagens de pesquisa, mormente, entre os anos 70 e 90. Acredito que nestas décadas o peso da historiografia francesa apresentou-se mais incisivo, visto que, atualmente, em ambos os países a afirmação da produção nacional e o contato com outros conjuntos historiográficos são marcantes. Ver: ALMEIDA, Ana Carolina Lima & AMARAL, Clínio de Oliveira Amaral. O Ocidente Medieval segundo a historiografia brasileira. In: *Revista Medievalista on-line*, Portugal, ano 4, número 4, 2008. Disponível em: <<http://www2.fch.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-almeida-amaral.htm>>. Acesso em 15/03/2009; ALMEIDA, Néri de Barros. La formation des médiévistes dans le Brésil contemporain : bilans et perspectives (1985-2007). In: *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre* [En ligne], 12, 2008. Disponível em: <http://cem.revues.org/index6652.html>; FREITAS, Judite A. Gonçalves de. *Idem*, p.3.

³² Convém acrescentar que no mesmo período começaram a ser publicados as primeiras obras em português de Georges Duby e Jacques Le Goff, expoentes da terceira geração dos *Annales*.

³³ Um dos que atualmente ainda permanece resistente à utilização do termo Estado, ou até mesmo para a abordagem da gênese do Estado moderno é Jérôme Baschet (BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, p.263-269).

Especificamente, este pesquisador norte-americano, uma referência entre os historiadores anglo-saxões, teve importância acentuada na retomada das discussões sobre o Estado na Idade Média e desenvolveu importantes trabalhos na Universidade de Princeton, sendo internacionalmente lembrado por *On the Medieval Origins of the Modern State* (1969), texto marcante na academia brasileira³⁴. Esta obra é deveras significativa, posto que, através da longa duração e de uma análise comparativa, tentou observar a formação do Estado Moderno durante o medievo, perspectiva que seria ampliada pela historiografia nas décadas seguintes.

Strayer indicou três condições essenciais à constituição do Estado na Idade Média: o aparecimento de unidades políticas persistentes no tempo e geograficamente estáveis; o desenvolvimento de instituições duradouras e impessoais; o surgimento de um consenso quanto à necessidade de uma autoridade suprema e a aceitação dessa autoridade como objeto da lealdade básica dos súditos³⁵. Tais condições são o que o autor chama de ‘sinais’ que revelam o nascimento de um Estado, servindo de resposta para a opção em não adotar nenhuma definição já existente para o termo. Para Strayer as origens do Estado Moderno estariam no século XII, envolvendo: a difusão do cristianismo, a estabilização da Europa após longo período de invasões, e o desenvolvimento do sentimento de lealdade ao Estado nascente³⁶. O autor avançou ainda em observar que o processo de formação do Estado Moderno não eliminou outros tipos de vínculos políticos – as lealdades familiares, comunitárias, religiosas, entre outras.

Com estas breves percepções, nota-se que o tema do Estado tem se apresentado como um objeto atual de reflexão, o qual pode contribuir para uma interpretação da viagem do infante D. Pedro como um instrumento das relações diplomáticas portuguesas na primeira metade do século XV.

1.2. A QUESTÃO DO ESTADO NA BAIXA IDADE MÉDIA.

O título escolhido para esse tópico é deveras amplo, polêmico e, no limite, impreciso. Destarte, no intuito de orientar a exposição da análise, a obra de Guenée será tomada como ponto de partida, percebendo-a como criadora de uma base de reflexão que, uma década e

³⁴ Utilizaremos a edição portuguesa: STRAYER, Joseph. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s/d. O Original inglês foi publicado em 1969.

³⁵ *Ibidem*, p.16.

³⁶ *Ibidem*, p.18-23.

meia depois, fundamentou os projetos *Genèse* e *Origins*, coordenados por Jean-Philippe Genet.

“*O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*” divide-se em três grandes partes, sendo a segunda a mais importante para os presentes objetivos. Nesta, Guenée analisa as “mentalidades”³⁷ acerca do poder e suas formas de propaganda, a imagem do príncipe e a construção da relação entre Estado e Nação, as expressões do poder do Estado – os “objetivos” da justiça, finanças, guerra e diplomacia –, os recursos financeiros demandados pela estrutura estatal no período, e, finalmente, a relação entre o Estado e os grupos sociais. Demarca-se assim, que para o autor, pesquisar sobre o Estado, ou as estruturas políticas dos séculos XIV e XV, remete ao estudo das concepções sobre o poder, e de todos os elementos econômicos e sociais relacionados. Especificamente sobre a posição de Guenée acerca da questão do Estado, é a introdução que traz maiores esclarecimentos.

O autor lança-se, sem grandes aprofundamentos, na discussão que pode ser resumida no seguinte questionamento: é possível falar de Estado em uma sociedade que não utilizava tal termo para designar suas estruturas políticas? Nesse embate encontram-se, ao menos, duas grandes linhas de interpretação: a primeira defende que o Estado não só não existiu sempre, como nasceu em um determinado contexto histórico – a crise da sociedade feudal. Comumente, tal orientação postula que a instituição Estado é um fenômeno coevo do nome – Estado –, assim, poder-se-ia falar deste apenas a partir do século XVI – momento em que pensadores como Maquiavel utilizam o termo não mais no sentido de *regimen, gubernatio*, ou *potestas*, comuns nos séculos XIV e XV – e, principalmente, após as revoluções burguesas do século XVII e XVIII³⁸.

A segunda ‘perspectiva’, distinta da anterior, pauta-se na posição de que o Estado não é um fenômeno restrito, e orientou gerações de cientistas sociais no estudo de sociedades ‘primitivas’, fora do modelo estatal europeu, a fim de identificar estruturas estatais e “sociedades sem Estado”³⁹. Quiçá, a maior contribuição desse olhar tenha se dado na

³⁷ Guenée assim define a importância das mentalidades para o estudo do Estado: “Começar a história dos Estados pelo estudo das mentalidades é muito simplesmente reconhecer que a política se faz com homens que não se submetem passivamente aos fatos, mas que reagem diante deles, segundo a forma e as exigências de seu espírito” (GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p.70).

³⁸ Para um balanço dessa discussão, ver: BOBBIO, Norberto. Estado, poder e governo. *Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.68; HESPANHA, Antonio Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: _____ (org.). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.26-30.

³⁹ BOBBIO, Norberto. Estado, poder e governo. *Idem*, p.73-75.

dissociação entre ‘Estado’ e ‘Poder’, e ‘Estado’ e ‘Política’, repensando, conseqüentemente, os critérios para a definição da estrutura estatal⁴⁰.

Acredita-se que Guenée encontra-se em uma via mediana. Defende o estudo dos ‘Estados’ nos séculos XIV e XV, por existir no período uma “noção de Estado”⁴¹, mas não deixou de dialogar com o modelo de Estado moderno posterior, definindo que na Baixa Idade Média deu-se um progresso do poder principesco, marcado pela burocracia, pela justiça, pela fiscalidade, entre outros aspectos⁴². Percebe-se por estas “definições”, que Guenée visa, principalmente, deslocar as discussões polarizadas entre Estado Feudal e Estado Moderno, para a elaboração de um tipo original de Estado inserido nos séculos de “transição”, o “Estado dos séculos XIV e XV”⁴³.

A abordagem do historiador francês é deveras interessante, mas não elimina as arestas do tema, posto que o mesmo implica em problemas históricos – bem recuperados por Guenée –, mas também em problemas teóricos. Feito esse panorama, a questão pode ser reorientada da seguinte maneira: seria adequado aplicar o termo/conceito Estado para caracterizar a realidade política medieval? Pelas proposições de sociólogos como Durkheim, ou do campo da antropologia política, a resposta é, sem dúvida, positiva, cabendo que se estabeleçam características do sistema político, usando, por exemplo, tipologias como “Estado segmentário” de Southall⁴⁴. Contudo, sem descartar a importância dessas reflexões, acredita-se que ao pensar a adequação do ‘termo’ Estado para a sociedade medieval, está-se a remeter

⁴⁰ O sociólogo francês Émile Durkheim faz uma interessante (des)construção do termo Estado, criticando critérios como território, número de habitantes, entre outros. DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 59-76.

⁴¹ GUENÉE. *Idem*, p.51-52.

⁴² *Ibidem*, p.64-65.

⁴³ *Ibidem*, p.64. A proposta de Guenée sobre a originalidade do Estado dos séculos XIV e XV é instigante. Tais séculos marcam, para muitos historiadores, o fim da Idade Média, término em crise generalizada. Desenvolver uma reflexão detalhada da temática ultrapassa os objetivos da dissertação; no entanto, recuperar temas e problemas envolvidos em tais séculos é um caminho frutífero para pesquisa. O contexto foi marcado pela Peste, o Grande Cisma, a Guerra dos Cem Anos, a queda de Constantinopla, o início da expansão marítima, entre outros elementos com os quais o poder político português se deparou. Pensar a originalidade do Estado dos séculos XIV e XV talvez não sirva para tratá-lo como um tipo distinto e particular dentre os modelos anteriores e posteriores, mas sugere a importância acentuada da conjuntura para os caminhos traçados pelos Estados no período. Acrescenta-se, ainda, que sendo o Estado de finais da Idade Média não mais feudal, não obstante permeado por relações feudais, como defende Guenée, as relações pessoais que envolvem a estrutura e a dinâmica política do período são realçadas e se tornam elemento-chave de pesquisa.

⁴⁴ Southall define seis características do Estado segmentário: a soberania territorial é reconhecida, mas limitada; o governo centralizado coexiste com focos de poder sobre os quais exerce apenas relativo controle; o centro dispõe de uma administração especializada que volta a encontrar-se, reduzida, nas diversas zonas; a autoridade central não tem monopólio absoluto do emprego legítimo da força; os níveis de subordinação são distintos, mas suas relações continuam a ser de caráter piramidal; as autoridades subordinadas têm possibilidades tanto maiores de transferir sua fidelidade quanto mais periférica é a posição que ocupam. SOUTHALL, A. *Alur Society*. Cambridge, 1956, cap. IX. *Apud*: BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, p.133

a discussão, inelutavelmente, para o ‘conceito’ de ‘Estado Moderno’⁴⁵. Enfatiza-se a opção por um conceito de Estado Moderno para a análise proposta, visto que estes são ferramentas de interpretação, os quais permitem complementar as categorias coevas⁴⁶.

Conceito que goza de ampla inserção na historiografia, ‘Estado Moderno’ agrega uma série de elementos que caracterizariam a complexa realidade política européia. No entanto, sendo uma base conceitual construída a partir das estruturas políticas estatais contemporâneas, por muito limitou e desqualificou a análise para o medievo e a época moderna⁴⁷. Tal perspectiva é discutida por Antonio Manuel Hespanha, o qual argumenta acerca da “contaminação” e da “deformação” causadas pela aplicação do conceito, que resulta no tom teleológico da historiografia, que encara a história política européia como a progressiva preparação ao advento do Estado, dividindo o processo histórico em sucessos e recuos de tal advento. De acordo com o autor, a consequência para o Antigo Regime seria o desconhecimento da lógica interna do sistema político, pois cada um dos seus elementos é isolado e encarado como antecedente de um aspecto do Estado contemporâneo⁴⁸.

Todavia, como argumenta Bartolome Clavero, a historiografia avançou em ultrapassar as limitações do modelo contemporâneo de Estado, o que possibilitou uma ‘certa autonomia’ para tratar do tema na Idade Média e Moderna⁴⁹. Por sua vez, Pierangelo Schiera também observou que o processo de formação do Estado Moderno forjou-se no medievo, e assim definiu esse movimento:

O elemento central de tal diferenciação consiste, sem dúvida, na progressiva centralização do poder segundo uma instância sempre mais ampla, que termina por compreender o âmbito completo das relações políticas. Deste processo, fundado por sua vez sobre a concomitante afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política e sobre a progressiva aquisição da impessoalidade do comando político, através da evolução do conceito de *officium*, nascem os traços essenciais de uma nova forma de organização

⁴⁵ Armindo de Sousa estabelece a mesma digressão, afirmando que as perspectivas de Estado e poder da antropologia, como o Estado segmentário, pecam por serem muito amplas. Assim, o autor prefere analisar o caso português a partir da noção ocidental de Estado Moderno, entendendo-o a partir de Strayer (SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal - A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1994, p.508-509.

⁴⁶ Para uma análise do uso dos conceitos, ver: BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, p.67-70. Em nosso caso específico, acreditamos que falar de Estado e, principalmente, de gênese do Estado Moderno, possibilita uma compreensão mais global das estruturas políticas do período.

⁴⁷ CLAVERO, Bartolome. *Institucion política y derecho: acerca del concepto historiográfico de ‘Estado Moderno’*. In: *Revista de Estudios Políticos*, n.19, 1981, p.43-44.

⁴⁸ HESPANHA, Antonio Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.24-25. *Idem*. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994, p.22.

⁴⁹ CLAVERO, Bartolome. *Idem*, p.44.

política: precisamente o Estado Moderno. (...) A história do surgimento do Estado moderno é a história desta tensão: do sistema policêntrico e complexo dos senhorios de origem feudal se chega ao Estado territorial concentrado e unitário através da chamada racionalização da gestão do poder e da própria organização política imposta pela evolução das condições históricas materiais⁵⁰.

Em meio a estas novas perspectivas, o tema do Estado na Idade Média voltou a aparecer incisivamente nos anos 80, tendo grande expressão nas pesquisas relacionadas a Jean-Philippe Genet. De acordo com este autor, ao final do século XIII, confrontados com guerras incessantes, as monarquias feudais desenvolveram uma “fiscalidade de Estado” e estabeleceram assembleias representativas em que o “Estado dialogava com os súditos”⁵¹, elementos que aparecem como promotores do processo de gênese do Estado moderno. Esta análise de Genet mostra-se restrita ao modelo franco-inglês, e caracteriza-se por ser pouco generalizante, no entanto, através da organização de projetos coletivos foi possível a construção de considerações mais amplas. Faz-se menção aos projetos *Genèse de l'État Moderne* (1984-1986)⁵² e *Origins of the Modern State – Centuries XIII-XVIII* (1989-1992)⁵³.

O autor expôs como um dos resultados fundamentais do conjunto de pesquisas levadas a cabo no programa, a percepção de que a gênese do Estado moderno jamais fez desaparecer outras estruturas de poder concorrentes; antes, ora esteve em conflito, ora em simbiose com o poder local, o poder da Igreja, o poder imperial, o poder das cidades, entre outros⁵⁴. Para além desta articulação, Genet enfatiza o caráter eventual desse processo de gênese, argumentando que a concorrência acirrada entre os poderes e os menores acidentes – como os dinásticos –, tinham influência direta sobre a construção política⁵⁵. Outro elemento significativo é o destaque dado ao feudalismo na formação do Estado moderno, visto que as organizações

⁵⁰ SCHIERA, Pierangelo. Estado Moderno. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. volume I. Editora UNB. 13ª Edição, p.426.

⁵¹ GENET, Jean-Philippe. Estado. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, v.1, p.405-407.

⁵² Trata-se da *Activité Thématique Programmé “Genèse”* do CNRS, e que serviu de base para a composição do projeto *Origins*. A atividade programada deu origem ao livro *L'État moderne: genèse. Bilans et perspectives* (1990).

⁵³ O programa esteve ligado a Fundação Européia da Ciência, e foi coordenado em conjunto com Wim Blockmans. Ver: GENET. La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Année 1997, Volume 118, Numéro 1, p.3,12-14.

⁵⁴ *Ibidem*, p.7-8.

⁵⁵ *Ibidem*, p.8. Ver ainda: GENET, Jean-Philippe. Estado. *Idem*. p.407-408. “As construções estatais são várias e o ‘Estado Moderno’ é apenas uma dentre elas. (...) Existem outras construções: o Império, as monarquias ‘extensivas’ da Europa do leste, efetivamente dominadas pela nobreza, as grandes cidades italianas ou imperiais que ainda mantêm rotas comerciais, o banco e estão em melhores condições para mobilizar capital que as monarquias ocidentais.”

políticas nascidas nesse processo são entrecortadas de relações pessoais, as quais reservavam um espaço destacado para a figura régia⁵⁶.

Mais que o desenvolvimento de uma forma política particular, o referido programa teve como proposição o interesse pela sociedade que desenvolveu o Estado Moderno entre os séculos XIII e XVIII⁵⁷. A insuficiência relativa do conceito de Estado moderno é levantada como fundamento para o projeto pautado nos princípios do estudo comparativo e da longa duração⁵⁸. O projeto coletivo – agregou mais de 100 especialistas de 18 países – marcou o começo de uma ampla revisão sobre a formação do sistema político europeu durante a Baixa Idade Média, constituindo assim uma das maiores ações coordenadas de investigação já feitas sobre um tema e criando bases sólidas para as novas pesquisas acerca das estruturas políticas do período. Philippe Contamine chega a defender que o conceito de “gênese do Estado

⁵⁶ “L’État moderne naît exclusivement du terrain féodal, c’est-à-dire là où des monarchies féodales ont réussi à utiliser à leur profit le dynamisme économique et social du “féodalisme” (GENET, Jean-Philippe. L’État moderne: Un modèle opératoire?. In: ___(ed) *L’État moderne: genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990, p.261). Ao longo desse texto o autor ainda retoma a discussão, oferecendo importantes apontamentos acerca do tema (p.267-268). Essa temática, isto é, o peso das ‘relações feudais’ para a construção do Estado é deveras importante, e os historiadores franceses costumam a utilizar o termo “féodalité bâtarde” para designar o universo de alianças e vínculos contratuais que perpassam a sociedade aristocrática dos séculos XIV e XV. No entanto, Claude Gauvard argumenta que o termo francês traduz mal a fórmula inglesa (*bastard feudalism*), visto que o mote original trata de relações que não comportam algumas características do feudalismo – como o feudo, a hereditariedade, e a homenagem. As relações tratadas pela fórmula e evocadas para o fim do medievo, articulam as práticas que estruturam as novas redes de solidariedade, de hierarquia laica e religiosa, que permitem que as aristocracias se estabeleçam frente as novas realidades políticas (GAUWARD, Claude. *Féodalité Bâtarde*. In: GAUWARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009, p.523).

Ainda nessa discussão, Jean-Philippe Genet, em outro texto, chega a utilizar o termo “*féodalisme d’État*”. Diz o autor: “féodalisme d’État, se caractérise, sur fond de reconcentration d’une autorité publique jusque-là répartie entre les membres de l’aristocratie des puissants, par l’apparition d’un prélèvement d’État, à cote du prélèvement seigneurial et dominial qui, s’il persiste, perd peu à peu de son importance. Le maintien du terme ‘féodalisme’ indique bien que la transition s’opère sur le long terme: il faut longtemps pour que, dans les faits sinon dans le théories des juristes et des théologiens, une nette différence s’opère entre la personne du souverain et l’État qu’il représente et incarne: état n’apparaît en anglais dans son sens moderne que vers 1535. Qui plus est, non seulement le prélèvement seigneurial subsiste, mais l’État opère lui-même selon des modes qui sont largement féodaux: poids des liens d’homme à homme, exaltation des valeurs chevaleresques, de l’éthique du service, de la fidélité et de la ‘bonne seigneurie’ chez les membres des classes dirigeantes. Ces éléments contribuent à l’établissement d’une relation personnelle entre le souverain et les membres de ces classes, d’autant plus caractéristique du féodalisme qu’elle est généralement médiatisée par d’autres relations de fidélité; d’où l’importance du phénomène des ‘partis’ nobiliaires dans le féodalisme d’État” (GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l’État Moderne. Culture et société politique en Angleterre*. Paris: PUF, 2003, p.11-12).

Todas essas questões apontam a importância das relações pessoais para as organizações políticas nascidas no processo de gênese do Estado Moderno, e indicam o peso dos vínculos de fidelidade – dentre os quais destacaríamos as solidariedades de linhagem, especialmente relacionadas ao tema das alianças externas – para o acesso aos circuitos políticos tardo-medievais. Antes de finalizar deixamos nosso agradecimento à Prof.^a Dr.^a Renata Rozenthal (UFRRJ) que durante nossa apresentação na VI Semana de História Política/III Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade, em 2011, nos instigou a avançar das discussões acerca das relações entre a gênese do Estado moderno e o feudalismo.

⁵⁷ GENET, Jean-Philippe. Ambigüites d’un modèle, enjeux d’un programme. In: BLOCKMANS, Wim, MACEDO, Jorge Borges de & GENET, Jean-Philippe. *The Heritage of the Pre-Industrial European State*. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, 1996, p.261.

⁵⁸ GENET, Jean-Philippe. L’État moderne: Un modèle opératoire? *Idem*, p.262.

Moderno”, apesar de ter um componente teleológico, possibilitou “*un souffle nouveau*” à história política, e sendo resultado de um conjunto de pesquisas, permitiu um olhar amplo sobre o processo multiforme de formação do Estado⁵⁹.

Refletindo sobre a construção das suas problemáticas sobre a gênese do Estado Moderno, Genet afirma que foi através do contato com Édouard Perroy, Rodney Hilton, Gui Bois, e, principalmente, com Bernard Guenée, que passou a construir o projeto de uma “história larga do político” – comparativa e de longa duração –, ancorada na dimensão sócio-econômica, e ligada ao estudo dos atores sociais e da história cultural⁶⁰.

Com esta contextualização, cabe elaborar algumas reflexões a partir da definição de Estado Moderno de Genet: “Um Estado Moderno, é um Estado cuja base material repousa sobre uma fiscalidade pública aceita pela sociedade política (e isso dentro de uma dimensão territorial superior à da cidade), e no qual todos os súditos estão inseridos”⁶¹. A “definição de trabalho”, demarca o Estado como uma forma de organização política, baseada numa fiscalidade pública e aceita. No que concerne esta característica (“*une fiscalité acceptée*”), Genet observa a importância das cerimônias e das assembleias representativas, promovidas, principalmente, pelas conseqüências impostas pela guerra. Para o autor, “*La guerre est le moteur dans l'évolution de l'État moderne*”⁶².

Consoante aos apontamentos de Genet, foi através das guerras, praticamente permanentes na Baixa Idade Média, e da concorrência entre os Estados em formação, que se ampliou a demanda por impostos, permitindo a formação de uma “fiscalidade de Estado”⁶³, a qual levou ao “diálogo” com a sociedade política. Esse contexto permitiu também o

⁵⁹ CONTAMINE, Philippe. Guerre, État et Société: une révision à la lumière de la crise politique et militaire dans la France du deuxième quart du XVe siècle. In: *Guerra y diplomacia en la Europa occidental. 1280-1480. XXI Semana de Estudios Medievales de Estella*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005, p.119-120.

⁶⁰ GENET, Jean-Philippe. La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. *Idem*, p.10-11. Acrescenta-se que Guenée atuou como orientador da tese de Genet acerca da gênese do Estado Moderno na Inglaterra.

⁶¹ *Ibidem*, p.3. (tradução livre). “Un État moderne, c'est un État dont la base matérielle repose sur une fiscalité publique acceptée par la société politique (et ce dans une dimension territoriale supérieure à celle de la cité), et dont tous les sujets sont concernés”.

⁶² *Ibidem*, p.4.

⁶³ Sobre o tema da ‘fiscalidade do Estado’ diz Genet: “A fiscalidade de Estado implica um certo número de mudanças estruturais (...). A primeira mudança estrutural concerne a legitimidade do imposto. (...) O processo de legitimação deve em efeito englobar, no sentido mais amplo, a causa que fez demandar o imposto: o imposto não é um dever (...), ele vem dos súditos por resposta à uma necessidade, e, ao menos no início, essa necessidade é precisa. De outra parte, já que mesmo a pessoa real não basta, é necessário empreender a definição de um beneficiário transcendente que não é outro que o Estado. A segunda mudança estrutural está intimamente ligada à precedente, já que se trata da organização progressiva do diálogo com os súditos, diálogo indireto por intermédio das instituições representativas e dos mecanismos de assembleia e de consulta, diálogo direto para a propaganda ou o espetáculo, teatral ou litúrgico, do Estado em ação ou em representação. Ora, esse diálogo funda a comunidade política, ele a põe, frente ao rei e com o rei” (GENET, Jean-Philippe. Introduction. In: _____ & MENÉ, M. le. (Ed.). *Genèse de l'état moderne. Prélèvement et Redistribution*. Paris: CNRS, 1987, p.8). [tradução livre]

desenvolvimento dos instrumentos das relações entre os Estados. Destaca-se que as resistências a tal processo existiram⁶⁴, porém as estruturas estatais em desenvolvimento foram capazes de gerar uma “redistribuição” que possibilitou, gradativamente, a aceitação de tal dinâmica. Esta “redistribuição”, enfatiza Genet, abarca não apenas o elemento monetário, mas também alcança a legitimidade conferida pelo Estado, a capacidade de agir em suas esferas de atividade⁶⁵.

Tais considerações tangenciam um aspecto significativo deste conjunto de estudos sobre a gênese do Estado moderno, isto é, que o processo foi resultado da ação de homens⁶⁶. Entra-se, assim, no universo temático das “elites do poder”⁶⁷, quarta linha de pesquisa do projeto *Origins*, intitulada ‘As Elites do Poder e a construção do Estado’, coordenada por Wolfgang Reinhard. Este, assim define a noção:

Las ‘élites del poder’, en este volumen, se definen como los promotores genuinamente importantes del poder del Estado, es decir, aquellos ‘agentes del Estado’ y miembros de las ‘clases dirigentes’ que tienen interés en el estado y capacidad para afectar a su naturaleza. No tienen que ser necesariamente funcionarios. Otras personas tienen una importancia potencialmente igual, individuos que ejercieron una influencia extraoficial

⁶⁴ Sobre as resistências ao desenvolvimento do Estado moderno, ver: GENET, Jean-Philippe. Estado. *Idem*, p.407.

⁶⁵ “Les causes de l’acceptation ne peuvent donc être liées à la seule redistribution directe par l’État. Mais l’État ne redistribue pas que de l’argent. L’État se veut légitime, et garant de la légitimité: cette légitimité, il la redistribue par les responsabilités et les délégations qu’il confie, par les postes et les emplois qu’il confère, par la capacité qu’il donne à certains de parler en son nom et d’agir dans des sphères d’activité dont il s’assure le monopole (le maintien de l’ordre public, la justice, etc...). Sans doute l’administration, la bureaucratie, l’“appareil d’État” sont-ils encore bien embryonnaires au début du XIVe siècle! Mais au nom du Prince se constitue un réseau de relations qui agit comme structure de redistribution dominante (ou plutôt englobante)”. (GENET, Jean-Philippe. L’État moderne: Un modèle opératoire? *Idem*, p.267).

⁶⁶ Acerca desse tema, relacionado especialmente ao método prosopográfico, ver: AUTRAND, Françoise (Ed.). *Prosopographie et Genèse de l’État Moderne*. Paris: CNRS, 1986.

⁶⁷ Desenvolvida na sociologia política, particularmente por Vilfredo Pareto (1848-1923) e Gaetano Mosca (1858-1951), a noção de elites vem sendo frequentemente usada pelos historiadores nas últimas décadas. Acredita-se, no entanto, que a noção de ‘elites do poder’ elaborada por Wolfgang Reinhard – sendo, conseqüentemente, uma das orientações teóricas presentes na quarta linha temática do projeto *Genèse* – não se resume à Teoria das Elites da sociologia política. O método do autor alemão é designado *Verflechtung*, que sem tradução para português, pode ser, aproximadamente, definido como ‘entrelaçamento’ ou ‘enredamento’, e coloca-se como uma alternativa à luta de classes marxista, e à Teoria das Elites de Mosca e Pareto. Reinhard parte da noção de que os grupos dominantes não são constituídos, em primeiro lugar, através de características sociais semelhantes dos seus membros, e sim através do “entrelaçamento social” destes. Devido às limitações das fontes para o período medieval e o domínio das informações acerca dos grupos dirigentes, a perspectiva de Reinhard destaca o estudo de alguns tipos de relações que permeiam tais grupos ao longo da Idade Média: o parentesco, formal ou espiritual, que frequentemente é ativado nas transações sociais; as comuns origens geográficas, que servem de elemento agregador; a amizade e o clientelismo, com aquela correspondendo às relações entre iguais, e estas, às assimétricas. Para esta discussão, ver: BOBBIO, Norberto. Elites. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.1, p.385-391; BRITO, Pedro de. “Verflechtung” – Um método para a pesquisa, exposição e análise de grupos dominantes. In: *Penélope*. N.º 9/10, 1993, p.231-241; CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. Elites. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 283-286.

en virtud de sus posiciones en las redes sociales centrales, regionales o locales; por ejemplo, grandes nobles, confesores y capellanes o favoritos de los príncipes, además de otros de niveles mucho más humildes⁶⁸.

Tal perspectiva é enfática em notar a importância dos grupos e das redes sociais que integravam os indivíduos no medievo, destacando esses ‘agentes do Estado’ que atuavam ao ‘serviço do Estado’ – sendo que exercer funções nesta direção significava, muitas das vezes, servir à dinastia reinante⁶⁹. Como Rafael Viscaíno⁷⁰, acredita-se que o estudo das elites do poder é deveras relevante para a compreensão do processo de formação do Estado moderno, permitindo que se recuperem relações pessoais que sustentavam os poderes no período.

Estas percepções se inserem de forma direta no objeto da presente pesquisa, visto que se analisa aqui um membro dessas elites do poder, o qual ocupava uma posição singular na sociedade portuguesa quatrocentista e que contribuiu de diferentes formas – com conselhos, traduções, escritos, e a própria viagem – para a construção do Estado durante a dinastia de Avis. D. Pedro, Duque de Coimbra, não foi apenas grande nobre, mas, principalmente, membro da família real portuguesa, deslocou-se pela Cristandade acessando as redes de parentesco construídas por seu pai, D. João I, e os antecedentes desse, além de criar laços de solidariedade pelos locais de paragem, vínculos marcantes que foram abalados após Alfarrobeira.

Com esta ponderação, segue-se para a historiografia lusitana. Em Portugal a perspectiva é que, embrionário na primeira geração de Avis – período de intensa centralização política –, o nascimento do Estado Moderno data de finais do século XV, durante o reinado de

⁶⁸ “As ‘elites do poder’, neste volume, se definem como os promotores genuinamente importantes do poder do Estado, quer dizer, aqueles ‘agentes do Estado’ e membros das ‘classes dirigentes’, que tinham interesses no Estado e capacidade para afetar sua natureza. Não tinham que ser necessariamente funcionários. Outras pessoas tinham uma importância potencialmente igual, indivíduos que venceram a influência extraoficial em virtude de suas posições nas redes sociais centrais, regionais ou locais; por exemplo, grandes nobres, confesores e capelães ou favoritos dos príncipes, além de outros de níveis muito mais humildes.” REINHARD, Wolfgang. Introducción: Las Élités del Poder, Los funcionarios del Estado, Las Clases Gobernantes y el crecimiento del poder del Estado. In: REINHARD, Wolfgang (org.) *Las élites del poder y la construcción del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p.11. (Tradução livre).

⁶⁹ *Ibidem*, p.21-22.

⁷⁰ “El estudio de las élites del poder, del estado, resulta interesante porque se centra en la dinámica de estos pequeños grupos dominantes. La identificación de un colectivo aclarará los vínculos familiares, matrimoniales y económicos que lo cohesionaban en las sociedades de Antiguo Régimen o precapitalistas. Esta genealogía pondrá de manifiesto al mismo tiempo los intereses y proyectos comunes, la coordinación entre actividad política y económica del grupo, demostrando las estrategias de promoción y solidaridad a través de redes de parentesco, prejuicios comunes o idénticas inquietudes. De ahí que el estudio de las élites del poder en la construcción del estado más que por la biografía personal o por la institución de gobierno deba desentranar las estructuras que aunan al colectivo dominante” (VIZCAÍNO, Rafael Narbona. El método prosopográfico y el estudio de las élites de poder bajomedievales. In: *El Estado en la Baja Edad Media: nuevas perspectivas metodológicas*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1999, p.34).

D. João II, pela forma como este rei reprimiu os privilégios e autonomias senhoriais⁷¹. Percebe-se que nesta historiografia frequentemente os fenômenos da expansão marítima e do Estado são sobrepostos, ambos marcando a ruptura do medievo para a modernidade⁷², no entanto, as pesquisas relacionadas à história política renovada e à gênese do Estado têm se ampliado desde os anos 70 e 80⁷³.

Momento marcante dessa reflexão foi o ciclo temático *A Gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval* ocorrido entre 1996 e 1997⁷⁴. Dando continuidade ao encontro

⁷¹ Joaquim Magalhães chega a afirmar que D. João II inicia o processo de formação do Estado Moderno em Portugal (MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). *No Alvorcer da modernidade*. História de Portugal, Vol. III, direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1997, p. 15), posição que destoa das conclusões de José Mattoso e Armindo de Sousa no tomo anterior da coleção. A mesma perspectiva de Magalhães pode ser observada em: DIAS, João Alves et al. A Conjuntura. In: _____ (org). *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Provença, 1999, p.701.

⁷² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. Lisboa: Verbo, 2ª edição, 1978, p.118.

⁷³ Balanços sobre a historiografia portuguesa nas últimas décadas podem ser lidos em: FREITAS, Judite A. Gonçalves de. Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévalisme portugais (c. 1970-c.2000). *Idem*; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. O medievismo em Liberdade: Portugal, Anos 70/Anos 90. In: *Signum. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais*. N.º3, 2001, p.173-207; Diplomática e História do Direito, raízes da 'nova' História Política. In: *Cuadernos de Historia del Derecho*, 12, 2005, p.43-56; MORENO, Humberto Carlos Baquero, DUARTE, Luís Miguel & AMARAL, Luís Carlos. História da Administração Portuguesa na Idade Média. In: *Ler História*, 21, 1991, p.87-98.

José Mattoso, no volume II da História de Portugal (1096-1480), afirma que a monarquia portuguesa teve um caráter feudal até D. Afonso III, período de mudanças significativas, como: os avanços no governo central, especificamente na burocracia; a importância do tribunal régio; e a organização das finanças régias (MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal - A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1994, p.275-276; ver ainda: Les Origines de l'État Portugais (XIIe-XIVe siècle). In: *Genèse de l'État Moderne en Méditerranée: Approches historique et anthropologique des pratiques et des représentations*. Collection de l'École Française de Rome, 1993, p.321-328). Mattoso argumenta que a monarquia portuguesa entre os séculos XI e XIII é uma monarquia feudal, isto é, "um poder régio que não distingue claramente o público e o privado, tal como acontecia nos restantes países europeus da mesma época. O Estado moderno não existe ainda: está em formação. Isto não quer dizer que seja ilegítimo usar o termo 'Estado' para designar o poder monárquico antes do século XIV. De fato, pode ser considerado, mesmo então, como um poder político superior e englobante, cuja autoridade é reconhecida pelos restantes detentores de poderes públicos ou privados, qualquer que seja a maneira como partilha com eles essa autoridade. Apesar de não se poder identificar o poder régio com o senhorial, é difícil isolar as prerrogativas que nesta época lhe pertencem exclusivamente. (...) O Estado moderno muda a natureza do poder político, na medida em que passa a considerar o reino como um todo unitário e o rei como uma autoridade "pública", que ele exerce "diretamente" sobre "todos" os cidadãos, qualquer que seja o seu estatuto jurídico ou os seus eventuais privilégios. (...) O Estado moderno nasce à medida que reserva exclusivamente para si a autoridade pública e política e em que cria uma organização de tipo burocrático para assegurar, cujos funcionários exercem uma autoridade delegada, não à título pessoal, mas em virtude das funções que lhes são cometidas dentro dela" (MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal. Idem*, p.269). Acredita-se que o trecho de Mattoso expressa bem alguns caminhos traçados pela historiografia portuguesa nas últimas décadas, especialmente no que tange a temática do processo de formação estatal.

⁷⁴ Tal ciclo de debates deu origem à publicação da seguinte obra: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (Coord.). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medievo* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999. É interessante ressaltar que esta foi a única inserção portuguesa, em conjunto, no projeto *Origins* – Carvalho Homem chegou a se inserir no volume *L'État moderne et les élites XIII-XVIII siècles*. Tal fato demarca os questionamentos propostos por Adeline Rucquoi ao problematizar a falta de reflexões fora do modelo franco-britânico no projeto de pesquisa *Genèse*. Especificamente sobre o caso português, em 1990, a autora destacava a completa falta de estudos acerca do Portugal medieval no grupo de pesquisa ibérico relativo ao programa (RUCQUOI, Adeline. *Genèse médiévale de l'Espagne moderne: du pouvoir et de la nation (1250-1516)*. In: GENET, Jean-Philippe (ed.). *L'État moderne: genèse. Bilans et perspectives. Idem*, p.24-25).

sobre *Power Elites* (1992), ligado ao projeto *Origins*, o ciclo português abordou a historiografia sobre o político, os suportes e instrumentos do poder do Estado moderno, a legislação, a propaganda, e o tema da comunidade política⁷⁵. Como salienta Maria Helena Coelho, desde os anos 80, com os trabalhos de Baquero Moreno, Antonio Manuel Hespanha, Carvalho Homem, Armindo de Sousa, entre outros, a história política foi retomada com novas interpretações em Portugal. No entanto, nota-se também que somente algumas temáticas foram de fato pesquisadas⁷⁶, permanecendo uma série de questões a serem exploradas.

Por ora, sem avançar no tema das relações diplomáticas, uma senda com poucos acúmulos na historiografia portuguesa, destaca-se que permanecem ainda muitas lacunas sobre as relações de parentesco na formação do Estado. Tema de estudo que na antropologia ocupa um lugar proeminente, o parentesco nunca foi completamente despercebido pelos medievalistas, mas entre os anos 70 e 80 uma série de novas preocupações foram depositadas na temática⁷⁷. No bojo deste movimento se vinculam os trabalhos de Georges Duby, Anita Guerreau-Jalabert, entre outros, que, recorrendo a fontes de natureza diversa, conferiram atenção especial às noções de ‘rede’ e de ‘relação de parentesco’⁷⁸.

Mapeando o desenvolvimento da temática, um grupo de autores franceses e alemães assinalou três etapas das pesquisas dentro da relação História e Antropologia nos estudos medievais: inicialmente confinada ao estudo das normas, dogmas e da liturgia; entre os anos 70 e 80, marcada pela expressiva ‘história da família’; e, por fim, uma ‘antropologia do parentesco’, que assim é definida: “*Ce n’est plus la ‘structure’, mais la ‘relation’ qui doit être le terme directeur, non plus l’unité d’habitation, mais l’interaction.*”⁷⁹ Tal perspectiva apresenta interfaces com a história institucional⁸⁰, e chama a atenção às questões envolvendo

⁷⁵ Destaca-se que nesse ciclo houve uma conferência, proferida pelo historiador Oliveira Marques, abordando o tema do Estado e das Relações Exteriores, os quais ainda envolviam questões acerca das fronteiras. Por mais que o autor citado seja uma grande referência da historiografia lusitana do último século, esse texto em especial não traz nenhuma contribuição significativa sobre o universo das relações externas do Estado português medieval, limitando-se a sintetizar apontamentos já feitos em reflexões de décadas anteriores, como as encontradas na *Nova História de Portugal*. Desta forma, o texto do ciclo não será retomado ao longo do trabalho.

⁷⁶ Faço menção aos temas da justiça e das instituições políticas, que aparece nos trabalhos de Hespanha e Luís M. Duarte; das Cortes, com Armindo de Sousa; e administração, com destaque para o Desembargo, nos estudos de Carvalho Homem e de seus orientandos.

⁷⁷ BERLIOZ, Jacques & LE GOFF, Jacques (com a colaboração de GUERREAU-JALABERT, Anita). *Anthropologie et histoire*. In: *L’Histoire Médiévale en France. Bilan et Perspectives*. Paris: Éditions du Seuil, 1991, p.273. É comum serem citados nessa projeção dos estudos de parentesco entre os medievalistas o trabalho de Jack Goody (*L’Evolution de la famille et du mariage en Europe* – 1985) e o volume *Famille et Parenté*, resultado de um colóquio interdisciplinar organizado em 1974 por Duby e Le Goff. Ver: *ibidem*, p.277.

⁷⁸ *Ibidem*, p.275.

⁷⁹ JUSSEN, Bernhard. *Famille et Parenté. Comparaison des recherches française et allemandes*. In: SCHMITT, Jean-Claude & OEXLE, Otto G. *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Age en France et en Allemagne*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p.448. “Não é mais a estrutura, mas a relação que deve ser o termo diretor, não mais a unidade de habitação, mas a interação” (Tradução livre).

⁸⁰ *Ibidem*, p.454.

as alianças, a descendência e o parentesco espiritual⁸¹. Particularmente, acerca das alianças destacam:

l'alliance met en jeu non deux individus, mais des ensembles plus larges de parents: si ce n'est plus le cas chez nous, il n'en va pas de même au Moyen Age, où tout indique que l'alliance est encore au cœur d'enjeux sociaux essentiels. (...) L'alliance assume donc une fonction 'politique', qui n'est pas réservée à quelques mariages remarquables mais correspond à une valeur sociale générale⁸².

Com estas observações, percebe-se que o tema do parentesco e das alianças oferece uma série de perspectivas de trabalho para estudos acerca das estruturas políticas medievais. Nesse sentido o avanço do método prosopográfico tem permitido o mapeamento de elites políticas, o estabelecimento de grupos que ocupavam postos nos espaços administrativos como o desembargo régio e as Cortes, chegando mesmo a alcançar a idade dos homens do poder⁸³.

Entretanto, ao circunscrever a discussão para o tema específico desta dissertação, outros problemas afloram. Um deles é saber, de fato, qual era o peso, a importância da família real na construção do Estado português. Muitos apontamentos são encontrados com frequência na literatura sobre o tema, recuperando elementos como a colocação dos infantes avisinos à frente das Ordens militares religiosas, a atuação de D. Duarte na administração do reino, a redação de escritos políticos pelo herdeiro e D. Pedro, etc. Contudo, o caso português ainda carece de uma análise de conjunto, que se afastando das tradicionais teses da oposição entre os membros da família real, consiga mostrar o papel dos infantes avisinos e dos laços de parentesco da estruturação do Estado em Portugal no século XV.

Um estudo emblemático de tema similar foi desenvolvido por Andrew Lewis em 1981. *Le Sang Royal. La famille capétienne et l'État, France, Xe-XIVe siècle*, é uma das principais referências acerca do papel fulcral das estruturas de parentesco para a organização

⁸¹ GUERREAU-JALABERT, Anita, LE JAN, Régine & MORSEL, Joseph. GUERREAU-JALABERT, Anita, LE JAN, Régine & MORSEL, Joseph. Familles et Parentes. De l'histoire de la famille à l'anthropologie de la parenté. In: SCHMITT, Jean-Claude & OEXLE, Otto G. (org.). *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Age en France et en Allemagne*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p.436-444.

⁸² *Ibidem*, p.440-442. "A aliança põe em jogo não dois indivíduos, mas os conjuntos mais amplos de parentes: se não é mais o nosso caso, não era assim na Idade Média, onde tudo indica que a aliança está ainda no coração das disputas sociais essenciais. (...) A aliança assume, portanto uma função política, que não está reservada à alguns casamentos notáveis mas corresponde à um valor social geral." (Tradução livre).

⁸³ Veja-se, por exemplo, os seguintes trabalhos: FREITAS, Judite A. Gonçalves de. A idade dos homens do poder: novos e velhos na burocracia de D. Afonso V (1439-1460). In: *Antropológicas*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 6, 2002, p.173-192; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990.

do poder régio francês entre os séculos X e XIV⁸⁴ e possibilita algumas perspectivas para o caso português. Das questões desenvolvidas na obra, enfatiza-se a abordagem das relações de parentesco que são analisadas pelo autor como um instrumento de destaque da família capetíngia frente aos demais clãs nobiliárquicos, formando uma “*communauté familiale*”. Lewis avança em observar que a realeza e seus mecanismos de exercício de poder estavam pautados em relações de parentesco, ou seja, que a família oferecia o modelo e a base para as ações, estruturando os comportamentos políticos.

A partir destes apontamentos, recupera-se que no Portugal avisino o papel adquirido pela família real foi um fenômeno novo. A vasta prole de D. João I – oito filhos, sendo dois bastardos – foi utilizada em todas as suas potencialidades, seja na administração interna do reino, na associação com o principal ramo da nobreza lusitana do período, a casa de Nuno Álvares, e ainda através de uma astuta política matrimonial, a qual casou quatro filhos fora de Portugal ampliando as relações diplomáticas do reino. Outro elemento, e não menos importante, relativo à família real avisina, é a forma como a mesma foi utilizada como instrumento de propaganda política. Nota-se uma verdadeira “campanha mitificadora” da dinastia, que pode ser expressa no exemplo da mudança da data da morte do fundador, D. João I, para que houvesse a coincidência com Aljubarrota e a conquista de Ceuta⁸⁵. Este é apenas um dos aspectos dessa propaganda, que contou ainda com a redação das crônicas régias – promovendo uma releitura da história de Portugal –, com a construção do mosteiro da Batalha, ou ainda com o culto do Infante Santo, entre outros elementos.

A perspectiva oferecida por Lewis leva à busca de uma visão de conjunto, que articule a ação da família real portuguesa – avisina no recorte desta pesquisa – na construção e consolidação do Estado. Nesse caminho, convém não negligenciar que os estudos medievais no Brasil⁸⁶ têm fornecido relevantes contribuições que se inserem nesta perspectiva. Das mais

⁸⁴ LEWIS, Andrew W. *Le Sang Royal. La famille capétienne et l'État, France, Xe-XIVe siècle*. Paris: Gallimard, 1986. O original inglês é de 1981, e a edição francesa recebeu prefácio de Georges Duby.

⁸⁵ Cf.: SOUSA, Armindo de. *A morte de D. João I. Um tema de propaganda dinástica*. Porto: Fio da Palavra, 2005.

⁸⁶ Com a forte influência da historiografia francesa, os estudos na academia brasileira ainda estão em processo de consolidação e as dissertações e teses começaram a surgir efetivamente a partir dos anos 70. A década seguinte pode ser descrita como o início do processo de institucionalização da área, pois nesses anos foi fundado o primeiro setor dedicado à História Medieval no âmbito de um programa de pós-graduação brasileiro (Setor de História Antiga e Medieval do PPGH – UFF) – o qual nos últimos vinte anos já elaborou mais teses e dissertações do que áreas de estudo mais tradicionais no Brasil, como História Antiga e História da América –, e o primeiro laboratório de pesquisa voltado à temática, o *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos*, em atividade da Universidade Federal Fluminense desde 1988. Os estudos medievais no país têm permitido ainda a aproximação entre as áreas da História, Letras, Filosofia, Artes e Direito, no entanto, preferiu-se restringir a análise aos estudos desenvolvidos no âmbito da História. Para reflexões sobre o tema, ver: ALMEIDA, Ana Carolina Lima & AMARAL, Clínio de Oliveira Amaral. *O Ocidente Medieval segundo a historiografia brasileira*. *Idem*; ASFORA, Wanessa Colares; AUBERT, Eduardo Henrik; CASTANHO, Gabriel

de cinquenta teses/dissertações defendidas no país, diretamente relacionadas à Dinastia de Avis, citam-se os trabalhos que discutiram como objeto central as temáticas relativas a presente dissertação.

O ano de 1997 na UFF/*Scriptorium* foi marcante, pois apresentou a conclusão de um ciclo de pesquisas de mestrado, formando-se nesses anos uma ‘geração’ de estudos relativos aos infantes avisinos. Investigações organizadas no bojo das problemáticas levantadas por Vânia Fróes (fundadora do *Scriptorium*), nas quais desenvolveu o conceito de ‘discurso do Paço’⁸⁷, incidem acerca do reinado de D. Duarte, e sobre D. Henrique e D. Pedro. Paulo Accorsi⁸⁸ apresentou dissertação de mestrado analisando parte da prosa avisina, mais especificamente aquela produzida no período do eloqüente e que estava sob o patrocínio régio, buscando compreender o caráter civilizatório e legitimador desse discurso. Para tal tomou como parâmetro teórico Norbert Elias – com os respectivos estudos sobre a sociedade de corte e o processo civilizador –, entendendo a corte como um microcosmo da sociedade portuguesa, e analisando os mecanismos de distinção social elaborados pela realeza no período eduardino.

Sílvio Queirós⁸⁹ dissertou a respeito da produção cronística de Zurara, e como nesta se percebe a construção de um modelo de súdito ideal, marcado, antes de tudo, pela lealdade, o infante D. Henrique. O autor conclui que o discurso produzido por D. Afonso V e Zurara, foi de grande valia para a estabilização interna no período posterior à Alfarrobeira, e de contribuição inquestionável para a afirmação da identidade portuguesa. Por fim, tem-se a dissertação de Miriam Cabral⁹⁰, o único trabalho de pós-graduação *strictu sensu* em História no Brasil sobre o infante D. Pedro de que se tem conhecimento. Analisando um dos textos da prosa moralística avisina, a *Virtuosa Benfeitoria*, a autora indica que tal escrito apresenta uma sociedade hierarquizada pautada pela benfeitoria, ocupando o rei, o ponto mais alto da

de Carvalho Godoy. Faire l’histoire du Moyen Age au Brésil: fondements, structures, développements. In: *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*, n.º 12, 2008 ; BASTOS, Mario Jorge da Motta & RUST, Leandro Duarte. *Translatio Studii*. A História Medieval no Brasil. In: *Signum*, n.º10, 2009, p. 163-188

⁸⁷ FROÉS, Vânia Leite. *Espaço e Sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502 – 1536)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. *Idem*. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese de Titular em História Medieval, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

⁸⁸ ACCORSI JR., Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A prosa civilizadora da corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1997.

⁸⁹ QUEIRÓS, Sílvio Galvão de. “*Pera Espelho de Todollos Uiuos*”. *A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1997.

⁹⁰ ABREU, Miriam Cabral Nocchi. *O Livro da Virtuosa Benfeitoria: um espelho das boas obras do Rei. A concepção de realeza e sociedade na obra de D. Pedro (1392-1449)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1997

hierarquia terrestre. A obra tem ainda a importância de observar a ação de D. Pedro no processo de afirmação da dinastia de Avis.

Dos trabalhos defendidos na primeira década do atual século, recuperam-se, inicialmente, a dissertação e a tese de Clínio Amaral⁹¹. Nelas, o autor buscou analisar como que o culto ao Infante Santo, D. Fernando, relaciona-se com o ‘projeto político avisino’, tanto de sacralização dinástica, quanto de propaganda régia. Percebeu ainda que tal culto – impulsionado por D. Afonso V – foi de grande valia para a retomada das campanhas africanas e para a estabilização interna do reino. Entre outros trabalhos de incidência sobre o tema dessa dissertação⁹², cita-se a pesquisa de João Cerineu de Carvalho⁹³. O autor analisou o Estado português quatrocentista, definindo-o em meio às tensões e às demais condições conjunturais, especificamente através dos instrumentos para o controle da violência. A referida pesquisa observou ainda como ocorreu uma concentração de poderes em torno da instituição estatal, paralelamente à manutenção da estrutura nobiliárquica da sociedade. Este último aspecto merece um destaque especial, visto que as conclusões de Carvalho seguiram no sentido de perceber que a concentração de poder político pela monarquia não eliminou os fundamentos nobiliárquicos que estruturavam o poder estatal do período.

Esse conjunto de estudos tem como eixo comum o fato de se relacionarem com uma problemática geral: a preocupação com o processo de afirmação e consolidação da dinastia de Avis – uma das principais bases das pesquisas levadas a cabo no *Scriptorium*, laboratório de pesquisa ao qual se vinculam todos os trabalhos, com exceção de Carvalho. A partir desse problema comum, se articulam os diferentes objetos e recortes, constatando o vínculo existente entre as distintas ações dos reis e dos infantes avisinos, que ganham coerência na observação de um ‘projeto político’, com diversas faces, elaborado pela dinastia.

*

⁹¹ AMARAL, Clínio de Oliveira. *A Construção de um Infante Santo em Portugal. (1438-1481)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004; e *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis. (1438-1481)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2008.

⁹² Cita-se também a dissertação de Ieda de Mello (*Rituais e Cerimônias régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D. João II. (Portugal 1438-1495)*). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.), a qual se concentrou na relação entre as cerimônias e rituais do poder régio e o processo de centralização monárquica. Esta dissertação trata ainda do período da regência de D. Pedro, analisando as relações políticas estabelecidas em Alfarrobeira. Marcelo Berriel defendeu tese sobre a representação social do cristão presente no discurso franciscano que esteve associada à noção de súdito. A tese avança pela análise das práticas sociais, percebendo a relação de apoio existente entre os reis de Avis e os frades menores (*Cristão e súdito: representação social franciscana e poder régio em Portugal (1383-1450)*). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007).

⁹³ CARVALHO, João Cerineu Leite de. *O Estado português avisino e a regulação da violência em princípios do século XV*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

Antes de avançar, cabe fazer uma síntese sobre as discussões teóricas e historiográficas desenvolvidas até então. Optou-se, desde o início, pela reflexão junto à dimensão da história política, mormente, no diálogo com os estudiosos que se colocaram nas últimas décadas a analisar o processo de gênese do Estado moderno. Tais perspectivas compõem o quadro mais geral em que se inserem as discussões que irão seguir nesta dissertação.

A inserção no conjunto historiográfico cujo expoente é Jean-Philippe Genet é deveras produtiva e permite analisar as relações diplomáticas de Portugal – e, conseqüentemente, a ação do infante D. Pedro – como instrumentos do fortalecimento do poder avisinio perante os demais poderes da Cristandade. Nesse sentido, especialmente a viagem caracteriza-se como um mecanismo que expressa tanto a flexibilidade das formas de construção das alianças externas no período, quanto indica, em outra escala, que as próprias estruturas políticas coetâneas mostravam-se envoltas em relações pessoais, articuladas sob um modelo familiar que oferecia categorias para as relações de poder.

Outros caminhos historiográficos e teóricos poderiam ter sido escolhidos, e então termos como Monarquia Feudal, Estado Monárquico, Estado Dinástico, etc., apareceriam constantemente. Não obstante, optou-se pela perspectiva processual de gênese do Estado moderno, sem adotar nenhum qualificativo – por exemplo, “dinástico” – para o prosseguimento da análise, visto que, como foi exposto anteriormente, tal “modelo operatório” já compreende discussões acerca do papel do poder dinástico nas estruturas políticas, das elites do poder, dos instrumentos do Estado, do papel da redistribuição, do ‘capital simbólico’ possibilitado pela presença nas estruturas estatais do medievo, entre outros aspectos que formam o universo em que a atuação do infante D. Pedro, com destaque para a viagem, será analisada. Dito isso, que se avance para as relações diplomáticas.

1.3. AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO MEDIEVO.

1.3.1. As bases conceituais das Relações Internacionais.

Com a crescente complexidade da vida internacional, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os estudos sobre as relações internacionais ganharam autonomia no campo da ciência política, articulando especialistas com formações variadas, tal

como historiadores, sociólogos, economistas, geógrafos e juristas, entre outros⁹⁴. No entanto, mesmo com a volumosa produção de trabalhos na área há algumas décadas, Adriano Moreira, especialista lusitano no assunto, recupera uma questão permanente, e que tem suas repercussões nos estudos medievais: seria pertinente a expressão ‘relações internacionais’ mesmo quando a maioria dos Estados existentes no mundo não corresponde a nações? As respostas apresentadas pelo autor recorrem ao uso antigo e contínuo da expressão, às relações com o direito internacional, e ao conseqüente “vínculo ético entre Estado e nação”, como forma potencial para viabilizar a autonomia e independência dos povos⁹⁵. Na mesma trilha da busca por uma melhor definição do campo de estudos da disciplina, Sergio Pistone diz que a expressão ‘relações internacionais’ implica a distinção desta esfera do âmbito das relações internas dos Estados⁹⁶. Para este, a expressão indica o complexo das relações que intermedeiam entre os Estados, entendidos quer como aparelhos, quer como comunidades. Acerca do critério que diferencia as duas áreas de atuação do Estado, as relações internas e as relações internacionais, afirma Pistone:

Na realidade, tal critério não pode senão referir-se essencialmente ao modo diverso como as relações internas e internacionais se regulam, ou seja, ao fato de que, enquanto as primeiras se desenvolvem normalmente sem o recurso à violência, que é monopólio da autoridade soberana, as segundas se desenvolvem “à sombra da guerra”, isto é, envolvem a possibilidade permanente da guerra ou da sua ameaça, quando não sua experiência freqüente. (...) O conceito fundamental de onde se há de partir é que, se a soberania ou monopólio internacional da força, é o poder de garantir, em última instância, a eficácia de um ordenamento jurídico, sendo por isso a garantia da manutenção de relações pacíficas, dentro do Estado, ela é também, por outro lado, a causa da guerra nas relações entre os Estados. (...) Tudo isto significa que, enquanto tem sentido afirmar serem as relações dos homens dentro do Estado reguladas pelo direito, uma afirmação desse tipo não tem qualquer fundamento se referida às Relações internacionais⁹⁷.

Em um estudo introdutório às Relações Internacionais desenvolvido por Cristina Pecequilo, encontra-se a seguinte delimitação:

O nascimento desta entidade política [o Estado Moderno] remete-se aos séculos XV e XVI, acompanhando o processo de decadência da Idade Média e suas formas organizacionais iniciado um pouco antes. (...) Para as

⁹⁴ MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 4ª edição, 2008, p.33, 37, 41.

⁹⁵ MOREIRA, Adriano. *Idem*, p.38.

⁹⁶ PISTONE, Sergio. Relações Internacionais. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.2, p.1089.

⁹⁷ *Ibidem*, p.1089.

Relações Internacionais, o marco deste processo de ascensão e afirmação do Estado Moderno será o Tratado de Vestfália, assinado em 1648 no encerramento da Guerra dos Trinta Anos, na qual estiveram envolvidos os Estados do continente europeu⁹⁸.

Nestas considerações percebe-se a importância do conceito de Estado – apresentado como entidade política que se remete à crise da sociedade feudal e caracteriza-se pela ordenação jurídica em que o poder estatal se sustenta –, da referência ao direito internacional, e da noção de Soberania – fundamentada em Bodin e Hobbes – para a construção das bases conceituais, e, inclusive, dos marcos cronológicos que estruturam as ‘Relações Internacionais’.

Tal perspectiva aparece claramente na análise de outro especialista, Stefano Mannoni. O autor reitera tais bases buscando uma precisa delimitação terminológica e contextual das Relações Internacionais. Argumenta que mesmo no Egito Antigo a 1280 a.C. é possível identificar atividades diplomáticas intensas, mas destaca que se o objetivo for reconstruir a relação entre o Estado e a dimensão internacional, a tarefa de uma definição com marcos temporais é viável, visto que Estado – agência titular do monopólio da força e da legitimidade sobre um território determinado e sobre a população que o habita, realidade que só apareceu em finais do século XV – se distingue de “diplomacia”, “autoridade”, “poder” e “governo” – vistos como categorias ahistóricas⁹⁹. Numa segunda proposta de definição, o mesmo autor reivindica a importância da dimensão jurídica:

No es arriesgado afirmar que lo específico de las relaciones internacionales entre los Estados consiste precisamente en su dimensión jurídica. El derecho, el *ius gentium*, es lo que marca la diferencia: aquí está el viraje decisivo. La premisa para su nacimiento es la progresiva reducción del panorama internacional a una dialéctica entre Estados soberanos en pie de igualdad.¹⁰⁰

Por sua vez, François-Xavier Guerra segue outra perspectiva de análise, e faz relevantes observações sobre a questão da soberania. De acordo com este autor, a moderna noção deste conceito é resultado de uma ampla e complexa evolução, e tem em Bodin sua

⁹⁸ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais. Temas, atores e visões*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2004, p.42.

⁹⁹ MANNONI, Stefano. *Relaciones Internacionales*. In: *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y derecho*. Roma: Editorial Trotta, 2002, p.198.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.198. “Não é arriscado afirmar que o específico das relações internacionais entre os Estados consiste precisamente em sua dimensão jurídica. O direito, o *ius gentium*, é o que marcou a diferença: aqui está a virada decisiva. A premissa para seu nascimento é a progressiva redução do panorama internacional a dialética entre Estados soberanos em pé de igualdade”. (tradução livre)

formulação moderna, o qual buscou encontrar o fundamento comum ao poder supremo acima da religião, designando esta esfera separada de ‘soberania’¹⁰¹. Ao analisar o conceito de soberania, François Guerra é mais um dos autores a pontuar a inadequação de alguns instrumentos conceituais para analisar a profundidade política do Antigo Regime¹⁰².

A partir destas considerações, e de certos parâmetros expostos anteriormente, percebe-se que noções muito precisas de Estado e Soberania marcam os estudos acerca das Relações Internacionais e orientam as bases conceituais e temporais da disciplina. Todavia, para o medievo, tais parâmetros lançam um olhar limitado, generalizante e, em vários momentos, ultrapassado, em especial acerca dos séculos XIV e XV.

Seguindo as propostas de estudiosos do pensamento político no medievo – com destaque para Walter Ullmann – Raquel Kritsh desenvolveu um trabalho recente sobre o tema, no qual demonstrou o lento processo de construção das noções modernas de Soberania e Estado¹⁰³. A autora lança-se contra o “dogma da soberania”, criação da época moderna, que orienta as abordagens do período medieval num erro de perspectiva, mostrando que soberania não era incompatível com a idéia de uma comunidade universal cristã¹⁰⁴. Mesmo no campo da ciência política, é possível encontrar definições amplas do conceito, que possibilitam a sua utilização em períodos anteriores aos abordados por Bodin e Hobbes. Afirma Nicola Matteucci:

Obviamente, são diferentes as formas de caracterização da Soberania, de acordo com as diferentes formas de organização do poder que ocorreram na história humana: em todas elas é possível sempre identificar uma autoridade suprema, mesmo que, na prática, esta autoridade se explicita ou venha a ser exercida de modos bastante diferentes¹⁰⁵.

Até o momento buscou-se apresentar, em linhas gerais, a constituição da área das Relações Internacionais, e discutir dois dos principais parâmetros utilizados nesses estudos.

¹⁰¹ GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía. In: GUERRA, François-Xavier & LEMPERIERE, Annick (org.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII e XIX*. México: Fondo de Cultura Económica/ Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998, p. 124.

¹⁰² *Ibidem*, p.109.

¹⁰³ KRITSCHE, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Imprensa Nacional, 2000.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p.23-32. Estas páginas iniciais trazem uma interessante discussão teórica acerca das noções de Estado e Soberania e, em especial, a nota 14 traz uma importante crítica a Jens Bartelson em sua proposta sobre Soberania e Relações Internacionais.

¹⁰⁵ MATTEUCCI, Nicola. Soberania. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.2, p.1179. Acrescenta-se ainda que na Idade Média, a palavra ‘soberano’ correspondia apenas a uma posição de proeminência, e que no processo de formação do Estado Moderno, tal relação sofre modificações, passando a relacionar o rei soberano com os súditos através da administração (p. 1181-1182).

Feitas estas considerações, é possível notar que o marco do tratado de Vestfália relaciona-se diretamente com as opções conceituais que limitam o trato com períodos históricos anteriores e adversos às características envolvidas em tais conceitos. Assim, com a rediscussão na ciência política e, principalmente, entre os medievalistas, acredita-se que informado por conceitos mais flexíveis e compatíveis com a dinâmica histórica coeva, é possível uma profícua análise sobre as relações diplomáticas na Baixa Idade Média. Tradicionalmente, todo esse conjunto de temáticas não se tornou objeto de pesquisa valorizado pelos historiadores do medievo, permanecendo, dessa forma, muitas lacunas a serem preenchidas, desde discussões teóricas e conceituais a trabalhos propriamente monográficos. Todavia esse quadro está em transformação.

1.3.2. As Relações Diplomáticas entre os medievalistas.

A falta de uma administração especializada, de embaixadores permanentes, ou até mesmo dos termos ‘Diplomacia’, ‘Relações Internacionais’, ‘Serviço exterior’, entre outros, durante os mil anos que tradicionalmente demarcam a Idade Média, foi por muito tempo empecilho para os estudos acerca dessa temática no medievo. Todavia, durante o século XX, tal barreira foi ultrapassada e, mesmo com orientações distintas, capaz de produzir reflexões relevantes, as quais observaram que mesmo com tais ‘faltas’, os poderes do medievo tiveram uma ação diplomática intensa e que foi se especializando nos séculos XIV e XV¹⁰⁶.

A primeira grande tentativa de síntese sobre o tema na Idade Média foi elaborada por François Ganshof em uma coleção dirigida por Pierre Renouvin na década de 50¹⁰⁷. É interessante que nesse texto, o autor ultrapassa a questão estritamente política das “relações internacionais” no medievo, dando atenção aos aspectos comerciais e ao papel do papado, por exemplo. No que tange os séculos XIV e XV, Ganshof destaca o contexto de crise e o conseqüente declínio da Idade Média, analisando as ‘linhas gerais’ do comércio internacional, a crise religiosa, a guerra dos Cem Anos, assim como os problemas internos enfrentados na Inglaterra e na França. Esses elementos compõem um capítulo de síntese em que aspectos distintos ganham coerência na idéia de que tais séculos marcam o declínio de uma etapa histórica e “*l’aube de temps nouveaux*”. Nota-se, sobretudo, que a noção de anarquia

¹⁰⁶ AUTRAND, François. Ambassade. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009, p.48.

¹⁰⁷ GANSHOF, François. Le Moyen Âge. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I: Paris: Librairie Hachette, 1953.

internacional, como característica das relações internacionais, norteia sua percepção do dito fim da Idade Média¹⁰⁸.

Contudo, o instigante trabalho de Ganshof não foi suficiente para conclamar um número significativo de historiadores a enveredar-se nas pesquisas acerca do tema e de suas mais variadas vertentes. Um dos principais problemas enfrentados pelos medievalistas ao prosseguir em tal vereda permaneceu sendo o etimológico. ‘Relações Internacionais’, ‘Relações exteriores’, ‘Diplomacia’, ‘Política Externa’, etc., uma série de termos, muitos dos quais desconhecidos no medievo, que colocam o historiador frente à problemática definição terminológica¹⁰⁹. Lucien Bély elenca ainda as dificuldades em se distinguir relações interiores de relações internacionais e o público do privado num período marcado pelos vínculos pessoais¹¹⁰. Outra questão constante é a (in)existência de embaixadas permanentes, servindo freqüentemente de base para argumentos acerca das limitações da diplomacia medieval, faltando ainda obras pautadas em uma aprofundada revisão crítica¹¹¹.

A constatação destas lacunas fica clara ao observar o destaque dado à diplomacia em *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. Nesta obra, a diplomacia está tratada em apenas um capítulo¹¹², no qual o tema aparece ligado à guerra, ambos percebidos como formas do Estado se afirmar e se engrandecer perante os vizinhos. Assim, retirando as páginas dedicadas à guerra, a diplomacia é discutida em três páginas, abordando genericamente a função, composição e os agentes da mesma¹¹³. Nota-se que neste texto Guenée trata dos embaixadores e das embaixadas, concluindo pela menção às embaixadas permanentes. Observa-se que a abordagem do autor é superficial e restritiva, pois analisa a diplomacia apenas pela questão das embaixadas/embaixadores, sem de fato estabelecer uma definição terminológica para os mesmos em vista da amplitude destes no medievo.

No entanto, retoma-se ainda a afirmação da falta de obras sobre o tema, visto que o trabalho de Guenée na década de 70 conseguiu elaborar o levantamento de somente nove

¹⁰⁸ *Ibidem*, p.305-306. A proposta do autor vê nos séculos referidos a falência das tentativas de ordem e paz levadas a cabo durante o medievo, reafirmando assim, a idéia de ruptura de tempo histórico.

¹⁰⁹ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009, p. 2.

¹¹⁰ BÉLY, Lucien. Conclusion. In: CLAUZEL, Denis; GIRY-DELOISON, Charles & LEDUC, Christophe. *Arras et la diplomatie européenne XVe-XVIe siècles*. Arras: Artois Presses Université, 1999, p. 299-300.

¹¹¹ Um relevante balanço sobre a temática pode ser encontrado em: PÉQUIGNOT, Stéphane. *Idem*, p.3; VAQUERO, Eloísa Ramírez. Estratégias diplomáticas del rey de Navarra en el tránsito al siglo XV. In: VV.AA. *Guerra y diplomacia en la Europa occidental. 1280-1480. XXI Semana de Estudios Medievales de Estella*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005, p.381.

¹¹² GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. *Idem*, p.171-181.

¹¹³ *Ibidem*, p.179-181.

artigos e livros que até o momento tinham se dedicado à diplomacia medieval¹¹⁴. Mesmo com poucas pesquisas e definições terminológicas quase inexistentes, o quadro começa a dar sinais de mudança.

Seguindo às esteiras da renovação da história política, novas temáticas surgiram entre os historiadores interessados na diplomacia medieval: as estratégias; os grupos envolvidos; os locais de paragem das missões; o papel e o uso da escrita; a diplomacia como espaço de interação; o ideal cortesão de embaixador; entre outros. A fim de sintetizar essas perspectivas atuais, remete-se a discussão, inicialmente, a dois autores franceses: François Autrand e Stéphane Péquignot. Autrand abordou o tema em diferentes textos, proporcionando um aprofundado balanço historiográfico e avançando em refletir sobre o problema do vocabulário para tratar do assunto no medievo¹¹⁵. É singular sua preocupação em observar a existência de uma pluralidade das formas de “relações exteriores” dos Estados – por exemplo, as decisões políticas, as negociações, as embaixadas –, pensadas enquanto práticas diplomáticas¹¹⁶.

Acredita-se, todavia, ser Stéphane Péquignot quem mais avançou na exploração do tema. Em tese de doutorado publicada 2009, o autor propôs-se a analisar a “prática diplomática” no reino de Aragão na passagem do século XIII para o XIV¹¹⁷, entendendo-a como:

Une expression que met d'emblée l'accent de manière pragmatique sur la variété des opérations effectuées et des protagonistes qui s'y investissent. Le champ envisagé embrasse donc les activités de représentation et de négociation politiques menées au nom d'un pouvoir auprès de pouvoirs étrangers, il concerne à la fois des méthodes, des hommes, des institutions et des valeurs¹¹⁸.

¹¹⁴ *Ibidem*, p.30-31.

¹¹⁵ AUTRAND, Françoise. *The Peacemakers and the State: Pontifical Diplomacy and the Anglo-French Conflict in the Fourteenth Century*. In: CONTAMINE, Philippe (Ed.). *War and Competition between States*. New York: Oxford University Press, 2000, p.249-277; AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. *Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge*. In: *Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l'Empire*. Paris: Perrin, 2005, p.41-177.

¹¹⁶ AUTRAND, Françoise. *The Peacemakers and the State: Pontifical Diplomacy and the Anglo-French Conflict in the Fourteenth Century*. *Idem*, p.253-254.

¹¹⁷ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi*. *Idem*. Nota-se que Autrand fez parte da banca de avaliação do trabalho do autor, o que também justifica a recuperação de referências deste por Péquignot.

¹¹⁸ *Ibidem*, p.2. “Uma expressão que imediatamente foca de maneira pragmática na variedade de operações efetuadas e nos atores que nelas investem. O campo considerado abrange, portanto, as atividades de representação e negociação políticas em nome de um poder perante poderes estrangeiros, relacionado, ao mesmo tempo, aos métodos, aos homens, às insituições e aos valores”. (tradução livre).

Esta definição é expressiva da riqueza de perspectivas de pesquisa acerca da diplomacia medieval, por mais que não resolva alguns problemas terminológicos¹¹⁹. *Au nom du roi* avança ainda na problematização da historiografia sobre o tema, o que permite que o autor discuta as “perspectivas tradicionais da história da diplomacia medieval”. Assim, demonstra o peso das definições pela “negativa” e das abordagens teleológicas pautadas em estabelecer as raízes e/ou a ruptura que formou a diplomacia moderna, que é caracterizada pelas embaixadas permanentes¹²⁰.

Mesmo com essa ‘efervescência’ de estudos, é interessante notar que em âmbito ibérico, a área ainda não deixou de ser uma “prima pobre” dos demais temas da história política, mesmo que se possa excetuar deste balanço a diplomacia do período dos Reis Católicos, especialmente do contexto de Tordesilhas¹²¹. Este ‘desinteresse’ contrasta com a própria história dos reinos ibéricos, nas quais as relações diplomáticas com os demais reinos da Cristandade e com o papado tiveram aspecto fundamental, principalmente nos séculos XIV e XV, contexto da Guerra dos Cem Anos, do Cisma, da expansão, e das disputas pela hegemonia peninsular.

Particularmente no caso português, tal situação é marcante. Manuela Mendonça, no ano de 1994, afirmava que a história das relações externas de Portugal ainda estava por se fazer, observando assim uma série de lacunas e objetos de pesquisa praticamente inexplorados¹²². Pelo o que se levantou durante o presente estudo, tal quadro não sofreu modificações expressivas nos últimos quinze anos.

No que tange a elaboração de obras de síntese sobre relações diplomáticas de Portugal, tem-se nas últimas décadas a publicação de três trabalhos¹²³. Todavia, produzidas em volume único, pouco espaço deram ao período medieval, além de manterem abordagens descritivas e tradicionais da temática. Apesar disso, há ainda alguns estudos que, mesmo não sendo específicos sobre o tema das relações externas de Portugal, produziram reflexões relevantes sobre o assunto. Citam-se: Fortunato de Almeida, autor de uma das principais obras sobre as

¹¹⁹ Péquignot expõe que seguirá, no referido texto, a definição de diplomacia de Autrand, que a entende como “conjunto de atividades de diálogo e de trocas políticas entre os Estados” (*ibidem*). Acredito que essa exposição e escolha não resolvem o problema, principalmente porque a diplomacia medieval não se restringiu à relação entre Estados, antes, envolveu um universo mais amplo de poderes.

¹²⁰ *Idem*, p.3-4.

¹²¹ LADERO QUESADA, Miguel Angel. *Historia institucional y política de la Península Ibérica en La Edad Media*. In: *En la España Medieval*. N.º 23, 2000, p.461.

¹²² MENDONÇA, Manuela. *As relações externas de Portugal em finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, 1994.

¹²³ FRAGOSO, José Manuel. *História Diplomática de Portugal*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1997. MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História Diplomática de Portugal*. Publicações Europa-América, 3ª Ed., 1990. MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. Editorial Verbo, 2ª edição, 1992.

relações entre Portugal e a Igreja, na qual se destacam as informações referentes aos embaixadores portugueses aos concílios do século XV¹²⁴; e Julieta Araújo que, orientada em sua tese por Manuela Mendonça, desenvolveu pesquisa acerca das relações políticas entre Portugal e Castela no século XV, na qual dá especial atenção para a política matrimonial, as trocas de embaixadas, o equilíbrio peninsular, entre outros temas caros a este trabalho¹²⁵.

Entre os estudos especializados publicados na Espanha, e que permitem comparações com o caso português, destacam-se: Miguel Ochoa Brun que produziu uma ampla coleção de síntese acerca da diplomacia espanhola, dos quais os quatro primeiros referem-se ao medievo¹²⁶; Nieto Soria, que tanto abordou o tema pelo prisma da propaganda régia¹²⁷ quanto pela relação entre Monarquia e Igreja¹²⁸; Oscar Villaroel González – orientado em seu doutorado por Nieto Soria –, que defendeu tese sobre as relações Monarquia-Igreja na época de D. João II de Castela¹²⁹, e ainda publicou posteriormente um estudo específico sobre as relações entre a realeza e o papado no século XV¹³⁰; e, por fim, Stéphane Péquignot, com a tese acerca da diplomacia de D. João II de Aragão (1291-1327), na qual, além do interessante balanço teórico e historiográfico e do apêndice prosopográfico acerca dos embaixadores, aborda os diversos instrumentos da diplomacia régia, incluindo a participação de membros da família real nestas relações¹³¹.

*

Avançando sobre algumas abordagens mais específicas, tem-se que durante todo o período medieval a atividade diplomática foi intensa, mas, especialmente nos finais do medievo, esta prática foi ampliada e sofreu algumas mutações. Bernard Guenée, ao lançar-se na discussão sobre os participantes e a dinâmica das embaixadas, insere a diplomacia no “grande movimento de especialização e burocratização que envolveu todos os Estados do Ocidente no final da Idade Média”¹³², percepção que é referendada por François Autrand¹³³.

¹²⁴ ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1967, 4v.

¹²⁵ ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

¹²⁶ OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1990-1995, 8v.

¹²⁷ NIETO SORIA, José Manuel. *Cerimônias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993.

¹²⁸ *Idem*. *Iglesia y génesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Editorial Complutense, 1993.

¹²⁹ VILLAROEL GONZÁLEZ, Oscar. *Las relaciones Monarquia-Iglesia em Época de Juan II de Castilla (1406-1454)*. Tesis doctoral, Madrid: Universidade Complutense de Madrid, 2007.

¹³⁰ *Idem*, *El rey y el Papa. Política y diplomacia en los albores del Renacimiento (el siglo XV en Castilla)*. Madrid: Sílex, 2009.

¹³¹ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Idem*.

¹³² GUENÉE, Bernard *Ibidem*, p.179-181.

¹³³ AUTRAND, François. *Ambassade. Idem*, p.48.

Contudo, se essa ‘especialização’ possibilitou a criação do ofício de embaixador e de um ‘serviço exterior’ específico nos séculos seguintes, não se deve perder de vista a ‘especialização’ temática, ou seja, a formação de especialistas em missões diplomáticas com fins definidos (ex: missões para a Inglaterra, missões para o Papado, missões para os reinos ibéricos). Esta característica ressalta a prática diplomática tardo-medieval por alcançar a variedade de agentes utilizados nas missões e a diversidade de emissores destas.

Tendo como pressuposto que a sociedade medieval era caracterizada pela pluralidade política, e que estes poderes variados – “poderes ricos”, como salienta Guenée¹³⁴ – podiam arcar com os custos das missões diplomáticas, a diplomacia régia, aquela feita ao nome do rei, constitui um tipo particular desse instrumento. Grandes nobres, o papado, os poderes urbanos, entre outros, aparecem nas fontes como emissores de embaixada, enviando representantes para negociar questões diversas. No período desta pesquisa também é freqüente encontrar menções de tratados de aliança entre reis e grandes nobres de outros reinos, como no caso da liga estabelecida entre D. João I e os infantes portugueses com os reis de Aragão e Navarra, e os demais Infantes de Aragão¹³⁵. Tais elementos por si só já impediriam de limitar a diplomacia medieval à relação entre Estados, cortes régias, ou entre poderes estrangeiros.

Nieto Soria muito contribuiu para esta discussão ao analisar a relação entre a Igreja e Estado no processo de gênese do Estado Moderno. Criticando as abordagens pautadas unicamente na laicização do poder estatal, defendeu a falta de demarcações entre o eclesiástico e o político, reafirmando a ‘cooperação’ existente entre tais esferas¹³⁶. A problemática exposta pelo autor espanhol abre perspectivas para a análise da utilização de clérigos nas relações diplomáticas não apenas pelo fato de serem letrados, mas também em virtude do ‘poder simbólico’ inserido na posição social destes agentes. Assim, estruturando-se em ‘cooperação’ com o poder da Igreja e através dos modelos organizativos desta, o Estado em formação agregou elementos religiosos para atividades laicas, como as missões diplomáticas.

Sem um ofício específico e composta por membros variados, a diplomacia medieval traz, implicitamente, como aspecto caracterizador e, ao mesmo tempo, problemático para a análise, a questão das individualidades e liberdades do embaixador. Assumindo a posição de representantes de outrem – na maior parte do rei – os indivíduos que compunham as missões diplomáticas não deixavam de ter seus próprios interesses e, conseqüentemente, estabelecer

¹³⁴ GUENÉE, Bernard. *Idem*, p.179.

¹³⁵ *Monumenta Henricina*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1961, vol. IV, doc.33, p.144-154

¹³⁶ NIETO SORIA, José Manuel. *Iglesia y génesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)*. *Idem*, p.17-22.

suas próprias relações pessoais. Uma observação acerca da diplomacia medieval na França elucida tal problema:

A la différence des missions officieuses, l'ambassade représente le roi. Pour un temps limité et un objet déterminé, elle agit au nom du roi, exerce l'une ou l'autre de ses prérogatives et engage sa personne. Pour cette raison elle a droit aux égards dus à la personne du roi. (...) Les pouvoirs donnent donc aux ambassadeurs une certaine liberté d'action dont ils usent selon les circonstances, leur talent ou leur audace¹³⁷.

Com estas considerações acredita-se ser possível oferecer algumas definições de trabalho sobre o tema. Adriano Moreira assim definiu a diplomacia: “Uma arte da negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados”¹³⁸. O trecho é expressivo em demonstrar as limitações dessa percepção para se tratar da diplomacia em períodos recuados, contudo, a restrição da diplomacia à relação entre Estados é um recurso freqüente entre os especialistas das Relações Internacionais, influenciando também os medievalistas¹³⁹.

A partir destas questões, penso a diplomacia régia como *conjunto de práticas políticas, não institucionalizadas, utilizadas pelo poder régio para negociar e fazer-se representar perante outros poderes, mormente estrangeiros*. Reafirma-se o fato de o vínculo com o poder régio apresentar-se como elemento fulcral, e assim, a escolha dos agentes da diplomacia passa, necessariamente, pela relação destes com o rei. Nota-se, ainda, que a diplomacia medieval caracteriza-se pela fluidez de práticas e agentes, e, como pontuado na análise acerca do Estado, tinha nas relações de parentesco um elemento que selava relações comerciais e políticas. Diz Maria Helena Coelho:

Com as uniões matrimoniais buscavam-se aliados, no intuito de um reforço do poder político, que se queria firmado no interior de um reino, mas maximamente projetado na constelação internacional das realezas. Um casamento, mais do que qualquer outro ato diplomático, unia partidos ou

¹³⁷ AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. *Idem*, p.114-115. “Diferentemente das missões oficiosas, a embaixada representa o rei. Por um tempo limitado e um objeto determinado, ela age ao nome do rei, exerce uma ou outra de suas prerrogativas e engaja sua pessoa. Por essa razão ela tem o direito às considerações devidas à pessoa do rei. (...) Portanto os poderes oferecem aos embaixadores uma certa liberdade de ação da qual eles fazem uso de acordo com as circunstâncias, seu talento ou sua audácia.” (Tradução livre).

¹³⁸ MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. *Idem*, p.75.

¹³⁹ Péquignot enfatiza, por exemplo, uma definição de Autrand: “[diplomacia] o conjunto de atividades de diálogo e de trocas políticas entre os Estados”. PÉQUIGNOT, Stéphane. *Idem*, p.2. (tradução livre)

casas reais, não apenas pelo vínculo político, mas pelo vínculo de sangue, dos herdeiros e das heranças¹⁴⁰.

Frente à impossibilidade de se desenvolver uma reflexão exaustiva acerca da diplomacia medieval, parte-se da definição estabelecida, demilitada pela autora portuguesa, seguindo dois eixos de análise: o papel dos vínculos de parentesco para a estruturação das relações diplomáticas de Portugal e a importância da viagem de D. Pedro para tais relações.

Como se mostrará, a construção e a consolidação das alianças externas portuguesas durante a dinastia de Avis tiveram nos laços de parentesco um aspecto fulcral, o qual sobressai das fontes relativas às atividades diplomáticas. Inserida nessa política avisina, a viagem do Infante (1425-1428) mostra-se como um exemplo paradigmático das formas e agentes variados que agiam como instrumentos da diplomacia do período, sendo ainda capaz de criar vínculos externos que, após a morte de D. Pedro em Alfarrobeira (1449), seriam abalados e demandariam novas estratégias diplomáticas da parte do rei D. Afonso V.

Neste capítulo abordaram-se três eixos (a renovação da História Política; as discussões acerca do Estado na Baixa Idade Média; e as relações diplomáticas no medievo), que se complementam e demonstram a importância das relações pessoais, da variedade de vínculos políticos, entre outros aspectos que estão inseridos na percepção ampla de ‘poder’ e ‘político’ que informa os estudos atuais, assim como no entendimento de que o processo de formação do Estado Moderno envolveu articulações entre diferentes esferas de poder e contou com a marca fulcral do poder dinástico.

No entanto, no momento de concluir, é premente refletir sobre as implicações das escolhas feitas. Tem-se consciência de que todo modelo, dentre eles o ‘modelo operatório’ de Estado moderno, apresenta problemas, oferecendo uma leitura disforme da realidade histórica. Elementos tendem a ser desconsiderados ou não aprofundados, e outros receberão maior destaque. Trata-se, desta forma, de uma opção a qual será bem vinda se servir de instrumento para a ampliação da pesquisa realizada. É nesse contexto que aparece o ‘modelo operatório’ “gênese do Estado moderno” nessa dissertação. Ao refletir acerca das implicações da viagem do infante D. Pedro, uma série de lacunas foram sendo abertas, carecendo de proposições que

¹⁴⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. In: *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXVI (2002-2003), vol.1, p.45.

repensassem a estrutura política do período em seu conjunto. Tomando como objetos de pesquisa a viagem e o contexto de Alfarrobeira, entendidos como expressões das relações diplomáticas da dinastia de Avis, o diálogo com as proposições, mormente, de Genet apareceram satisfatórias.

Quanto à diplomacia, tem-se que era desenvolvida por agentes de estatuto social diversificado, e marcada pelo estabelecimento de tratados de paz e aliança entre reinos, mas tinha na construção de vínculos de parentesco quiçá o principal mecanismo fortalecedor das relações externas. Acredita-se que descartar a utilização dos termos ‘política externa’, ‘relações externas’, ‘diplomacia’, entre outros, pelo fato destes não serem de uso coetâneo da sociedade analisada, ou por corresponderem a conceitos marcadamente atuais, não produziria uma inteligibilidade melhor. Assim, tanto para a discussão acerca do Estado quanto para o tema das relações diplomáticas, vislumbram-se definições precisas. Para o primeiro, adota-se a perspectiva do projeto *Genèse e Origins*; e, para o segundo, define-se as ‘relações diplomáticas’ como o conjunto de ações promovidas, mormente pelo poder régio, perante outros poderes, principalmente, estrangeiros. Acrescenta-se que estas ‘relações’ tiveram nas estratégias matrimoniais, na propaganda externa dos feitos da realeza, e na viagem de D. Pedro – instrumento singular –, mecanismos para fortalecer as alianças externas de Portugal.

Portanto, são essas as bases gerais que estruturam as reflexões acerca do papel do infante D. Pedro na construção e na consolidação das alianças externas portuguesas. Enfim, que se avance para a observação do quadro diplomático no qual atuou o Infante.

CAPÍTULO 2.

AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL

(1385-1448)

Após estabelecer algumas perspectivas historiográficas que serão seguidas ao longo deste trabalho, cabe compor um panorama das relações diplomáticas de Portugal no período em que se circunscreve a pesquisa. Os limites cronológicos escolhidos tomam como ponto de partida a ascensão de D. João I ao trono português (1385), e como término, o fim da regência em Portugal (1448).

Período singular da história lusitana, a passagem do século XIV para o XV foi marcada pela ascensão da dinastia de Avis, aquela que lançou os portugueses ao mar no movimento de expansão marítima, e que consolidou o processo de centralização política iniciado no século XIII. Não obstante, por mais que estas relações com movimentos de longa duração sejam importantes para compor um quadro amplo no qual se inserem as ações portuguesas na primeira metade do século XV, neste capítulo focalizar-se-ão, através de uma análise diacrônica de média duração, os anos de afirmação e consolidação de tal dinastia¹⁴¹. Estudar-se-á, principalmente, o reinado de D. João I (1385-1433), fundador da dinastia de Avis e promotor de uma série de políticas de legitimação, dentre as quais se destacam as estratégias diplomáticas; e o curto reinado de D. Duarte (1433-1437), período marcado pela manutenção do quadro diplomático formado no reinado anterior¹⁴². Acredita-se que com esta

¹⁴¹ Ao compor esse quadro diplomático e dimensionar a importância das relações externas para a dinastia de Avis na primeira metade do século XV, não convém preterir uma série de outras iniciativas, tão relevantes quanto as relações diplomáticas, que também incidiram em prol da legitimação e afirmação avisina. Nesses termos é possível estabelecer um ‘projeto político avisino’, tal como defende a historiadora Vânia Fróes, que articula: diferentes escritos promovidos pela realeza – as crônicas régias, os tratados morais e técnicos, os conselhos, etc. –; a construção de túmulos – com destaque para o Mosteiro da Batalha –, capelas régias e paços reais; a realização de festas e entradas régias como instrumento de propaganda política; o avanço institucional marcado pela chancelaria régia, a frequência da convocação das Cortes, e o reforço jurídico – pautado tanto na sistematização das leis, como na defesa da legislação real –; e o combate a diversos privilégios e prerrogativas da nobreza e do clero.

¹⁴² Trata-se de uma divisão tradicional, pautada na duração dos reinados. No entanto, mesmo com esta opção, cabe destacar que desde o contexto de Ceuta D. Duarte passou a estar “associado” à gestão do reino, o que

reflexão, de cunho mais descritivo, será possível uma melhor compreensão das estratégias avisinias na composição de suas alianças externas.

2.1.O QUADRO DIPLOMÁTICO DA DINASTIA DE AVIS

2.1.1. Os anos iniciais.

A ascensão de Avis se deu em um contexto de crise sucessória, a qual foi possibilitada pelas opções diplomáticas e matrimoniais do rei D. Fernando. Assim, antes de enveredar no reinado de D. João I, é interessante recuar aos anos finais da dinastia de Borgonha em Portugal a fim de melhor compreender o surgimento de Avis e, conseqüentemente, as escolhas joaninas no campo da diplomacia.

Com a morte do rei D. Pedro I em 1367, sucedeu-lhe seu filho D. Fernando. Este reinou durante dezesseis anos (1367-1383), período marcado pelos aspectos da tão citada “crise dos séculos XIV e XV”. Portugal conheceu freqüentes surtos de peste, viu-se deparado com o Grande Cisma do Ocidente, envolvido na Guerra dos Cem Anos e nas disputas pela hegemonia peninsular, além de acompanhar o processo de afirmação da dinastia Trastâmara em Castela. Todas essas circunstâncias se encontram relacionadas ao desenvolvimento da política fernandina, principalmente na Península Ibérica, influenciando as posições que seriam tomadas, futuramente, por D. João I.

O assassinato de Pedro I de Castela por seu irmão bastardo, Enrique Trastâmara¹⁴³ (1369), ofereceu à D. Fernando as bases para a decisão de intervir em prol da coroa castelhana – visto que o lusitano era bisneto legítimo do rei Sancho IV. Ao todo, entre 1369 e 1382, ocorreram três grandes investidas militares, as quais foram mal sucedidas para o rei português. Neste processo, o conflito entre Inglaterra e França alcançou as relações peninsulares, fazendo com que Portugal e Castela buscassem se alinhar com uma das posições beligerantes, disputas que se ampliaram com o início do Cisma da Igreja em 1378.

também fortalece nossa proposta de “herança” política joanina. Acerca da “associação” de D. Duarte ao trono, ver: DUARTE, Luis Miguel. *D. Duarte. (1391-1438)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2007, p.80-117. Acrescenta-se ainda que o período da regência será apenas tangenciado, visto que o último capítulo versará sobre esse período da história de Portugal.

¹⁴³ Ao longo do texto se utilizará a grafia dos nomes dos monarcas e infantes castelhanos e aragoneses em espanhol, visando facilitar a distinção com os homônimos portugueses.

Em meio a derrotas e assinaturas de tratados de paz, a diplomacia portuguesa do período, tratada frequentemente pela historiografia como ambígua¹⁴⁴, foi intensa e recorreu à política matrimonial como um dos principais instrumentos de negociação externa. Com a situação cada vez mais complicada, e que se agravou após a derrota na terceira guerra contra Castela, formulou-se o Tratado de Elvas-Badajoz, de Agosto de 1382, visando estabelecer a paz com este reino. O Tratado apresentava como grande eixo garantidor do término das hostilidades a proposta de casamento entre D. Beatriz, filha do rei português, e D. Fernando, filho secundogênito do rei castelhano. Contudo, a morte da rainha de Castela, no mesmo ano, veio provocar alterações nas decisões tomadas em Elvas. Com apoio, aparente, de seu conselho, o rei de Portugal negociou o casamento de D. Beatriz com o próprio rei de Castela, D. Juan I, o que foi assinado no Tratado de Salvaterra de Magos em Abril de 1383 e confirmado pelas Cortes de Santarém¹⁴⁵. A paz não duraria muito. Doente, D. Fernando veio a falecer na cidade de Lisboa em 22 de Outubro de 1383. D. Leonor assumiu em seguida a regência, em meio às preparações de D. Juan I para invadir Portugal na posição de esposo da única descendente legítima do monarca falecido.

Foi nesse contexto de crise sucessória que o Mestre da Ordem Militar de Avis começou a sobressair na política portuguesa. D. João, filho natural do rei português D. Pedro I, manteve uma ‘posição dúbia’ até finais de 1383, quando assassinou João Fernandes de Andeiro em 6 de Dezembro¹⁴⁶. O feito fez com que o Mestre de Avis intentasse ir para a Inglaterra servir ao rei Ricardo II em busca de honras e segurança¹⁴⁷. A idéia foi descartada

¹⁴⁴ Tal fato se dá pela manutenção das negociações simultâneas com a Inglaterra e Castela levadas a cabo pelos diplomatas de D. Fernando. Luís Adão da Fonseca usa o termo “duplicidade diplomática” para tratar da diplomacia fernandina (*O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986, p.21). A mesma idéia aparece em Ochoa Brun com a utilização de “duplicidad diplomática” e “descarada ambigüedad diplomática” (*Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v3, p.43). Tais termos são interessantes por também estarem presentes em análises sobre a política externa avisina, a qual se irá discutir ao longo deste trabalho.

¹⁴⁵ MARQUES, A.H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p.522. Nota-se que a percepção de que o referido tratado foi negociado a partir dos interesses portugueses também aparece em Adão da Fonseca: “Para Portugal, tal substituição representa uma imediata segurança, embora, como é de todos bem conhecido, represente também uma grave hipótese em médio prazo. Mas, em curto prazo, o benefício obtido parece justificar o preço. É, aliás, interessante referir que, no final de 1382, parece existir no País certo consenso a favor desta solução: ela representa a única alternativa capaz de, no momento, oferecer a paz.” (*O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986, p.25); todavia, outros autores o percebem como resultado direto da derrota (MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: 1987, p.29), como responsabilidade da rainha D. Leonor e de seu amante, João Fernandes de Andeiro (RUSSELL, Peter E. *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p.386-387), ou do mau assessoramento do rei português em nível diplomático (FERNANDES, Fátima Regina. *A Política Fernandina na Baixa Idade Média Portuguesa*. In: *Revista de História da UPIS*, vol.1, 2005, p.51).

¹⁴⁶ FONSECA, Luís Adão da. *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. *Idem*, p.30.

¹⁴⁷ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de Antonio Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1983,

após D. João aderir, ainda em Dezembro, aos pedidos do movimento revoltoso de Lisboa para que ficasse em Portugal e assumisse o posto de regedor e defensor do reino¹⁴⁸. Logo após a nomeação, o Mestre decidiu, juntamente com seu Conselho, enviar uma embaixada a Ricardo II para que os súditos deste pudessem ajudar contra os inimigos portugueses.

Em vista dos insucessos diplomáticos preparou-se uma nova embaixada para retomar as negociações, a qual foi bem ‘mais qualificada’ do que a anterior¹⁴⁹, e demarca-se, principalmente, pelo objetivo imediato pleiteado: o recrutamento militar. Nesse contexto, o Mestre de Avis buscava construir relações políticas na Inglaterra e reforçar suas fileiras na guerra contra Castela, e para tal deveria contar com embaixadores capazes de negociar junto ao rei e ao parlamento inglês o auxílio vislumbrado, sabendo que qualquer apoio de Ricardo II o comprometia na trama diplomática da Guerra dos Cem Anos¹⁵⁰.

A missão partiu em finais de Março de 1384, só conseguindo apresentar-se perante Ricardo II e aos conselheiros deste em Maio. Contudo, visando não abalar as negociações de tréguas com a França, que estavam prestes a iniciar, o rei inglês não tomou nenhuma atitude efetiva no sentido de ajudar o regedor português, situação que só mudou a partir de Julho/Agosto com a concessão para que os embaixadores recrutassem homens de armas e arqueiros¹⁵¹. Desse contato, gerou-se a carta do rei inglês descrita por Fernão Lopes, a qual é marcada pelos seguintes aspectos: trata o Mestre de Avis como “regedor e defensor dos reinos

Volume 1, Capítulo XVIII, p.40. Ver ainda o capítulo XXII, no qual Lopes descreve os argumentos de Álvaro Vasques defendendo que D. João não partisse do reino, visto que também alcançaria honras lutando ao lado da população de Lisboa (p.45-46).

¹⁴⁸ *Ibidem*, Capítulo XXVI, p.52-54.

¹⁴⁹ Esta ‘qualificação’ deve-se, sobretudo, ao estatuto social dos novos embaixadores, o qual se sobressai se comparado aos da primeira missão. Nesta, figuraram como embaixadores Lourenço Martins, criado do mestre e que depois foi alcaide de Leiria e Tomar, e Thomas Daniel, exportador têxtil de Bristol, que na altura tinha negócios em Lisboa. Estes representantes não possuíam as devidas distinções sociais para tal missão, sendo este quiçá um dos motivos para não alcançarem o êxito no recrutamento de tropas na Inglaterra. Sobre este embaixador de naturalidade inglesa, Humberto Baquero Moreno informa que o mesmo fora vassalo do rei D. Fernando, tendo sido beneficiado por carta de doação do monarca de 20 de fevereiro de 1381 com o lugar de Azeitão e umas casas localizadas em Lisboa. Sobre o assunto ver: *Ibidem*, Capítulo XLVII, p.95; FARIA, Tiago Viúla de & MIRANDA, Flávio. “Pur Bone Alliance et Amiste Faire”. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. In: *CEM, Cultura, Espaço e Memória*. Porto: Universidade do Porto, n.º 1, 2010, p.115-116; MORENO, Humberto Carlos Baquero. O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas. In: *Actas do Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Universidade do Porto, 1988, p.213; RUSSELL, Peter E. *Idem*, p.398.

¹⁵⁰ Assim, a nova missão teve como chefe o Mestre da Ordem de Santiago, Fernão Afonso de Albuquerque – enviado por representar perigo à causa de D. João –, e contou com a participação de Lourenço Anes Fogaça. Letrado, Fogaça integrou várias missões a Inglaterra, Roma, Castela e França no tempo de D. Fernando, falava anglo-normando, foi ouvidor, desembargador e chanceler-mor, sendo armado cavaleiro na Sé de Lisboa antes de partir na nova missão diplomática ao reino inglês, numa clara intenção de elevar o estatuto deste e da própria embaixada por parte do Mestre de Avis (ver: LOPES, Fernão. *Idem*, p.95; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Diplomacia e Diplomatas nos Finais da Idade Média. A propósito de Lourenço Anes Fogaça, Chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor. In: *Actas do Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Universidade do Porto, 1988, p.221-240; RUSSELL, Peter E. *Idem*, p.398-399).

¹⁵¹ RUSSELL, Peter E. *Idem*, p.400-401.

de Portugal e dos Algarve” e “prezado amigo”; faz referências aos embaixadores “cavaleiros” presentes na Inglaterra e ao oferecimento de galés portuguesas que poderiam auxiliar nos conflitos ingleses; menciona as negociações de paz com a França; e enfatiza a crença em Deus como base para futuras vitórias¹⁵².

De acordo com Peter Russell, somente em finais de Outubro Fogaça e Albuquerque começaram a desenvolver esforços efetivos para reunir tropas na Inglaterra, movimentação que enfrentou diversos problemas financeiros, os quais foram remediados pela fiança concedida pelas cidades de Lisboa e do Porto referentes aos fundos ou bens pertencentes aos mercadores portugueses no reino inglês, e pelo auxílio do meirinho de Londres e de alguns funcionários da corte de Ricardo II¹⁵³. A ação dos embaixadores portugueses em solo inglês é criticada por Russell, principalmente pelo endividamento indevido por parte destes e pela falta de critério no alistamento das tropas¹⁵⁴.

Concomitantemente ao recrutamento, em Portugal (Março de 1385) convocaram-se as Cortes para a cidade de Coimbra, a fim de resolver a questão dinástica elegendo um novo rei. A *Crónica de D. João I* descreve o processo que antecede e as atividades das Cortes de Coimbra em doze capítulos¹⁵⁵, os quais demonstram o clima de disputas acerca de quem eram os candidatos legítimos ao trono português. Lopes apresenta em seu texto a decisiva atuação do condestável Nun’Álvares e, principalmente, de João das Regras durante os debates ocorridos nas Cortes. Este letrado foi capaz de desenvolver um discurso em defesa da posição do Mestre, no qual faz um uso político singular do contexto cismático enfrentado pela Igreja¹⁵⁶.

¹⁵² LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo XLVII, p.97-98.

¹⁵³ RUSSELL, Peter E. *Idem*, p.404. Acrescenta-se que enquanto o recrutamento seguia lentamente, a situação em Portugal permanecia agitada e difícil. Desde Maio a cidade de Lisboa enfrentava um duro cerco imposto pelo rei de Castela, o qual durou até Setembro, sem que os lisboetas contassem com o auxílio inglês. Desgastado pelo insucesso e pelas inúmeras baixas nas tropas devido aos surtos de peste, D. Juan I decidiu encerrar o cerco, o que permitiu ao Mestre de Avis alguns meses para organizar as defesas de Portugal e aguardar o esperado auxílio de Ricardo II.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p.405-407. LOPES, Fernão. *Idem*, Volume 2, Capítulo LXXXIX, p.213-214. Este capítulo apresenta o endividamento e o luxo trazido pelo Mestre de Santiago durante a estadia na Inglaterra. Nota-se, contudo, que há historiadores que vêem com êxito a missão de Fogaça e Albuquerque, salientando o sucesso no recrutamento de tropas. MARTINS, Armando. Diplomacia e gestos diplomáticos no reinado de D. Fernando [1367-1383]. In: *Raízes medievais do Brasil moderno – Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2008, p.140.

¹⁵⁵ LOPES, Fernão. *Idem*, Volume I, Capítulos CLXXX-CXCII.

¹⁵⁶ A principal obra sobre a inserção de Portugal no contexto do Cisma do Ocidente permanece sendo BAPTISTA, Júlio César. Portugal e o Cisma do Ocidente. In: *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*. Lisboa: 1956, Tomo I. Nesta o autor afirma que “em parte alguma da cristandade a cisão religiosa serviu de instrumento político tão valioso como em Portugal” (p.172). Seguindo a mesma proposta de analisar os usos políticos e propagandísticos do contexto do Cisma tem-se ainda o artigo de Rafael Sesa. ‘El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa’. In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 4, 2006, pp. 307-320. Sobre a crônica,

Após tantas disputas, finalmente a causa do Mestre prevaleceu, sendo ele eleito rei de Portugal em 6 de Abril de 1385, à época com 26 anos. Cabe destacar que nas mesmas Cortes o tema das relações externas foi levantado. Inserida no conjunto das “funções primárias” que tais espaços desejavam exercer¹⁵⁷, sabe-se da solicitação que os participantes em Coimbra fizeram ao rei: que o casamento do monarca não fosse decidido sem o consentimento das Cortes. Mesmo em meio à turbulência de sua ascensão, D. João I negou tal pedido, tema que não voltaria mais a aparecer¹⁵⁸.

Com a decisão das Cortes, o reino português passava a ter uma nova dinastia, no entanto, esta estava fundada em um filho bastardo e, portanto, marcada pelo espectro da ilegitimidade. Assim, era mister promover ações visando a legitimação interna e externa. Destaca-se, desde já, que a nova dinastia ascendeu em oposição à causa castelhana, aliada da França, e, nesse contexto, investiu nas relações diplomáticas com a Inglaterra, ação que foi respaldada pelas principais cidades do reino, Lisboa e Porto, as quais tinham relevante incidência no comércio do mar do norte.

Retomando com os acontecimentos, nota-se que as disputas no contexto da crise sucessória portuguesa bem elucidam a importância das relações externas, mormente aquelas com o reino inglês, por parte da facção do Mestre de Avis. Em meio às investidas militares castelhanas e às objeções internas, o defensor e regedor do reino empreendeu o esforço de enviar duas embaixadas à Inglaterra. Não se sabe o montante dos gastos com tal movimentação, todavia fica claro o investimento em prol de conseguir o auxílio militar inglês. Percebe-se, pela carta de Ricardo II, que o objetivo buscado por tais missões era primordialmente bélico, visando alcançar o apoio para as tropas portuguesas. Aliás, até esse momento não se tem menção de nenhuma negociação de ‘aliança’ com os ingleses, o que só foi ocorrer com a eleição de D. João I como rei de Portugal. Um passo importante desta relação se deu enquanto as Cortes se reuniam, pois enfim chegavam os reforços militares tão aguardados. Ao perceber que finalmente tinham êxito as duas embaixadas enviadas ao reino inglês, D. João não tardou em despachar seis galés portuguesas em auxílio de Ricardo II¹⁵⁹.

descreve Fernão Lopes: “E por tamto pois que he serviço de Deos e proll e homrra da Samta Egreja, pera nom seermos destruidos de nossos emmiigos, e ella viinr em mãos de çismaticos, acordemos em huu amor e proposito; e em nome de Deos que he Samta Trimdade, Padre, e Filho e Spiritu Samto, nomeemos e escolhamos na melhor maneira que podee seer, este dom Joham, filho delRei dom Pedro, por rei e senhor destes rreinos; e outorguemoslhe que sse chame Rei, e mãde fazer no rregimento e deffemssom delles, todallas cousas que perteeçem ao officio de rei, segundo costumarom de o fazer aquelles que o ataa aqui foram” (LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo CXCI, p.421).

¹⁵⁷ SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p.258-259.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p.259, v.2, p.225.

¹⁵⁹ RUSSELL, Peter E. *Idem*, p.411. Nesses meses o reino inglês temia os ataques navais da França e de Castela.

O resultado das Cortes de Coimbra iniciou uma nova etapa das atividades diplomáticas do período da Revolução de Avis. D. João estabeleceu como um de seus primeiros atos o envio de novas instruções diplomáticas, nas quais explicitava o interesse de firmar uma aliança anglo-portuguesa e, conseqüentemente, ampliava os poderes delegados aos embaixadores¹⁶⁰. De acordo com o texto de Fernão Lopes, tem-se que uma intervenção inicial destes portugueses se deu em persuadir o duque de Lancaster a pelear pelo trono castelhano. D. João I é definido como rei vencedor de relevantes batalhas e como um importante aliado e “*amiguo*”¹⁶¹. A descrição lopeana das ações de Albuquerque e Fogaça junto à Jonh de Gaunt destaca a boa acolhida das novidades ocorridas em Portugal, e o empenho do duque em conseguir licença para partir à península visando assumir a posição de rei de Castela. Por fim, o cronista avança em expor o sucesso conseguido pelos embaixadores tanto em persuadir Jonh de Lancaster, quanto em alcançar uma aliança entre os reinos¹⁶².

¹⁶⁰ LOPES, Fernão. *Idem*, Volume II, Capítulo LXXVIII, p.194. “Quoamdo o Mestre foy alçado por Rey, enviou seu recado e outra procuração a estes mesageiros (Albuquerque e Fogaça), que por este negoço imda alla eraõ deteudos, em que lhe dava poder abastante pera trautar com ell Rey de Imgraterra e com o duque dAlemcrasto e asy outras pesoas, de quoall quer honrra e estado que fosse, aquelas liamças e amizades que por proll e serviço do Reino e homrra da sua pessoa emtemdese, avendo por firme todo o que dante tinhaõ feito e quoamto dally em diamte fizese, e outras tais rezõis dabastança.”

¹⁶¹ *Ibidem*, Capítulo LXXIX, p.195-196.

¹⁶² *Ibidem*, Capítulo LXXX, p.197-198. De acordo com a descrição lopeana é através do pedido de Jonh de Gaunt que o rei inglês decide apoiar a investida militar de Lancaster na península e estabelecer aliança com Portugal. “El Rey que seria estomçe pouco menos de vimte años, falou cõ aqueles cõ que esto cumpria de falar, e acordarão que era bem de lhe outorguar aquilo que pedia [o duque de Lancaster]. E pera se esto melhor fazer e seus feitos serem bem emcaminhados, que cumpria primeiro trautar boa liamça e amizade cõ el Rey de Portugal, em que estava grande ajuda de sua requesta.”p. 197. A inclinação de Lopes para qualificar o duque inglês está presente ainda no Capítulo LXXXVII, centrado na pessoa de Jonh de Gaunt.

Contudo, Peter Russell, contrastando com o texto cronístico, e ao analisar outros fundos documentais, oferece uma perspectiva diferente. De acordo com o historiador inglês, o contexto trouxe o retorno das querelas entre ingleses e franceses, o que se somou aos problemas enfrentados pelo duque de Lancaster dentro do reino. Mesmo a situação dos enviados de D. João não era favorável, visto que passaram por momentos desagradáveis com a justiça inglesa, tendo inclusive recebido salvo-condutos de Ricardo II para que não fossem presos pelas dívidas pleiteadas pelos credores. Conclui o autor que: “Além do recrutamento de um punhado de novos guerreiros e de esforços avulsos para arrebanhar desertores da antiga força, nada mais foi feito em Inglaterra entre Março e Outubro para ajudar D. João I”. Russell recupera ainda outra problemática, a que envolve a questão da legitimidade. John de Lancaster era casado com a herdeira legítima de Pedro I de Castela, morto por Enrique Trastámara, e toda a “propaganda lancasteriana” contra o novo rei castelhano pautava-se na idéia de que um príncipe bastardo não deveria ascender a um trono pleiteado por pretendentes legítimos, chegando mesmo a negar a possibilidade das Cortes de Castela (1366) elegerem seu soberano. Tais questões lançavam problemas para uma aliança com D. João I, rei bastardo que foi escolhido pelas Cortes de Coimbra (RUSSELL, Peter E. *Idem*, p. 412, 437).

Existe uma variedade de estudos que analisam o peso da ilegitimidade para o primeiro rei de Avis e, conseqüentemente, todas as medidas utilizadas em prol de expurgar este problema. O próprio Fernão Lopes ao descrever o contexto das Cortes de Coimbra salienta toda a argumentação de João das Regras visando legitimar a candidatura do Mestre de Avis e deslegitimar a dos demais concorrentes. Contudo, em uma obra de síntese recente sobre a História de Portugal, o tema da bastardia de D. João além de não aparecer como problema é vista como elemento ‘positivo’ e/ou ‘estratégico’: “A bastardia nobre e, sobretudo, a bastardia régia estavam longe de ser um estigma social; pelo contrário, esta última constituía até um claro sinal de distinção entre a nobreza”. Ver: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. Idade Média (séculos XI-XV). In: RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 4ªed., 2009, p.137.

Seguindo a contextualização de Russell, o capítulo LXXX da *Crónica de D. João I* em suas partes finais – isto é, a anuência para as pretensões ibéricas do duque de Lancaster – descreve os acontecimentos derradeiros de 1385 e de inícios do ano seguinte. Reunido desde Outubro de 1385 em Westminster, o Parlamento inglês analisou os pedidos ducais, concluindo pelo apoio à empreitada lancasteriana em meados de Dezembro, o que não evitou que somente em Janeiro se enviasse um emissário régio para apresentar a decisão a D. João I, que se encontrava na vila de Chaves¹⁶³.

Ainda durante esta reunião se passou outra etapa fulcral das relações luso-inglesas. Tendo recebido salvo-condutos por parte do rei inglês, os embaixadores portugueses iniciaram a negociação das cláusulas de um tratado de aliança entre os reinos, movimento que foi fortalecido pela nomeação de Ricardo Ronhale, doutor em direito, e Ricardo Alberbury e João Clanowe como encarregados pela redação do acordo¹⁶⁴. A posição de Albuquerque e Fogaça contou ainda com o reforço da retumbante notícia da vitória portuguesa em Aljubarrota (Agosto de 1385), na qual participaram guerreiros ingleses e gascões¹⁶⁵. Finalmente em 9 de Maio de 1386 foi finalizado o Tratado de Windsor.

Dentre as principais cláusulas destacam-se: o estabelecimento da paz perpétua entre os reinos, vinculada à prestação de socorro mútuo sempre que uma das partes estivesse ameaçada (salvo o Imperador; o duque de Lancaster, rei de Castela; e o papa Urbano VI); a fixação da liberdade de trânsito para que quaisquer pessoas e bens de ambos os reinos pudessem ir e vir; a definição de que ninguém de ambos os reinos auxiliasse por mar ou por terra, ou desse conselho a favor daqueles que são inimigos dos ditos reis; a demarcação de que cada uma das partes deveria avisar a outra, com prazo de seis meses, sempre que necessitasse de qualquer auxílio¹⁶⁶.

De acordo com Luís Adão da Fonseca, este Tratado apresenta-se como o desfecho do processo de “recuperação da autonomia das rotas portuguesas do Atlântico”¹⁶⁷. Para ter acesso privilegiado e ‘independente’ às rotas comerciais do “Atlântico meridiano”, Portugal

¹⁶³ RUSSELL, Peter E. *Idem*, p. 438. LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo LXXX, p.197-198. De acordo com Moreno a mensagem deve ter chegado a D. João entre 15 de janeiro e 30 de abril, período que o rei português permaneceu no cerco ao castelo de Chaves. MORENO, Humberto Carlos Baquero. O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas. *Idem*, p.215.

¹⁶⁴ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Vol. II, p.87-88. *Apud*: MORENO, Humberto Carlos Baquero. O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas. *Idem*, p.215. Acrescenta-se que a negociação do Tratado de Windsor não deve ser vista isoladamente, mas sim como reflexo de relações e tratados anteriores, assim como dos interesses contextuais de ambos os reinos (ver: FARIA, Tiago Viúla de & MIRANDA, Flávio. “Pur Bone Alliance et Amiste Faire”. *Idem*, p.110).

¹⁶⁵ RUSSELL, Peter E. *Idem*, p. 419-420.

¹⁶⁶ LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo LXXXI, p.198-199.

¹⁶⁷ FONSECA, Luís Adão da. *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. *Idem*, p.56.

necessitava, diz o autor, de uma posição diplomática anticastelhana e, conseqüentemente, pró-britânica¹⁶⁸. A análise proposta por Fonseca, elaborada em diferentes obras, pauta-se em identificar os vínculos e os interesses portugueses, principalmente os político-econômicos, nesse ‘espaço atlântico’. Desta forma, a nova dinastia portuguesa afirmava-se através da ‘opção atlântica’, criando um “quadro diplomático luso-britânico”, o qual ia de encontro aos interesses comerciais das cidades de Lisboa e Porto, além de reforçar as pretensões inglesas acerca do trono castelhano¹⁶⁹.

Após alcançar penosamente o recrutamento de guerreiros na Inglaterra, e ainda enfrentar um contexto de instabilidade interna e externa, o Tratado de Windsor figura como primeiro grande sucesso diplomático de D. João I. A partir de Maio de 1386 passa a existir uma ‘aliança’ – a qual seria selada em 1387 com o casamento entre o rei português e Filipa de Lancaster – entre os reinos, e através desse importante instrumento das relações diplomáticas possibilitava-se o reforço da posição do Mestre de Avis¹⁷⁰. Tipo de relação presente em diversos níveis na sociedade medieval, as ‘alianças’ são capazes de criar um ‘parentesco fictício’ entre os contratantes, além de estabelecer vínculos de clientelismo entre as partes¹⁷¹.

A partir das relações diplomáticas formadas pela aliança inglesa, ou, nas palavras de Adão da Fonseca, no “quadro diplomático do Primeiro Atlântico meridiano”, coube ao monarca avisino formar uma rede de vínculos diplomáticos para o reino português, os quais serviriam de base para o fortalecimento da própria dinastia.

¹⁶⁸ FONSECA, Luís Adão da. *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Século XIV-XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1999, p.32.

¹⁶⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I. (1357-1433)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008, p.125. Tem-se ainda, que “o contexto de Windsor é eminentemente político, militar e estratégico. Mas os homens de negócios – talvez mais até os de Portugal – viram aqui uma oportunidade. A inclusão de cláusulas econômicas no tratado de 1386 é um indicador claro da visibilidade e do peso políticos que a mudança de dinastia trouxe a alguma da burguesia mercantil portuguesa. E apesar do acordo de 1353 ainda não ter expirado, é claro que este não se podia comparar às garantias que um pacto sem prazo de validade transmitia” (FARIA, Tiago Viúla de & MIRANDA, Flávio. “Pur Bone Alliance et Amiste Faire”. *Idem*, p.114).

¹⁷⁰ De acordo com Fúlvio Attinà, as alianças constituem a forma mais íntima de cooperação entre Estados, vinculando a ação destes nas circunstâncias e nos modos previstos pelo acordo ou tratado que as instituiu. Condicionada pela política interna de cada membro, uma Aliança se caracteriza ainda pelo compromisso, em questões políticas ou militares, que diferentes Estados assumem para a proteção e a obtenção de seus interesses. Estes são, na prática, três, correlatos e interdependentes de várias maneiras: a segurança, a estabilidade e a influência. Por fim, uma Aliança oferece vantagens políticas e militares, visto que um Estado se sente mais forte com o apoio diplomático de seus aliados, ou seja, o Estado **sente poder contar** com outras forças além das suas. (ATTINÀ, Fulvio. Aliança. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.1, p.17-19). A tentativa de síntese exposta por Attinà fundamenta-se nas relações entre Estados contemporâneos, no entanto estabelece critérios que são identificáveis nas alianças estabelecidas pela Dinastia de Avis entre os séculos XIV e XV, como, por exemplo, o Tratado de Windsor, tratado de aliança que se projeta a partir dos interesses políticos e militares de cada um dos envolvidos.

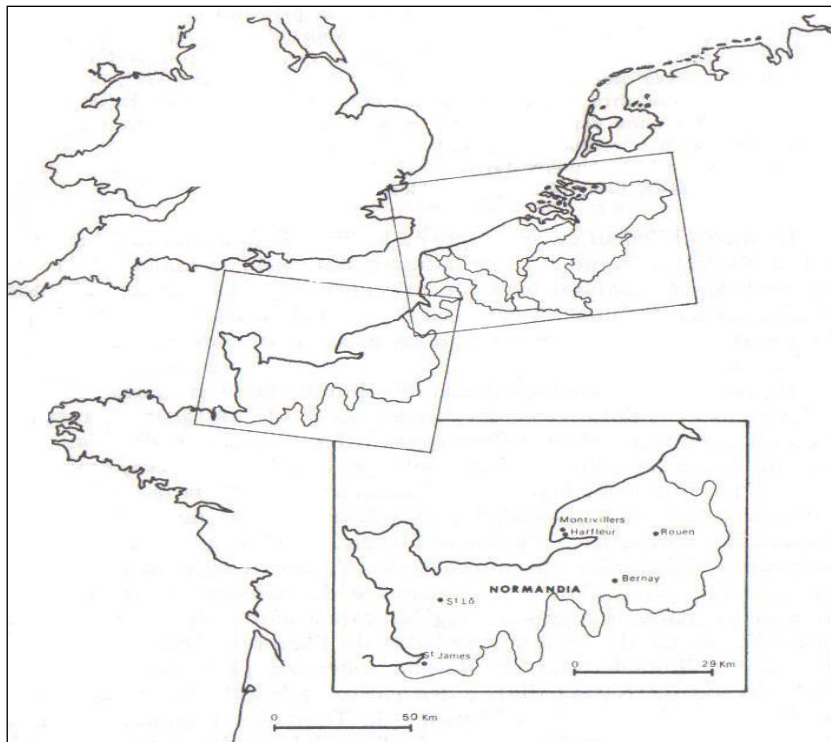
¹⁷¹ MATTÉONI, Olivier. Alliance. In: GAUWARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009, p.42-43. O verbete é interessante por discutir as alianças na Baixa Idade Média, contudo pouco avança acerca das alianças como instrumento diplomático.

2.1.2. A formação e a consolidação das alianças externas.

A partir do Tratado de Windsor, e com o gradativo ‘esfriamento’ da guerra luso-castelhana, aos poucos Portugal conseguiu estabelecer alianças externas que contribuíram para a afirmação e a legitimação da nova dinastia. Dito isso, passa-se a observação, principalmente, do quadro diplomático criado e consolidado no reinado de D. João I (1385-1433), período em que ocorreu a viagem de D. Pedro.

*

Com o reino da França, os contatos diplomáticos foram escassos, em grande parte devido ao contexto do Cisma, pelas disputas entre Portugal e Castela – aliada dos franceses –, e, principalmente, pela aliança luso-inglesa no contexto da Guerra dos Cem Anos. Todavia, o fluxo comercial com tal reino era constante, existindo privilégios aos mercadores lusitanos datados do século XIV¹⁷². De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, somente no reinado de D. Duarte, quando ocorreu a paz de Arras (1435), e a partir desta a reconciliação franco-borguinhã, que as relações de Portugal com este reino ganharam novos rumos, o que, no plano político, de fato ocorreria no período de D. Afonso V¹⁷³.



¹⁷² FONSECA, Luís Adão da. *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Século XIV-XVI. Idem*, p.43.

¹⁷³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Idem*, p.76.



Figura 1. Principais regiões exportadoras de têxteis para Portugal¹⁷⁴.

No que tange o ducado da Bretanha, à época com autonomia política da França, os contatos também foram predominantemente comerciais. O período que abarca o reinado de D. João I pode, inclusive, ser descrito como um momento de “fulgor político” do ducado¹⁷⁵. Envolto em atos de pirataria, o comércio português com os bretões seguiu de forma constante ao longo das primeiras décadas do século XV – tendo D. João assinado várias cartas de privilégio em favor dos comerciantes do ducado – e conheceu uma intensificação no reinado de D. Duarte, e, principalmente, na regência do infante D. Pedro¹⁷⁶.

Com o Sacro Império as relações de Portugal foram ainda mais frágeis. É de se supor, no entanto, que após a conquista de Ceuta (1415), e a exposição desta no Concílio de Constança, tais vínculos tenham se ampliado¹⁷⁷. Foi nesse contexto que o Imperador ofereceu a Marca de Treviso ao infante D. Pedro, e este, quase dez anos depois (1426-1428), foi às terras do Império para auxiliar Sigismundo nas lutas contra os turcos. Argumentando em prol da importância da estadia do Infante, Oliveira Marques afirma que a ela se deve a fama portuguesa na corte imperial¹⁷⁸.

Nota-se que esta relação é singular. Por mais que o Império não oferecesse retorno comercial ou auxílio militar à Portugal, a aproximação entre o poder avisino, empenhado na

¹⁷⁴ Reproduzido de MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.160-161.

¹⁷⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Idem*, p.53.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p.56-57; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.321.

¹⁷⁷ OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v.3, p.74.

¹⁷⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.322.

luta contra os mouros do norte da África e da península ibérica, e o poder imperial, vinculado ao combate perante o avanço turco, reforçava ambos os poderes no cenário da Cristandade. Nesse sentido, não se deve esquecer que o Império ainda tinha uma importância política relevante nos finais da Idade Média¹⁷⁹, o que fortalecia a imagem externa de Avis. Por fim, acrescenta-se que durante a regência de D. Pedro foram iniciadas articulações para o consórcio matrimonial de D. Leonor na corte imperial, enlace que ocorreria no reinado de D. Afonso V¹⁸⁰.

Próximo ao caso da Bretanha, as relações com as cidades italianas também tiveram como característica predominante as trocas comerciais¹⁸¹. Soma-se a existência de comunidades ‘italianas’ em terras portuguesas desde o século XIV, o que favorecia a circulação de pessoas, bens e informações¹⁸². O caso de Florença é interessante pois foi na cidade que D. João I fez um depósito, o qual foi deixado para D. Pedro em testamento¹⁸³. Para além das questões comerciais, Portugal estabeleceu contatos culturais com a cidade, e contou também com a destacada atuação de D. Frei Gomes, abade de Santa Maria in Fiesole, em Florença. De acordo com Alfredo Marques:

D. Gomes veio a ser o grande agente português residente em Itália. Tinha estudado na Universidade de Pádua, provavelmente desde 1409. (...) Em 1419, por ordem de Ludovico Barbo, o português iria chefiar um grupo de frades que iriam ocupar e reformar a Abadia de Florença (S.^a Maria), integrando-a dentro da observância da congregação de S.^a Justina criada por Barbo (...). Durante todo este período o Abade de S.^a Maria foi o principal representante dos interesses portugueses junto do Papa e dos círculos

¹⁷⁹ Em obras gerais sobre os últimos séculos do medievo, Guenée e Baschet são contundentes em indicar que o Império permanecia com um papel notável nas relações europeias (GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p.52-63; BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, p.86).

¹⁸⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. In: *Revista Português de História*. Tomo XXXVI (2002-2003), vol.1, p.47-48.

¹⁸¹ OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Idem*, p.78.

¹⁸² MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.40-42. Filipe Themudo Barata analisou o crescimento da presença de comunidades portuguesas no Mediterrâneo, destacando a atuação junto às cidades italianas. De acordo com o autor, em 1429 data o primeiro tratado comercial luso-florentino, com o estabelecimento de privilégios para que estes comercializassem em Portugal. Afirma ainda que “durante a primeira metade do século XV a presença portuguesa ir-se-á consolidar em muitos pontos do Mediterrâneo. Tanto no que diz respeito às atividades econômicas, como aos novos equilíbrios políticos regionais, o reino de Portugal passou a ter um peso que até aí era desconhecido. Se é verdade que essa presença se fez sentir mais fortemente nas costas catalã e valenciana, também muitos portos e cidades da península italiana assistiram a um aumento da presença portuguesa”. BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, Comércio e Relações Políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d, p.32, 196-215, 416-418. Acerca das relações entre Portugal e Gênova, ver: GIOFFRÈ, Domenico. Genova. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editora, Vol.II, p.338-340.

¹⁸³ Cf.: Capítulo 4, *supra*.

florentinos e romanos, e foi mesmo enviado como legado papal a Portugal em 1435-1436¹⁸⁴.

Retomando com os outros vínculos diplomáticos, há ainda alguns vestígios das relações com Guilherme VI, duque da Baviera, conde da Holanda. Em 8 de Maio de 1411, D. João I assinou um acordo para enviar conselheiros a fim de discutir os danos e as dívidas causadas reciprocamente pelos respectivos súditos¹⁸⁵. Destas discussões, afirma Robert van Answaarden, decidiu-se uma trégua para a segurança dos mercadores holandeses, zelandeses e portugueses, o qual foi renovado recorrentemente¹⁸⁶.

Quanto a Inglaterra, as relações diplomáticas foram marcadas por oscilações e merecem uma atenção especial. De acordo com Peter Russell, a aliança luso-inglesa afirmada em Windsor e reforçada pelo casamento entre D. João e D. Filipa, era vista, na passagem da década de 80 para a de 90 do século XIV, como um “enfado político” em Londres, principalmente em virtude das negociações de paz dos ingleses com os franceses e castelhanos¹⁸⁷. No entanto, observa Russell, entre 1391 e 1392, ao passo que fracassavam as tentativas de paz com Castela, era possível detectar uma reaproximação¹⁸⁸.

No intuito de analisar os elos que ligavam Portugal e Inglaterra em fins dos trezentos, o historiador inglês é enfático em ressaltar a importância de D. Filipa. Esta permitiu uma intensa circulação de pessoas e informações entre as cortes, além de reforçar a ascendência inglesa dos infantes avisinos¹⁸⁹. Mas, como adverte Ochoa Brun:

En el siglo XV, sin embargo, habida cuenta de los nuevos caracteres de la situación política europea, esta relación disminuye en importancia; la pacificación luso-castellana hacia menos necesaria la antedicha garantía y, por otra parte (...), las orientaciones portuguesas habían cambiado de objetivos, trocando sus planteamientos europeos por nuevas y ambiciosas líneas de expansión oceánica. Así pues, la relación con Inglaterra, aun manteniéndose incólume, adquiere colores más ténues y desvaídos¹⁹⁰.

¹⁸⁴ MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar, 1994, p.171-172.

¹⁸⁵ Arquivo Geral do Estado Haia, *Condes da Holanda*, nº 205/206, f.47 vo. *Apud*: ANSWAARDEN, Robert van. Dois arautos e um harpista. As missões diplomáticas de D. João I à Holanda. In: *História*, nº 26/27, dez.1980/jan.1981, p.55-56.

¹⁸⁶ ANSWAARDEN, Robert van. *Idem*, p.56-57.

¹⁸⁷ RUSSELL, Peter E. *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. *Idem*, p.563-572.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.574-575.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p.578-580. Conclui Russell sobre a ação de D. Filipa: “... terá sido por ação da personalidade da rainha que a ligação entre a Inglaterra e Portugal evoluiu para além de uma formal aliança militar e comercial.” (p.583)

¹⁹⁰ OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Idem*, p.80.

O mesmo argumento aparece em Russell ao indicar que a partir de 1415 – com a morte de D. Filipa e o início da “expansão em África” – as atenções de Portugal se canalizaram para o sul e, conseqüentemente, a aliança luso-inglesa se esvaneceu quanto vínculo político-militar, e se manteve como marco de relações comerciais¹⁹¹.

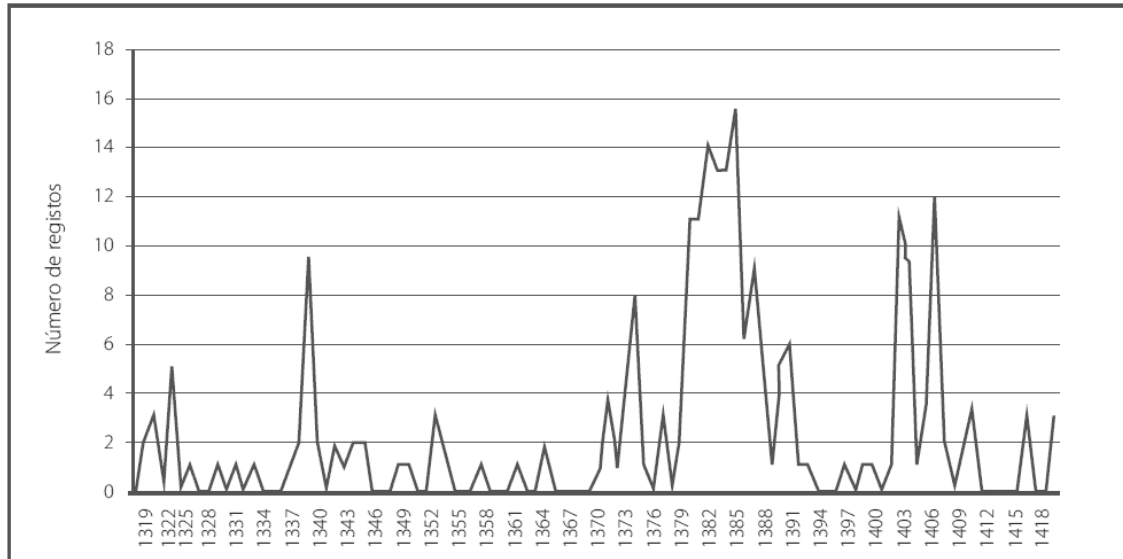


Gráfico 1. Freqüência da atividade mercantil portuguesa em Inglaterra (1319-1420)¹⁹²

Tais argumentos, assim como os dados do gráfico acima, relativizam o peso político desta aliança no século XV, informando que através do comércio ela se manteve, por mais que a atividade mercantil também tenha sofrido variações significativas no início do século XV. Quais teriam sido os motivos de tamanha alteração no volume da presença mercantil portuguesa nos portos ingleses? Afinal, existe uma queda significativa entre os anos 80 e 90 do século XIV, e as primeiras décadas dos quatrocentos.

Jennifer Geouge argumenta acerca da instabilidade dos vínculos comerciais luso-ingleses, defendendo que uma das formas com que D. João tentou reforçar os laços com a Inglaterra foi através de uma política comercial, mas esta foi permeada de casos de confisco, desrespeitos a costumes comerciais, e pirataria¹⁹³. A mesma autora indica que a ascensão de Henrique IV Lancaster ao posto de rei inglês (1399-1413) foi um elemento importante para o fortalecimento das relações entre os reinos – visto que o antecessor, Ricardo II, por exemplo, aumentou impostos sobre o vinho prejudicando os mercadores portugueses na Inglaterra¹⁹⁴.

¹⁹¹ RUSSELL, Peter E. *Idem*, p.585.

¹⁹² Reproduzido de: FÁRIA, Tiago Viúla de & MIRANDA, Flávio. “Pur Bone Alliance et Amiste Faire”. *Idem*, p.121.

¹⁹³ GEOUGE, Jennifer C. Comércio anglo-português durante o reinado de D. João I, 1385-1433. In: BULLÓN-FERNÁNDEZ, María. *A Inglaterra e a Península Ibérica na Idade Média. Séc. XII-XV. Intercâmbios culturais, literários e políticos*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2008, p.125-129.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p.129.

Destaca-se ainda que este argumento de Geouge é interessante e é corroborado pelo gráfico, o qual indica que após o ano de 1400 houve um crescimento significativo da presença comercial portuguesa na Inglaterra. Esta reaproximação contou ainda com o casamento entre D. Beatriz e o conde de Arundel (1405), e com a assinatura de um decreto régio de Henrique IV que autorizava a livre circulação dos mercadores lusitanos em todos os domínios do reino inglês¹⁹⁵.

Contudo, indica Geouge, no primeiro reinado de Henrique VI (1422-1461) as dificuldades comerciais retornaram com novos confiscos e atos de pirataria¹⁹⁶. A partir de tais apontamentos, ressalta-se que a análise exposta pela autora apenas tangencia dois empreendimentos de Portugal nos anos iniciais deste reinado que tiveram repercussões sobre as relações luso-inglesas. O primeiro, é que em 1422, D. João encetou uma série de investidas no intuito de negociar o casamento de sua única filha legítima, D. Isabel, com o duque Filipe o Bom da Borgonha. Por mais que as relações luso-borguinhãs tivessem sua própria dinâmica, recorda-se que neste período existia uma aliança entre o ducado e a Inglaterra, e assim, talvez com a união matrimonial da infanta, os vínculos com os ingleses pudessem ser reforçados. A segunda ação portuguesa se deu com a ida do infante D. Pedro, nobre reconhecido na Cristandade por ter participado na conquista de Ceuta, ao reino inglês no ano de 1425. Dos objetivos desta estadia pouco se sabe, mas ao observar o contexto em que se realizou, é possível inferir que visava consolidar os laços luso-ingleses.

Nos anos seguintes o reino inglês permaneceu como um tradicional aliado, no entanto, os conflitos internos que grassaram na Inglaterra ao longo do século XV, sendo emblemático o exemplo da guerra das Duas Rosas (1455-1485), somados às intensas atividades diplomáticas no cenário ibérico – não mais articulado com a disputa anglo-francesa de inícios do século –, e ao investimento português na política africana, fizeram com que a aliança se reafirmasse principalmente através dos vínculos comerciais. O gráfico apresentado anteriormente indica ainda que após 1410 o fluxo comercial entre os reinos diminuiu, e tal fato é paralelo ao aumento das relações econômicas com a região de Flandres e as demais cidades da Borgonha.

Aproveita-se a menção à este ducado para enfim recuperar as relações de Portugal com o mesmo, quiçá a mais intensa da primeira metade do século XV, excluindo-se as com os reinos ibéricos. Inicialmente, a relação luso-borguinhã pautou-se nas questões econômicas, sendo conhecidos documentos acerca de salvo-condutos, privilégios comerciais, entre outros

¹⁹⁵ *Ibidem*, p.132.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p.134.

envolvendo esta área¹⁹⁷. Dos anos iniciais do reinado de D. João I têm-se ainda outros documentos em favor dos mercadores de Portugal¹⁹⁸ e menções de uma embaixada, chefiada por Fernão Gonçalves, familiar do rei e licenciado em leis, no intuito de negociar um acordo comercial com Flandres, Bretanha e a Normandia¹⁹⁹.

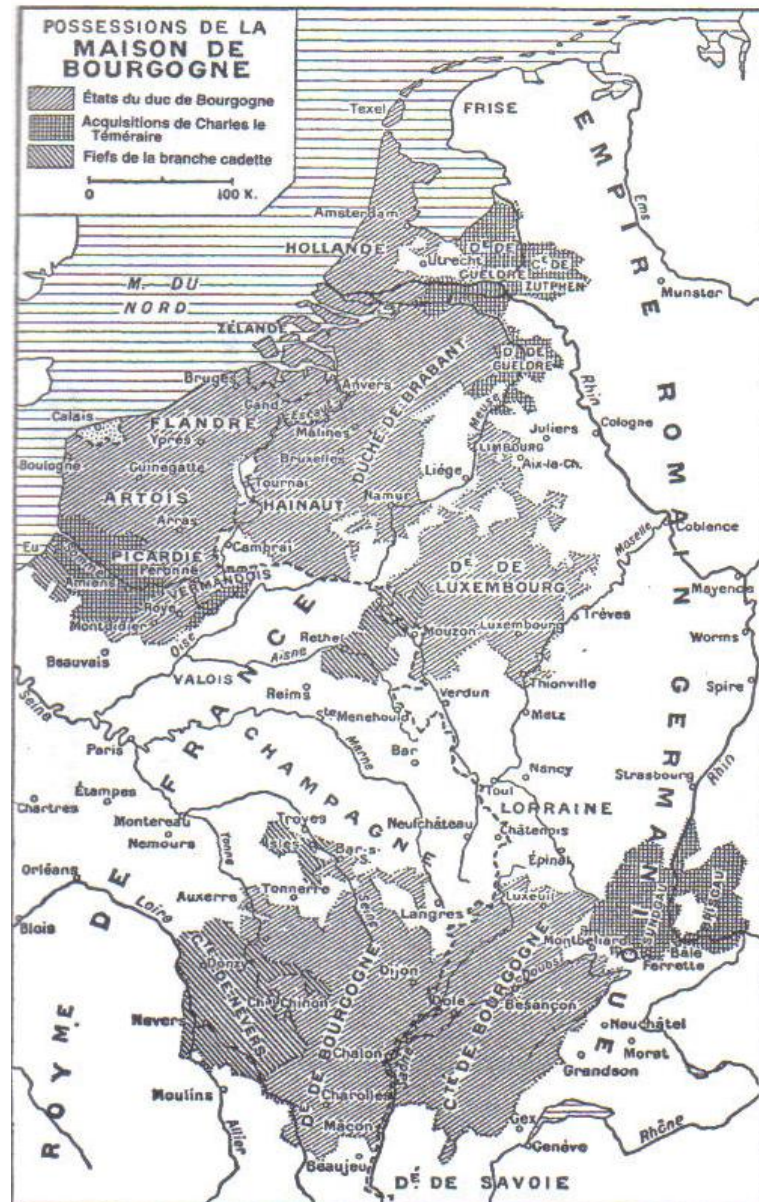


Figura 2. O ducado da Borgonha²⁰⁰

¹⁹⁷ Joaquim Veríssimo Serrão afirma que em 15 de Janeiro de 1387 expediu-se o primeiro salvo-conduto pelos condes de Flandres a favor dos comerciantes portugueses (SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Idem, p.17). Todavia, Jacques Paviot publicou um salvo-conduto de 10 de Julho 1384, no qual se estabelece a liberdade de comércio aos portugueses em Flandres (PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. Idem, doc.1, p.133). Provavelmente, Serrão faz menção a um documento emitido pelo duque Philippe le Hardi, no qual este estabelecia por um ano a liberdade de comércio para os portugueses (*ibidem*, doc.5, p.136).

¹⁹⁸ PAVIOT, Jacques. Idem, doc.6, p.137-138; *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc.8, p.39-47, 26 de Dezembro de 1411.

¹⁹⁹ PAVIOT, Jacques. Idem, doc.7, 6 de Junho de 1388, p.138-140.

²⁰⁰ Reproduzido de SCHNERB, Bertrand. *L'État bourguignon.(1363-1477)*. Idem, p.17.

Com a morte de Philippe le Hardi em 27 de Abril de 1404, Jean sans Peur assumiu o ducado da Borgonha, período em que, segundo Jacques Paviot, a atividade diplomática com Portugal foi intensa, principalmente em virtude da necessidade de conseguir homens de armas para o conflito com a França por parte do duque²⁰¹. Demarca-se ainda, consoante Joaquim Veríssimo Serrão, que no período, Bruges se tornara um grande entreposto comercial para os mercadores lusitanos que atuavam com liberdade de navegação e comércio em toda a zona de Flandres²⁰².

De acordo com Joseph Calmette, a morte de Jean sans Peur (1419) teve como consequência política a aproximação entre seu sucessor, Filipe o Bom, e o rei da Inglaterra, Henrique V²⁰³. Nesse contexto, a priori, favorável aos portugueses, em 20 de Fevereiro de 1420, o novo duque confirmou a concessão de 1411²⁰⁴, mas esta medida não impediu que as relações luso-borguinhas passassem por certas dificuldades, decorrentes em grande parte de presas feitas ou atribuídas a naus portuguesas²⁰⁵. Em 17 de Março de 1423, expediu-se um novo salvo-conduto para os mercadores, mestres e marinheiros na Borgonha, no intuito de permitir a manutenção do comércio na região²⁰⁶. Apesar disso, percebe-se um afastamento, ou no mínimo uma restrição econômica, nas relações diplomáticas entre Portugal e o ducado, visto que as iniciativas de D. João em consorciar D. Isabel com Filipe – viúvo em 1422, e novamente em 1425, sem ter herdeiros – não surtiram efeito antes de 1428²⁰⁷.

A realização deste matrimônio em 1430 configura a efetivação da aliança política entre Portugal e a Borgonha e, para Oliveira Marques, marcou o início do período áureo desta relação, que se prolongaria até 1449, ano da morte do infante D. Pedro na Batalha de Alfarrobeira²⁰⁸.

É interessante notar, até mesmo como forma de recuperar as palavras ditas acerca da aliança luso-inglesa após 1410, que durante o reinado de D. Duarte, mais especificamente no contexto da paz de Arras (1435), Filipe o Bom iniciou uma guerra contra a Inglaterra e,

²⁰¹ *Ibidem*, p.28.

²⁰² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Idem*, p.18.

²⁰³ CALMETTE, Joseph. *Les grands ducs de Bourgogne. Idem*, p.180-181. Sobre a aliança entre a Borgonha e a Inglaterra durante o período de Filipe o Bom ver ainda: SCHNERB, Bertrand. *L'État bourguignon.(1363-1477). Idem*, p.172-179.

²⁰⁴ *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc.178, 20 de Fevereiro de 1420, p.364-365.

²⁰⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Idem*, p.20.

²⁰⁶ *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc.20, p.35-36.

²⁰⁷ Sobre as negociações e o casamento da infanta D. Isabel ver o tópico “À volta do casamento dos Ínclitos Infantes”, no Capítulo 3.

²⁰⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.320. Acrescenta-se que para este autor a estadia do infante D. Pedro na Borgonha (1425-1426) está na origem da aliança matrimonial de D. Isabel e do incremento nos contatos políticos luso-borguinhões. Todavia, Jacques Paviot afirma em outra direção argumentando que “si les relations avaient été intenses sous D. João – surtout avec le duc Jean sans Peur –, elles devinrent moins fréquentes sous ses successeurs”.

mesmo com as cláusulas do Tratado de Windsor, Portugal ofereceu auxílio ao ducado²⁰⁹. Os contatos com a Borgonha continuaram intensos nos anos seguintes, sendo fundamental para esses vínculos a atuação de D. Isabel²¹⁰. Não obstante, tais laços seriam abalados com a morte de D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, fato que levaria os duques a enviar uma embaixada liderada pelo deão de Vergy, criticando a conduta de D. Afonso V²¹¹.

Eis o quadro mais global das relações diplomáticas de Portugal, e composto esse panorama, cabe refletir de forma mais específica acerca das relações peninsulares, as mais intensas no recorte deste estudo.

2.1.2.1. A geopolítica ibérica: o difícil equilíbrio peninsular.

Tanto D. João I como D. Duarte e, em particular, o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, haviam forjado, pacientemente, por tratados de aliança, por casamentos e viagens, as ligações necessárias para aliviar Portugal da predominância do binômio político Castela-Aragão que, até finais do século XIV, dominara quase toda a diplomacia portuguesa.²¹²

A afirmação da historiadora portuguesa Virgínia Rau ratifica a concepção de que o advento da dinastia de Avis trouxe um redirecionamento para as relações diplomáticas de Portugal, que deixavam de ter nos reinos peninsulares o principal espaço de atuação. Contudo, como observa Oliveira Marques, o quadro diplomático ibérico permaneceu intenso, tendo no ‘equilíbrio’, ‘hegemonia’, e ‘unidade’ peninsular os três grandes eixos das relações entre Portugal, Castela e Aragão²¹³. Assim, nesse tópico ir-se-á discutir as ações avisinhas em âmbito ibérico, observando as mudanças políticas que ocorreram nos demais reinos peninsulares.

Mais do que uma relação entre Portugal e outros reinos ibéricos, é interessante notar, desde já, que na maior parte do reinado de D. João a relação foi entre Avis e os Trastâmaras, dinastia que ocupava o trono castelhano e, posteriormente, assumiu Aragão (1412) e Navarra (1425) – sem esquecer que através do casamento de D. Leonor (1428), também se entroncou com a dinastia de Avis²¹⁴.

Feita esta ressalva, inicia-se a discussão remetendo à Paz de Ayllon, assinada em 31 de Outubro de 1411, através da qual se restabeleceu o comércio entre Portugal e Castela e

²⁰⁹ PAVIOT, Jacques. *Idem*, p.37.

²¹⁰ *Ibidem*, p.39-41.

²¹¹ O tema será tratado no capítulo 5 *supra*.

²¹² RAU, Virgínia. *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986, p. 66.

²¹³ MARQUES, A.H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.316.

²¹⁴ Ver Anexos, Quadro 5, p.260, *supra*.

prometia-se a manutenção da paz entre as partes²¹⁵. Este tratado veio na sequência de uma série de tréguas assinadas entre os reinos, mas que não conseguiram garantir a pacificação²¹⁶. Recuperando o contexto interno castelhano, tem-se que desde Dezembro de 1405, Castela era governada por uma regência, ocupada, principalmente, pelo infante D. Fernando e pela rainha D. Catalina de Lancaster²¹⁷. A este contexto favorável aos portugueses, somavam-se ainda os envoltimentos fernandinos na guerra contra Granada – em finais de 1410, conquistou Antequera aos mouros, localidade que lhe legou o epíteto de D. Fernando de Antequera –, e a aproximação política entre Castela e a Inglaterra, aliada de Portugal²¹⁸.

Assim, em Março de 1411, D. João enviou uma embaixada a Castela com propostas de paz. Mesmo com o *Consejo* castelhano dividido sobre a posição a tomar, a paz foi assinada em 31 de Outubro, no entanto não se afirmava como paz perpétua, garantindo assim as possibilidades de Juan II porventura reivindicar o trono português no futuro²¹⁹.

Após a conquista de Ceuta, a exposição dos feitos portugueses no Concílio de Constança, e a tentativa frustrada de iniciar uma investida contra Granada ao lado dos demais reis ibéricos, D. João enviou, em 1418, uma missão a Castela no intuito de ratificar o Tratado de Ayllon²²⁰. Sem sucesso, a embaixada retornou a corte avisina na esperança de que no ano seguinte, com a maioria de D. Juan II, as negociações pudessem avançar. Com isso, em

²¹⁵ O texto do tratado de paz encontra-se publicado na *Monumenta Henricina*, volume II, doc.5, p.7-32. Ver ainda: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. *Idem*, p.17-19.

²¹⁶ Uma abordagem atual sobre as tréguas entre Castela e Portugal assinadas antes de 1411, ver: ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p.14-29. Especificamente acerca das negociações de 1399, ver: PITA, Isabel Beceiro. Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399. In: *Revista da Faculdade de Letras*, Nº. 13, 1996, p.149-185.

²¹⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV*. Tomo XV de la Historia de España dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Calpe, 1964, p.29.

²¹⁸ *Ibidem*, p.39-41. De acordo com Luis Díaz Martín, D. Fernando pautava sua política em estabilizar as relações com Portugal e Inglaterra visando concentrar os esforços para a ocupação do trono aragonês. O autor indica ainda as tréguas de Fuenterrabía, assinadas com os ingleses em 1410, e o envio de uma embaixada à Portugal ainda em 1407, como sinalizadoras dessa política de ‘estabilização’ de D. Fernando. (DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. Los inicios de la política internacional de Castilla (1360-1410). In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). *Realidad e Imágenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Ámbito, 1988, p.79-80).

²¹⁹ Segue-se essa interpretação acerca da Paz de Ayllon, fundamentando-se nas abordagens de Suárez Fernández (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Idem*, p.43) e Ochoa Brun (OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Idem*, p.68), que enfatizam o caráter de tréguas do tratado de 1411, e nas fontes relativas às embaixadas portuguesas que até 1430 tentaram assinar a paz definitiva. Prefere-se, assim, não sobrevalorizar a paz de Ayllon, comumente vista pela historiografia portuguesa como ponto de segurança para o início da expansão marítima (MARQUES, A.H. de Oliveira. *idem*, p.541; MATTOSO, José & SOUSA, Armindo de. *História de Portugal - A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1994, p.497-498; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *Idade Média (séculos XI-XV)*. *Idem*, p.171-172; THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p.59).

²²⁰ *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc.150, p.308.

Julho de 1419, novamente a comitiva seguiu para Castela, retornando mais uma vez sem a ratificação, e com possibilidades da retomada dos conflitos entre os reinos²²¹.

Este contexto de tensão deveu-se, em grande parte, às reviravoltas políticas ocorridas no reino vizinho. À época, D. Fernando de Antequera já assumira o trono de Aragão através do Compromisso de Caspe (Junho de 1412), sendo sucedido pelo filho D. Alfonso em 1416. No entanto, os demais filhos, conhecidos como os Infantes de Aragão²²², permaneceram orientando e disputando a política em Castela. Em 1420, o infante Enrique aprisionou o rei D. Juan II, marcando um momento de afastamento entre os Infantes de Aragão²²³, e foi exatamente neste período que se tem notícias sobre o desinteresse castelhano em ratificar a paz com Portugal²²⁴.

A década seguinte (1421-1431) representou um fortalecimento da posição portuguesa. Primeiramente, o rei de Castela, já liberto, enviou a Portugal uma embaixada para negociar a manutenção da paz entre os reinos (1421) e, em 30 de Abril de 1423, assinou a ratificação do Tratado de Paz de 1411²²⁵. Neste intervalo de tempo, e como uma segunda característica desta afirmação portuguesa, D. João I iniciou uma ofensiva para estabelecer uma aliança luso-aragonesa, a proposta de casamento entre o infante D. Duarte e D. Leonor de Aragão²²⁶. Assim, percebe-se que ao passo que as negociações de paz avançavam com Castela, Portugal pautou-se em criar fortes laços políticos, através do parentesco, com os trastâmaras aragoneses. Um terceiro elemento marcante deste contexto, principalmente entre 1429 e 1431, foi a posição de mediador reivindicada e assumida, em parte, por D. João I frente às disputas entre Aragão, Navarra e Castela²²⁷. Em decorrência ainda deste fortalecimento, o rei português passou a ser alvo de propostas de estabelecimento, ligas e alianças com D. Alfonso V e D. Juan²²⁸ – que era rei de Navarra desde 1425.

Não deve passar despercebido, que em meados de 1428 o infante D. Pedro permaneceu por alguns meses em Castela, e nessa estadia acertou o seu casamento com D. Isabel de Urgel, o que ampliou a relação luso-aragonesa. Ainda nessa passagem, muitos

²²¹ *Ibidem*, doc.158, p.318-319. De acordo com Suárez Fernández, o insucesso destas embaixadas portuguesas deve-se, principalmente, à oposição do infante D. Enrique (SUAREZ FERNANDEZ, Luis. *Idem*, p.69).

²²² Juan foi rei de Navarra; Enrique foi duque de Vilhena e Mestre da Ordem Militar de Santiago; Sancho morreu jovem, mas foi desde os oito anos Mestre da Ordem Militar de Alcântara; Pedro; Maria mulher do rei de Castela D. Juan II; e Leonor, esposa do rei português D. Duarte (RUANO, Eloy Benito. *Los Infantes de Aragón*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2ª edición refundida, 2002, p.16). Ver quadro 4, em anexo, *supra*.

²²³ RUANO, Eloy Benito. *Los Infantes de Aragón*. *Idem*, p.27-29; SUAREZ FERNANDEZ, Luis. *Idem*, 74-78.

²²⁴ *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc.195, p.390.

²²⁵ *Idem*, Vol. III, doc.36, p.57-58.

²²⁶ Cf.: Capítulo 3 *supra*.

²²⁷ *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc.147, Dezembro de 1429, p.311; doc. 148, Fevereiro de 1430, p.313-314; doc. 156, Julho de 1430, p.325-326.

²²⁸ *Ibidem*, doc. 144, p.306-307; doc.167, p.340-342.

historiadores indicam que o Infante estabeleceu contatos políticos com o condestável castelhano, D. Álvaro de Luna – opositor dos Infantes de Aragão – constituindo, inclusive, uma aliança com o mesmo²²⁹.

Aproveitando-se desse contexto de fortalecimento da posição portuguesa e de pressão sobre Castela, D. João, em Janeiro de 1431, enviou uma embaixada para negociar a paz perpétua. Os contatos se prolongaram desde Fevereiro²³⁰, até que, em 30 de Outubro, foi finalmente assinada a paz definitiva entre portugueses e castelhanos²³¹. Findava-se assim, o espectro da guerra luso-castelhana que pairava há mais de seis décadas, quatro delas sob a dinastia de Avis.

Comumente se remete à paz de 1411 para demarcar a pacificação entre os reinos, contudo somente em 1431, com o cessar definitivo das hostilidades, de fato ocorreu uma ‘estabilização’ da relação entre as partes beligerantes. Esta “paz vigilante”, nos termos de Julieta Araújo, veio a ser ameaçada com o início da regência de D. Pedro, mas só definiu-se nos anos 70 sob o reinado de D. Afonso V. Ou seja, o tratado de 1431, diferentemente das tréguas de 1411, criou bases para 40 anos de paz que se seguiriam entre Castela e Portugal, e por seu significado político mereceu a comemoração com “grandes alegrias”²³².

O texto do Tratado é composto de 22 capítulos, e oferece substanciais informações acerca da noção de paz existente no contexto e nos espaços de discussão sobre a mesma, além de demarcar os itens em que ela foi estabelecida entre as partes²³³. A paz luso-castelhana de 1431 afirma-se como “*buena paz e amjstança leal, pura, verdadera, estable, firme, perpetua e valedera para todo siempre jamas, asy por mar commo por tierra*”. Ressaltam-se ainda dois

²²⁹ ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.49-53; DUARTE, Luis Miguel. *Idem*, p.171-173.

²³⁰ DIAS DINIS, Antonio Joaquim. *Monumenta Henricina*, Vol. IV, p.15, nota nº 2.

²³¹ *Monumenta Henricina*, Vol. IV, doc.7, p.14-16.

²³² *Ibidem*, p.16.

²³³ *Ibidem*, doc. 9, p.20-53. Os capítulos são precedidos pela ode à paz, recuperada e reforçada pelas exortações de Cristo, citações bíblicas, dos apóstolos, dos santos da Igreja (São Paulo e Santo Agostinho) e dos filósofos Sêneca, Cassiodoro e Cícero. A ‘Paz’ e a ‘Paz cristã’ apresentam-se como elementos necessários para a vida no conjunto da Cristandade – visto que os cristãos estão ligados pelos laços de parentesco espiritual –, mas, principalmente, são articuladas como um dever do rei, característica de seu ofício. O vínculo de parentesco carnal também aparece na redação do Tratado, com as menções ao “nuestro muy caro e muy amado tio [D. João], e el infante don Eduarte (...), nuestro muy caro e muy amado primo, e los otros infantes sus hremanos, nuestros primos” por parte de D. Juan II. O capítulo 22 tem como especificidade descrever o ritual da assinatura do tratado de paz. Eis as palavras lavradas por Rui Galvão, secretário do rei de Portugal: “Los sobredichos [nobres e doutores membros do Conselho castelhano] e cada vno dellos dixeron que firmauan e firmaron la dicha paz, amjstança e concórdia e todos los capitulos suso contenjdos e cada cosa e parte dellos, segund e por la forma e manera que el dicho señor rey de Castilla las auja firmado, jurado e otorgado e firmo, juro e otorgo estando a ello presentes los sobredichos del su consejo. E que jurauan e juraron, al nombre de Dios e a la señal de cruz e a las palabras de los santos euangelios, que corporalmente cada vno dellos tanxo con su mano”. Percebe-se através desse trecho, passado dentro do palácio real situado na vila de Medina, que não somente as recepções pela conquista da paz eram promotoras de ritualizações, mas que também a própria assinatura de tratados abria espaço para o ritual de paz, sacramentado pela referência religiosa e, estabelecido e legitimado perante a sociedade política.

fatos ligados às implicações do Tratado. Inicialmente destaca-se que a paz apresenta-se como passível de ser ampliada ao rei da França, reivindicado como “*nuestro Hermano*” por D. Juan II, em caso de desejo de Carlos VII. Uma segunda percepção relevante sobre o processo de negociação e as reverberações da paz se dá nas menções de que a mesma está “*con acuerdo e consejo de los del nuestro consejo e de los preladados, condes, maestros, ricos omens e procuradores de las cibdades e villas de los dichos nuestro reynos*”, e nas indicações que a paz engloba os herdeiros, sucessores, senhorios, lugares, terras, gentes e súditos das duas casas reais²³⁴. Tais citações demonstram que por mais que a paz faça parte do ofício régio e seja um pilar da sociedade cristã, tendo o rei a incumbência de buscá-la, defendê-la e ratificá-la, ela não se restringe ao seu desejo ‘individual’, antes perpassa espaços institucionais – por exemplo, as Cortes, e os Conselhos – e a sociedade política.

Por fim, recupera-se que ao longo dos capítulos estabelecidos no Tratado demarcam-se: a renúncia de D. Juan II às posses que ele tinha ou poderia ter em Portugal; a quitação dos danos e roubos ocasionados pela guerra entre os reinos; a liberação para a circulação de pessoas e mercadorias; que a paz estava acima de possíveis divisões cismáticas; além de fixar os procedimentos jurídicos para julgar os súditos castelhanos em terras portuguesas e vice-versa, e tratar de casos de auxílio marítimo-militar.

No ano seguinte, em 1432, frente à manutenção dos problemas entre Aragão e Castela – principalmente pela prisão do infante aragonês D. Pedro –, o rei de Portugal ainda se manteve como negociador da paz entre estes reinos e, em Agosto, assinou-se em Torres Novas, um tratado de paz entre os infantes portugueses e o rei D. Juan I de Navarra, D. Alfonso V de Aragão, e os demais Infantes de Aragão²³⁵.

Assim, observa-se que os últimos momentos do reinado de D. João I foram marcados pela estabilização da posição portuguesa na política peninsular, garantida pela conquista da paz perpétua com Castela e através da criação de vínculos político-familiares com os trastâmaras de Aragão – que estavam à frente de Aragão e Navarra e ainda ocupavam importantes postos na nobreza castelhana. Foi, mormente, a partir desse contexto estável que a dinastia de Avis recomeçou as movimentações para uma nova investida militar contra os inimigos da fé católica, contudo, o fôlego de vida de D. João se esvaiu em Agosto de 1433, promovendo rearticulações internas e, conseqüentemente, feixes de instabilidade para o reinado de D. Duarte.

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ *Ibidem*, doc.33, p.144-154. O texto estabelecido nesse tratado de aliança deveria ser aprovado, posteriormente, pelo rei D. João I.

Durante o período do *Eloqüente* as relações peninsulares se mantiveram, se destacando a colaboração luso-aragonesa, no plano diplomático, principalmente no que tange a recepção aos Infantes de Aragão que enfrentavam dificuldades em Castela²³⁶. Aliás, relativo aos vínculos com o reino de D. Alfonso V, “um dos pilares da política ibérica de Portugal” na primeira metade do século XV, destaca-se que através de tais laços o comércio português conseguiu ampliar-se no mediterrâneo²³⁷. Esse elemento pode ser observado na figura a seguir, que estabelece as principais localidades deste comércio no mediterrâneo. Nota-se que das quatro grandes comunidades lusitanas (Barcelona, Valência, Gênova e Florença), duas estão exatamente nos domínios de Aragão.

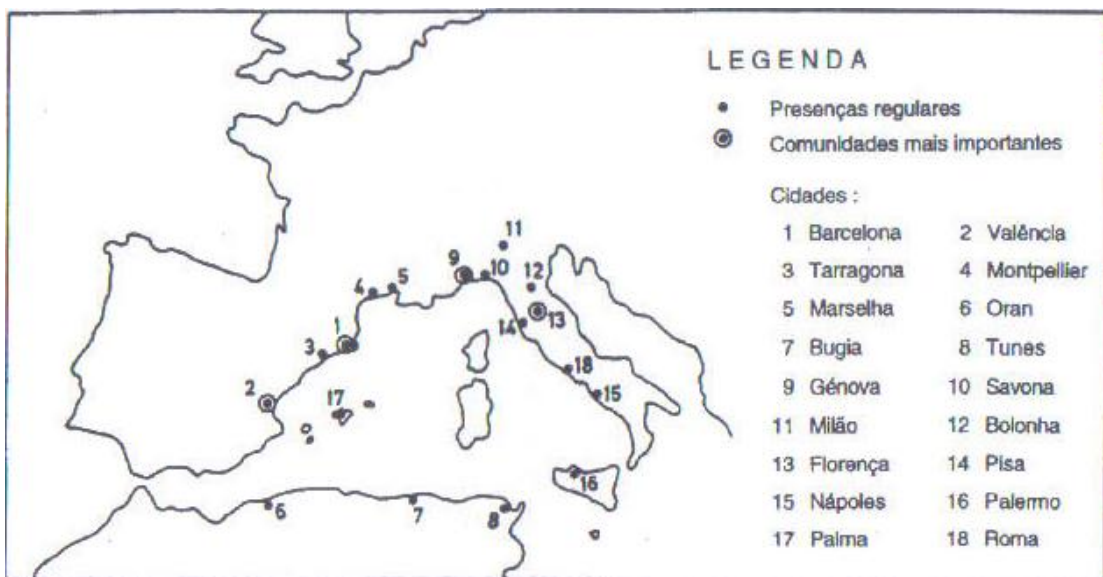


Figura 3. A presença portuguesa no Mediterrâneo Ocidental e Central no século XV²³⁸.

Por mais que a paz com Castela estivesse selada desde 1431, os anos do reinado de D. Duarte e da regência viram surgir alguns atritos entre os reinos. Excluindo-se o contexto de pressão dos Infantes de Aragão – à frente da política castelhana no início da década de 40 – contra o regente D. Pedro, movimentação que quase deflagrou novamente a guerra²³⁹, tais atritos não chegaram a suscitar a retomada das hostilidades luso-castelhanas. As questões em pauta no período versavam sobre as Canárias, e ainda acerca de algumas mudanças ocorridas no processo da Revolução de Avis, por exemplo, a independência das Ordens Militares. É de

²³⁶ Durante a década de 30, frente às disputas entre os Infantes de Aragão e o condestável Álvaro de Luna, D. Duarte fez valer as alianças assinadas com o grupo aragonês e recebeu o infante D. Pedro (irmão de D. Leonor) em Portugal. Acerca desses acontecimentos, ver: *Monumenta Henricina*, vol. IV.

²³⁷ BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, Comércio e Relações Políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d, p.408-420.

²³⁸ Reproduzido de BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, Comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*. Idem, p. 202.

²³⁹ Cf.: Capítulo 5 *supra*.

se destacar que os temas foram discutidos não apenas entre os reinos, antes perpassaram a relação de ambas as monarquias com o papado, com a disputa aparecendo de forma latente no Concílio de Basiléia.

No intuito de finalizar esse tópico, faz-se ainda, brevemente, alguns comentários acerca das relações portuguesas com Navarra e Granada. Em consequência da morte de Carlos III (1425), o trono foi ocupado por D. Juan, Infante de Aragão, casado com D. Branca desde 1420, filha do rei falecido²⁴⁰. A ascensão deste infante ao posto de rei não impediu que continuasse a intervir na política castelhana e no apoio ao irmão, D. Afonso V, rei de Aragão. Nessas circunstâncias, não há uma especificidade nas relações entre Portugal e Navarra, sendo os acordos entre os reinos estabelecidos no bojo de negociações com Aragão e Castela²⁴¹. No que tange as relações com Granada, não se tem informações sobre alguma iniciativa diplomática tomada pelos portugueses. A única notícia de embaixada entre estes reinos apresenta-se na *Crónica da Tomada de Ceuta*, inserida na descrição dos preparativos da campanha de Ceuta.

2.1.2.2. As relações com a Santa Sé.

Nesse tópico as relações entre Portugal e o papado serão observadas brevemente, e destaca-se, desde já, que com a Santa Sé, os contatos mais frequentes foram de natureza eclesiástica²⁴². Apesar disso, muitos foram os elementos políticos envolvidos nas relações entre Portugal e a Igreja²⁴³. Por mais que seja possível estabelecer uma divisão – que não deixa de ser arbitrária – entre assuntos predominantemente ‘eclesiásticos’ e ‘políticos’, convém não exacerbar tal categorização, visto que, consoante Margarida Ventura, a própria noção de ofício régio presente nos monarcas avisinos do período estruturava-se através do entendimento de que o rei era defensor da Igreja e a podia e deveria reformar²⁴⁴.

Buscando uma delimitação para a gama de relações entre tais poderes, e na inviabilidade de compor um quadro geral dos contatos entre a realeza portuguesa, assim como

²⁴⁰ SUAREZ FERNANDEZ, Luis. Los trastamaras de Castilla y Aragon en el siglo XV. *Idem*, p.74.

²⁴¹ *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc.144, 19 de Agosto de 1429, p.306-307; doc.148, p.313-314; Vol. IV, doc.33, p.144-154.

²⁴² MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.322.

²⁴³ Tal como delimita José Marques, entendemos a relação entre Portugal e a Igreja como o conjunto de relações amistosas ou tensionais diretamente travadas entre o Rei e o papa/episcopado (MARQUES, José. Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Historia, Porto, n.º. 11, 1994, p.140).

²⁴⁴ VENTURA, Margarida Garcez. *Igreja e Poder no século XV. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas. (1383-1450)*. Lisboa: Colibri, 1997, p.31, 55-64.

a nobreza do reino, e o papado, no presente tópico as atenções serão orientadas, principalmente, para o envolvimento de Portugal com os concílios gerais. Em uma época marcada pelo conciliarismo e pela reunião de vários concílios na Cristandade, a dinastia de Avis promoveu uma ação diplomática incisiva em relação a tais assembleias, não deixando também de se afirmar perante o papa, que muitas vezes viu-se em conflito com os conciliares. Circunscrever a análise à relação com os concílios permite ainda perceber os usos político-propagandísticos da ação dos embaixadores ao longo das três reuniões que atravessaram o reinado de D. João: Pisa (1409), Constança (1414-1418) e Basileia (1431-1449)²⁴⁵.

A primeira tentativa para resolver o Cisma foi o Concílio de Pisa que elegeu Alexandre V como papa, sem que Bento XIII, papa de Avignon, e Gregório XII, papa de Roma, tivessem renunciado. Assim, ao invés de dois papas, a Igreja ocidental passou a ter três Sumo Pontífices. A este concílio D. João enviou como representantes os cavaleiros João Alfonso de Brito e Álvaro Alfonso Nogueira²⁴⁶, João Afonso de Azambuja, arcebispo de Lisboa, o bispo de Lamego, D. Gonçalo Gonçalves, Mestre Lourenço, provincial da Ordem de Santo Agostinho, e um Mestre da Ordem dos Frades Menores, confessor do rei, que talvez fosse Frei João de Xira²⁴⁷. Posteriormente, tem-se ainda que o doutor Lançarote, formado em direito na Universidade de Bolonha, também foi enviado ao concílio²⁴⁸.

Observa-se que Portugal legitimou a eleição de Pisa, a ponto de fazer súplicas ao papa João XXIII, sucessor de Alexandre V. Data de 20 de Março de 1411, a Bula *Eximie deuocionis* deste papa, na qual eram atendidos os pedidos de D. João I acerca da ajuda das Ordens Militares na guerra justa contra os cristãos, sarracenos e outros inimigos do reino²⁴⁹. No dia seguinte, João XXIII ainda expediu uma nova bula que eximia os eclesiásticos que

²⁴⁵ Na verdade, no total foram quatro concílios, visto a ocorrência do Concílio de Pavia-Siena (1423-1424). Fortunado de Almeida na *História da Igreja em Portugal* não faz qualquer menção a alguma comitiva portuguesa em tal concílio, e na bibliografia portuguesa exposta na presente pesquisa também não aparece novas informações. Os trabalhos específicos acerca das relações externas de Portugal que se teve acesso mantêm o mesmo silêncio sobre portugueses nesse concílio. No entanto, em artigo publicado em 2007, Óscar V. González analisando o concílio indica a existência de pelo menos um português compondo a *natio hispana* (VILLAROEEL GONZÁLEZ, Óscar. Castilla y el Concilio de Siena: la embajada regia y su actuación. In: *En la España Medieval*, vol.30, 2007, p.134-135). As observações deste autor pautam-se nos seguintes textos: MILLER, M.C.: "Participation at the council of Pavia – Siena (1423 – 1424)", *Archivum Historiae Pontificiae*, 22, 1984, pp. 389-406; e *Das Konzil von Pavia-Siena 1423-1424*, Münster, 1968/1976, 2 vols.

²⁴⁶ *Monumenta Henricina*, doc.140, p.325. Salvo conduto do papa Alexandre V aos embaixadores portugueses enviados ao Concílio de Pisa, datado de 7 de Fevereiro de 1410.

²⁴⁷ O rol destes embaixadores eclesiásticos encontra-se mencionado por Fortunato de Almeida (ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Nova edição, preparada e dirigida por Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1967, vol. I, p.467).

²⁴⁸ DIAS DINIS, Antonio Joaquim. *Monumenta Henricina*, Vol.II, p.2.

²⁴⁹ *Monumenta Henricina*, Vol.I, doc.147, p.336-337.

atuassem na defesa de Portugal²⁵⁰. É interessante assinalar que as bulas papais são contemporâneas das iniciativas joaninas em prol de uma investida bélica, que à época não tinha uma direção definida, sendo Granada e Ceuta as opções em pauta²⁵¹.

Frente à tricefalia da Igreja, em Novembro de 1414 teve início o Concílio de Constança, o qual elegeu Martinho V como único papa. Para este, foram enviadas duas embaixadas, sendo a primeira em Dezembro de 1414. Nesta estiveram presentes Antão Martins de Chaves, deão de Évora, Vasco Pires, deão de Viseu, João Affonso de Azambuja, arcebispo de Lisboa – que veio a falecer no retorno do concílio –, e o bispo do Porto²⁵². Contudo, a intervenção portuguesa em Constança teve uma nova projeção em 1416, com a chegada dos embaixadores que anunciavam a conquista de Ceuta.

Décimo sexto concílio ecumênico da Igreja, o Concílio de Constança teve a presença de leigos e eclesiásticos vindos de toda a Cristandade, e contou com a ação decisiva do imperador Sigismundo em seus preparativos²⁵³. Assim, numeroso e representativo, o concílio mostrou-se um espaço peculiar para a exposição dos feitos portugueses. A segunda comitiva de Portugal foi recebida em Constança no dia 5 de Junho de 1416. Constavam como membros desta os cavaleiros D. Fernando de Castro e Álvaro Gonçalves de Ataíde, o jurista Dr. Gil Martins, desembargador e protetor da Universidade de Lisboa, e o Dr. Vasco Peres (Pires), cônego da Sé de Coimbra que também representava aos bispos de Coimbra e de Viseu no concílio²⁵⁴. Destes, os dois primeiros estiveram na campanha militar de Ceuta, e reforçavam o anúncio da vitória.

²⁵⁰ *Ibidem*, doc.148, p.338-339. De acordo com Nieto Soria, nesse período a expedição de bulas de cruzada estava vinculada aos interesses particulares de cada pontífice em função do desenvolvimento do Cisma, o que fez, por exemplo, que este mesmo papa (João XXIII), a fim de conseguir o apoio dos demais reinos ibéricos, enviasse à Castela, Aragão e Navarra o cardeal Jordano de Ursinis, pregando cruzada e outorgando as mesmas indulgências aplicadas na Terra Santa (NIETO SORIA, José Manuel. *Iglesia y génesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Editorial Complutense, 1993, p.325). Óscar V. González enfatiza ainda o caráter propagandístico desta ação papal, que visava se mostrar como defensor da cruzada (VILLAROEL GONZÁLEZ, Óscar. *El rey y el Papa. Política y diplomacia en los albores del Renacimiento (el siglo XV en Castilla)*. Madrid: Sílex, 2009, p.48).

²⁵¹ Na medida em que embarcações e armas eram buscadas em outras praças comerciais da Cristandade, a movimentação bélica portuguesa gerava rumores que circularam, provavelmente, nas principais rotas comerciais de então, fazendo assim que a nova investida militar agregasse honra ao grande senhor que era rei de Portugal e, conseqüentemente, ao próprio reino. A perspicaz estratégia de D. João I conseguiu, de acordo com as fontes analisadas, portanto, camuflar o destino da armada portuguesa e ainda favorecer a imagem do reino e da dinastia.

²⁵² DIAS DINIS, Antonio Joaquim. *Monumenta Henricina*, Vol. II, p.238; PITA, Isabel Beceiro. Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399. In: *Revista da Faculdade de Letras*, Nº. 13, 1996, p.167; OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la Diplomacia Española*. *Idem*, p.62-63. Ochoa Brun não cita João Azambuja e nem o bispo do Porto como embaixadores ao Concílio. Não se sabe ao certo quem era o bispo do Porto à época, mas é possível que fosse D. Fernando da Guerra, visto que D. João Afonso Aranha faleceu entre Agosto de 1413 e Julho de 1414 (ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. *Idem*, p.515).

²⁵³ LOYN, Henry R. (org). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p.336.

²⁵⁴ Encontra-se publicada uma carta, datada de 21 de Janeiro de 1416, enviada por D. João I ao rei de Aragão, na qual informa os membros da comitiva ao Concílio de Constança (*Monumenta Henricina*, Vol. II, doc.114, p.237-

Diretamente relacionada à exposição do triunfo português no concílio tem-se a aproximação diplomática com o Império. As notícias dos feitos lusitanos parecem ter impressionado, especialmente, Sigismundo, quiçá porque este se encontrava comprimido pelas investidas turcas na fronteira leste do Império e pelos hussitas, necessitando de auxílio que poderia ser oferecido por Portugal. Nesse contexto, entre Janeiro e Fevereiro de 1428, Sigismundo fez duas doações ao infante D. Pedro, primeiramente da Marca de Treviso²⁵⁵ e, em seguida, de 20.000 ducados ou florins de Hungria²⁵⁶ – sendo que esta estava condicionada à presença do Infante na corte imperial²⁵⁷.

De acordo com Oliveira Marques, após a vitória na África, “o rei português surgiu, perante Roma e a Cristandade, como um *leader* cruzado que convinha proteger, acarinhar e estimular” e, ciente do valioso trunfo que Ceuta representava, D. João passou a pleitear concessões papais²⁵⁸. Desta forma, no bojo do sucesso da campanha africana, Portugal passou a emitir uma série de súplicas ao papa a fim de pleitear concessões para Ceuta – elevação da mesma à cidade; autorização do comércio com os muçulmanos; contribuição eclesiástica para a manutenção da conquista; remissão dos pecados para os que combatessem em terras africanas e povoassem as possessões portuguesas em tal região; permissão para erigir um convento franciscano; entre outros²⁵⁹. É nesse contexto ainda, que se inserem as solicitações do mestrado da Ordem de Santiago para o infante D. João²⁶⁰, e da regência e do governo da Ordem de Cristo para D. Henrique²⁶¹.

238). É interessante assinalar que ao menos dois dos membros dessa segunda comitiva eram homens ligados ao Infante (Álvaro Gonçalves de Ataíde e Vasco Pires), existindo referências de que os mesmos o acompanharam durante a viagem. Acrescenta-se que há historiadores que indicam que D. Pedro e D. Henrique foram associados por D. João I aos assuntos externos, sendo um indicativo dessa relação o envio de pessoas das casas dos infantes nas missões diplomáticas.

²⁵⁵ *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc.139, p.269-272. 22 de Janeiro de 1418.

²⁵⁶ *Ibidem*, doc.141, p.275-277. 27 de Fevereiro de 1418.

²⁵⁷ Reforça-se que os documentos citados são claros em suas datações, o que impossibilita a interpretação de que D. Pedro recebeu a Marca de Treviso após servir Sigismundo.

²⁵⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.543. O estudo desenvolvido por Óscar V. González acerca da ação castelhana no Concílio de Constança e junto ao papa demonstrou a existência de uma “política de recompensas” de Martinho V nos primeiros anos de seu pontificado. Esta se pautou em conceder benefícios e privilégios às petições das embaixadas no intuito de adquirir fidelidade ao novo papa (VILLAROEEL GONZÁLEZ, Oscar. *El rey y el Papa. Política y diplomacia en los albores del Renacimiento (el siglo XV en Castilla)*. *Idem*, p.71-73). Acredita-se que as conclusões de González podem ser aplicadas ao caso português no mesmo concílio e com o mesmo papa, ainda mais por Portugal contar com o trunfo de Ceuta a seu favor.

²⁵⁹ Algumas súplicas portuguesas emitidas entre 1418 e 1425 encontram-se publicadas nos volumes II e III da *Monumenta Henricina*. Volume II, documentos 142, 147, 152, 153, 156, 157, 169, 173, 179, p.277-281, 301-302, 310, 311, 316, 317-318, 347, 355-356, 366-367; Volume III, documentos 6, 27, 54, 62, 64, p.10-12, 27-28, 101-102, 119-120, 123-124, respectivamente.

²⁶⁰ *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc.147, p. 301-302. 8 de Outubro de 1418.

²⁶¹ *Ibidem*, doc.179, p. 366-367. 25 de Maio de 1420.

Outras súplicas incidem especificamente no tema das dispensas papais necessárias para que os infantes pudessem contrair matrimônio²⁶². Acredita-se que o empenho do rei em tal sentido, logo após da conquista de Ceuta e, conseqüentemente, após a dinastia portuguesa ter ampliado seu peso político na Cristandade, é sintomático da percepção de D. João acerca da posição de Portugal a partir daquele momento.

Por fim, menciona-se a expedição da bula de cruzada *Rex Regum*, de 4 de Abril de 1418, do papa Martinho V ainda no contexto do Concílio de Constança. Nesta reconhece-se a posse de Ceuta e das demais terras que o rei português viesse a tomar aos sarracenos, e o Sumo Pontífice indica que os bispos pregassem cruzada sempre que o rei solicitasse²⁶³. Com esta bula, a realeza avisina legitimava as novas armadas que porventura organizasse, as quais, em meados de 1418, eram pensadas para ocorrer em breve²⁶⁴.

Nos últimos meses do reinado de D. João I foi iniciado o Concílio de Basileia, para o qual o rei enviou como representantes o bispo de Viseu, D. Luís do Amaral, e o deão de Braga²⁶⁵. No entanto, o início da década de 30 em Portugal viu a retomada das discussões sobre a viabilidade de uma nova investida militar contra o norte da África, movimentação que se tornaria ainda mais forte após a morte de D. João. Foi nesse contexto que a comitiva portuguesa foi reforçada sob o reinado de D. Duarte. Tal reforço, um verdadeiro investimento financeiro, que tanto visava reafirmar a imagem do reino quanto legitimar a intervenção dos embaixadores, em grande parte se deu em virtude das disputas luso-castelhanas relativas às Canárias²⁶⁶.

A nova embaixada ao concílio foi composta pelo conde de Ourém, pelo bispo do Porto, D. Antão Martins de Chaves, o provincial dos dominicanos, frei Gonçalo, o mestre frei Gil Lobo, franciscano e licenciado em teologia, e ainda pelos doutores Diogo Afonso de

²⁶² Trata-se de duas súplicas, a primeira, de 4 de Abril de 1418, na qual só D. Pedro recebe a dispensa (*ibidem*, doc.142, p.277-281), e a segunda, de 5 de Maio de 1419, sendo D. Henrique o alvo do pleito (*ibidem*, doc.156, p.316). A bula da dispensa de D. Henrique seria expedida em Outubro do mesmo ano (*ibidem*, doc.172, p.353-354).

²⁶³ *Ibidem*, doc.143, p.282-286.

²⁶⁴ Fazemos referência ao pedido e meio estabelecido nas Cortes de Santarém (Junho de 1418) para a continuação da guerra contra os inimigos da fé católica (*Idem*, doc.145, p.289-298).

²⁶⁵ ALMEIDA, Fortunato de. *Idem*, p.468.

²⁶⁶ Há várias obras que analisam a questão das Canárias, e não sendo um tema de suma importância para a presente pesquisa, detém-se em indicar algumas obras acerca do tema: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Angel. *La situación europea en época del concilio de Basilea. Informe de la delegación del reino de Castilla*. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro"/ Archivo Histórico Diocesano, 1992, p.81-95; ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p.65-124; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. La cuestión de las Canarias ante el concilio de Basilea. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos*. Lisboa, 1961, vol.IV, p.505-511.

Mangancha e Vasco Fernandes de Lucena²⁶⁷. Tem-se que os objetivos buscados pela embaixada tocavam o tema da expansão, mormente no que tange a questão das canárias e o aval para uma nova investida militar – a qual veio ocorrer em 1437 –, além de envolver o bleneplácito régio, o pedido de união aos reis portugueses, e a questão da submissão das Ordens militares de Avis e Santiago e de algumas terras fronteiriças ao controle eclesiástico castelhano²⁶⁸.

É interessante que esta missão diplomática, antes de se direcionar ao concílio, teve por finalidade última, visitar o pontífice em Bolonha. A partir destes contatos, os enviados de Portugal alcançaram a bula *Rex regum*, de 8 de Setembro de 1436²⁶⁹, a qual foi publicada em Lisboa no mês de Julho seguinte. Com esta bula a expedição portuguesa viu-se legitimada, o que não impediu que os embaixadores castelhanos se empenhassem em reverter as concessões papais. Nesse sentido, liderados por Alonso de Cartagena, os enviados de Castela conseguiram duas bulas significativas: *Romani pontificis*²⁷⁰, de Novembro de 1436, e *Dominator dominus*, de Abril de 1437. Através destas bulas o papa indicava que as ações portuguesas não deveriam prejudicar os direitos do vizinho ibérico, e ainda direcionava, em 1437, que as novas conquistas de Portugal em África deveriam estar subordinadas aos direitos castelhanos²⁷¹.

Não parece que estas novas bulas tenham causado muitos problemas para os portugueses, que continuaram pleiteando concessões perante o papa e no extenso concílio²⁷². Em finais do reinado de D. Duarte, os problemas enfrentados por Portugal eram outros, e envolviam o desastre de Tânger e o cativo de D. Fernando, dificuldades que se ampliariam com a morte do rei em 1438.

Ao longo dos anos da regência (1438-1448) as atividades do concílio seriam mantidas, e destaca-se que foi nesse período que Portugal alcançou uma ‘vitória’ há muito buscada, a independência das Ordens Militares. Oliveira Marques argumenta que “embora, de fato, todas

²⁶⁷ VALE, A. M. Martins do. O conde de Ourém e a política de D. Duarte junto da Santa Sé. In: ANDRÉ, Carlos Asceno (coord.). *Actas do Congresso Histórico “D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua época”*. Câmara Municipal de Ourém, 2004, p.173.

²⁶⁸ *Ibidem*, p.178.

²⁶⁹ *Monumenta Henricina*, doc. 133, p. 270-275. O papa ainda expediu a bula *Romanus pontifex*, doc. 137, p. 281-282.

²⁷⁰ *Monumenta Henricina*, doc. 143, p. 345-347.

²⁷¹ *Ibidem*, p.184-185. Existiu ainda as letras papais *Dudum cum ad nos* (*Monumenta Henricina*, doc. 144, p. 347-349).

²⁷² Convém citar que em 1455, o papa Nicolau V expediu a bula *Romanus pontifex*, com efeitos retroativos favorecendo a causa portuguesa (ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. *Idem*, p.96, nota 155). Acrescenta-se que para essa nova bula Portugal contou com a atuação de D. Jaime, filho de D. Pedro (SERRÃO, Joaquim Veríssimo. D. Jaime, cardeal. (1434-1459). In: SERRÃO, Joel (Dir). *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas editoriais, volume II, p. 574-575.

elas procedessem como autônomas desde o século XII, a verdade é que continuavam subordinadas a um mestre castelhano²⁷³. O contexto cismático reforçou a separação, mas ao passo que o papado se restabeleceu e as relações luso-castelhanas foram pacificadas, o tema voltou a pauta. Nessas circunstâncias, no ano de 1444, Portugal conseguiu definitivamente a bula confirmando a separação entre as ordens portuguesas e as ordens castelhanas²⁷⁴.

Por fim, retoma-se que a regência de D. Pedro também enfrentou problemas com o papado, principalmente no que tange as implicações das Ordenações Afonsinas, situação que foi resolvida em 1447²⁷⁵. As relações com a Santa Sé seriam abaladas após a batalha de Alfarrobeira (1449), mas o tema já foge dos objetivos deste tópico.

Desta forma, conclui-se – mesmo ciente das inúmeras faltas e da redução da gama de relações entre os reis portugueses e a Igreja a poucas bulas e embaixadas – que ao longo da primeira metade do século XV, mormente no que tange a temática da política africana, a dinastia de Avis estabeleceu um vínculo constante com o papado, apoiando a causa pontifícia perante o conciliarismo, e através dessas relações criou uma base política para a expansão que se germinava. Dito isso cabe observar o desenvolvimento das linhas gerais da ‘política externa’ da dinastia de Avis no período.

2.2. CONCLUSÃO: A ‘DUBIEDADE’ DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA.

A fim de concluir este capítulo cabe refletir se seria possível afirmar que existiu uma política externa portuguesa no período. Como observa Maria Isabel Valdivieso, a idéia de ‘política exterior’ tem sentido claro quando está referida à sociedade atual, mas perde clareza ao ser aplicada para o medievo²⁷⁶. Mesmo padecendo de precisões, assim como tantas outras

²⁷³ MARQUES, A.H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.390.

²⁷⁴ A referida bula papal é mencionada por Rui de Pina, que acrescenta que junto com a mesma o pontífice ofereceu as devidas dispensas para que a filha do Infante, D. Isabel, casasse com D. Afonso V. Quanto às concessões que estavam em pauta desde a chegada da comitiva portuguesa no concílio, o cronista diz que: “E assi trouxeram mais por Bulla expedida, em como o Papa isentou para sempre as administrações de Tuy e d’Oliveira dos Bispados de Tuy e de Badalhouce, a que eram em Castella d’antigamente sobgeitas, e assi houve o Mestrado d’Aviz d’estes reinos por isento do Mestrado de Calatrava, e o Mestrado de Santiago por isento da Ordem d’Ucrés, que são em Castella, a cuja obediência de primeiro fundamento eram obrigados. (...) E certo esta graça estimou muito o Regente; porque sabia que em vida d’El-Rei D. João seu padre, e d’El-Rei D. Duarte seu irmão, com quanto isto sempre desejaram e requereram com rasões e causas mui evidentes e sustanciaes, nunca os Papas que n’aquelles tempos foram, em caso que lhes parecesse razão, com receios d’agravos e importunações dos Reis de Castella o ousaram outogar, e depois até agora sempre isso esteve e está em pacífico effeito” (PINA, Ruy de. *Crónica de El-Rei D. Affonso V.* Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Vol.1, 1901, Capítulo LXXIII, p.143).

²⁷⁵ MARQUES, José. Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Historia, Porto, n.º. 11, 1994, p.150-151.

²⁷⁶ VALDIVIESO, Maria Isabel del Val. La política exterior de la monarquía castellano-aragonesa en la época de los Reyes Católicos. In: *Investigaciones Históricas: Época moderna y contemporánea*, n.º 16, 1996, p.11.

importações terminológicas e conceituais, acredita-se que falar de ‘política externa’ para a sociedade medieval, especialmente no caso português quatrocentista, traz a contribuição de indicar um ‘projeto político’, uma ‘estratégia’ que orientou diferentes ações externas – como as viagens, os casamentos, e todo o conjunto de embaixadas.

Eis a interessante argumentação de um renomado historiador português:

D. João I orientava-se, pois, em dois sentidos: manter uma abertura, no mar do Norte e no Mediterrâneo, e uma posição de força, no mar ao sul do Algarve. E tanto para assegurar o acesso a duas áreas comerciais, como para garantir um foco de pressão sobre a Península e condições de equilíbrio interno entre Castela, Granada e Aragão, a tônica da política externa de D. João I assentava na exploração das capacidades do Atlântico, que, desde logo, surgia cheio de vitalidades estratégicas²⁷⁷.

O trecho citado foi escrito por Jorge Borges de Macedo, na tentativa de estabelecer uma análise geopolítica e diplomática da história portuguesa. De acordo com o autor, o reinado de D. João I, principalmente após a conquista de Ceuta e as intervenções em prol de “novos recursos estratégicos no Atlântico”, foi marcado por uma ‘dualidade’, pois ao passo que se criavam ações no norte da África incentivadas e formuladas pelo rei, o mesmo não deixou de investir na construção de laços político-familiares no mar do Norte e na península ibérica.

A priori, poder-se-ia afirmar que esta ‘política externa ambígua’ fora estabelecida pela necessidade de criar bases diversas para sustentar externamente a nova dinastia, marcada pela bastardia, no entanto, essa percepção pecaria pela falta de critérios e pela generalização, e não possibilitaria uma inteligibilidade mais aprofundada do tema. O mesmo autor oferece uma escala mais avançada de interpretação ao reiterar que esta “dualidade” estava ligada a dois projetos políticos ‘distintos’ a respeito do apoio procurado no mar. Enfatiza-se, desde já, que o problema encontrado nessa leitura está relacionado, principalmente, à perspectiva de que os vetores da política externa do reinado de D. João I estariam estruturados pelos infantes avisinos, e que tais vetores se afirmariam pela oposição²⁷⁸. Contudo, Macedo não está sozinho nessa interpretação e alguns trabalhos especializados abordam a temática por vias similares²⁷⁹.

²⁷⁷ MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. *Idem*, p.44-45.

²⁷⁸ *Ibidem*, p.46. Mesmo notando a riqueza desta proposta interpretativa, cabe perceber que ela vincula-se a uma questão problemática: a percepção do autor de que cada um desses projetos era encabeçado pelos infantes avisinos, D. Henrique de um lado, e D. Pedro do outro. Essa perspectiva não é nova, e recupera a tradicional discussão historiográfica de que entre tais infantes havia uma ‘oposição’, e que os mesmos representariam projetos políticos e expansionistas ‘antagônicos’. Macedo não avança explicitamente por tais argumentos, mas desenvolve sua análise acerca da política externa portuguesa entre os anos 20 e 50 argumentando pela existência de uma variação que reflete a posição destes infantes à frente da política de Portugal – Tânger (Henrique/África),

Acredita-se que estas abordagens são muito esquemáticas e pecam pelo excesso de rigidez. Nesse sentido, é interessante recuperar as reflexões de Luís Adão da Fonseca. Ao tratar das ‘grandes linhas de força’ da gênese dos descobrimentos, o autor divide as questões comerciais, ideológicas, e monárquicas, e neste último conjunto, Fonseca argumenta que a diplomacia portuguesa procurou conjugar duas exigências, consideradas indispensáveis pela monarquia para a defesa dos interesses lusitanos:

por um lado, a autonomia política, plasmada na afirmação e no reconhecimento internacional de uma dinastia e das suas ligações familiares; por outro lado, a garantia de acesso a um espaço marítimo, já em termos de liberdade, já em termos de monopólio²⁸⁰.

Ao avançar em suas análises, o autor é mais um dos historiadores a falar em ‘dualidade’, no entanto o termo é utilizado para refletir acerca da posição de Portugal perante o mediterrâneo e o atlântico²⁸¹. Assim é na própria ‘dualidade’ da inserção geográfica do reino português, em meio às rotas comerciais que ligam o mar interior ao Atlântico – ou ‘aos Atlânticos’ conforme Adão da Fonseca –, que se devem buscar as opções políticas, econômicas, e diplomáticas de Portugal.

a Regência (D. Pedro/Norte da Europa e Península), e Alfarrobeira (Henrique/África) representando reorientações externas.

²⁷⁹ Vitorino Magalhães Godinho, referência nos estudos sobre a expansão, afirma: “Não existe, por conseguinte, uma diretriz única de expansão. Na convergência das necessidades de expansão comercial para a burguesia e de expansão guerreira para a nobreza reside plausivelmente a causa dos descobrimentos e conquistas. Mas as necessidades convergentes de dilatação das duas classes cindem-se e, enquanto os mercadores pretendem chegar aos pontos fulcrais para o tráfego, a nobreza deseja o alargamento territorial pela conquista de Marrocos. Além da política de fixação interna marcam-se, deste modo, duas grandes diretrizes de expansão: a política de alargamento marítimo e comercial, e a política de dilatação territorial guerreira, aquela mais relacionada com os interesses econômicos da burguesia, esta com os interesses político-financeiros da nobreza. O Infante D. Pedro encarna a primeira, D. Henrique representa a segunda, aliada, porém, em parte à anterior. (...) Até 1435, há talvez uma política única, simultaneamente de dominação das cidades-portos marroquinos, de colonização dos arquipélagos atlânticos e de pirataria a expensas do tráfego marítimo muçulmano. Em seguida, os caminhos bifurcam” (GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2ª Edição, 2008, p.198-200).

Godinho reforça a idéia da existência de uma variedade de diretrizes da expansão, e remete para 1435 a cisão destes projetos. Estabelece argumentos bem próximos dos apresentados por Macedo, e observa que dentro da temática da expansão marítima – a qual pode ser tomada como um subitem do conjunto da ‘política externa’ – também se encontram vetores distintos demarcados pela atuação dos infantes avisinos. Em linhas gerais, as propostas de tais autores poderiam ser resumidas da seguinte forma: a política externa durante o reinado de D. João teve uma dupla orientação, uma que prezava pelos laços políticos com o norte da Europa e a Península Ibérica, e outra, que se estruturava a partir das intervenções na África e no Atlântico Sul (Macedo); a expansão marítima na primeira metade do século XV foi marcada por diferentes diretrizes, ora projetava-se uma expansão territorial, ora defendia-se uma exploração econômica no Atlântico Sul (Godinho). Ambas apresentam como característica o fato de remeterem tais distinções aos infantes D. Pedro e D. Henrique.

²⁸⁰ FONSECA, Luís Adão da. *Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Século XIV-XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1999, p.16.

²⁸¹ *Ibidem*, p.29-66.

O ponto de partida desse capítulo, o reinado de D. João I, por tudo que se mostrou até então, indica que gradativamente a dinastia de Avis foi construindo relações diplomáticas que se relacionavam com a dualidade da própria situação do reino expressa por Fonseca. Iniciando a análise pelo período joanino, é possível detectar uma política externa avisina que foi marcada pela busca do equilíbrio peninsular, pela afirmação dos contatos comerciais e políticos no mar do Norte, pela ampliação da presença portuguesa no mediterrâneo, e pelo apoio à causa papal. Enfatiza-se a existência dessa política externa pela continuidade²⁸², a ‘herança política’ que foi seguida no reinado de D. Duarte e na regência de D. Pedro.

Retomando as questões levantadas por Borges de Macedo e Godinho, enfrenta-se o problema de que a política externa ‘ambígua’ do período joanino gerou conflitos a partir dos anos 20, disputas que se dariam, principalmente, pelos caminhos da expansão. No entanto, como observa Alfredo Marques, ‘expansão’ por si só não diz nada²⁸³. É possível dizer que houve um grande movimento que articulou a ‘expansão militar’, com conquistas no norte da África, e a ‘expansão comercial’, com a colonização e o contato com os mercados da costa africana, ou, de forma mais sintética – e, inclusive, mais precisa – afirmar que a política africana, ao menos na primeira metade do século XV foi pendular, explorando as possibilidades encontradas na África de formas diferentes e em ritmos diferentes, de acordo com os interesses contextuais. Parafraseando Filipe Alencastro, quiçá seja viável pensar em um “aprendizado da expansão”.

Apesar disso, este posicionamento não impede que se estabeleçam vetores da política externa avisina na primeira metade do século – principalmente por finalidades metodológicas – e a partir disso inserir a viagem do infante D. Pedro em um desses vetores. Nesse sentido, acredita-se que o deslocamento do Infante se articula no conjunto de ações diplomáticas estabelecidas, principalmente, entre Portugal e o norte da Europa, e com a região do mediterrâneo, em vista da aliança luso aragonesa. A viagem demarca ainda os vínculos que a dinastia de Avis buscava ter com o papado, afirmando-se como uma monarquia que visava a coroação.

Dito isso, mais uma vez reforço que tais conclusões tomam como base um recorte preciso, a primeira metade do século XV. Assim, através dessa delimitação é admissível falar em política externa portuguesa, mesmo na temática mais delicada que é a política africana.

²⁸² Segue-se uma perspectiva próxima da esboçada por Diaz Martín para o caso castelhano (DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. Los inicios de la política internacional de Castilla (1360-1410). In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). *Realidad e Imágenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Âmbito, 1988, p.57-83).

²⁸³ MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses*. *Idem*, p.39.

Durante o reinado de D. João I formou-se um quadro diplomático amplo e marcado por uma política externa pautada nos objetivos de *legitimação* e *afirmação*, num primeiro momento, e de *consolidação*, numa segunda etapa. Como se observa no mapa a seguir, a ‘herança diplomática’ joanina se manteve, servindo de base para a ampliação das relações externas do Estado português ao longo do século XV.

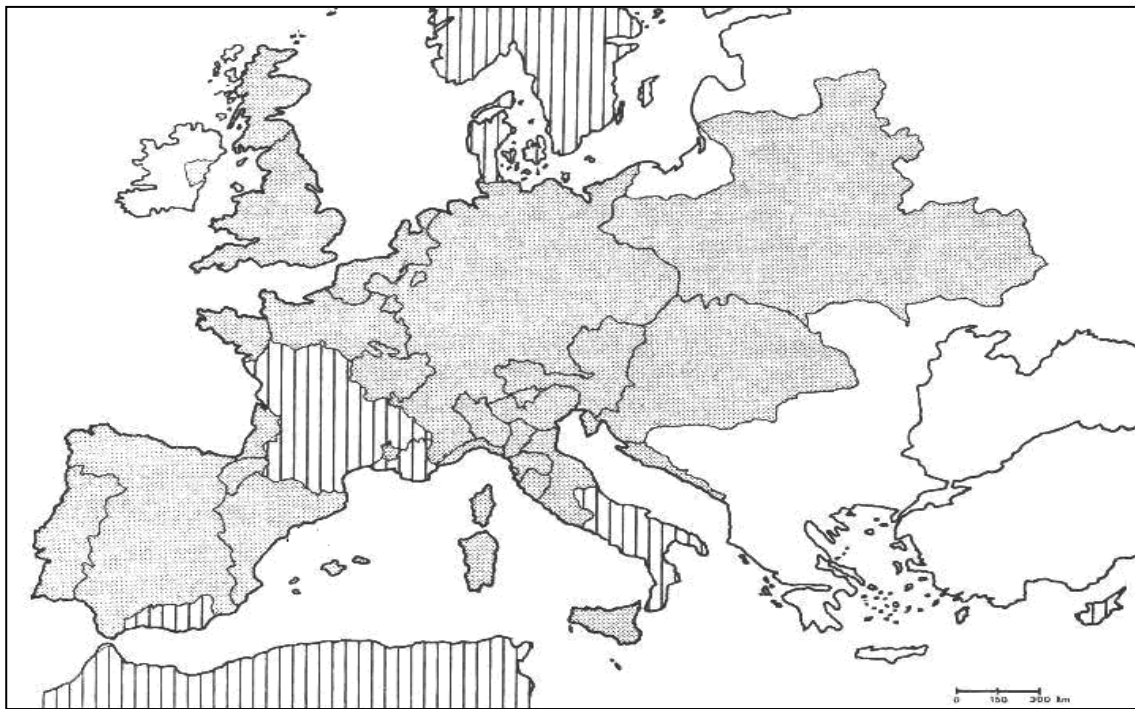


Figura 4. Relações diplomáticas de Portugal no século XV. (A cheio) 1433-1438. (a tracejado) acréscimo em 1471.²⁸⁴

Por fim, nota-se que foi no reinado de D. João que o infante D. Pedro fez sua viagem pela Cristandade (1425-1428), a qual teve como pontos de paragem as principais regiões inseridas no quadro diplomático estabelecido pelo monarca: Londres, Borgonha, Império, Roma, Veneza, Aragão, e Castela. A compreensão do percurso percorrido pelo Infante demanda, dessa forma, que se tenha em mente as relações diplomáticas existentes no período, assim como o que se chamou de eixos da política externa avisina. Antes de oferecer uma análise pormenorizada deste deslocamento e de como o mesmo foi um peculiar instrumento da política portuguesa na primeira metade do século XV, cabe refletir sobre a política matrimonial desenvolvida durante o reinado de D. João.

²⁸⁴ Reproduzido de MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.325.

CAPÍTULO 3.

DIPLOMACIA E PARENTESCO

Uma vez estabelecido o quadro diplomático de Portugal na primeira metade do século XV, é hora de verticalizar a análise. O eixo escolhido para tal inflexão articula dois temas até o momento tratados separadamente, a diplomacia e o parentesco. Quanto ao primeiro item, mostrou-se que no medievo as práticas diplomáticas caracterizavam-se pela fluidez de agentes e métodos, e as alianças e os vínculos entre os poderes realizavam-se por diferentes meios. No que tange o segundo item, destacou-se, até então, a importância de tais relações para as pesquisas historiográficas nas últimas décadas, além de notar o peso desses laços para as estruturas políticas do baixo medievo, isto é, que o processo de gênese do Estado moderno foi marcado pela manutenção dos vínculos pessoais.

Partindo desta perspectiva acerca das estruturas políticas do período, e refletindo sobre as estratégias de legitimação, afirmação, e consolidação do poder dinástico, percebeu-se que no movimento de construção das alianças externas da dinastia de Avis, as relações familiares tiveram uma função proeminente. Tem-se ainda que na maior parte dos conjuntos políticos do período, as estratégias de linhagem e patrimoniais levadas a cabo pelas dinastias, jogavam um papel central no desenvolvimento das relações com os poderes estrangeiros. Tais elementos informam um aspecto singular acerca da diplomacia medieval, pois indicam que as práticas diplomáticas eram ‘negócios’ familiares, muitas das vezes relações entre famílias reais, expressando, assim, a existência de “um modo familiar e dinástico de exercício do poder”²⁸⁵.

A partir de tais aspectos, e para delimitar as discussões a seguir, define-se que dentro do universo das relações de ‘parentesco’ – domínio, por excelência, da antropologia – o tema a ser verticalizado será as ‘relações de consangüinidade’, mormente, através das ‘relações de

²⁸⁵ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d’Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009, p.456.

afinidade’ (alianças matrimoniais)²⁸⁶. Tal opção permite que a análise seja direcionada para as escolhas matrimoniais, alcançando no trato com o universo das ações dinásticas, as “estratégias de casamentos”, os “projetos matrimoniais”, as “políticas matrimoniais”.

Assim, as estratégias matrimoniais mostram-se como formas de garantia da reprodução da linhagem, além de mecanismos de proteção e ampliação do patrimônio. Não obstante, cabe ressaltar que estas estratégias têm a potencialidade de interferir no “capital econômico”, mas também no “capital simbólico” da dinastia, projetando-a no universo de relações familiares que ligavam as casas reais da Cristandade²⁸⁷. Especialmente os objetos de análise deste capítulo, os casamentos dos membros da família real, demonstram que mais do que uma união entre duas pessoas, tais vínculos representavam alianças entre grupos de poder, e como tais, expressam um instrumento fundamental da política dinástica²⁸⁸.

Na seqüência da análise apresentada no capítulo anterior, defende-se que a dinastia de Avis procurou, por diversas formas, legitimar-se interna e externamente, e uma dessas formas foi exatamente a política matrimonial. Através desta, redimensionou-se e ancorou-se nas relações políticas da Cristandade, estabelecendo alianças que afirmaram a posição avisina na Inglaterra, na Península Ibérica, e na Borgonha. Cabe, assim, observar os casamentos dos membros da família real, e identificar as ‘estratégias’ que articularam tais enlaces. Acredita-se que compreender estas estratégias oferece uma base significativa para o estudo da viagem de D. Pedro – tema do próximo capítulo –, e ao realçar a ‘lógica do parentesco’ presente nas relações diplomáticas, o próprio desfecho de Alfarrobeira será redimensionado.

3.1. A ALIANÇA INGLESA

²⁸⁶ Acerca das discussões gerais sobre parentesco, ver: HÉRITIER, Françoise. Parentesco. In: *Enciclopédia Einaudi*. Parentesco. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, v. 20, p.27-29. Quanto à abordagem no campo da história medieval, para além dos textos indicados no primeiro capítulo, ver: GARCÍA, Maria Isabel Loring. Sistemas de Parentesco y Estructuras Familiares en la Edad Media. IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la. (Coord.). *La familia en la edad media: XI Semana de estudios medievales*, Nájera, 2000, p.13-38, GUERREAU-JALABERT, Anita. Sur les structures de parente dans l’Europe médiévale. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 36e année, N.6, 1981.

²⁸⁷ Pierre Bourdieu expressa essa idéia de forma singular: “Já que as estratégias matrimoniais pretendem sempre, pelo menos nas famílias mais favorecidas, fazer um ‘bom casamento’ e não somente um casamento, isto é, maximizar os benefícios econômicos e simbólicos associados à instauração de uma nova relação, elas são comandadas em cada caso pelo valor do patrimônio material e simbólico que pode ser engajado na transação e pelo modo de transmissão que define os sistemas de interesses próprios aos diferentes pretendentes à propriedade do patrimônio aos lhes atribuir direitos diferentes sobre o patrimônio conforme seu sexo e sua ordem de nascimento” (BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2009, p.245).

²⁸⁸ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Idem*, p.455-457.

Antes de avançar com a reflexão acerca da ‘política matrimonial’ da dinastia de Avis, é necessário reter a análise no período de formação da mesma, ou seja, o processo de ascensão de D. João I e da negociação de seu casamento com D. Filipa de Lancaster.

Eleito nas Cortes de Coimbra, impulsionado pelo apoio cidadão, e enfrentando uma dura guerra com Castela, D. João buscou na Inglaterra o aliado que pudesse oferecer retornos militares – primordiais no contexto –, econômicos, principalmente através do comércio externo, e políticos. Após longos contatos, a assinatura do Tratado de Windsor (1386) expressa claramente tais objetivos, no entanto, sabia-se que os tratados podiam ser descartados em virtude de mudanças no cenário político de ambos os lados envolvidos²⁸⁹. Destarte, se de fato a aliança inglesa era o caminho optado pela nova dinastia portuguesa, a “aliança de sangue” era premente²⁹⁰.

Foi exatamente na seqüência do Tratado de Windsor que se desenvolveram os preparativos para o consórcio matrimonial entre D. João I e D. Filipa de Lancaster, filha de John de Gaunt²⁹¹. Este, no período, rumava para Portugal a fim de iniciar uma investida contra Castela, reino que o nobre inglês pleiteava. O encontro entre o duque e D. João se deu em Novembro de 1386, definindo-se nesse momento o referido matrimônio, assim como uma aliança entre ambos²⁹². Com o avanço acelerado das negociações, em meados de Dezembro,

²⁸⁹ É interessante recuperar um pequeno trecho do conselho do infante D. João, analisando a possibilidade de um novo ataque português ao norte da África (1432-1433): “deuemos esgardar como a espanha esta pera desfechar, e aqueles que agora sam uos amigos se a roda dese volta uosos immigos capitaeis ficarião.” (DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática. Transcrição: João José Aves Dias. Introdução: A. H. Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1982, doc.6, p.45) [grifos meus].

²⁹⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I. (1357-1433)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008, p.149.

²⁹¹ De acordo com Fernão Lopes (LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de Antonio Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1983, Capítulo XC, p.214-216), a negociação teve início na recepção feita pelos embaixadores Lourenço Anes de Fogaça e Vasco Martins de Mello quando o duque chegou a cidade do Porto. Bertrand Schnerb indica haver em 1385 um projeto de consorciar Guilherme de Baviera com Filipa de Lancaster, tentativa frustrada pelo casamento do pretendente com Marguerite de Borgonha (SCHNERB, Bertrand. *L'État bourguignon.(1363-1477)*. Paris: Editions Perrin, 2005, p.89). Filipa foi envolvida ainda em negociações com o rei da França e com o duque de Luxemburgo (COELHO, Maria Helena da Cruz. *Idem*, p.152). Sobre a linhagem de Filipa, ver: COELHO, Maria Helena da Cruz. *Idem*, p.149-153.

²⁹² LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo XCII, p.217-219. Desta aliança destaca-se o seguinte trecho descrito pelo cronista: “E por mais liamça damizade e seguramça destas couusas hordenaram emtaõ e prometeram – que o Duque dese sua filha a Ifante dona Felipa a ell Rey de Portugall por molher, e que ell Rey a reçebe, **avemdo primeiro despemssaçaõ** pera que tall casamemto fose valioso, e que esa dona Felipa jurase de reçeber ell Rey de Portuugall por marido, **avida primeiro aquella despemssaçam**. E por be e rezam deste matrimonio e ajuda que ell Rey de Portugall avia daver a sua custa.” (Grifos meus) Este trecho reafirma o desejo do duque de Lancaster em conseguir o apoio militar de D. João para ocupar o trono castelhano, e assim demonstra os feixes de interesses envolvidos por ambas as partes da aliança.

D. Filipa já desembarcava na cidade do Porto²⁹³. Fernão Lopes descreve com detalhes os preparativos para a festa, e a realização da cerimônia, que se deu em 2 de Fevereiro de 1387²⁹⁴.

Através desta união, D. João I teve a possibilidade de ilibar sua linhagem, marcada pela bastardia. Concebendo descendentes legítimos – nascidos da linhagem Lancaster, ramo da dinastia real inglesa Plantageneta –, criava bases para a manutenção dinástica, possibilitada com herdeiros para assumir a coroa portuguesa. Reafirmava ainda os vínculos políticos com o reino inglês, aliado tão importante no contexto como já se mostrou.

Ao passo que se deram tantas iniciativas em prol de uma aliança luso-britânica, o rei português iniciou paralelamente outra frente de negociações diplomáticas, esta com o papa de Roma Urbano VI (1378-1389). A missão ao papado teve início após os resultados das Cortes de Coimbra, e solicitava a absolvição dos comprometimentos apostólicos relativos à posição de Mestre da Ordem de Avis para que D. João pudesse exercer o ofício régio, além de requerer a confirmação papal da eleição do mesmo como rei²⁹⁵. Nesta missão estiveram presentes o bispo de Évora, D. João, e o cavaleiro Gonçalo Gomes da Silva²⁹⁶. A resposta destas súplicas chegou a inícios de Novembro de 1386, enquanto o rei de Portugal se reunia com o duque de Lancaster. Fernão Lopes assim descreve o recebimento das boas novas:

Chegaraõ aly de sospeita cartas dos embaixadores que avia mais de huu anno eraõ partidos pera a corte, e dizemdo como acharaõ o Padre Samto em Jenoa, e que apresenteraõ amte elle a supricaçaõ que levavaõ. E dita sua mesagem, que elle em todo o que lhe per sua parte pediram benygnamente despemssara, e que o roll hera asinado e emcaminharaõ de tirar as letras.²⁹⁷

A priori a embaixada apresenta-se como bem sucedida, no entanto, um problema permaneceu em aberto, e aos poucos foi inquietando D. João I. O papa Urbano VI não

²⁹³ MORENO, Humberto Carlos Baquero. O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas. In: *Actas do Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Universidade do Porto, 1988, p.217.

²⁹⁴ LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo XCV, p.223-224.

²⁹⁵ *Ibidem*, Capítulo LXXVIII, p.194-194.

²⁹⁶ A crônica de Fernão Lopes não oferece indicações acerca do estatuto social de Gonçalo Gomes da Silva, contudo, o texto da súplica de abril de 1385 publicado por Antonio Costa explicita a posição de cavaleiro/guerreiro: “Super premissis autem expediendis cum eadem Sanctitate ac multis et diversis causis et negotiis, statum, honorem et commoda Universalis Ecclesie et regnorum Portugalie et Algarbii atque concernentibus ad Benignitatis Vestre presentiam mittimus ac destinamus reverendum in Christo patrem et dominum dominum Johannem episcopum Elborenssem ac nobilem et prudentem virum dominum Gondissalvum Gometii de Silva, militem, carissimos ambaxiatores nostros, fideles e devotos vestros.” ANTT, gaveta 14, maço 3, doc. n.º9, *Reforma das Gavetas*, fl.124-127v. in: *Monumenta Portugaliae Vaticana*. Documentos publicados com introdução e notas de Antonio Domingues de Sousa Costa. Roma-Porto, Editorial Franciscana, 1968-1970, Vol. II, p. CVII.

²⁹⁷ LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo XCIII, p.219-220.

expediu nenhuma bula confirmando as dispensas proclamadas em Novembro de 1386, e antes de 1391 nada foi conseguido para mudar essa situação. O rei de Portugal ainda teve que enfrentar as falsas informações passadas ao papa por um Mestre Henrique, servidor do duque de Lancaster, nas quais dizia que o reino português pertencia ao referido duque e sua esposa, D. Constança. Tais palavras, informa o cronista, inclinaram Urbano VI a não expedir bulas em prol de D. João I, fazendo, inclusive, que este buscasse esclarecer o problema com John de Gaunt²⁹⁸.

Mesmo sem as bulas, o casamento com D. Filipa foi concretizado em Fevereiro de 1387. Contudo, o interesse em consegui-las não cessou, e no corrente ano foi enviada uma segunda embaixada ao papado. Esta mantinha o bispo de Évora nas funções diplomáticas, mas recebia o reforço de João Afonso de Azambuja, bacharel em direito canônico e prior da colegiada de Santa Maria de Alcáçova, que assumia a posição do cavaleiro Gonçalo da Silva. A missão não teve sucesso e os embaixadores ainda foram presos a caminho de Flandres²⁹⁹. Urbano VI faleceu em Outubro de 1389 sem expedir as bulas e, segundo Antonio Costa, sem perder as esperanças de ver o reino de Castela e os demais reinos da península obedecendo ao papado de Roma, motivo pelo qual protelou o despacho com receio de que ao favorecer D. João I, complicasse suas aspirações³⁰⁰.

Nesse contexto uma terceira embaixada foi enviada – com a inserção do fidalgo João Rodrigues de Sá no lugar do bispo de Évora e com a manutenção de João Afonso de Azambuja, já como bispo de Silves³⁰¹ –, e o novo papa, Bonifácio IX (1389-1404), enfim liberou a documentação pleiteada – bulas *Divina disponente clementia* de 27 de Janeiro de 1391³⁰², e *Quia rationi congruit* de 28 de Janeiro de 1391³⁰³ –, as quais foram levadas pelos embaixadores portugueses. Segundo a descrição de Fernão Lopes, após o rei e o conselho verem as bulas, estas foram enviadas para serem publicadas na catedral de Lisboa “*por tirar suspeita do que alguns ignorantes fallavam*”³⁰⁴.

O capítulo CXXIII da *Crónica de D. João I* expressa a importância dada para as bulas, e reflete os problemas enfrentados pelo rei em inícios da década de 90, ou seja, mesmo após quase uma década a frente de Portugal, D. João ainda encarava uma forte oposição interna, a

²⁹⁸ *Ibidem*, Capítulo CXXII, p.269-271.

²⁹⁹ *Ibidem*, Capítulo CXXIII, p.271-272.

³⁰⁰ COSTA, Antonio Domingues de Sousa. Introdução. In: *Monumenta Portugaliae Vaticana. Idem*, Vol. II, p.CXVII.

³⁰¹ LOPES, Fernão. *Idem*, p.273.

³⁰² O texto da bula aparece traduzido pelo cronista no Capítulo CXXIV, e transcrito por Antonio de Sousa Costa em *Monumenta Portugaliae Vaticana. Idem*, p.CVIII-CXI.

³⁰³ LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo CXXV, p.277-281; *Monumenta Portugaliae Vaticana. Idem*, p.CXII-CXV.

³⁰⁴ *Ibidem*, Capítulo CXXIII, p.273-274.

qual se reforçava pela falta das necessárias dispensas papais para o casamento assumido³⁰⁵. As bulas, levadas a Lisboa, cidade “cabeça do reino”, foram publicadas solenemente após o sermão do franciscano Frei Rodrigo de Cintra, o qual reuniu os cidadãos lisboetas, letrados, nobres e eclesiásticos do reino³⁰⁶.

Nota-se que durante seis anos o rei português insistiu para que o papa Urbano VI expedisse as bulas, objetivo que só foi alcançado com a posse do novo pontífice, e as conseqüentes rearticulações diplomáticas deste. Para tal, foram utilizados quatro embaixadores em três viagens diplomáticas, sendo dois clérigos e dois laicos. Por mais que a anuência papal só tenha sido conseguida na terceira missão, acredito ser a segunda (1387) a mais expressiva, visto que foi composta do experiente bispo de Évora, e foi acrescida por João Afonso de Azambuja, religioso e bacharel em direito canônico. Esta composição justificava-se pela urgência de ilibar completamente o matrimônio com D. Filipa e, conseqüentemente, legitimar os possíveis descendentes que porventura nasceriam.

3.2. À VOLTA DO CASAMENTO DOS ÍNCLITOS INFANTES.

Enfim os descendentes legítimos começaram a nascer logo após o casamento régio. A primeira chamou-se Branca e não ultrapassou o primeiro ano de vida, mas em 1390 veio ao mundo o pequeno varão batizado de Afonso. Eis o tão esperado rebento de D. João, o qual garantia a sucessão régia. Daí em diante nasceram mais seis filhos, os quais viriam a contribuir para a afirmação da nova dinastia.

Ao mencionar a geração de uma prole legítima, recupera-se que D. João I, ainda na posição de Mestre de Avis, fora pai por duas vezes, primeiro de Afonso (c.1380³⁰⁷), e depois de Beatriz (c.1382), sendo essa descendência ilegítima usada como base para o alargamento da política matrimonial de Avis. Insiste-se, assim, em observar que o casamento constituía um instrumento para a construção e a consolidação de alianças, sendo, portanto, um mecanismo de ampliação do ‘horizonte político’ das dinastias³⁰⁸. Para tal, os bastardos régios também eram utilizados em negociações matrimoniais.

Nesses anos de afirmação dinástica, e ainda sem contar com filhos da rainha D. Filipa em idade nubente, o novo monarca estabeleceu uma estratégia familiar capaz de promover um

³⁰⁵ *Ibidem*, Capítulo CXXII, p.269-270.

³⁰⁶ *Ibidem*, Capítulo CXXIII, p.274.

³⁰⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Afonso. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editora, p.35-36.

³⁰⁸ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Idem*, p.457.

fortalecimento interno – casamento de Afonso –, e uma ampliação das relações externas – consórcio de Beatriz. Veja-se essa movimentação.

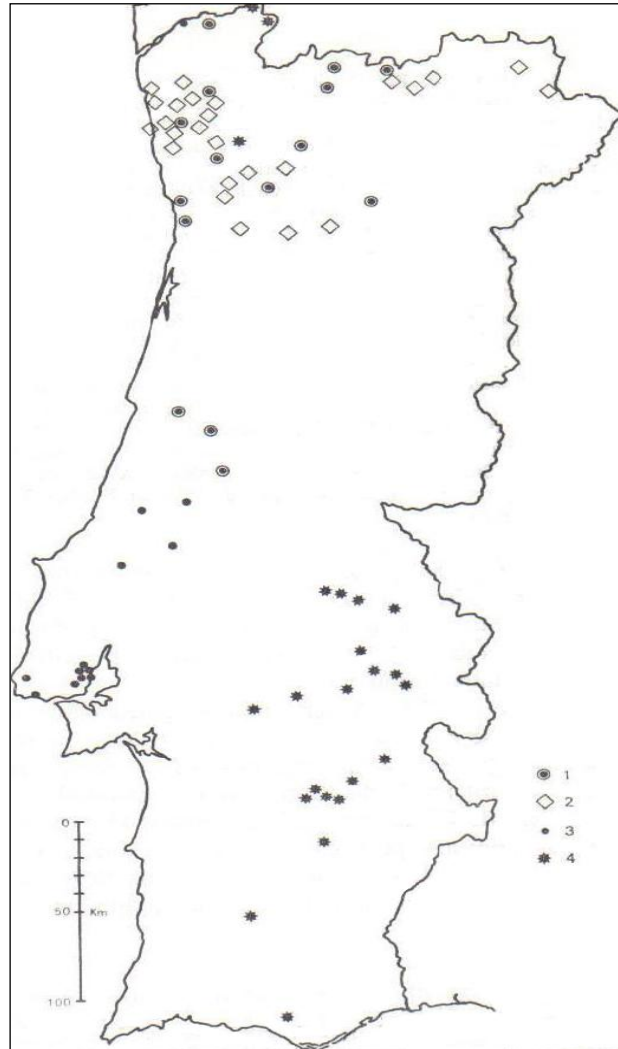


Figura 5. O patrimônio senhorial de Nuno Álvares e de seus descendentes. 1+2+3+4 – senhorio primitivo do Condestável; 1 – somente Nuno Álvares; 2 – D. Afonso, conde de Barcelos; 3 – D. Afonso, conde de Ourém; 4 – D. Fernando, conde de Arraiolos.³⁰⁹

Do processo da ascensão do Mestre de Avis, formou-se uma nova nobreza, que teve em Nuno Álvares Pereira, um expoente. Filho do Prior do Hospital, Nuno Álvares foi feito condestável do reino, e recebeu os condados de Ourém, Barcelos, Arraiolos e Neiva, uma acumulação de patrimônio extraordinária em Portugal³¹⁰. Toda essa base territorial fez do condestável um alvo das medidas de D. João I visando reaver, ou comprar, parte das terras da coroa cedidas à nobreza até então. Tal fato gerou um grande descontentamento, que teve como consequência o exílio de nobres portugueses em Castela. Nuno Álvares, segundo

³⁰⁹ Reproduzido de MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.85

³¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p.539.

Baquero Moreno, foi um dos principais opositores da medida régia, manifestando também o interesse de abandonar Portugal³¹¹.

Frente a tais problemas internos que movimentaram o reino em finais da década de 90 e, conseqüentemente, dificultavam a relação entre o rei e seu condestável, em 1401 se estabeleceu uma via de acordo: o casamento da única filha de Nuno Álvares, D. Beatriz – e, portanto, meio exclusivo de assegurar a reprodução da casa senhorial –, com o filho bastardo de D. João³¹². Esta união polarizava interesses, tanto de Nuno Álvares quanto do rei³¹³. Pelo contrato estabelecido, D. Afonso recebeu a totalidade dos bens que o condestável detinha em Entre Douro e Minho³¹⁴ e Trás-os-Montes, Montalegre e terra de Barroso, Montenegro e Chaves, também com todas as rendas, direitos, foros, padroados e jurisdições e mero e misto império³¹⁵.

Passa-se, assim, para o segundo casamento realizado no âmbito externo do reino. A movimentação em prol do enlace de D. Beatriz com Thomas Fitzalan, conde de Arundel, iniciou-se, segundo Manuela Santos Silva, por volta de 1405 sob a condução da rainha D. Filipa³¹⁶. Tratava-se de um condado de grande importância, sendo seus titulares aparentados com a família real inglesa. Para tal negociação, foram enviados como embaixadores João Vasques de Almada, cavaleiro e cidadão de Lisboa que aquele tempo estava na Inglaterra, e um doutor Martim Dossem, os quais chegaram à Londres em inícios do mês de Fevereiro³¹⁷.

³¹¹ MORENO, Humberto Carlos Baquero. Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média. In: *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p.15-17. O autor analisa, de forma pormenorizada, diversos nobres que se exilaram em Castela após as medidas de D. João I. Ver ainda LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo CLII-CLIII.

³¹² O contrato de casamento encontra-se publicado em: SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Editora Atlântida, 1949, Tomo III, 2ª parte, doc.9, p.22-25.

³¹³ CUNHA, Mafalda Soares da. *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990, p.30-31. A autora assim sintetiza o jogo de interesses envolvido neste casamento: “Do ponto de vista de Nuno Álvares Pereira, o objetivo central a atingir com o casamento da filha seria o da constituição de uma casa senhorial que perpetuasse a sua linhagem e memória. Para que tal fosse possível importava assegurar uma certa autonomia, em relação a Coroa, mantendo, embora, a nova casa dentro dos círculos mais próximos da família real. (...) Da perspectiva do monarca esta união também servia os seus desígnios políticos. (...) Afigurava-lhe, então possível recuperar, através de seu filho, algum controle sobre esses mesmos bens [benefícios oferecidos ao Condestável]. (...) Estratégia de controle político destinada a limitar a criação de forças centrífugas, mas também mecanismo de afirmação social da própria linhagem real.”

³¹⁴ Condado de Barcelos e terras de Baltar e Paços com todas as rendas, foros, tributos, padroados, jurisdição civil e crime e mero e misto império, as quintas de Axoara, Pousada, Carvalhos, Covas, Canedo, Sarraçães, Godinhães, S. Fins, Touga e Casais de Bustelo. Ver: *ibidem*, p.60.

³¹⁵ *ibidem*, p.60. Ver ainda: LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo CCII, p.460-461.

³¹⁶ SILVA, Manuela Santos. O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel) – paradigma documental da negociação de uma aliança. In: FARIA, Ana Leal de & BRAGA, Isabel Drumond. *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em homenagem à Maria do Rosário Themudo Barata*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p.79. A mesma afirmação aparece em Peter Russell (RUSSELL, Peter E. *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p.582), mas sem a indicação do ano de 1405.

³¹⁷ LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo CCIII, p.461. A datação elaborada por Lopes contrasta com o documento de 5 de janeiro de 1405 – isto é, antes da chegada da embaixada portuguesa que começou a tratar do matrimônio –,

Nesse trato tomaram-se as seguintes decisões: o conde de Arundel enviaria embaixadores seus a Portugal para avaliar a formosura de D. Beatriz; o estabelecimento do dote a ser pago (50.000 corôas), a efetuar-se em dois momentos; a viagem da infanta seria realizada a expensas do rei português; além das minúcias contratuais em caso de morte de uma das partes do matrimônio³¹⁸.

Os meses seguintes foram marcados por uma intensa movimentação diplomática entre os reinos visando concretizar as negociações do casamento. Neste processo, mais duas embaixadas portuguesas aportaram na Inglaterra³¹⁹, e após a resolução de todas as pendências, em 26 de Novembro de 1405, D. Beatriz casou-se com o conde de Arundel. A cerimônia contou com a presença do irmão da infanta, conde de Barcelos, do rei inglês, Henrique IV, e de outros principais do reino³²⁰. Acrescenta-se que antes da investida de Portugal contra Ceuta – a qual foi articulada sem que a finalidade do ataque fosse sabida pelos demais reinos da Cristandade –, tinha-se o temor de que o conde de Arundel viesse em auxílio de D. João com suas tropas³²¹, o que demonstra que a aliança conseguida pelo casamento de Beatriz ainda repercutia no cenário ibérico. Por fim, tem-se que após a morte do conde (1415), a infanta portuguesa casou-se com John Holland, duque de Exeter, permanecendo no reino inglês até falecer em 1439³²².

Antes de avançar com os consórcios matrimoniais dos filhos legítimos de D. João e D. Filipa, cabe salientar que as negociações até então apresentadas mostram que as correspondências entre as casas reais eram constantes, sendo conhecida a influência da rainha de Portugal na construção do casamento de D. Beatriz, e a manutenção do contato desta infanta com a corte portuguesa, vínculo este que ficou expresso no *Livro da Cartuxa* de D. Duarte³²³. Desta forma, fica latente a importância dos vínculos de parentesco para além do ato da celebração da união, pois se criava um circuito de informações, de deslocamento sócio-

no qual se registra que o conde de Arundel confessa e reconhece ter recebido – através do clérigo Roberto Popelowe, que representava o conde – 6250 marcos, de moeda inglesa corrente, relativos a parte do dote de D. Beatriz. *Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI*. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento, colaboração de Maria Filomena Andrade e Maria Teresa Rebelo da Silva. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, Doc.1, p.17-21. Assim, acredito ser possível, no mínimo, se recuar para 1404 o início das movimentações em prol do casamento de Beatriz com o conde Arundel.

³¹⁸ LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo CCIII p.462-463.

³¹⁹ *Royal and Historical Letters during the Reign of Henry the Fourth King of England and France and Lord of Ireland*. Edited by the Rev. F.C. Hingeston, M.A. London; Longman, Green, Longman, and Roberts, 1860, Vol. II – A.D. 1405-1413, Doc. CXC, p.87 e 91. *Apud* SILVA, Manuela Santos. *Idem*, p.83, notas 24 e 27. A partir dos documentos analisados pela autora, tem-se ainda que foram enviadas duas embaixadas, uma com João Gomes, e outra com Martim Afonso Dinis, servidor do rei português.

³²⁰ *Princesas de Portugal. Idem*, doc.2, p.23-29.

³²¹ *Monumenta Henricina*. (direção, organização e anotação crítica de Antonio Joaquim Dias Dinis), Coimbra: Atlântida, Vol. II, doc.57, p.132-146.

³²² RUSSELL, Peter E. *Idem*, p.583, nota 52.

³²³ DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. *Idem*, doc.50, p.193-194.

político e cultural, que aproximava as cortes ligadas a cada participante do enlace matrimonial.

Dito isso, retoma-se o desenvolvimento da política de linhagem desenvolvida pelo rei de Portugal, observando que em 1405, com os dois filhos naturais bem casados, D. João e D. Filipa somavam oito filhos legítimos, dos quais apenas dois tinham falecido – D. Branca, que nascera em 1388, e morreu sem completar o primeiro ano de vida, e D. Afonso, que nascera em 30 de julho de 1390, falecendo com dez anos³²⁴. Seis foram os filhos que ultrapassaram as altas taxas de mortalidade que afetavam os recém-nascidos na Baixa Idade Média, destes apenas uma mulher restou, a infanta D. Isabel, nascida em 1397³²⁵. Dos seis infantes, apenas dois não casaram, D. Henrique e D. Fernando, mesmo tendo existido oportunidades nesse sentido.

Dentre os membros da Ínclita Geração, o primeiro a se casar foi o penúltimo filho, o infante D. João, em Novembro de 1424³²⁶. Matrimônio endogâmico, uniu o infante – que desde finais de 1418 estava à frente da Ordem Militar de Santiago³²⁷ – à sua sobrinha, única filha do conde de Barcelos, D. Isabel. D. João recebeu de Nuno Álvares o castelo de Loulé e, após a morte deste, o cargo de Condestável, e do rei a vila de Serpa com seus direitos e rendas; Isabel recebeu do irmão, conde de Ourém, o reguengo e o lugar de Colares com todas as rendas, foros, direitos e jurisdições³²⁸. De acordo com Mafalda Cunha, o casamento alienou bens importantes do conde de Barcelos e de Nuno Álvares, permitindo tanto o fortalecimento régio quanto a ascensão hierárquica do pai da noiva³²⁹.

Tal matrimônio, somado ao de D. Afonso com a filha do Condestável, representa uma tendência secundária das uniões estabelecidas pelos filhos de D. João, visto que de oito filhos – seis homens e duas mulheres – quatro casaram fora de Portugal. A partir da escassez de fontes acerca das negociações matrimoniais de D. Afonso, D. Beatriz e do infante D. João, pode-se entrever que estas transações não conheceram delongas, sendo o casamento da infanta

³²⁴ DUARTE, Luis Miguel. *D. Duarte. (1391-1438)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2007, p.37-44. O autor português estabelece nesse trecho uma importante cronologia do nascimento dos infantes avisinios, discordando de datações e afirmações presentes na *Crónica de D. João I* e no *Os Filhos de D. João I*, de Oliveira Martins.

³²⁵ Em 1391, nasceu D. Duarte, que sucedeu D. João I; no ano seguinte nasceu D. Pedro; em 1393, D. Henrique; em 1397, D. Isabel; em 1400, D. João; e, por fim, D. Fernando, em 1402.

³²⁶ SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Idem*, 1947, Tomo I, vol. III, p.187-188. Contrato datado de Novembro de 1424.

³²⁷ *Monumenta Henricina*. Vol. II, doc.147, p.301-307. Súplica régia e concessão papal do cargo de Mestre da Ordem Militar de Santiago. 8 de Outubro de 1418.

³²⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. João, Infante. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editora, p.604-605; SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Idem*, Tomo I, vol. III, doc.35, p.182-184; Tomo III, vol. II, doc.39, p.103-104.

³²⁹ CUNHA, Mafalda Soares da. *Idem*, p.71.

com o conde de Arundel o que mais se protelou. A constatação reitera-se na observação das negociações que envolveram os matrimônios de D. Duarte, D. Pedro e D. Isabel, pois este segundo conjunto de casamentos reafirma a tendência de que a procura de um marido ou de uma esposa por um filho de rei era um processo longo, complexo, ao curso do qual intervinham diferentes agentes³³⁰.

O estabelecimento de dois conjuntos de casamentos – sendo o primeiro representado por D. Afonso, D. Beatriz e D. João³³¹, e o segundo por D. Duarte, D. Pedro e D. Isabel – permite ainda que se delimitem distinções entre as conseqüências de cada um dos grupos de matrimônios para a dinastia de Avis. Acredita-se que ambos reforçaram os laços avisinos dentro e fora de Portugal, contudo também refletem momentos diferentes do reinado de D. João I. Enquanto que os primeiros casórios ocorreram em um período de busca de *afirmação* e *legitimação* dinástica – para o qual a aliança do rei com os Lancasters (1387) já tinha contribuído –, com os problemas internos apresentando-se como difíceis obstáculos, o segundo conjunto de consórcios se deu em um contexto de *consolidação* e *ampliação* das alianças externas existentes até aquele momento.

Portanto, tem-se que os casamentos dos anos 20 são reflexos de uma nova etapa da diplomacia portuguesa, afinal a posição interna de Avis já estava estabilizada, e a aliança inglesa estruturada e reafirmada com o consórcio de Beatriz. Acrescenta-se, ainda, que a conquista de Ceuta (1415) tinha permitido a construção de uma imagem do reino e da dinastia reinante articulada aos valores cristãos e à defesa da Cristandade, elementos que favoreciam a ‘honra’ da família real avisina no cenário das casas principescas. Por fim, os casamentos a serem analisados demonstram o esforço do rei de Portugal em consolidar-se no cenário político ibérico, mormente através da aliança com Aragão, e, ultrapassando este quadro diplomático tradicional, enrijecer os laços com o mar do Norte, por meio do enlace com o ducado da Borgonha.

*

Os casamentos dos outros três infantes portugueses foram concretizados em um período muito curto, entre Setembro de 1428 (D. Duarte ∞ D. Leonor de Aragão) e Janeiro de 1430 (D. Isabel ∞ Filipe o Bom), o que oculta o fato de que pelo menos desde 1409 se discutiam possíveis matrimônios para o príncipe herdeiro e para D. Pedro. Assim, tem-se que a construção de um casamento levava em consideração diversos elementos, entre eles: os

³³⁰ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Idem*, p.461.

³³¹ Exclui-se desses conjuntos o casamento de D. João I com D. Filipa.

contatos estabelecidos com as demais casas reais e poderes estrangeiros; o confronto com projetos matrimoniais concorrentes; a existência de impedimentos de consangüinidade ou de outros impedimentos canônicos, os quais só poderiam ser resolvidos com dispensas papais; e a beleza e o dote da noiva³³². Dados dinâmicos que eram profundamente influenciados por mudanças dinásticas, mortes, e novas alianças diplomáticas.

O primeiro casamento a ocorrer, e quiçá o de maior importância visto que envolveu o herdeiro da coroa portuguesa, foi o de D. Duarte. Antonio Joaquim Dias Dinis, que em 1974, desenvolveu um estudo de grande solidez sobre o assunto, no qual analisou e publicou todas as fontes disponíveis sobre o tema³³³. Atualmente, o casamento de D. Duarte ainda recebeu a atenção de Luís Miguel Duarte na biografia do rei³³⁴.

As primeiras notícias relativas ao herdeiro datam de Março de 1409, e são encontradas em uma resposta do rei de Aragão, D. Martin, à missiva da condessa de Urgel, prima do monarca, na qual se discutia o possível consórcio entre a donzela D. Leonor de Urgel e o herdeiro português³³⁵. Novas informações aparecem um ano depois em 28 de Março e 8 de Abril de 1410. Trata-se, respectivamente, de uma carta de crença, e de um memorando do rei aragonês apresentando o embaixador Martim de Pomar, seu conselheiro, que estava em Portugal para tratar do casamento da infanta D. Leonor, irmã do conde de Urgel, com o primogênito português ou com o filho segundo de D. João I, isto é, D. Pedro³³⁶.

Estes são os únicos documentos conhecidos sobre a negociação Avis-Urgel de inícios do século XV. Luís Miguel Duarte assim interpreta a carta de Março de 1409:

Deste primeiro testemunho só podemos concluir com segurança que, no ano em que Duarte completaria 18 anos, mas ainda antes dessa data, a coroa portuguesa já “estava no mercado” à procura de noiva para o primogênito. E que a primeira escolha foi uma das previsíveis: Aragão³³⁷.

Diferente deste autor acredita-se que o contexto de 1409-10 reflete, primordialmente, o interesse aragonês de uma aliança com Portugal. ‘Aragonês’ porque é um projeto da casa de

³³² PÉQUIGNOT, Stéphane. *Idem*, p.462.

³³³ DINIS, Antonio Joaquim Dias. À volta do casamento de D. Duarte. (1409-1428). In: Separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Universidade de Coimbra, Tomo XV, 1974, p.5-70.

³³⁴ DUARTE, Luis Miguel. *D. Duarte. (1391-1438)*. *Idem*, p.128-175.

³³⁵ DINIS, Antonio Joaquim Dias. *Idem*, doc.1, p.42.

³³⁶ *Ibidem*, doc. 2 e 3, p.42-43. Os referidos documentos encontram-se publicados ainda na *Monumenta Henricina*, Vol. I, doc.141 e 142, p.326-328.

³³⁷ DUARTE, Luis Miguel. *Idem*, p.133.

Urgel que tem o assentimento e o empenho de D. Martin³³⁸. Enfatiza-se tal questão, isto é, o ponto de partida da negociação de casamento, porque as alianças eram atos políticos, e como tais articulavam interesses de ambas as partes negociantes. Destacar o emissor e promotor da negociação permite, assim, mapear quais os interesses primários que motivaram o contato. Este elemento será também um aspecto interessante de contraste durante a análise dos demais casamentos realizados. Todavia, antes de fechar a questão, nota-se que o trecho citado recupera um importante dado: a recorrência dos vínculos matrimoniais com Aragão³³⁹.

O consórcio aragonês não vingou, em grande parte porque, em Maio de 1410, D. Martin morreu sem deixar sucessor, o que trouxe uma intensa disputa pelo trono de Aragão, que só foi resolvida em Junho de 1412 com o Compromisso de Caspe. Neste processo, D. Fernando de Antequera ascendeu como novo rei de Aragão, e aprisionou o principal concorrente ao posto, o conde de Urgel, D. Jaime.

Novos vestígios aparecem no Capítulo XVI da *Crónica da Tomada de Ceuta* – que se passa entre 1410 e 1412³⁴⁰. Neste capítulo descreve-se a embaixada portuguesa enviada à Sicília, a qual tinha como finalidade espionar a situação da cidade de Ceuta. Segundo Zurara, a missão foi composta pelo Prior do Hospital e pelo capitão Afonso Furtado, os quais viajaram em resposta a iniciativa da rainha da Sicília que visava o casamento com D. Duarte³⁴¹. Ainda de acordo com o cronista, a resposta dos enviados portugueses foi negativa, visto que o infante estaria em negociação matrimonial com D. Catarina, filha de Enrique III e Catarina de Lancaster.

³³⁸ Dias Dinis considera que a iniciativa partiu da condessa de Urgel, e que é possível inferir que do lado português, a sugestão do casamento não encontrou anuência. DINIS, Antonio Joaquim Dias. *Idem*, p.10-12.

³³⁹ De acordo com o levantamento empreendido por Paulo Drumond Braga, entre os séculos XII e XIV, Aragão surge atrás de Leão e Castela como espaço de efetivação de seis casamentos. BRAGA, Paulo Drumond. Casamentos reais portugueses. Um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (século XII-XIV). In: *IV Jornadas Luso-espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcanices*. Porto, 1998, vol.2, p.1533.

³⁴⁰ Em nenhum capítulo da crônica Zurara data a embaixada, no entanto, de acordo com Dias Dinis, a mesma parece ter sido enviada entre Maio de 1410 e Julho de 1412, período em que a Sicília teve como regente D. Branca, filha de D. Carlos III, rei de Navarra, e viúva de D. Martin da Sicília, rei de Aragão e da Sicília. DIAS DINIS, Antonio Joaquim. *Monumenta Henricina*, Vol. II, p.49-50.

³⁴¹ ZURARA Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992, Capítulo XVI, p.80-81. Nota-se que no Capítulo XV da mesma crônica, Zurara não cita o interesse da rainha em se casar com D. Duarte, informando, exclusivamente, o objetivo do casamento com D. Pedro. “Mas como seja que eles hajam lugar para isto poderem ver e saber [analisar a situação de Ceuta], sem ser entendido nem sabido o fim, por que eles vão para a qual cousa tenho vontade de fingir uma formosa dissimulação. E isto é que quero dar voz que os envio com embaixada à rainha de Cezilia [Sicília], a qual ao presente está viúva e em ponto para casar. A qual cousa eu sei pelo requerimento que me ela enviou fazer que me prouvesse de casar meu filho o Infante Dom Pedro, a qual cousa eu sei bem certo que ela não há-de fazer.” *Ibidem*, p.79.

Sobre os contatos para o casamento com esta infanta castelhana, tem-se a descrição de Fernão Lopes, que os insere no contexto da assinatura do Tratado de Paz de 1411³⁴². Segundo o cronista, a proposta foi lançada pela rainha de Castela visando consolidar a paz entre os reinos, mas D. João I não assentiu. Mais uma vez, o casamento aparece como um instrumento estratégico para a afirmação de relações entre os reinos, principalmente em negociações de paz. No entanto, nota-se que tal caminho não interessou o rei de Portugal, que recorreu ao fato de a infanta ter somente quatro anos à época – D. Duarte beirava os vinte – para ‘esquecer’, de acordo com Lopes, o projeto matrimonial.

Data de 1422 o início das negociações que levariam ao consórcio entre D. Duarte e D. Leonor trastâmara. De acordo com o primeiro documento acerca destas transações, de 4 de Março de 1422, a iniciativa partiu de D. João I³⁴³. Trata-se de uma carta de D. Alfonso V, rei de Aragão, ao rei de Portugal, na qual aquele afirma ter recebido missivas da rainha sua mãe, D. Leonor de Albuquerque, informando os interesses portugueses:

de hauer confederacion e crescimento de deudo e amjstad con nos e nuestra casa; por la qual razon hauriades a plazer que matrimonjo fuesse fecho del jllustre dos Adoart, primogenito vuestro, e de nuestra muyt cara e muyt amada ermana la jnfanta dona Alionor dAragon³⁴⁴.

A partir desta epístola as negociações prosseguiram. Contudo, ao longo de 1423, um grande empecilho continuou sem resolução: a permanência – provavelmente forçada – de D. Leonor em Castela³⁴⁵. De acordo com Dias Dinis, este impasse reflete a tenaz oposição castelhana ao projeto matrimonial entre Portugal e Aragão³⁴⁶. Mesmo sem querer analisar a conjuntura ibérica nesse tópico³⁴⁷, é imprescindível observar que o casamento de D. Duarte envolve-se diretamente no contexto de disputas entre Aragão e Castela, conflitos estes que tinham nos Infantes de Aragão, irmãos de D. Leonor, os principais protagonistas. Reafirma-se, consoante Luís Miguel Duarte, que os ditos infantes são na verdade castelhanos, pois em Castela nasceram e foram educados, e lá se encontrava as suas bases territoriais³⁴⁸. No momento do casamento, a política castelhana estava turbulenta e marcada pelos

³⁴² LOPES, Fernão. *Idem*, Volume II, Capítulo CXC VII, p.445-447.

³⁴³ DINIS, Antonio Joaquim Dias. À volta do casamento de D. Duarte. (1409-1428), *Idem*, doc.4, p.44-45.

³⁴⁴ *Ibidem*, p.44.

³⁴⁵ Sobre o assunto tem-se conhecimento de oito cartas enviadas pela rainha de Aragão, D. Maria, solicitando que D. Leonor partisse de Castela, visando prosseguir com os preparativos do casamento. *Ibidem*, doc. 5,6,7,8,9,10,11 e 12, p.45-51.

³⁴⁶ *Ibidem*, p.18.

³⁴⁷ Cf.: capítulo 2, especialmente o tópico “A geopolítica ibérica: o difícil equilíbrio peninsular” *supra*.

³⁴⁸ DUARTE, Luis Miguel. *Idem*, p.139.

enfrentamentos entre a facção do condestável D. Álvaro de Luna, e a dos Infantes de Aragão. Em meio a tantas disputas, a oposição de grupos de Castela, e com o foco das ações de D. Alfonso V no Mediterrâneo, as negociações para o consórcio prosseguiram lentamente.

No processo de elaboração do contrato matrimonial o Arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, atuou de forma constante como negociador, mas entre as definições dos aspectos contratuais, o problema da permanência de D. Leonor em Castela continuou sendo um incômodo até 1426. O ano seguinte trouxe o acelerar dos preparativos para o casamento, o que não impediu que D. Alfonso V adiasse novamente, em Dezembro, a partida da infanta para Portugal alegando ocupações árduas³⁴⁹.

Seis anos de negociação, com ritmos variados, mas constantes. Esta continuidade não impediu que o consórcio matrimonial sofresse a pressão de outro projeto de casamento, o de Filipe o Bom, duque de Borgonha. Este ‘projeto concorrente’ é explicitado por carta de D. Alfonso V ao duque, de Agosto de 1427, a comunicar-lhe que, em vista da demora dos embaixadores borguinhões em se apresentarem com as propostas de casamento, tratara e promovera, recentemente, o contrato entre D. Leonor e D. Duarte, primogênito e futuro rei de Portugal³⁵⁰. Aflora desta carta a menção de que o contrato fora fixado pouco tempo antes, o que tanto pode demonstrar o zelo na relação de Aragão com a Borgonha, quanto a fragilidade das negociações desenvolvidas com Portugal até então, possibilidades estas que não são excludentes.

Finalmente, em Abril de 1428, D. Leonor começou a viagem por terra rumo ao encontro de D. Duarte. Mas, entre fins deste mês até Julho, ainda permaneceu em Castela para as festas de Valladolid, que tiveram como pretexto a despedida da infanta. Esta celebração se mostrou como instrumento de promoção do poder régio castelhano, aliado, no momento, de Álvaro de Luna, perante os Infantes de Aragão. De acordo com Teófilo Ruiz, tais festas expressaram mensagens através das cores, símbolos e atividades realizadas, servindo de “*campo de batalla para la resolución de conflictos políticos*”³⁵¹. Acerca do mesmo tema, Luís Miguel Duarte defende que as festas de Valladolid foram capazes de modificar as relações estabelecidas pelo casamento:

³⁴⁹ DINIS, Antonio Joaquim Dias. *Idem*, doc.23, p.58.

³⁵⁰ *Ibidem*, doc.20, p.56. “Preuijs vestris ambassiatoribus, per longa mora detentis, accrescentem cothidie inclite infantisse, nostre germane dilectissime, etate jllamque iam maritali iugo porrigi exposcente, cum illustri principe Odoardo, primogenito et futuro rege regni Portugalie, de ea paucis antehac diebus coniugium tractauimus atque fecimus, quod huiusmodi contextum vestre illustri magnificentie notum deducimus, vt exinde sitis plenarie aduisatus.” Publicado também na *Monumenta Henricina*, vol.3, doc. 81, p.164-165.

³⁵¹ RUIZ, Teófilo. Fiestas, Torneos y Símbolos de realeza en la Castilla del siglo XV. Las fiestas de Valladolid de 1428. In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). *Realidad e Imágenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Âmbito, 1988, p.254.

As festas de Valhadolid conseguiram mesmo inverter os acontecimentos; o casamento de Leonor não se faria, pelo menos na aparência exterior, “pela mão” dos seus irmãos, os Infantes de Aragão, mas sim pela mão do rei de Castela e de D. Álvaro de Luna, que assim procuravam convertê-lo numa peça da sua estratégia de paz com Portugal³⁵².

A partir desta análise, enfatiza-se que o matrimônio de D. Duarte lançava-se em meio às disputas e alianças entre Portugal e Aragão, Portugal e Castela, e Castela e Aragão.

Após enfrentar alguns percalços na viagem, principalmente pelos incidentes ocorridos na região fronteiriça³⁵³, enfim o casamento pôde se realizar. As bodas ocorreram em Coimbra no mês de Setembro, sob o descontentamento de D. Duarte – que programara as festividades para Évora, cidade que foi atingida por surto de peste –, e com a presença de D. Pedro, recém chegado do estrangeiro³⁵⁴.

Um dos principais passos desta negociação, que antecedeu e seguiu após a consumação do casamento, foi a redação do contrato relativo à união. Os primeiros capítulos matrimoniais foram assinados em 16 de Fevereiro de 1428³⁵⁵, texto que foi revisado e

³⁵² DUARTE, Luis Miguel. *Idem*, p.153.

³⁵³ Quando a comitiva da infanta entrou em Portugal, homens do Arcebispo de Lisboa, com o apoio das gentes locais, e do Arcebispo de Santiago entraram em conflito, dos quais saíram muitos feridos e alguns mortos. De acordo com Luís Miguel Duarte, o fato ocorreu provavelmente em Figueira de Castelo Rodrigo (*Ibidem*).

³⁵⁴ *Monumenta Henricina*, vol.III, doc.125, p.255-259.

³⁵⁵ O contrato de casamento de Fevereiro encontra-se publicado por Dias Dinis. DINIS, Antonio Joaquim Dias. *Idem*, doc.24, p.59-69. Deste contrato, destaca-se o capítulo 15: “Item, los ditos senyores rrey de Portugal e jnfant don Odoart e los jnfantes don Pedro, don Enrich, don Johan e don Ferrando, fijos legitimis del dito senyor rrey de Portugal, queriendo mostrar la buena e grand affeccion e amor que han a los senyores rreyes de Aragon e de Nauarra e jnfantes don Enrich e don Pedro, ermanos de la dita jnfanta, por razon del dito matrimono e conseruar aquell, conujenen, ponen e prometen a los ditos senyores rreyes e jnfantes don Pedro, don Enrich, don Johan e don Ferrando no daran consejo nj fauor nj ayuda nj assistiran, directa o jndirectament, a alguna nj algunas personas de qualqujer stado, condicion, dignjdat o proheminencia que sean, ahun que las tales personas o personas sean o seran constitujda o constitujdas en dignjdat papal o imperial o rreal o de cardeal o de otra qualqujer mayor o menor que nombrar nj dezir se pueda, contra los ditos senyores rreyes e jnfantes nj contra sus personas, coronas, stados, o dignjdades e rregnos e bienes e tierras, ni contra alguno dellos, assin por causa o guerra justa como jnjusta, nj por alguna otra razon o causa, cogitada o jncogitada, e encara que las tales personas sean muy juntas o conjuntas en qualqujer grado de consangujnjdad, affinjdat o otro parentesco a los ditos rrey de Portugal e jnfantes sus fijos e qualqujer dellos, por propinquo que sea; pero que, de lo desuso en este capítulo contenjdo e cada cosa e parte dello sean exceptados e exceptan los suso ditos rrey de Portugal e jnfante don Odoard e los ditos jnfantes sus fijos al rrey dAnglatierra e a sus rregnos e senyorjos e tierras e qualesquier e qualqujer dellas e a los vezinos e habitantes daquellas.”; e o capítulo 16: “E, por consemblant, los ditos senyores rreyes dAragon e de Nauarra e jnfantes don Enrich e don Pedro, sus ermanos, queriendo mostrar la buena e grand affeccion e amor que han a los senyores rrey de Portugal, jnfante don Odoard e a los jnfantes don Pedro, don Enrich, don Johan e don Ferrando, sus fijos, por razon del dito matrimono e conseruar aquell, conujenen, ponen e prometen a los ditos rrey de Portugal e jnfantes sus fijos e a qualqujer dellos que los ditos senyores rreyes dAragon e de Nauarra e jnfantes sus ermanos no daran consejo, nj fauor nj esfuerço nj ayuda nj assistiran, directa o jndirectament, a alguna nj algunas persona o personas de qualqujer stado, condicion, dignjdat o preheminencia que sean, ahun que las tales personas sean o seran constitujda o constitujdas en dignjdat papal o imperial o rreal o de cardenal o de otra qualqujere mayor o menor que nombrar o dezir se pueda, contra los ditos senyores rrey de Portugal e jnfant Odoard e otros jnfantes, fijos del dito rrey, nj contra sus personas,

ratificado em 4 de Novembro do mesmo ano³⁵⁶. As principais variações de conteúdo destes contratos deram-se: no capítulo 14, que tratava da vinda de D. Leonor para Portugal, desnecessário após as bodas; em algumas minúcias relativas ao dote e às rendas da infanta; e nas cláusulas políticas. Percebe-se que o contrato estabelece o comprometimento de não agressão entre D. João I e os infantes seus filhos, e D. Alfonso V, rei de Aragão, D. Juan, rei de Navarra, e os infantes Enrique e Pedro. Mas, nota-se também, o interesse português envolvido na nova redação dos capítulos matrimoniais, que passa a não intervir nas relações que Portugal estabelecia com a Inglaterra e com Castela, o que favoreceu para que em Outubro de 1431 se assinasse o Tratado de Paz definitivo com os castelhanos.

No que tange o casamento do infante D. Pedro, as informações relativas às negociações são escassas e os posicionamentos historiográficos os mais destoantes. As primeiras menções aparecem em dois documentos do rei D. Martin de Aragão, datados de Abril de 1410, no qual expõe o interesse de casar a infanta D. Leonor de Urgel, ou com D. Duarte ou com o Infante. Novas alusões surgem alguns anos depois, de acordo com o texto da *Crónica da Tomada de Ceuta*, ao descrever o envio dos embaixadores portugueses à Sicília. Esta missão, dissimulada, teve como pretexto tratar do matrimônio proposto pela rainha viúva da Sicília com o infante D. Duarte, ou com D. Pedro. De acordo com Zurara, após descartarem o avanço das negociações com o príncipe herdeiro, os enviados portugueses afirmaram que D. João I via com prazer que o casamento da rainha se concretizasse³⁵⁷. Contudo, ainda segundo o cronista, a rainha ficou “mui pouco contente” com o desenrolar da embaixada, visto que *“lhe parecia que seu estado receberia abatimento, mandando ela, primeiramente, tratar casamento com o Infante D. Duarte, que era herdeiro do reino, e*

corona, stado, dignidades e rregnos o bienes e tierras nj contra alguno dellos, assin por causa o guerra justa como jnjusta, nj por alguna otra razon o causa, cogitada o jncogitada, e encara que las tales personas sean muy juntas o conjunctas en qualquier grado de consangujnjdad, affinjdat e otro parentesco a los ditos rreyes dAragon e de Nauarra e jnfantes don Enrich e don Pedro e qualquier dellos, por propinquo que sea; pero que, de lo desuso en este capitulo contenjdo e cada cosa e parte dello sea exceptado e exceptan los ditos senyores rreyes dAragon e de Nauarra e jnfantes don Enrich e don Pedro a elrrey de Castiella, su primo, e a sus rregnos e senyorjos e tierras e qualesquier e qualquier dellos e a los vezinos e habitadores de aquellos.”

³⁵⁶ Publicado em: *Monumenta Henricina*, vol.III, doc.128, p.263-275. Deste contrato reformado, destacam-se as variações inclusas nos capítulos citados na nota anterior. Capítulo14: “Pero, que de todo o desuso em este capytollo comteudo e cada cousa e parte dello sejam exceptados e exceptam os susosdytos senhores rrey de Portugall e jffamte dom Eduarte e os dytos jffamtes seus ffylhos aos rreys de Castela e de Jmgraterra e os rreynos e senhoryos e teras delles e de cada hum delles e quaesquer ou qualquer dellas e os vezynhos e moradores dellas”; capítulo 15: “Pero que dello desuso em este capitulo comteudo e cada cousa e parte dello seja exceptado ho dyto senhor rrey dAragam, elrrey de Castela, seu prymo, e elrrey de Navara e os dytos jffamtes dom Amryque e dom Pedro exceptam de llo desuso em este capytollo conteúdo e cada hua cousa e parte della ao dyto senhor rrey dAragam, seu muyto amado jrmãao, e a elrrey de Castela, seu prymo, e os rreynos e senhoryos e terás delles e da cada hum delles e quaesquer e qualquer delles e os vezynhos e moradores dellas”.

³⁵⁷ ZURARA Gomes Eanes de. *Idem*, Capítulo XVI, p.81.

tornar a casar com o Infante D. Pedro que era sojeito a seu irmão por razão de sua primeira nascença”³⁵⁸.

A descrição cronística dessa missão diplomática é oscilante nas informações oferecidas, pois inicialmente afirma ser D. Pedro o noivo buscado pela rainha da Sicília (Capítulo XV), em um segundo momento indica que D. Duarte era o objeto da negociação e que o Infante era uma proposta secundária no consórcio³⁵⁹ (Capítulo XVI), finalizando com a menção do descontentamento da rainha perante a proposta de casamento com o secundogênito português.

É possível inferir que alguma proposta de casamento possa ter surgido na cidade de Viena em inícios de 1426, visto que o baile oferecido ao Infante, na chamada casa de Praga (Praghause) que se localizava ao lado da igreja de S. Roberto, foi largamente concorrido pelas damas da cidade³⁶⁰. Contudo, com a exceção desta inferência, não se tem nenhuma outra informação antes de 1428 sobre possíveis uniões envolvendo o duque de Coimbra.

Neste ano, durante o regresso de sua viagem pela Cristandade, D. Pedro decidiu firmar um contrato nupcial, alguns dias após a finalização das negociações entre D. Duarte e D. Leonor. A escolhida foi D. Isabel, que pertencia a uma importante família ducal de Aragão. O problema é que esta princesa era filha do duque de Urgel, D. Jaime, derrotado e encarcerado por D. Fernando de Antequera. Esta escolha permanece sendo vista por muitos especialistas como uma decisão precipitada e incoerente. Assim analisa Luis Miguel Duarte a união:

O que quero dizer é que Isabel, a esposa do infante D. Pedro, era inimiga jurada dos Infantes de Aragão e, portanto de Leonor, a mulher de D. Duarte; fora o pai de Leonor a derrotar e a sepultar numa fortaleza o pai de Isabel e todas as ambições e o passado da casa de Urgel. Parece uma estratégia matrimonial bizarra³⁶¹.

Contudo, sem aprofundar na análise do casamento de D. Pedro neste tópico – visto que a união tem relações diretas com o desenvolvimento da viagem –, afirma-se, desde já, a

³⁵⁸ *Ibidem*, p.82.

³⁵⁹ A partir da crônica (*ibidem*, p.81), é possível inferir que a proposta de envolver D. Pedro na negociação foi de D. João I, não da rainha da Sicília – como o próprio Zurara afirma no capítulo anterior –, visto que o rei tinha a embaixada como apenas uma dissimulação e sabia os problemas implicados no estatuto social do Infante (“A qual cousa eu sei pelo requerimento que me ela enviou fazer que me provesse de casar meu filho o Infante Dom Pedro, a qual cousa eu sei bem que certo ela não há-de fazer. Empero a aproveitará muito semelhante cometimento porquanto meus embaixadores terão azo de ir e vir por acerca daquela cidade [Ceuta], onde poderão devisar todo o que lhe por mim for mandado”. *Ibidem*, Capítulo XV p.79).

³⁶⁰ STARZER, Albert. *Geschichte der Stadt Wien*. III Band, p.680. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria. In: *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*. Lisboa: 1959, Tomo LXVIII, p.20.

³⁶¹ DUARTE, Luis Miguel. *Idem*, p.170.

adoção da perspectiva que percebe este matrimônio como instrumento de reforço da posição portuguesa na península. Assim, recupera-se uma das considerações de Dias Dinis sobre o consórcio:

Dos documentos conhecidos não consta qualquer interferência do soberano aragonês ou de sua esposa nesse matrimônio. Sabemo-los, porém, empenhados em arrumar, em casamento condigno, as filhas do detido conde de Urgel. De sorte que, eles não atentaram nos inconvenientes que podiam advir ao trono de Aragão do enlace matrimonial de D. Isabel de Urgel com o infante D. Pedro de Portugal. Afigurou-se-lhes até, porventura, este outro matrimônio reforço da aliança efetuada entre os dois reinos pelo recente casamento de D. Leonor com o infante português D. Duarte³⁶².

Antes de passar ao próximo casamento, cabe acrescentar que o contrato matrimonial de D. Pedro foi celebrado em 13 de Setembro de 1428, dando o Infante por arras à D. Isabel 6000 florins de ouro de Aragão, garantidos pelos seus castelos de Montemor-o-Velho e Tentúgal. O dote da noiva foi estabelecido em 40.900 florins de ouro, fidelizados pelo castelo de Alcolea³⁶³. O contrato foi confirmado por D. João I e D. Duarte somente em Março de 1429³⁶⁴, e ainda no mês de Maio D. Isabel permanecia em Aragão³⁶⁵.

Por fim, o último casamento deste segundo ciclo, o de D. Isabel. Inicialmente, este esteve para ocorrer em inícios do século XV, no projeto de consórcio da infanta com o rei de Castela, D. Juan II³⁶⁶. Todavia, foi na Borgonha, espaço de contatos políticos antigos e que ao longo dos séculos XIV e XV conheceu uma ampliação das relações comerciais, que o casamento de D. Isabel veio a realizar-se³⁶⁷. Processo de negociações demoradas, com avanços e retrações, alongou-se por quase sete anos. No entanto, essa lentidão só pode ser entendida através da observação das escolhas matrimoniais de Filipe o Bom, duque da Borgonha.

Viúvo desde Julho de 1422, pela morte de Michelle de France, Filipe recebeu no ano seguinte, presentes do rei português³⁶⁸. No mesmo ano enviou-se uma embaixada ao duque, que, provavelmente, foi chefiada por Ruy Lourenço, que recebeu 200 coroas para as despesas

³⁶² DINIS, Antonio Joaquim Dias. *Idem*, p.36.

³⁶³ *Monumenta Henricina*, vol.III, doc.122, p.244-250.

³⁶⁴ *Ibidem*, doc.137, p.291-293.

³⁶⁵ *Ibidem*, doc.133, p.284-285. Este documento indica que D. Alfonso de Aragão ofereceu 1000 florins de ouro para subsidiar a viagem de D. Isabel para Portugal.

³⁶⁶ LOPES, Fernão. *Idem*, Capítulo CXCVII, p.446.

³⁶⁷ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995, p.17-18. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.320.

³⁶⁸ PAVIOT, Jacques. *Idem*, doc. 75, p.195-196.

na viagem³⁶⁹. De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, a missão foi recebida no mês de Setembro em Paris, onde encontrou o duque³⁷⁰. Paviot afirma que entre Janeiro e Fevereiro de 1424, Filipe o Bom levou o tema da aliança matrimonial com Portugal para discussão em assembleia³⁷¹, e sem assumir uma posição quanto às pretensões portuguesas, ainda foi novamente presenteado por enviados de D. João I³⁷².

Todavia, a investida de Portugal não surtiu efeito, e em Novembro de 1424, Filipe desposou Bonne de Artois, viúva do conde de Nevers³⁷³. Este casamento teve uma curta duração, em virtude do falecimento da nova duquesa da Borgonha (Set.1425), no entanto, permitiu o reforço da política de reconciliação franco-borguinã:

Le rapprochement de Charles VII et de Philippe le Bon s'accentua après le mariage de ce dernier, le 30 novembre 1424, avec sa tante Bonne d'Artois, veuve de Philippe de Bourgogne, comte de Nevers. La nouvelle duchesse de Bourgogne était la demi-sœur de Charles de Bourbon. Ce lien familial permit de concrétiser l'alliance entre la Maison de Bourgogne et la Maison de Bourbon qui avait été projetée en 1412, au moment de la paix d'Auxerre³⁷⁴.

Com as informações da viuvez de Filipe o Bom, D. João I enviou uma nova embaixada, com o frei Fernando, da Ordem dos Pregadores, o qual recebeu 370 coroas para a missão³⁷⁵. Mesmo com essa intervenção, o projeto matrimonial só avançou em meados de 1428. Este intervalo de três anos foi marcado pela estadia do infante D. Pedro na Borgonha, o que pode ter contribuído para as negociações do casamento de D. Isabel³⁷⁶, mas, ainda em

³⁶⁹ FARO, Jorge & JOSÉ, Maria. Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. Subsídios documentais. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Lisboa, 1961, vol.III, p.259

³⁷⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.21. Ainda segundo este autor, o projeto foi considerado excelente à época (*ibidem*, nota 27).

³⁷¹ PAVIOT, Jacques. *Idem*, p.29. Paviot afirma que os embaixadores portugueses que chegaram a Borgonha no início de 1424 eram D. Álvaro, bispo do Algarve, e o doutor Fernão Afonso, contudo, estes foram enviados na missão de 1429 (cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *idem*, p.22-23, nota 33).

³⁷² Um documento anterior a 14 de Maio de 1424, demarca uma “embaxade par le roy de Portingal” que levava novos presentes ao Duque (*Ibidem*, doc.76, p.196-197).

³⁷³ *Ibidem*, p.29. Bonne de Artois era viúva de Filipe, conde de Nevers, irmão de Jean sans Peur, portanto, tia de Filipe o Bom. CALMETTE, Joseph. *Les grands ducs de Bourgogne*. Paris: Éditions Albin Michel, 1949, p.191.

³⁷⁴ SCHNERB, Bertrand. *L'État bourguignon.(1363-1477)*. *Idem*, p.180. “A reaproximação de Carlos VII e Filipe o Bom se acentuou após o casamento deste, em 30 de novembro de 1424, com sua tia Bonne de Artois, viúva de Filipe de Borgonha, Conde de Nevers. A nova duquesa de Borgonha era a meia irmã de Carlos de Bourbon. Esse laço familiar permitiu concretizar a aliança entre a Casa de Borgonha e a Casa de Bourbon que tinha sido preterida em 1412, no momento da paz de Auxerre.” (Tradução livre).

³⁷⁵ FARO, Jorge & JOSÉ, Maria. *Idem*, p.259. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Idem*, p.22.

³⁷⁶ Afirma Serrão: “A segunda esposa de Filipe o Bom veio, entretanto, a falecer em 17 de Outubro de 1425 [na verdade faleceu em 17 de Setembro] e é de presumir que a estadia do Infante D. Pedro em Bruges tivesse relação com o projeto” (SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Idem*). Oliveira Marques segue a mesma interpretação e ainda amplia a afirmação: “Muito provavelmente, foi a estadia do infante D. Pedro em terras borgonhesas, em 1425-

1427, parece que o interesse de Filipe era concretizar o consórcio com D. Leonor de Aragão³⁷⁷.

Não há registros de que entre o período que vai do insucesso deste projeto ‘aragonês’ até a chegada da missão borguinã em Portugal tenha existido uma nova comitiva portuguesa ao duque, mas em meados de Outubro de 1428 a situação mudou, tendo como base a ‘iniciativa ducal’. Neste mês partiu de Flandres uma numerosa embaixada a Portugal, que chegou a Cascais em Dezembro, a qual tinha por objetivo negociar o casamento com D. Isabel e verificar a formosura da infanta³⁷⁸. A comitiva só conseguiu encontrar o rei em finais de Janeiro de 1429, sendo recebida na presença dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, D. Fernando, e do conde de Barcelos – o infante D. João não esteve presente por estar doente³⁷⁹. Ao passo que os procedimentos jurídicos iam sendo resolvidos³⁸⁰, outros detalhes ainda alongaram a estadia dos embaixadores borguinhões:

Embora pensado e proposto, o casamento exigia o conhecimento de muito mais pormenores para se poder realizar. Requeria, por exemplo, um bom retrato da noiva (...). Para tal foi escolhido Van Eyck, que desempenhou a tarefa entre 24 de Janeiro e 12 de Fevereiro de 1429. Era preciso ainda conhecer os hábitos e o carácter da infanta e instruí-la minuciosamente sobre os costumes da sua futura terra e do seu futuro marido³⁸¹.

Em Fevereiro foram enviados quatro emissários ao duque, dois por terra e dois por mar, para obterem a confirmação para o prosseguimento do contrato matrimonial. Supõe-se que foi nesse contexto que D. João I despachou como embaixadores à Borgonha, o bispo do Algarve, D. Álvaro, e o doutor Fernão Afonso, os quais receberam 1.960 coroas para a

1426, que esteve na origem da aliança matrimonial e no estabelecimento de contatos políticos mais intensos” (MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.320). Para uma discussão mais detalhada da estadia de D. Pedro na Borgonha, e dos possíveis vínculos desta para o casamento de D. Isabel, ver o capítulo 4.

³⁷⁷ Cf. p.95-96, nota 349.

³⁷⁸ Esta embaixada foi objeto de diversos estudos, e uma análise específica pode ser encontrada em: MARQUES, A. H. de Oliveira. O Portugal do tempo do Infante D. Pedro visto por estrangeiros (A embaixada Borguinã de 1428-1429). In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.59-78. Outras abordagens podem ser lidas em: BRAZÃO, Eduardo. *Portugal na Bélgica (de Filipe de Alsácia a Leopoldo I)*. Lisboa: Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 1969, p.53-55; PAVIOT, Jacques. *Idem*, p.32-34, docs.90-92, p.204-218.

³⁷⁹ PAVIOT, Jacques. *Idem*, p.32. MARQUES, A. H. de Oliveira. O Portugal do tempo do Infante D. Pedro visto por estrangeiros (A embaixada Borguinã de 1428-1429). *Idem*, p.64.

³⁸⁰ Vide a redação de uma carta pelo duque de Borgonha na qual tratava, especificamente, de questões relativas ao dote da infanta. Ver: *Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI. Idem*, doc.3, p.30-35.

³⁸¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.63.

missão³⁸². Em Maio foram recebidas as respostas positivas de Filipe o Bom, e em Julho foi finalizado em Lisboa o contrato de casamento³⁸³. Deste documento aflora os detalhes nos quais se discutia a questão do dote e, principalmente, os procedimentos a serem tomados em caso de morte de uma das partes.

Entre 26 e 28 de Setembro foram realizadas várias festas em Lisboa para a despedida da infanta, na qual participaram os infantes e suas esposas, além do chefe da missão borguinhã, Jean, senhor de Roubaix. Fez-se em 8 de Outubro o embarque da comitiva de D. Isabel rumo a Borgonha, a qual era chefiada pelo infante D. Fernando e por D. Afonso, conde de Ourém³⁸⁴. A expedição portuguesa consumiu 250.000 dobras, valor aproximado dos gastos com o ataque a Ceuta, e três vezes superior aos gastos com o casamento de D. Duarte³⁸⁵. A viagem foi repleta de perigos, e somente em 25 de Dezembro de 1429, D. Isabel desembarcou no porto de Écluse³⁸⁶.

Em 07 de Janeiro de 1430 finalmente ocorreram os esponsais, que contaram com a presença de D. Fernando, D. Afonso, conde de Ourém, D. Fernando de Meneses, D. Fernando de Castro, D. João de Castro, e do bispo de Évora³⁸⁷. A cerimônia foi seguida por seis dias de festas para celebrar o terceiro casamento de Filipe o Bom, união que enfim poderia dar-lhe um herdeiro³⁸⁸.

O consórcio entre D. Isabel e o Duque da Borgonha mostra-se como um objetivo tenaz de D. João I que, mesmo frente ao desinteresse de Filipe o Bom, persistiu nas negociações para o desfecho positivo das negociações que se iniciaram em 1423. Acrescenta-se que o enlace foi finalizado a partir da iniciativa ducal, o que veio a se dar em um contexto de crescimento das atividades comerciais lusitanas na Borgonha. Sete anos de comitivas diplomáticas que viajaram entre o Atlântico e o mar do norte, para que, em inícios dos anos 30, a dinastia de Avis pudesse estender seus vínculos com um dos principais ducados da Cristandade, e, conseqüentemente, ampliasse e intensificasse as relações comerciais com tal região.

³⁸² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Idem*, p.22; FARO, Jorge & JOSÉ, Maria. *Idem*, p.259.

³⁸³ *Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI. Idem*, doc.4, p.36-57. Foi nesse contexto, que no mês de Maio discutiu-se nas cortes de Santarém um pedido e meio para o pagamento do dote ao Duque da Borgonha. De acordo com Luis Miguel Duarte, o contrato matrimonial significou um duríssimo golpe nas finanças do reino. (DUARTE, Luis Miguel. *Idem*, p.174.).

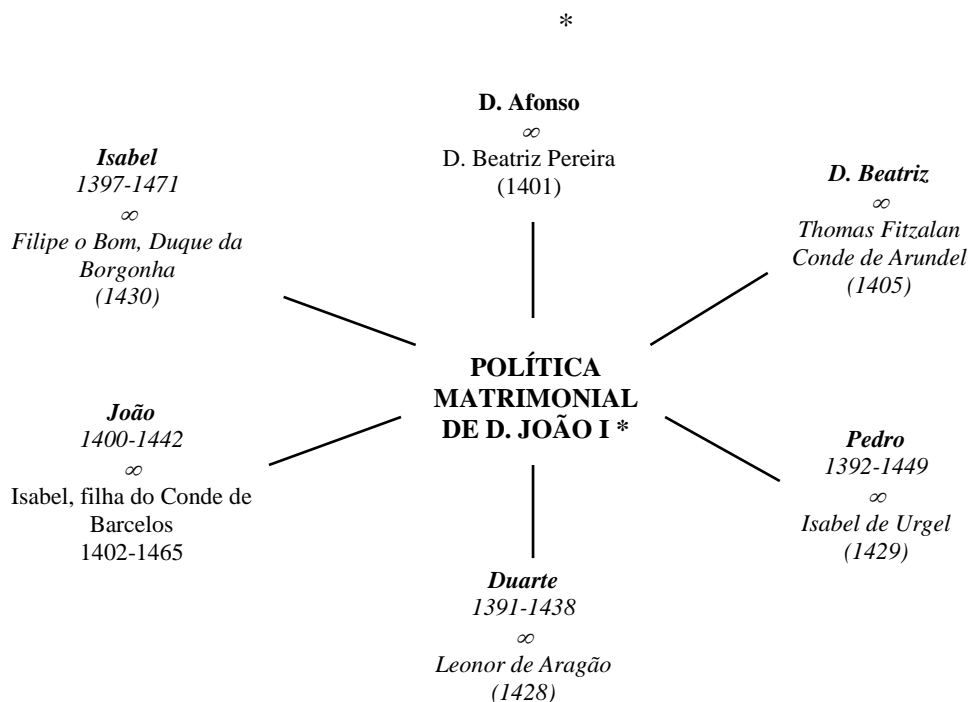
³⁸⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.67.

³⁸⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Idem*, p.23.

³⁸⁶ PAVIOT, Jacques. *Idem*, p.35.

³⁸⁷ *Ibidem*.

³⁸⁸ Eduardo Brazão recupera com detalhes as *memórias* de Lefebvre de St. Remy acerca da suntuosa festa de casamento da infanta D. Isabel. BRAZÃO, Eduardo. *Idem*, p.57-60.



*Os filhos de D. João I encontram-se assinalados em negrito, e os casamentos realizados fora de Portugal aparecem em itálico.

Quadro 1. Política Matrimonial de D. João I.

Através de uma ampla política matrimonial, D. João I reforçou a estratégia dinástica de afirmação e legitimação, e consolidou-se no quadro político peninsular e europeu. No conjunto de casamentos analisados observou-se desde os interesses pelas questões internas, até o investimento em conseguir uma aliança por meio do parentesco com o ducado da Borgonha. O processo de negociação matrimonial dos Ínclitos Infantes envolveu uma série de embaixadores de posições sociais distintas, a concorrência com outros projetos matrimoniais, a redação e a revisão dos contratos de casamento, o estabelecimento e o pagamento do dote, festas, cortejos, e uma série de outros aspectos que instrumentalizavam este importante mecanismo das relações externas dos poderes tardo-medievais. Tais considerações podem ainda ser corroboradas pelos argumentos de Stéphane Péquignot:

Un mariage royal ou princier fait certes partie d’une stratégie matrimoniale de la dynastie, mais il résulte donc aussi des possibilités d’alliance offertes par les autres grandes maisons à un moment donné, de la nécessité ou non de résoudre un conflit et de la recherche d’alliances pour des projets déterminés³⁸⁹.

³⁸⁹ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Idem*, p.467. “Um casamento real ou principesco faz certamente parte de uma estratégia matrimonial da dinastia, mas ele resulta portanto também das possibilidades de alianças oferecidas pelas outras grandes casas em determinado momento, da necessidade ou não de se resolver um conflito ou da busca de alianças por um projeto determinado.” (Tradução livre).

O trecho do autor destaca um elemento fundamental para a análise dos matrimônios apresentados, a existência de um ‘projeto’, isto é, uma “política matrimonial” que dava a orientação para as negociações de casamentos dos membros da família real. Desta forma, no conjunto das alianças observadas, aflora a percepção de que as mesmas foram produto de estratégias orientadas para a satisfação de interesses materiais – mais claros nos casamentos de D. Afonso e do infante D. João – e simbólicos.

D. João I ao optar pela aliança com a Inglaterra, expressa no Tratado de Windsor, encaminhou a diplomacia dos anos iniciais de seu reinado para o afastamento das relações com a França e na manutenção da oposição à Castela. O reino inglês, aliado militar e religiosamente, em virtude do contexto do Cisma, projetou-se tão importante para a diplomacia joanina, que nele foi buscado a rainha de Portugal, aquela que deveria conceber os herdeiros legítimos para a nova dinastia. Correspondendo aos interesses de John de Gaunt, o casamento foi rapidamente tratado, e através de D. Filipa de Lancaster, a união sacramentada. Selava-se, assim, a opção política e militar dos anos de ascensão avisina, e confirmava-se a principal via do comércio externo do reino, liderado pelos grupos de Lisboa e do Porto, grandes apoiadores de D. João I.

Foi ainda a partir desta opção britânica, que o rei de Portugal, com o auxílio da rainha, articulou o casamento de sua filha bastarda, D. Beatriz, com o conde de Arundel (1405). Tal consórcio demonstra como as relações diplomáticas entre os reinos buscavam ser garantidas, demarcando um projeto de afirmação portuguesa junto aos ingleses. Afinal, como se observou no capítulo anterior, o fato de existir uma aliança luso-inglesa não impediu que os vínculos entre os reinos se enfraquecessem, e, assim, cabia que a aliança existente fosse reforçada frequentemente. Nota-se que toda essa inserção no quadro diplomático da Inglaterra, que também era econômico, fortaleceu os vínculos lusitanos na Borgonha – que no contexto também se aproximou dos ingleses – ampliando-os para contatos militares além dos já comuns laços comerciais. Desta forma, percebe-se que um casamento “extraordinário”, como foi o de D. Isabel, testemunha toda a extensão da influência da linhagem avisina – marcada pela aliança inglesa –, a qual foi reforçada pelo constante investimento, dispendioso, nas relações políticas com a Borgonha³⁹⁰.

É interessante destacar que em todos os matrimônios analisados, com exceção do enlace de D. Pedro³⁹¹, nota-se o controle exercido por D. João I na condução das negociações

³⁹⁰ Acerca da questão dos casamentos “extraordinários”, ver: BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático. Idem*, p.294-300.

³⁹¹ O tema será retomado no próximo capítulo.

dos casamentos dos infantes. Percebe-se que o rei de Portugal buscou maximizar as potencialidades possibilitadas pelos inúmeros filhos possuídos – e honrados no universo nobiliárquico. Tal fato fica mais nítido com os casamentos dos anos 20, os quais foram conduzidos a fim de consolidar a posição da dinastia na política ibérica e de lançar-se em prol de uma nova aliança no mar do norte. Através destes enlaces, “extraordinários”, Avis ampliou seus vínculos de linhagem e, conseqüentemente, seu capital simbólico e político perante os demais reinos da Cristandade.

Ao final do reinado de D. João (1433), Portugal encontrava-se em uma posição estável e privilegiada em suas relações diplomáticas. A política matrimonial desenvolvida pelo próprio rei português contribuiu de maneira fulcral para tal situação, o que também possibilitou caminhos para os problemas que seriam enfrentados pelo reino ao fim da mesma década. Nesse período, os laços de parentesco que favoreceram a posição portuguesa nos anos anteriores, passaram, através dos vínculos com os Infantes de Aragão, a oferecer perigos para dinastia de Avis, que se deparava com uma inesperada menoridade régia e uma conturbada regência. Conclui-se com esta demarcação, no intuito de expressar e reforçar as potencialidades, os usos, mas também os perigos relacionados às estratégias matrimoniais desenvolvidas pelas casas reais do medievo.

3.3. CONCLUSÃO.

Em vista de finalizar o capítulo, inicia-se a observação de que as negociações matrimoniais apresentavam uma série de características comuns às demais negociações diplomáticas praticadas no período, contudo também expressavam singularidades. Era necessário recorrer à autoridade papal a fim de conseguir dispensas – as quais, no caso de D. João I, demoraram a ser expedidas e dificultaram a posição do rei –; devia-se ter cuidado com a posição social do noivo e da noiva buscada, a fim de garantir o acréscimo da linhagem na influência política e no patrimônio; por fim, através das alianças matrimoniais buscava-se preservar e garantir o futuro da dinastia.

É exatamente este último elemento que trazia mais problemas para as famílias reais. Com os casamentos estabeleciam-se vínculos mais fortes do que os firmados apenas em tratados, porém o próprio futuro das dinastias passava a estar atrelado a possíveis ‘acidentes’ – como a morte do rei, a falta de descendentes legítimos, etc. Tal questão remete a um elemento fundamental da reflexão deste capítulo, o peso das relações de parentesco para as

estruturas políticas do período e, conseqüentemente, para as relações diplomáticas, questões que retomam apontamentos feitos no primeiro capítulo.

Tem-se que as categorias do parentesco agiam como instrumentos de conhecimento e construção do mundo social, desempenhando, assim, uma função política na formação e delimitação de grupos³⁹². Isso não quer dizer que o simples fato de estabelecerem relações de consangüinidade fazia com que os indivíduos atuassem em conjunto, todavia, em virtude dos benefícios possibilitados por estas relações, era comum o empenho em superar as tensões dentro do grupo de parentesco. Em outras palavras, a rede de laços de sangue que ligavam os indivíduos no período – com destaque para nobreza, que através de tais vínculos tinha acesso à espaços do poder – era uma espécie de ‘capital’, um “capital social” que podia ser acionado em diferentes circunstâncias. Criava-se, assim, uma rede de solidariedade, de solidariedades de linhagem, as quais deveriam ser reforçadas constantemente.

Tais elementos sobressaltam-se porque o próprio vocabulário utilizado nas relações diplomáticas medievais – cartas, tratados, salvo-condutos, entre outros – expressam as categorias de parentesco, os vínculos que relacionam as casas reais e, no caso da presente reflexão, uniam a dinastia de Avis às demais famílias reais da Cristandade³⁹³.

Como vem sendo apresentado desde o capítulo anterior, e ainda aparecerá nos demais capítulos, uma série de documentos que não estão diretamente relacionados com as negociações de casamento, fazem menções freqüentes aos vínculos de consangüinidade que ligam as partes envolvidas nas determinadas fontes. Desde o início da investigação sobre a viagem de D. Pedro, esse elemento apareceu como um indicativo da importância dos laços de parentesco para o deslocamento do Infante. Não obstante, conforme a pesquisa se ampliou, foi possível perceber que as estruturas políticas do período tinham nas relações pessoais um aspecto fulcral, e que o universo das alianças externas, instrumento relevante, porém frágil, articulava-se através destes mesmos vínculos.

Desta forma reafirma-se as relações diplomáticas como laços engendrados em relações de parentesco, fazendo com que os elos entre os reinos fossem entrecortados de ligações pessoais. Essa característica é fundamental e possibilita a conclusão deste capítulo, pois direciona a reflexão que virá sobre a viagem do Infante. Ao se deslocar pela Cristandade, D. Pedro acessou a rede de parentesco formada pela política matrimonial de seu pai, promovendo, assim, o fortalecimento da solidariedade de linhagem e construindo vínculos próprios dentro desse quadro familiar. Por fim, a compreensão desta ‘lógica do parentesco’

³⁹² BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. *Idem*, p.280.

³⁹³ PÉQUIGNOT, Stéphane. *Idem*, p.520.

envolvida nas alianças diplomáticas da dinastia de Avis permite que o desfecho de Alfarrobeira seja repensado, visto que a morte de um nobre português gerou um abalo significativo das alianças externas do reino. Eis vários temas para as análises a seguir.

CAPÍTULO 4

A VIAGEM DO INFANTE D. PEDRO: UM INSTRUMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL.

Enfim chega-se à viagem do infante D. Pedro. Nos capítulos anteriores foram abordadas as reflexões do campo da história política, especialmente nos estudos medievais, e avançou-se em caracterizar o contexto político geral e específico em que se insere o deslocamento. Observou-se que os poderes estatais quatrocentistas utilizaram-se de diferentes instrumentos de legitimação política, dentre os quais se destacou as relações diplomáticas, tema complexo para o medievo, além de notar que o caso português envolveu a necessidade de afirmação da nova dinastia surgida da Revolução de Avis (1383-85). Nesse conjunto de instrumentos se insere a viagem do infante D. Pedro (1425-1428), mecanismo paradigmático das articulações externas do período.

A viagem, em suas características de excepcionalidade, revela-se, um lugar privilegiado para a observação dos meandros diplomáticos do medievo, assim como das questões familiares avisinias, das relações externas do reino, dos ritmos de deslocamento no período, das motivações para viagens, e ainda das grandes questões que atravessam o contexto, por exemplo, a situação do Império, o avanço turco, e a força econômica das cidades italianas, entre outros.

Destarte, e em virtude dos inúmeros problemas relativos a tal deslocamento, neste quarto capítulo a análise será conduzida em torno de dois grandes eixos: o primeiro tratará das questões teóricas e historiográficas acerca do trânsito do príncipe português pela Cristandade, inserindo tal deslocamento no conjunto das viagens medievais, e a partir dessa inserção, observando a especificidade da viagem de D. Pedro; o segundo, mais específico, observará minuciosamente o percurso deste deslocamento. Acredita-se que com tais eixos, seja possível alcançar os diferentes feixes de análise acerca desse singular feito de D. Pedro, compondo

uma cronologia mais precisa e observando possíveis contatos e realizações, os quais contribuíram para a ampliação e a consolidação das relações diplomáticas de Portugal.

4.1. O INFANTE D. PEDRO E SUA VIAGEM PELA CRISTANDADE PERANTE A HISTORIOGRAFIA.

Mesmo com os estudos realizados nos últimos séculos e, no presente trabalho, após tantas palavras, citações e discussões, a figura do infante D. Pedro permanece ofuscada em meio ao universo de informações já tratadas. Assim, cabe uma interrogação preliminar: quem foi o Infante? Sexto filho de D. João I de Avis, e quarto da união com D. Filipa de Lancaster, D. Pedro nasceu em 09 de Dezembro de 1392, e tornou-se duque de Coimbra na seqüência da conquista de Ceuta. Figura como um dos expoentes da aclamada Ínclita Geração, em grande parte devido à viagem pela Cristandade, e por seus escritos e atuação política em Portugal. Foi regente do reino durante a menoridade de D. Afonso V, sendo morto na Batalha de Alfarrobeira (1449), além de se destacar em traduções e escritos. Com esta síntese biográfica, percebe-se que a personagem teve sua vida marcada pelos espaços do poder e que seus feitos ficaram registrados na história portuguesa³⁹⁴, no entanto, a ‘escala humana’ de D. Pedro – um dos objetos prementes da pesquisa histórica – continua um tanto quanto obscura.

Carente de um estudo biográfico aprofundado³⁹⁵, os vestígios acerca da vida do Infante permanecem muito dispersos. Elementos relativos aos traços físicos e à formação durante a infância são raros, sendo o recurso freqüente a adoção da descrição de Rui de Pina, escrita no século XVI³⁹⁶. Mesmo com tais carências é possível estabelecer três eixos

³⁹⁴ Manuel Simões assim descreve o Infante: “Foi membro destacado da chamada Ínclita Geração, cultor de mérito no âmbito das ciências e das letras, e elemento preponderante da cultura medieval portuguesa, responsável porventura pelo alvorecer das idéias humanistas em Portugal, na seqüência das suas muitas viagens que o tornaram conhecido como Infante das “Sete Partidas”. (SIMÕES, M. Dom Pedro. In: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (org.) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p.529).

³⁹⁵ A biografia do Infante foi prometida por Veiga Simões no início do século XX, mas não chegou a ser publicada, visto que o autor faleceu em 1954. Até o momento, uma obra global da vida de D. Pedro permanece aguardando seu investigador, existindo apenas a recente e sucinta obra de Alfredo Pinheiro Marques (*Vida e Obra do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva, 1996). Notamos ainda que o gênero biográfico tem avançado em estudos acerca de personagens próximos do Infante, sendo exemplares a biografia de D. Henrique escrita por Peter Russell (*Henrique o Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004) e de D. Isabel escrita por Monique Sommé (*Isabelle du Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVe siècle*. Villeneuve d’Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1998). Entre os historiadores portugueses a biografia tem se fortalecido nos últimos anos, principalmente, com a Coleção Reis de Portugal, publicada pela Círculo de Leitores/Temas e Debates. Na referida coleção já apareceram biografias de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, sob a pena de historiadores renomados como, respectivamente, Maria Helena da Cruz Coelho, Luís Miguel Duarte, e Saul Gomes.

³⁹⁶ Rui de Pina escreveu um capítulo dedicado a descrever o Infante, intitulado “Das feições, costumes e virtudes do Infante D. Pedro”. Neste, assim caracteriza D. Pedro: “O Infante D. Pedro por certo foi um singular Príncipe, dino de louvor entre os bons e louvados Príncipes que no mundo em seu tempo houve, homem de grande corpo,

principais dos estudos sobre D. Pedro: o primeiro é relativo ao livro de viagens – *Libro del Infante D. Pedro de Portugal* –, o qual lhe proporcionou o epíteto de ‘Infante das Sete Partidas’; o segundo está relacionado aos aspectos culturais – traduções e escritos –, sendo o livro da *Virtuosa Benfeitoria* e a *Carta de Bruges* os ícones dessa atuação; e, por fim, o conjunto de sua ação política, que se focaliza no período em que o mesmo foi regente de Portugal (1439-1448). No entanto, nesse universo, muitos são os temas acerca do Infante que carecem de uma análise mais aprofundada, dentre os quais se destaca a viagem ‘real’ (1425-1428).

Aliás, ao enfatizar as lacunas relativas ao deslocamento pela Cristandade, recupera-se um problema que, talvez, seja o principal obstáculo para a ampliação dos dados sobre a viagem³⁹⁷, a dificuldade encontrada no trato com as fontes. São escassas as informações documentais anteriores a partida e relacionadas à viagem, além de dados relativos ao séquito do Infante, preparação da comitiva, data da partida, entre outros elementos. Alguns rastros do deslocamento podem, felizmente, ser encontrados em crônicas ou em fundos documentais de cidades pelas quais o príncipe passou, aparecendo na língua portuguesa apenas vestígios publicados na *Monumenta Henricina* ou em obras individuais que tratam de temas particulares. Percebe-se, que a investigação sobre a viagem e, principalmente, sobre o antes da partida, se faz com inúmeras dificuldades, recorrendo-se, freqüentemente, a citações de fontes dispersas em artigos e livros variados, e a fontes publicadas em separatas.

e de seus membros em todo bem proporcionado, e de poucas carnes; teve o rosto comprido, nariz grosso, olhos um pouco moles, os cabellos da cabeça crespos, e os da barba algum tanto ruivos como inglez; seu andar a pé era vagaroso e com grande repouso, suas palavras eram graciosas, com doce órgão de dizer, e nas sentenças mui graves e sustanciaes, e quando alguma sanha o tocava era sua cara mui temerosa, e porém não lhe durava muito, cá por siso ou condição natural, logo se lembrava de mansidão e temperança; foi algum tanto culpado em credeiro e vingativo, ainda que o desejo de vingança pareceu que não foi n’elle de grande e vicioso ardor, pois dilatou e temperou a que teve em sua mão, que para sua vida fôra mui segura e necessária” (PINA, Ruy de. *Chrónica de El- Rei D. Affonso V.* Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Vol. 2, 1901, Capítulo CXXV, p.110).

A descrição do cronista português é marcante, contudo há outra exposição que não convém ser descartada. Trata-se da versão latina da conquista de Ceuta, escrita por Mateus Pisano, por volta de 1460 e somente editada em 1790. No texto, assim o duque de Coimbra é descrito: “D. Pedro, nascido em segundo lugar, foi desde a infância muito dedicado ao estudo das sagradas letras e das outras boas artes, e tanto, ainda em moço, se distinguiu por seu espírito de justiça, por sua liberalidade, comedimento e valor, que atraía sobre si as vistas de todos, dando esperança de vir a ser um grande príncipe” (PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 12). A partir desses textos, principalmente da caracterização de Pina, diferentes historiadores descreveram D. Pedro, sendo expressiva a posição de Oliveira Martins (MARTINS, Oliveira. *Os Filhos de D. João I.* Porto: Livraria Chardron, 1983 (1891), p. 120-121).

³⁹⁷ Colocamos o tom de relativização em nossa afirmação devido à outros fatores que não podem ser descartados, mas que também interferem no desenvolvimento de pesquisas históricas. Podem ser levantados como elementos limitadores: a sobreposição entre a “viagem mítica” e a “viagem real”; o “descaso” com a personagem histórica de D. Pedro, em oposição à valorização da personagem de D. Henrique e o tão discutido “mito henriquino” – essa posição é assumida, por exemplo, por Alfredo Pinheiro Marques em um estudo denso (MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses.* Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar, 1994); e o acesso aos documentos existentes em diferentes regiões da Europa, que começam a ser publicizados na *internet*; etc.

Ao lidar com a documentação portuguesa tem-se que nas crônicas escritas sobre a primeira metade do século XV poucos são os dados relativos aos primeiros vinte anos de vida de D. Pedro, e inexistem informes sobre a viagem. A *Crónica de D. João I* abarca até as primeiras décadas dos quatrocentos, centrando-se no processo da revolução de Avis e nas figuras de D. João e do Condestável do reino, Nuno Álvares Pereira, informando apenas sobre o nascimento dos filhos do Mestre e a relação familiar³⁹⁸. A *Chronica do Condestabre de Portugal*, por sua vez, fixa-se na figura de Nuno Álvares, citando brevemente o Infante cavalgando ao lado de D. João I após a conquista de Ceuta³⁹⁹. Já a *Chronica dos feitos, vida, e morte do Iffante Sancto Dom Fernando que morreo em Fez*⁴⁰⁰ não traz informações sobre o duque de Coimbra.

As crônicas de Zurara, com destaque para *Crónica da Tomada de Ceuta*⁴⁰¹, apresentam mais relatos sobre D. Pedro, contudo, pelo fato do cronista, servidor da casa de D. Henrique, escrever no contexto de Alfarrobeira, o texto limita a participação do Infante no ataque de 1415⁴⁰². Acrescenta-se que mesmo trazendo mais vestígios acerca das ações de D.

³⁹⁸ Após citar o nascimento de D. Duarte, assim descreve o de D. Pedro: “nasceu o infante D. Pedro, na cidade de Lisboa, uma hora depois da meia noite, nove dias de dezembro de quatrocentos e trinta annos, que foi duque de Coimbra e senhor de Montemor-o-velho.”. Na conclusão do capítulo, o cronista trata da relação familiar: “E estes infantes que dissemos sahiram taes e tão bons, que de nenhum rei que da Hespanha, nem terra que mais alongada fosse, seria mais bemaventurado, nem se lê que semelhantes filhos houvesse, porque se as civeis e humanas leis, e tambem a escripta, como em nações de gentes. todos outhorgaram que os filhos, em qualquer estado ou condição que sejam, obedçam sempre a seus padres, louvando muito os que assim o fazem, havendo por má e excommungada qualquer desobediencia que o filho por palavra ou feito contra seu padre mostra, os filhos d’este nobre rei inteiramente teem tal louvor, ca todos lhe foram sempre tão obedientes, assim solteiros como casados, que nenhum estado nem crescimento de honra os poude mudar pouco nem muito do santo proposito da obediencia.” (LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de Antonio Sérgio. Porto: Livraria Civilização, volume 2, 1983, Capítulo CXLVIII). O tema é ainda recuperado no capítulo seguinte, Capítulo CXLIX.

³⁹⁹ “E seendo elrey em posse da cidade e Castello: aos tres dias depois da tomada de Cepta: vierõ muyta gête de mouros de pee e de cauallo a jutõ com hua porta que chamã de Fez. E elrey soube dello parte e acudyo logo ally. E o Iffante seu filho e seus irmaãos. E o Iffãte dõ Pedro sayo fora da çidade a cauallo e cõ elle çerta gente: e correo apos os mouros grande espaço.” *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*. Coimbra: 1911, p.202-203.

⁴⁰⁰ ÁLVARES, Frei João. *Chronica dos feitos, vida, e morte do Iffante Sancto Dom Fernando que morreo em Fez*. 1577.

⁴⁰¹ ZURARA Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992.

⁴⁰² MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Idem*, p.34-35. Uma análise próxima, todavia mais cautelosa, pode ser encontrada em: QUEIRÓS, Silvio Galvão de. “*Pera Espelho de Todollos Uiuos*”. *A imagem do Infante D. Henrique na Crónica da Tomada de Ceuta*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997, p.20,73. Silvio Queirós tomou como foco de análise a *Crónica da Tomada de Ceuta* destacando como um de seus problemas centrais a construção da imagem do Infante D. Henrique nesta crônica. Sua abordagem centrou-se no processo histórico vivido pela realeza avisina, e mostrou que a construção da imagem de D. Henrique por Zurara serviu aos propósitos de legitimação das ações de D. Afonso V, o qual se valeu da imagem deste infante, esculpida como a de um súdito leal e fiel. Esta imagem serviu de espelho para as ações de todos os súditos, notadamente a nobreza, os quais deviam obediência, primeiramente, ao próprio rei. Sua análise recuperou a alçada da estratégia política desenvolvida pelo rei e por seus apoiadores nos momentos posteriores à batalha de Alfarrobeira. Por fim, Silvio Queirós percebe que Zurara

Pedro, esta crônica acrescenta pouco sobre a sua ‘juventude’. A *Crônica do Conde Dom Pedro de Menezes* apresenta algumas menções ao Infante, demarcando-se interessante por mostrá-lo ajudando na defesa do reino perante possíveis ataques de Castela⁴⁰³, e por indicar um ‘zelo’ de D. João I com o filho que queria participar da campanha de socorro enviada para Ceuta⁴⁰⁴. Por fim, cita-se a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*. Esta, por mais que trate, principalmente, das décadas de 30 e 40, traz uma menção relevante sobre o Infante:

Per fallimento deste príncipe [D. Duarte] foy seu filho o Jffante dom Affonso alleuantado por Rey naquella meesma villa logo aa quinta feyra seguinte. O Jffante dom Pedro seu tyo era ally que era huum dos princepes do mundo *que mais sabya das cyrymonyas que taaes casos pertecyem* por que aallem de seu grande e natural saber studara nas artes liberaaes e **andara fora destes regnos per a principal parte da cristandade. (...) E assy em casa daquestes como de todollos outros principes per onde andou foy ayudo por príncipe de grande saber e assy recebeo delles mujta honra.** O qual tomou specyal cuydado deste alleuantamento delRey seu sobrinho⁴⁰⁵.

Destarte, reafirma-se que são escassas as informações sobre a instrução recebida e as experiências vivenciadas entre 1392 e 1415 – ano do nascimento e da conquista de Ceuta, respectivamente –, e mesmo acerca do período que vai até 1438 – início da regência de D. Pedro em Portugal⁴⁰⁶.

não buscou “manchar” ou apagar a memória e a imagem de D. Pedro e dos demais infantes na tomada de Ceuta; antes, utilizou-se de recursos textuais para realçar as ações de D. Henrique, príncipe cristão perfeito, leal e fiel, símbolo dos tempos de Avis.

⁴⁰³ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Conde Dom Pedro de Menezes*. Edição facsimilada com notas de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto, 1988, Capítulo LXXII, p.246 “que vierom novas a ElRey Dom Joham como os Castellãos queriam entrar pelo Regno, por cuja razão elle mandára o Infante Dom Pedro por Fronteiro a Villa Real, e o Infante Dom Enrique a Viseu, e o Conde de Barcellos a Bragança”.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, Capítulo LXXVII, p.258-259. O cronista menciona que D. Pedro saiu por suas terras levando recados da organização da campanha de auxílio à Ceuta. O mesmo tinha muita vontade de compor a campanha, chegando a tentar se disfarçar para embarcar nos navios que partiriam. No entanto, após ser descoberto o Infante foi requerer permissão do rei para seguir com as tropas. Eis a descrição de Zurara sobre a resposta de D. João I: “entam juntamente com o infante Eduarte seu Irmão requererom a seu Padre licença, a qual lhe de todo foi denegada, mandando, que todavia o Infante Dom Enrique partisse logo com a frota, como ante tinha determinado; e que o Infante Eduarte, e o Infante Dom Pedro se fossem ambos ao Algarve, e hy ouvessem seu conselho, e o que lhes parecesse, pozessem em obra”. Por mais que o trecho indique que somente D. Henrique foi designado para chefiar a campanha, o que poderia incomodar o Infante (?), em nenhum momento transparece que o rei visava prejudicar de alguma forma D. Pedro, antes parece que D. João visou, nesse contexto, proteger os dois filhos mais velhos de qualquer incidente na campanha africana. Assim, remete-se a idéia de ‘zelo’ a fim de notar que o rei visava resguardar os herdeiros diretos da coroa e manter a proteção militar do reino.

⁴⁰⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, Capítulo XXV, p.109. É interessante notar que esta crônica, escrita após algumas décadas da turbulência da batalha de Alfarrobeira, traz trechos nos quais a figura de D. Pedro é valorizada, mesmo na regência [grifos meus].

⁴⁰⁶ MORENO, Humberto Carlos Baquero. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos*. Porto: Universidade Portucalense, 1997, p.25.

Para além dos textos cronísticos citados, os principais documentos acerca do Infante provêm da chancelaria régia e demarcam a formação do seu património em torno do ducado de Coimbra. Todavia, essa especificidade das fontes prejudica uma visão global sobre o mesmo no período – itinerários, contatos, atuação na Corte, etc.⁴⁰⁷. No que tange às obras ligadas ao Infante nota-se que estas, de forma indireta, contribuem com indícios relativos aos anos tratados.

Assim como o pai e o irmão, D. Duarte, D. Pedro também se afirmou como escritor de importantes tratados e epístolas, além de atuar como tradutor⁴⁰⁸. Sua obra mais conhecida é a *Virtuosa Benfeitoria*⁴⁰⁹, composta com a participação do dominicano Frei João Verba, confessor do Infante. Trata-se de um livro escrito por um senhor para outros senhores, sendo o destinatário imediato o ainda infante D. Duarte. Somando-se às obras destinadas ou oferecidas ao irmão e futuro rei, tem-se o *Livro dos Ofícios*⁴¹⁰ – tradução da obra *De Officiis* de Cícero⁴¹¹ – que, segundo Adelino Calado, foi traduzido entre 1430 e 1433, últimos anos que D. Duarte podia ser tratado como ‘infante’⁴¹². Quanto à datação da *Virtuosa Benfeitoria*, Miriam Cabral defende que a mesma foi produzida entre 1418 e 1433⁴¹³, permitindo uma

⁴⁰⁷ Baquero Moreno, por exemplo, publicou estudo acerca dos itinerários do Infante, no entanto, se restringiu ao período da regência (Os itinerários do Infante D. Pedro 1438-1449. in: MORENO, Humberto Carlos Baquero. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos*. *Idem*, p.169-195.

⁴⁰⁸ Para além das obras que citaremos, constam que o Infante traduziu o *De re militari* de Vegécio e o *De regimine principum* de Egídio Romano. D. Pedro atuou ainda como promotor de traduções, tendo encomendado, por exemplo, o *Panegírico de Trajano*, escrito por Plínio, e o *De ingenuis moribus et liberalibus studiis*, de Pedro Vergério, ao amigo Dr. Vasco Fernandes de Lucena. Cf.: PINHO, Sebastião Tavares de. O Infante D. Pedro e a “Escola” de tradutores da Corte de Avis. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro*. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.140-148.

⁴⁰⁹ Inspirada no *De beneficiis* de Sêneca, o tratado escrito pelo Infante se insere no conjunto de obras que tratavam da educação de príncipes no medievo, sendo vista por especialistas como a primeira do gênero escrita em português. A obra aborda questões relativas a condição da realeza, suas responsabilidades institucionais, sociais e econômicas, e sua direção espiritual na condução das almas à perfeição. Exemplo de uma literatura moral e ascética o livro apresenta um modelo de sociedade perfeita, que através da caridade, a virtuosa benfeitoria, atinge o equilíbrio. Destinada a D. Duarte mas alcançando toda a sociedade política portuguesa, a obra enfatiza que o único ser que apenas concede e nunca recebe benfeitorias é Deus, cabendo à todos os outros prestá-las. Por fim, cita-se que diferentes autores ressaltam as características humanistas ou pré-renascentistas presentes no tratado. Para estudos detalhados, ver: ABREU, Miriam Cabral Nocchi. *O Livro da Virtuosa Benfeitoria: um espelho das boas obras do Rei. A concepção de realeza e sociedade na obra de D. Pedro (1392-1449)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1997; GOMES, Rita Costa. *Virtuosa Benfeitoria*. In: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (org.) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 681-683; SOARES, Nair de Nazaré Castro. O Infante D. Pedro e a cultura portuguesa. In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, volume LXXVIII, 2002, p.107-128.

⁴¹⁰ *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram, o Qual Tornou em Linguagem o Ifante D. Pedro Duque de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948.

⁴¹¹ De acordo com Adelino Calado, tal tradução pode ser vista como a primeira de uma obra clássica para português, podendo ser também a primeira das que o Infante traduziu. CALADO, Adelino de Almeida. A data da tradução do *De Officiis* pelo Infante D. Pedro. In: *Revista da Universidade de Aveiro*. Vol.12, p. 198.

⁴¹² *Ibidem*, p. 199.

⁴¹³ ABREU, Miriam Cabral Nocchi. *Idem*, p. 34,35.

aproximação entre as datações das obras. Por fim, tem-se ainda uma das faces mais citadas da intervenção epistolar do Infante, a *Carta de Bruges*, escrita durante sua passagem por Flandres.

Não há certeza exata sobre a datação e a localidade da expedição da *Carta* – visto que o documento original é desconhecido –, mas como em Dezembro de 1425 D. Pedro chegou à Bruges, e em meados de 1426 estava na Hungria, a *Carta* só pode ter sido escrita em 1426⁴¹⁴.

No início da epístola, o Infante informa a origem da fonte, ou seja, um pedido enviado por D. Duarte, indicando também que a prática de oferecer conselhos ao irmão era anterior a redação desta epístola⁴¹⁵. A temática dos conselhos reflete questões anteriores e posteriores à partida, e o seguinte trecho marca a primeira indicação de que a viagem influenciava diretamente nos conselhos oferecidos: “*escreuerey algunas cousas nas quães antes de mjnha partida // per uezes uos faley, e algunas outras que me pereçerom depois que dela party*”⁴¹⁶. No decorrer do documento, D. Pedro oferece outros indícios que assinalam o uso do recurso de distanciamento para a elaboração das análises. Nas propostas acerca da reestruturação da universidade portuguesa, tal recurso apresenta-se de forma explícita: “*E ordenasem se estes colegios por maneyra dos de vxonia [Oxford] e de paris, e asy creçerião os letrados e as sçiençias*”⁴¹⁷. Argumentando sobre a temperança, o Infante oferece novas comparações: “*me parece que a respeito das outras terras que eu vy / ela [a virtude da temperança] he na uosa em melhor ponto que em nenhua das outras*”⁴¹⁸.

Esta epístola mostra o tato político-administrativo de D. Pedro, e demarca a prática de aconselhamentos ao irmão, D. Duarte, o que permitiu que muitos historiadores vissem-no como o representante mais qualificado deste pré-renascimento cultural em Portugal⁴¹⁹. Observa-se que a produção das obras se insere num período de quinze anos (1418-1433), e não é eventual sublinhar que estes anos englobam a viagem de D. Pedro pela Cristandade (1425-1428). Portanto, a viagem apresenta-se particularmente ligada às suas produções textuais que, conseqüentemente, demonstram a sólida formação intelectual do Infante.

⁴¹⁴ SÁ, Artur Moreira de. *A “Carta de Bruges” do Infante D. Pedro*. Separata de *Biblos*, Vol. XXVIII, Coimbra, [s.n.], 1952, p. 1-2.

⁴¹⁵ DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte*. (Livro da Cartuxa). Edição diplomática. Transcrição: João José Aves Dias. Introdução: A. H. Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1982, doc.4, p.27. “Per vos me foy mandado em hu uosso regymento que depois que fose em esta terra uos fizesse hu escrito d ajsamento tal como o outro que me vos destes”.

⁴¹⁶ *Ibidem*, p. 27-28. [Grifo meu].

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 29.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 36. [Grifo meu].

⁴¹⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Portugal: a emergência de uma Nação*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p.76.

Especificamente sobre a viagem, poucos foram os autores que se dedicaram à pesquisá-la, sendo possível estabelecer um pequeno conjunto de trabalhos. Não obstante, antes de avançar na exposição das pesquisas, cabe delimitar que a viagem tem sido estudada por dois caminhos muito distintos, sendo possível, inclusive, falar-se *das* viagens de D. Pedro como objeto histórico. Faz-se referência às investigações acerca da viagem mítica, descrita no *Libro del Infante don Pedro de Portugal*, e aos trabalhos relativos à ‘viagem real’⁴²⁰. Desta forma, especifica-se que nesta pesquisa as reflexões incidem acerca da segunda viagem, comprovada por uma documentação diferente do relato de viagem, e que acredito não se confundir com o trajeto do *Libro*.

Um dos que se faz presente nesse balanço é Júlio Gonçalves. Autor de *O infante D. Pedro, as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimentos*⁴²¹, visou estabelecer vínculos entre a viagem e o impulso da expansão, mostrando possíveis repercussões da passagem do Infante pela Península Itálica. A obra traz, quiçá, como elemento de maior importância, a análise de fontes relacionadas à visita de D. Pedro a Veneza e Treviso. Contudo, o principal estudioso do tema, inclusive em suas relações políticas, permanece sendo o historiador e filólogo norte-americano Francis Rogers⁴²².

The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal (1961) está dividido em oito capítulos, sendo três relativos a viagem real, e dois tratando da associação entre as viagens⁴²³.

⁴²⁰ Em 2009 finalizei um estudo monográfico que, na esteira das problematizações de Francis Rogers, analisava a “dupla viagem” de D. Pedro (LIMA, Douglas Mota Xavier de. *Um ilustre viajante português do século XV: as viagens do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009). Tal estudo compõe a referência da qual fundamento a pesquisa atual, isto é, distinguindo a viagem real da viagem mítica. Contudo, existem autores que na atualidade ainda defendem que o Infante tenha visitado as localidades descritas no *Libro*. Dentre esses, destaca-se Fernanda Durão Ferreira que, diferente de Oliveira Martins – que também tomou o relato como descrição de uma viagem concreta, mais se limitou a aceitar o deslocamento até o Sinai (MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.110) – dá crédito a praticamente todo o trajeto do duque de Coimbra. Fernanda Ferreira diz que o *Libro* relata uma “viagem real” realizada por D. Pedro entre 1416 e 1418, na companhia de mais 12 viajantes, sendo o Abade Gomes de Florença um deles e, inclusive, o escritor da obra. Diz a autora: “Há todas as probabilidades deles terem ido aos citados lugares de Chipre, Turquia, Armênia, Egito e Palestina. Existem fortíssimos indícios que tenham ido a Santa Catarina do Sinai. Quanto à “Província da Noruega”, parece-nos pouco verossímil que os cavaleiros a tenham atingido. Meca tem talvez 50% de hipóteses de ter sido visitada por D. Pedro e os seus amigos. A Abissínia foi descrita a partir duma boa base de informação, o que não garante que a sua ida aí tenha sido um fato.” (FERREIRA, Fernanda Durão. *Gomes de Santo Estevão e o Livro de D. Pedro*. Palmela: Contraponto, 2000, p.119-120, ver ainda: p.17-22, 47-49). Acredito que a obra citada não é sólida a suficiente para comprovar essa “primeira viagem” (1416-1418), fundamentando-se apenas em suposições e inferências. Como tentaremos mostrar, a análise detalhada da cronologia – em 1417 aparece recebendo concessões de D. João I (ver anexo “*Doações e Privilégios recebidos por D. Pedro (1408-1425)*” ao fim do presente trabalho) – indica que D. Pedro se ausentou de Portugal somente em 1425.

⁴²¹ GONÇALVES, Júlio. *O infante D. Pedro, as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

⁴²² ROGERS, Francis M. *The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1961.

⁴²³ Rogers trabalha com a idéia de uma dupla viagem, a viagem real e a viagem imaginária, esta presente no *Libro del Infante D. Pedro*. *Ibidem*, p.2.

Especialmente no terceiro capítulo, intitulado ‘The European Tour’, analisa as etapas do deslocamento – Inglaterra, Flandres, Alemanha, Hungria, Romênia, Veneza, Florença, Roma, Aragão e Castela – proporcionando a contextualização de cada região visitada. Obra fundamental para o tema, e freqüentemente citada, mais do que oferecer respostas ou bases sólidas para a discussão, permite o levantamento de indagações e caminhos de pesquisa acerca da viagem do Infante, visto que o principal foco do autor é a viagem mítica.

Outros estudiosos também podem ser arrolados nesse balanço por seus trabalhos pontuais. Francisco Leite de Faria⁴²⁴, poucos anos após a publicação de Rogers, escreveu *A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens* (1964), texto em que defende a cidade de Pádua como uma das escalas da viagem. Este trabalho acrescenta sua importância pelo fato de trazer em anexo a fonte que comprova a passagem pela cidade, além de identificar que D. Pedro trouxe de lá uma relíquia de Santo Antonio.

A visita ao Império foi objeto de um artigo de Domingos Mauricio dos Santos⁴²⁵, *O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria* (1959), no qual o autor apresentou como principal objetivo ampliar as informações sobre o itinerário austro-húngaro do Infante. O artigo é sucinto e demonstra toda a erudição de Domingos Mauricio nas freqüentes citações a fontes em latim e em alemão, além de uma série de obras de difícil acesso aos historiadores portugueses. É de se frisar ainda, que o autor estabeleceu diálogo com os trabalhos de Júlio Gonçalves e Oliveira Martins na composição de seu artigo. A estadia na Europa oriental também foi objeto de estudo de Rákóczi István, em 1993⁴²⁶, no qual o autor húngaro desenvolveu uma reestruturação de certos conhecimentos relativos à viagem em tal região, principalmente através do confronto de fontes não utilizadas por Domingos Maurício, Julio Gonçalves e Sofus Larsen⁴²⁷.

A estadia de D. Pedro na Borgonha aparece salientada em obras e artigos amplos que tentaram compor as relações políticas, sociais, culturais e econômicas entre Portugal e esta região. Dentre esse conjunto de trabalhos, destaca-se *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*

⁴²⁴ FARIA, Francisco Leite de. *A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens*. Separata de *Revista STVDIA*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n° 13-14, jan-jul, 1964, pp. 377-485.

⁴²⁵ SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria*. In: *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*. Lisboa: 1959, Tomo LXVIII, p.17-37.

⁴²⁶ ISTIVÁN, Rákóczi. *A estada do infante D. Pedro em terras húngaras e na corte do imperador Sigismundo*. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.79-93.

⁴²⁷ Esse último autor escreveu *Denmark og Portugal i det 15 de Aarhundrede* em 1919, obra traduzida para português em 1983 por Joel Serrão, mas que não tivemos acesso durante a elaboração desta dissertação.

(1384-1482), de Jacques Paviot⁴²⁸. Esta, não dedica capítulo, ou até mesmo tópico exclusivo acerca da passagem do Infante, mas oferece informações documentais importantes sobre os passos de D. Pedro na Borgonha, além de possíveis implicações de sua estadia, no caso as articulações em prol do consórcio matrimonial entre Filipe o Bom e a infante D. Isabel.

Por fim, mencionam-se as *Actas do Congresso Comemorativo do VI Centenário do Infante D. Pedro*⁴²⁹. Resultado de um encontro realizado no mês de Novembro de 1992, na Universidade de Coimbra, tais atas comportam um total de vinte e sete comunicações, das quais apenas uma – a de Rákóczi István, já citada – aborda a viagem. Sessões intituladas “A figura histórica do Infante D. Pedro” e “D. Pedro e a ação política”, mantém o silêncio acerca das implicações do deslocamento do Infante⁴³⁰, e nem mesmo a viagem mítica, referente ao *Libro del Infante*, aparece analisada nas sessões sobre a memória, os livros, e a arte relacionadas a D. Pedro. Estas faltas demonstram de forma explícita a atualidade das lacunas acerca da viagem.

Com estas poucas palavras é possível fechar um balanço geral das obras que trataram da viagem como um dos, ou o objeto principal⁴³¹. Permanece a carência de uma análise de conjunto dedicada à viagem, que informe os acompanhantes do séquito do Infante, os pormenores em cada local visitado, entre outros elementos, principalmente pelo fato de que os trabalhos que se dedicaram a vasculhar os fundos documentais dos e sobre os pontos de paragem acrescentaram significativas informações acerca do deslocamento. Afirma-se ainda serem raros os dados relativos à permanência de D. Pedro na Inglaterra e na península itálica. As lacunas assinaladas fazem-se significativas também pela falta de pesquisas acerca das relações diplomáticas portuguesas, entendidas numa acepção ampla, e não apenas restrita a tratados e embaixadas.

No entanto, um tema em especial tem gerado posicionamentos dos mais distintos, o que designei a alguns anos de ‘as motivações para a viagem’. As abordagens relativas a este mote frequentemente recorrem ora à insatisfação do Infante com a conjuntura interna de

⁴²⁸ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

⁴²⁹ *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993.

⁴³⁰ Maria Helena Coelho dedica três páginas de seu artigo sobre o Infante como duque de Coimbra para tratar da viagem, o que acredito não dar conta da amplitude do objeto. COELHO, Maria Helena da Cruz. O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.16-18.

⁴³¹ Convém destacar que há trabalhos anteriores ao século XX que abordaram a viagem, contudo não produziram acúmulos significativos sobre a mesma. Informações acerca destas pesquisas podem ser encontradas em: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.241-249.

Portugal e as poucas perspectivas de ascensão nesta, ora ao interesse individual de aprender e ampliar os próprios conhecimentos através do convívio com os principais centros culturais da Europa no início do século XV. De forma geral, tem-se que a viagem é observada, comumente, ou como expressão das práticas nobiliárquicas, ou como um ato individualizado.

Discordando das propostas que até então vem sendo colocadas para tal viagem, e ciente das dificuldades e limitações heurísticas, prefere-se retomar a relação de D. Pedro com o reino e sua posição social no mesmo, em busca de uma interpretação mais convincente acerca de suas motivações e quiçá de seus objetivos. Este posicionamento estabelece um diálogo com as problemáticas teóricas do sociólogo Pierre Bourdieu, isto é, a mediação entre o agente social e a sociedade⁴³². Desta forma, evitam-se aqui abordagens que reduzam as ações de D. Pedro à escala do indivíduo, ou do grupo. Busca-se observar a viagem e seu agente correlacionando tanto as perspectivas individualizantes, quanto as coletivas, presentes no deslocamento. Por fim, acredita-se que este posicionamento permitirá uma reavaliação das abordagens historiográficas e uma recuperação dos condicionamentos gerais e específicos da viagem.

4.1.1. As motivações para a viagem.

A exposição a seguir fundamenta-se na indagação “Por que viajar?”⁴³³. Questão preliminar, já se justificaria pelo interesse em interrogar acerca de uma ação tão peculiar quanto o ato de empreender uma viagem, ainda mais em um período tão recuado e repleto de dificuldades para tal ação, como o medievo. Não obstante, conforme o processo de levantamento de dados relativos a este deslocamento se dava, a pergunta foi se tornando ainda mais imperiosa, abrindo uma série de novos problemas.

Inicia-se esta reflexão com a menção à obra *Os Filhos de D. João I*, de Oliveira Martins (1891). Eis as palavras marcantes do autor oitocentista:

⁴³² BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.46-47. Tal posicionamento visa recuperar a base das problemáticas teóricas dos escritos do sociólogo Pierre Bourdieu, isto é, a mediação entre o agente social e a sociedade. As propostas do autor incidem sobre a “Teoria da prática”, inserida em meio ao debate filosófico entre objetivismo e subjetivismo, e advogam em prol de um saber, o “conhecimento praxiológico”, capaz de levar em consideração que as percepções e as ações individuais, ou dos grupos, são constituídas segundo as estruturas do que é perceptível, pensável, e julgado razoável em dados universos sociais.

⁴³³ Uma abordagem prévia deste mote foi apresentada no XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado em Julho de 2011, sob o título “Por que viajar? Questões acerca das motivações para a viagem do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)”. Agradeço especialmente às indagações e sugestões dos professores Ms. João Cerineu de Carvalho, Dr.^a Miriam Coser, e Dr.^a Fátima Regina Fernandes.

Assim que voltou de Ceuta, formou logo o pensamento de uma grande viagem, piedosa e política, para sua instrução, contando vagamente com aventuras quixotescas, em que cumprisse o legado da mãe moribunda de defender as donas e donzelas, planeando ir à moda cristã visitar o Santo Sepulcro, e de lá internar-se, quando pudesse, na direção mal determinada dos reinos do Preste João das Índias, conforme as instantes recomendações do irmão [D. Henrique] que explorava tudo em benefício da sua idéia⁴³⁴.

Recua-se ao historiador de finais do século XIX, pois este, tanto quanto os cronistas, traçou um ‘retrato’ do Infante tão marcante que se mostra uma tarefa árdua distinguir a pessoa de D. Pedro presente nessas páginas, da personagem histórica que viveu no século XV. Esta observação faz-se ainda mais pertinente ao considerarem-se as abordagens de diferentes historiadores sobre o assunto, as quais freqüentemente recuperaram o posicionamento de Oliveira Martins.

Avançando na discussão, destacam-se inicialmente duas que servem de amostragem das oposições encontradas na literatura portuguesa: Virgínia Rau defende que: “quanto às viagens do Infante D. Pedro de Coimbra, o Infante ‘das Sete Partidas’, elas constituíram um dos elos fundamentais do alargamento das relações internacionais de Portugal”⁴³⁵; em perspectiva oposta, tem-se as observações presentes na *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão, na qual afirma que “parece assente que a viagem de D. Pedro foi motivada por um conflito com o progenitor. (...) O certo é que em fins de 1424 D. Pedro seguiu os caminhos da Europa, sem dúvida magoado”⁴³⁶.

Percebe-se nos argumentos apresentados uma valorização dos aspectos individuais na busca por respostas às motivações do Infante, e quando o oposto de dá – vide as palavras de Virgínia Rau –, a viagem apresenta-se como mais um dos instrumentos utilizados pelo primeiro rei de Avis para alargar as relações diplomáticas do reino, e assim a especificidade da viagem se esvazia em meio à uma estratégia externa de D. João I. Em outras palavras, a viagem ora é circunscrita como um ato individual, ora aparece com uma motivação política, a qual anula, ou apenas desconsidera, qualquer desentendimento entre o rei e o Infante.

⁴³⁴ MARTINS, Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Porto: Livraria Chardron, 1983 (1891), p.76.

⁴³⁵ RAU, Virgínia. *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986, p.67. Recupera-se esse trecho da historiadora portuguesa, pois ele foi marcante na construção dos primeiros interesses na pesquisa acerca do papel diplomático da viagem de D. Pedro.

⁴³⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. Lisboa: Verbo, 2ª edição, 1978, p. 34.

A mesma perspectiva oscilante aparece no trabalho de Margarida Correia, publicado em 2000⁴³⁷. Neste, a autora responde ao problema da motivação defendendo a perplexidade sentida pelo Infante perante as oscilações entre um modelo autoritário ou contratual da instituição monárquica portuguesa, ao mesmo tempo em que afirma que o “desejo de saber” impulsionou a partida do reino⁴³⁸ – o qual, por exemplo, já aparecera em Júlio Gonçalves (1955) vinculado às repercussões do conhecimento adquirido e buscado, para os rumos da expansão portuguesa⁴³⁹. Argumentos vagos, recuperam propostas já suscitadas por trabalhos clássicos e, assim, caracterizam a viagem pelo objetivo de conseguir, através do convívio com outras cortes, conhecimentos necessários para analisar a conjuntura do reino⁴⁴⁰.

Encontram-se, ainda, outros apontamentos sobre os motivos da partida. Assumir como Marquês de Treviso – área de litígio entre o Império e a cidade de Veneza, concedida por Sigismundo ao Infante em 22 de janeiro de 1418, e acrescentada pela oferta de uma renda anual de 20.000 ducados caso D. Pedro passasse à corte imperial – orientou a percepção de Domingos Maurício⁴⁴¹ e, recentemente, foi recuperado por Alfredo Pinheiro Marques em *Vida e Obra do Infante D. Pedro*⁴⁴². Fazer uma peregrinação religiosa à Terra Santa também foi colocado em pauta por trabalhos clássicos que tomaram o *Libro* como relato da viagem real, mas não foi descartada, por exemplo, por Francis Rogers⁴⁴³.

Retomando outras propostas acerca das motivações, apresentam-se os argumentos de Luís de Albuquerque, talvez quem mais se dedicou a responder a indagação. Afirma o autor português: “o desejo de saber, só por ele, não é convincente”⁴⁴⁴, e sobre a suposta

⁴³⁷ CORREIA, Margarida Sérulo. *As viagens do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva, 2000. O foco de Correia é a viagem mítica, descrita no *Libro del Infante*, no entanto a autora tenta refletir, minimamente, sobre o que temos definido de *viagem político-diplomática* ou *viagem real*.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 43-44. Para compor seus apontamentos sobre o afastamento de D. Pedro, a autora reivindica que a *Carta de Bruges* expressa o dito descontentamento com a situação do reino. O argumento do ‘descontentamento’ de D. Pedro com o reino também aparece no artigo de João Marinho dos Santos: “A propósito, esclareça-se que este afastamento do Infante [a ausência do Reino entre 1425-1428] é forçado, ou seja, é-lhe ditado por motivos éticos, já que não quer continuar a ser ‘ajudador’ de uma política e de uma administração de que discordava, (...)” (SANTOS, João Marinhos dos. *A Expansão e a Independência Nacional – A acção do Infante D. Pedro*. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro*. Biblos. Revista da Faculdade de Letras. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.220).

⁴³⁹ GONÇAVES, Júlio. *Idem*.

⁴⁴⁰ CORREIA, Margarida Sérulo. *Idem*, p. 41-42.

⁴⁴¹ SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.22.

⁴⁴² MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva, 1996. “O Infante Duque de Coimbra e Senhor de Montemor-o-Velho não se satisfaz com isto [as doações recebidas da coroa], e quis conhecer o mundo, decidindo viajar e aceitar o senhorio que no estrangeiro lhe foi oferecido: a Marca de Treviso” (p.10).

⁴⁴³ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.23. Acerca dos trabalhos ‘clássicos’ sobre a viagem, ver: (*ibidem*, p.243-257). O mesmo objetivo aparece mencionado na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. SOUSA, D. Antonio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Coimbra: Livraria Atlântida, 1946, p.41.

⁴⁴⁴ ALBUQUERQUE, Luís de. *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses. Sécs XV e XVI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987, vol.1, p. 9.

peregrinação afirma que mesmo que fosse movido por um forte interesse piedoso, é certo que D. Pedro não chegou a visitar Jerusalém em suas viagens, e que não deixaria de fazê-lo caso desejasse⁴⁴⁵. Critica a proposta de que em Bruges D. Pedro tomou conhecimento de elevada cultura e relatos que projetaram as navegações portuguesas, e a de ser ele o mediador ou um dos mediadores do casamento de sua irmã com o duque de Borgonha⁴⁴⁶. Após refutar a importância de Treviso para a viagem e a suposta aquisição de um planisfério em Veneza que porventura auxiliou no desenvolvimento dos Descobrimentos, Luís de Albuquerque assim conclui sobre as propostas recorrentes para as motivações:

(...) todas as determinantes apontadas para a viagem de D. Pedro são fantasiosas, e algumas delas entre si contraditórias. Se D. Pedro era (e supomos que o foi, de fato) um homem determinado e superior, certamente não podia ser presa fácil de convites ocasionais, nem tão pouco atuar com procedimentos inconseqüentes de filhos segundos, e muito menos por atração e honrarias, a que, pelo menos até onde se sabe, bem pouca importância deu; o infante era um homem maduro e refletido, e é ilícito atribuir-lhe procedimentos de adolescente⁴⁴⁷.

Em meio a tantas percepções, quiçá seja Maria Helena Coelho quem melhor sintetizou essa ‘contradição’ nas motivações:

Tendo saído do reino por desavenças com o rei seu pai, como querem uns, ou com a finalidade de ganhar conhecimentos e experiências em relações internacionais, como querem outros, se não mesmo por ambas as razões, ele foi, sem margem de dúvida, durante três anos, o embaixador de Portugal em terras estrangeiras, aí firmando o prestígio desse velho reino que se abria à Europa e ao mundo⁴⁴⁸.

O trecho da historiadora portuguesa sintetiza o panorama diverso construído pelos historiadores ao longo dos séculos. Em virtude das limitações de fontes acerca do tema, como exposto no item anterior, seguir-se-á com a interrogação (por que viajar?) através de uma abordagem em duas grandes escalas: a coletiva e a individual, a geral e a específica.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p.9. Acrescenta-se que, de acordo com as escassas fontes disponíveis, quem visitou a Terra Santa foi D. Afonso, Conde de Barcelos.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p.13-14.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, p.10. As propostas de Albuquerque são interessantes, mas devem ser tomadas com cuidado, pois praticamente esvaziam a importância da viagem de D. Pedro.

⁴⁴⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I. (1357-1433)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008, p.165.

*

Viajar foi uma constante em todos os tempos, com maior ou menor facilidade, todavia, as viagens medievais não podem ser comparadas às viagens da atualidade, visto que viajar na Idade Média era antes de tudo uma experiência de “desenraizamento”, de ruptura, que gerava risco, e este risco ampliava-se com a possibilidade de marginalização constante⁴⁴⁹. Nesse quadro, mesmo com muitas dificuldades, os séculos XIV e XV foram uma época de intensa mobilidade, existindo viagens curtas, longas, definitivas e provisórias⁴⁵⁰. No entanto, é premente levar em consideração que as diferenças de estatutos sociais presentes na sociedade medieval se expressavam de forma singular na dinâmica das viagens. Assim, os viajadores ricos e nobres dispunham de boas roupas, jóias, cavalos, dinheiro, de condições de pagar por boas hospedagens, e, comumente, do acolhimento de seus pares e dos menos afortunados⁴⁵¹.

Com esta percepção como ponto de partida, é possível uma relativização da questão da “marginalização” presente no ato de viajar, visto que o viajante nobre – que é o caso de D. Pedro – usufruía de uma série de prerrogativas inerentes à sua posição social⁴⁵². O viajante nobre devia, assim, estabelecer uma viagem nobre ou uma nobre viagem, sendo possível encontrar a nobreza tanto na personagem do viajante, como nas ações do mesmo⁴⁵³. Destacar a questão da “viagem nobre” permite ainda compor um conjunto amplo em que se insere o exemplo específico das viagens diplomáticas, pois estas se enquadram no universo da nobreza e da cortesia⁴⁵⁴.

⁴⁴⁹ Bronislaw Geremek assim aborda a questão da marginalização presente nas viagens: “no próprio conceito de viagem está inserido um fator de marginalização ou, pelo menos, o risco de marginalização. O homem que abandona o seu ambiente natural expõe-se aos perigos do caminho, estabelecerá relações com desconhecidos e irá ao encontro das armadilhas da natureza” (GEREMEK, Bronislaw. O marginal. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *O Homem medieval*. Porto: Editorial Presença, 1989, p.234).

⁴⁵⁰ Para uma reflexão mais detalhada, remetemos a nosso trabalho monográfico: LIMA, Douglas Mota Xavier de. *Um ilustre viajante português do século XV: as viagens do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009, p.59-64.

⁴⁵¹ Para uma discussão acerca dos viajantes nobres, ver: LABARGE, Margareth W. *Viajeros Medievales. Los ricos y los insatisfechos*. Madrid: Nerea, 1992.

⁴⁵² Acerca da questão da posição social, ver: BOURDIEU, Pierre. Condição de Classe e Posição de Classe. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 03-27. Desse texto de Bourdieu citamos especialmente as discussões sobre a posição social, articulada com a trajetória social e o peso funcional (p.7-8, 10,12). Acrescenta-se que tais conceitos, assim como algumas referências que temos feitos, devem levar em consideração as propostas do sociólogo relativas ao *habitus*, sistema de percepção, de apreciação e de ação, isto é, um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo – na trajetória social – que permitem que o indivíduo perceba e aja em determinado universo social.

⁴⁵³ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996, p.100.

⁴⁵⁴ Para uma análise sucinta das viagens diplomáticas, ver: LABARGE, Margareth W. *Idem*, p.175-204. Acerca do “paradigma cortesão” dos embaixadores, ver: VAQUERO, Eloísa Ramírez. Estratégias diplomáticas del rey de Navarra en el tránsito al siglo XV. In: *Guerra y diplomacia en la Europa occidental. 1280-1480. XXI Semana de Estudios Medievales de Estella*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005, p.382-383. Ver ainda: PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Idem*. p. 253-293

O conjunto de viagens nobres abarca os dois extremos da ação de viajar, podendo-se encontrar deslocamentos provisórios ou definitivos. De modo singular, a viagem de D. Pedro está ligada aos componentes desses extremos. Entre os fins provisórios que inspiravam a nobreza a viajar, pode-se citar a peregrinação, a guerra, os torneios e o saber.

Acerca da importância destes impulsos, Francis Rogers recuperou o possível impacto que a viagem de D. Afonso, conde de Barcelos, pode ter causado nos infantes da Íncrita Geração. De acordo com o autor norte-americano, ao viajar pela Cristandade e alcançar a Terra Santa, o irmão natural de D. Pedro, ofereceu estímulos para que os filhos de D. João I e D. Filipa também empreendessem longas viagens. Rogers acrescentou ainda a presença dos ideais de cavalaria presentes na corte portuguesa avisina, o que agregava agulhões para a partida do reino⁴⁵⁵.

Antes de avançar sobre os demais itens levantados, cabe observar com cautela a viagem de D. Afonso. Mais obscura do que o deslocamento do Infante, a viagem do conde de Barcelos, é deveras instigante e muito próxima do objeto desta pesquisa. Este filho natural de D. João I saiu de Portugal em 1405, na comitiva que acompanhou a infanta D. Beatriz à Inglaterra – em virtude do casamento com o conde de Arundel – e após a conclusão do enlace matrimonial, partiu em direção a Terra Santa⁴⁵⁶. Passou por Flandres, o Império, a França, Veneza, Ferrara, e Castela, paragens próximas das que foram visitadas posteriormente por D. Pedro⁴⁵⁷. Em 1406, o imperador Roberto expediu-lhe um salvo-conduto, visando proteger a comitiva que rumava a Terra Santa⁴⁵⁸. De 1408 conhece-se outro salvo-conduto, agora expedido pelo papa Benedito XIII, permitindo que o português atravessasse com seu séquito as terras da Igreja obedientes à causa de Avignon⁴⁵⁹, e relatos de que passara por Veneza e Florença regressando de Jerusalém⁴⁶⁰. Por fim, nesse mesmo ano tem-se um novo salvo-

⁴⁵⁵ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.3-5.

⁴⁵⁶ Seguimos a análise de Francis Rogers, que consistentemente articula a ida de D. Afonso à Inglaterra ao prosseguimento da viagem pela Cristandade em direção a Jerusalém. Oliveira Marques data a partida do conde de Barcelos no ano de 1406, o que acreditamos não estar correto. Ver: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.6-7; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.545. Para a presença de D. Afonso na comitiva de D. Beatriz, ver: *Royal and Historical Letters during the Reign of Henry the Fourth King of England and France and Lord of Ireland*. Edited by the Rev. F.C. Hingeston, M.A. London; Longman, Green, Longman, and Roberts, 1860, Vol. II – A.D. 1405-1413, Doc. CXC, p.87 e 91. *Apud* SILVA, Manuela Santos. *Idem*, p.83, notas 24 e 27.

⁴⁵⁷ A menção da visita à França pode ser encontrada em: SOUSA, D. Antonio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Livraria Atlântida, Tomo V, 1948, p.9. A passagem por Ferrara aparece mencionada em: IORGA, N. *Notes et extraits pour servir à l'histoire des croisades au XV^e siècle*. Ed. Academie Roumaine: Bucarest, IV, 1915, p.12. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. O Infante Santo D. Fernando na Flandres e na Alemanha? In: *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*. Vol. LXXXVII, 1968, p.101, nota nº 2.

⁴⁵⁸ SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, Tomo III, 1949, doc.7, p.18.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, doc. 6, p.17-18.

⁴⁶⁰ SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.121.

conduto, emitido pelo rei de Castela, assegurando que D. Afonso atravessasse em segurança o reino em direção a Portugal⁴⁶¹.

Mesmo não sendo possível esboçar grandes interpretações acerca desta viagem, percebe-se que o deslocamento pousou em regiões de importância diplomática – entendendo essa diplomacia como instrumento que congrega ações políticas, econômicas e culturais – para Portugal, paragens que duas décadas depois seriam visitadas por outro filho de D. João I, D. Pedro. Quer dizer, a viagem de D. Afonso se insere em um contexto de construção das relações diplomáticas portuguesas, formando um circuito político-social que futuramente seria acessado por outros viajantes de Portugal.

Seguindo com os outros itens, tem-se que os elementos da guerra e dos torneios, também estiveram presentes no contexto de motivações para a viagem de D. Pedro⁴⁶². Trata-se de dois convites feitos ao Infante, o primeiro para a participação em um torneio, e o segundo para auxiliar Sigismundo nas guerras contra os turcos.

O primeiro convite mencionado ocorreu em 1414, antes ainda da tomada de Ceuta, e foi feito pelo duque de Bourbon aos infantes D. Pedro e D. Henrique. Nesse, o duque os convida para baterem-se consigo, a fim de aperfeiçoar as armas, evitar a ociosidade, e adquirir fama⁴⁶³. A resposta dos príncipes portugueses demorou a se dar, ocorrendo apenas em 23 de Outubro de 1415. Passada a conquista de Ceuta, reivindicada na resposta dos infantes como serviço de Deus, os nobres portugueses aguardavam novas mobilizações para prosseguir as conquistas na África, elementos que os impedia de viajar⁴⁶⁴.

Sobre o segundo convite, tem-se, de acordo com Domingos Maurício, que em 26 de Março de 1425, Sigismundo enviou uma solicitação de auxílio a diversos reis da Cristandade, entre eles o monarca português⁴⁶⁵. Não há informações que permitam afirmar que esta carta teve algum efeito para a decisão da partida: não se sabe a data precisa do início da viagem, nem o tempo que a correspondência demorou a chegar em Portugal, e nem mesmo se em algum momento a epístola alcançou as terras lusitanas. Somente hipóteses conjecturais são possíveis nesse caso.

No que tange a relação entre as viagens e a aquisição de conhecimento, Jean Verdon afirma que “ao fim da Idade Média, as viagens constituíam ainda para os jovens aristocratas

⁴⁶¹ SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Idem*, doc.8, p.19-22. Nota-se que o séquito de D. Afonso é dimensionado em 150 “cavaladuras”.

⁴⁶² Um tema que perpassa tal discussão é o da cavalaria, no entanto, essa questão será discutida mais a frente.

⁴⁶³ *Monumenta Henricina*, vol. II, doc.35, 16 de Setembro de 1414, p.93-94.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, doc.109, p.229-230.

⁴⁶⁵ SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.22. Sigismundo visava apoios na guerra contra Veneza.

uma espécie de aprendizagem, o meio de conhecer o mundo e de ser conhecido⁴⁶⁶. Nessa reflexão, o estudioso francês alcança um elemento sutil da ação social no qual está inserida a viagem: estar presente em lugares diferentes era também se fazer conhecer em lugares diferentes. Mais do que isso, a viagem de D. Pedro o fez conhecido, visto que suas paragens foram envoltas em atos solenes⁴⁶⁷. Ainda nessa questão do saber, como se observou nas páginas anteriores, o deslocamento tem ligações com a produção de textos pelo Infante e, assim, é possível afirmar que a viagem ocupou um espaço significativo na trajetória social e intelectual de D. Pedro.

Quanto às viagens definitivas que perpassam a nobreza, pode-se citar: o exílio, forçado ou voluntário; a partida para assumir um benefício recebido ou reivindicar um direito; e a busca de ascensão fora do reino. Os três elementos, mesmo não sendo definitivos – todos podem ser revistos de acordo com as circunstâncias do contexto –, estão ligados ao deslocamento de D. Pedro e são constantes no recorte desta pesquisa⁴⁶⁸.

Existe apenas uma citação de que o duque de Coimbra fez uma viagem de exílio forçado. Trata-se de uma menção de Andreas Ratisbonensis, na obra *Sämtliche Werke*, na qual informa que D. Pedro foi condenado por D. João I a deambular pela Cristandade após ter matado um cavaleiro⁴⁶⁹. O segundo aspecto já suscita maior atenção e gera algumas ampliações. O príncipe português recebeu as doações de Sigismundo – o marquesado de Treviso e a renda anual de 20.000 ducados – em Janeiro e Fevereiro de 1418, mas não expressou nenhuma ação efetiva no sentido de assumir as ofertas do Imperador. Domingos Maurício credita a inércia do Infante aos problemas enfrentados em Ceuta⁴⁷⁰. Contudo, observa-se nesse período a abertura de um ‘tempo de dificuldades’ que ultrapassa a questão

⁴⁶⁶ VERDON, Jean. *Voyager au Moyen Âge*. Paris: Éditions Perrin, 2007, p.181. (tradução livre)

⁴⁶⁷ Faço menção à atuação do Infante na contenda existente na sociedade política inglesa, da peleja ao lado do Imperador, da estadia em Veneza, entre outros elementos, a serem discutidos nesse capítulo, que deixaram vestígios em diferentes fundos documentais. Todavia, acrescenta-se que a conquista de Ceuta já tinha contribuído para que D. Pedro fosse conhecido na Cristandade, sendo comum creditar à exposição do feito no Concílio de Constança, a motivação de Sigismundo em oferecer Treviso ao Infante. Ao mencionar a “solenidade” que perpassou a viagem é possível estabelecer mais uma aproximação com as viagens diplomáticas, visto que ambas, inseridas no universo da cortesia, eram preenchidas de festas, recepções na Corte local e principesca e nos espaços administrativos e comerciais, torneios, banquetes, etc.

⁴⁶⁸ Exílios da nobreza foram estudados por Baquero Moreno no contexto da Revolução de Avis e da crise regencial, ver, respectivamente: MORENO, Humberto Carlos Baquero. *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1990; *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979. Também é possível inserir nesse quadro a trajetória política do Condestável D. Pedro, filho do Infante, estudado por Adão da Fonseca (*O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982).

⁴⁶⁹ Andreas Ratisbonensis. *Sämtliche Werke*. Ed. Georg Leidinger. Munich, 1903, p.332-333. *Apud*: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.40, nota nº 13, p.322. A análise desse documento será realizada nas páginas a seguir, durante a reflexão sobre a passagem pelo Império.

⁴⁷⁰ SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.23.

específica de Ceuta, o qual além de impossibilitar novas ações militares portuguesas no norte da África, trouxe novamente o espectro da tensão militar luso-castelhana⁴⁷¹.

Em 1419, na tentativa de socorrer Ceuta dos ataques berberes, os infantes avisinos mobilizaram suas armas para a cidade, o que levou três meses para alcançar sucesso⁴⁷². Tão grave quanto à fragilidade da conquista portuguesa era a situação da política ibérica no período. Abria-se em Castela um contexto de guerra civil, a qual opunha a facção do condestável D. Álvaro de Luna à dos Infantes de Aragão, e especialmente este grupo representava a possibilidade da retomada das hostilidades contra Portugal. Além disso, no ano de 1420 expirava a paz assinada em Ayllón (1411), e as tentativas portuguesas de prolongar as tréguas ou promover a paz permanente mostraram-se fracassadas⁴⁷³. No entanto, nos anos seguintes a posição portuguesa se reforçou gradativamente, pois ao passo que os contatos para casamento de D. Duarte com D. Leonor de Aragão iam se desenvolvendo – o início das negociações data de 1422 –, D. João I consegue a assinatura de novas tréguas com Castela (Set. 1423)⁴⁷⁴.

A partir desse quadro, observa-se que em meados dos anos vinte, o Estado português encontrava-se aliviado das pressões ibéricas e africanas que o afligiam em finais da década anterior. Esse fato permite uma dupla interpretação relativa às motivações. A primeira é que se aproveitando do contexto propício, o Infante decidiu empreender a viagem que, abarcando interesses político-diplomáticos traçados pela Coroa avisina, respondia às ofertas e aos pedidos do Imperador. Destoando dessa percepção, pode-se interpretar que o contexto ‘estável’ diminuiu as possibilidades de ascensão e de ampliação dos bens da nobreza, o que impulsionou que alguns nobres buscassem novos recursos fora de Portugal⁴⁷⁵. Por mais que a primeira explicação me pareça mais satisfatória, convém tratar com cautela a questão da ascensão social fora do reino. Para discutir esse item, recorre-se a uma dupla estratégia: uma

⁴⁷¹ Para esta contextualização, ver: THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p.68-82. Acerca das possibilidades da retomada da ação portuguesa no norte da África, Thomaz baseia-se em dois documentos publicados na *Monumenta Henricina* (Vol. II, doc.143, doc.145).

⁴⁷² THOMAZ, Luís Filipe. *Idem*, p.69-70. D. Henrique, D. João (infante), e D. Afonso embarcaram para Ceuta, ao passo que D. Duarte e D. Pedro permaneceram com suas tropas em Portugal aguardando a necessidade de reforços.

⁴⁷³ Cf. capítulo 2, especialmente o tópico “A geopolítica ibérica”.

⁴⁷⁴ Cf. capítulo 2, especialmente o tópico “À volta do casamento dos Ínclitos Infantes”. Para as tréguas de 1423, ver: *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc.37, p.58-69.

⁴⁷⁵ Thomaz defende que após a trégua de 1423, iniciou-se uma pressão interna sobre D. João I no intuito da retomada das ações bélicas no norte da África, no entanto, frente ao desinteresse joanino, mesmo os infantes avisinos começaram a mostrar insatisfação. Por exemplo, D. Duarte enviou súplicas ao papa (1425), e D. Henrique organizou uma armada para apoderar-se da Grã-Canária (1424-25). Ver: THOMAZ, Luís Filipe. *Idem*, p.75-76. A questão da insatisfação de parte da nobreza com as possibilidades de crescimento aparece ainda, de forma latente, no processo da campanha de Tânger, com a pressão de D. Henrique, D. Fernando e de outros nobres lusitanos. Já em 1426, na *Carta de Bruges*, D. Pedro assinalava o grande fluxo de cavaleiros e escudeiros que buscavam ascensão no serviço dos infantes avisinos e da Coroa.

rápida comparação entre o Infante e os irmãos em circunstâncias que a partida de Portugal também se colocou para os demais príncipes de Avis; e uma observação de D. Pedro como um membro da nobreza, e como um nobre específico, duque de Coimbra, filho do rei D. João I.

As comparações a seguir envolvem o tema da vida cavaleiresca e tangenciam o problema da ascensão social no grupo. Recupera-se, desta forma, uma classificação de D. Pedro enquanto viajante que consideramos inoportuna, isto é, que o Infante seria um cavaleiro andante, ‘típico’ filho secundogênito, e, por conseguinte, a viagem seria uma forma de exercício cavaleiresco visando ascensão⁴⁷⁶.

Segundo Georges Duby, a estrutura linhagística da nobreza privilegiava o primogênito e colocava os demais filhos frente à necessidade da aventura, da errância⁴⁷⁷. O exemplo de Guilherme Marechal analisado pelo autor é marcante, visto que este personagem era o quarto filho na sucessão, um filho de má sorte, o qual teve que sair da casa paterna entre os oito ou dez anos, buscando nos torneios, nos favores do rei e no casamento as possibilidades de ascensão social⁴⁷⁸. Tais conquistas eram os ápices da vida cavaleiresca, e Franco Cardini, destaca que “a aventura cavaleiresca – se não tivermos em conta as perspectivas matrimoniais – era, essencialmente, a procura de novas fontes de riqueza”⁴⁷⁹.

Oliveira Marques cita que no século XV português, “muitos nobres, abandonaram Portugal em busca de fama e de proveito, fixando-se além-fronteiras, um pouco por toda a Europa”⁴⁸⁰. É certo que o ideal de cruzada não estava perdido no Portugal do século XV, e que o início da expansão portuguesa para a África oferecia novas possibilidades de ascensão social e de uma vida cavaleiresca. Aliás, os próprios monarcas avisinos escreveram obras ressaltando o tema, D. João I com o *Livro da Montaria*, e D. Duarte com o *Livro da Ensinança de bem Cavalgar Toda a Sela*.

Quiçá o principal expoente da manutenção dos valores cavaleirescos na nobreza portuguesa quatrocentista foi o infante D. Henrique. É interessante notar que este infante,

⁴⁷⁶ Ver, por exemplo: CORREIA, Margarida Sérvulo. *Idem*, p. 44. “Tratava-se, assim, da partida talvez definitiva de um filho segundo insatisfeito, de um cavaleiro ilustre que evadia da aparência caótica do mundo conhecido e formulava o voto de percorrer, sob o signo da imprevisibilidade, os lugares de poder do outro, trabalhando pelo seu *bom estado* e acrescentando o *grande e bom nome* que consigo levava junto daqueles que houvesse de servir”.

⁴⁷⁷ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. Lisboa: Teorema, 1989, p. 125-126.

⁴⁷⁸ *Idem*. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro, Graal, 1995.

⁴⁷⁹ CARDINI, Franco. “O Guerreiro e o Cavaleiro”. In: LE GOFF, Jacques. (Dir.). *O homem medieval*. *Idem*, p. 68.

⁴⁸⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p. 44. Acerca da questão dos cavaleiros andantes em Portugal, ver: MATTOSO, José. Cavaleiros andantes: cavaleiros portugueses no ocidente europeu. In: *Actas - Colóquio Presença de Portugal no Mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982, p.35-52.

desde 1416 encarregado pelo abastecimento e defesa de Ceuta, teve como posição constante o empenho na política bélica contra o norte da África. Contudo, ao longo da década de 20, exatamente no período de preparação para a partida de D. Pedro, ele aparece “impaciente” e organizando expedições particulares às Canárias⁴⁸¹, e, por volta de 1433, surge se oferecendo ao rei de Castela para auxiliar na conquista de Granada⁴⁸². Nesse último período aparece ainda a informação de que D. Isabel, duquesa da Borgonha, convidou o infante para auxiliar Filipe o Bom numa possível investida para apoderar-se de Jerusalém⁴⁸³. Mesmo com a subida de D. Duarte ao trono, a inquietação henriquina não cessou e, analisando as súplicas de D. Henrique ao papa Eugênio IV, Luís Filipe Thomaz observou que o mesmo pressionava o irmão para uma nova campanha militar⁴⁸⁴.

A segunda comparação é ainda mais importante, e dá-se com o infante D. Fernando. Vejam-se as palavras de Veiga Simões sobre o assunto:

Por esse tempo [após a conquista de Ceuta] partia do reino o Infante D. Pedro, com trezentos dos seus cavaleiros, em demanda de terras e rendas (...). Quando os infantes mais bem dotados numas e noutras eram estrangidos ao abandono do reino, como D. Pedro, aqueles que na grande partilha ficaram menos providos não tardariam a buscar seguir-lhe o exemplo, como D. Fernando, que alegava, quase agastado com a sua miséria de grande senhor⁴⁸⁵.

Último filho do casamento entre D. João I e D. Filipa, D. Fernando tinha apenas 13 anos quando as tropas portuguesas avançaram e conquistaram Ceuta, também não atuando na missão de socorro da cidade africana (em 1419) – nesta campanha o infante D. João, que também não participou em Ceuta, esteve presente –, sendo assim o único dos infantes sem ter uma experiência cavaleiresca. Com vinte e sete anos fez uma grande viagem, compondo o séquito que levou a infanta D. Isabel para o casamento com Filipe o Bom (1429)⁴⁸⁶. O retorno

⁴⁸¹ Essa movimentação henriquina deu-se entre 1424 e 1425, ver: ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p.90-91.

⁴⁸² Essa posição de D. Henrique pode ser retirada dos conselhos do Conde de Arraiolos oferecidos a D. Duarte em 1433, ver: DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. *Idem*, doc.8, p.56.

⁴⁸³ ÁLVARES, Frei João. *Idem*, Capítulo IX, p.44-45.

⁴⁸⁴ THOMAZ, Luís Filipe. *Idem*, p.93. As súplicas de D. Henrique encontram-se publicadas na *Monumenta Henricina*, Vol. IV, doc.133-134, p.345-349. Acrescenta-se que na época o duque de Viseu já completara 40 anos, não sendo, desta forma, um jovem cavaleiro.

⁴⁸⁵ SIMÕES, Veiga. O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua ação. In: *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa, Vol. I, 1937, p.348.

⁴⁸⁶ Cf. Voyage de Jehan Van-Eyck. Publicada em: MARQUES, A. H. de Oliveira. O Portugal do tempo do Infante D. Pedro visto por estrangeiros (A embaixada Borguinã de 1428-1429). In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.73. Acerca da viagem do infante D. Fernando, ver ainda: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. O Infante Santo D. Fernando na Flandres e na Alemanha? *Idem*.

deste périplo parece ter animado o infante para novas realizações, pois entre finais de 1434 e inícios de 1436⁴⁸⁷, o mesmo é descrito descontente e direcionando pedidos ao irmão e rei D. Duarte:

Senhor, claros são a todos os muytos trabalhos e grandes cuidados que, pello amor que nos tendes, tomaaes por nos manteer na honrra e estado em que nacêmos e merecemos: e mais por ventura do que vossos Regnos e fazenda ho sofrem; e que isto satisfaça aos Ifantes meus irmaaõs, pela honrra que por suas maaõs dinamente ganhárom, eu non som satisfecto; porque, posto que arrezoadamente seja abastado de mantimento, sey que som esfaymado da honrra e de meus proprios merecimentos pera aver. E como quer, Senhor, que vosso Regno foy assas grande, para berço, em que nos criássemos de pequenos, agora he muy pequeno para nos criar em grandes, como a nos compre; e por isto e porque, por graça de Deos, vos crecem cada dia filhos, a que he necessario que provejaes: e tendes vossos Regnos em asosego, e com os Reys vezinhos e alongados segura paz: e eu som mancebo que ainda nom fiz per mym cousa, perque ouse chamar-me eu filho de tal Padre ou irmaaõ de taes irmaaõs: eu, Senhor, vos peço por mercê, que queiraaes me dar vossa bençam e licença, para me hir fóra destes Regnos, onde Deus e minha ventura me guiarem. E prezando a elle, meu proposito he ir ao Sancto Padre, ou para o Emperador, ou pera França, onde, peela mais largueza das terras, teerei eu meu acrecentamento, ainda que seja com meu trabalho, maior esperança⁴⁸⁸.

Trecho rico em informações deixa nítida a insatisfação do príncipe português. Tal descontentamento se dava porque o infante era o mais moço, não possuía muitas terras, e tinha no mestrado da Ordem Militar de Avis, seu principal rendimento⁴⁸⁹. Por volta dos trinta e três anos não participara de nenhum feito de armas, o contexto de paz não projetava nenhuma nova ação militar, e não tinha expectativas de “*acrecentamento*” dentro do reino, situação que se agravava com os nascimentos dos herdeiros do rei e irmão D. Duarte. Nota-se ainda no trecho, que o cronista imputou a D. Fernando, o peso da ‘honra’ cavaleiresca representada pelas ações em Ceuta (1415 e 1419), das quais participaram os demais infantes e por tais feitos adquiriram honra.

No capítulo seguinte da *Chronica d’El Rey D.Duarte*, após tentar dissuadir D. Fernando, o rei aparece recorrendo à D. Henrique para esta ‘missão’. Contudo, aflora que o duque de Viseu mostra-se a favor do irmão mais moço, colocando-se a defender uma nova campanha africana:

⁴⁸⁷ A datação é proposta por Dias Dinis (DIAS DINIS, Antonio Joaquim. *Monumenta Henricina*. Vol.V, p.76).

⁴⁸⁸ PINA, Rui de. *Chronica d’El Rey D.Duarte*. Edição Biblioteca Lusitana. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, Capítulo X, p.109-110.

⁴⁸⁹ Destaca-se que a bula de concessão da Ordem de Avis a D. Fernando data de Setembro de 1434.

Pollo qual, Senhor, vós teendes tempo muy desposto pera servir a Deos e salvardes seguramente a alma, e acrescentardes muyto em vosso nome e Estado: nós somos ho Ifante Dom Fernando e eu em vosso Regno, sem impedimento de molheres e filhos, daee-nos licença para passarmos em Africa, honde com nossos criados e servidores, e com os Cavaleiros das Ordens de Christo e Aviz que teemos, guerreando ós Infieés, serviremos a Deos e a vós a quem, como principal movedor, pertencerá todo este louvor e merecimento. E com isto sey que ho Ifante Dom Fernando assessegará em sua mudança e sem vosso trabalho e fadiga: e a gente de vossos Regnos, pera quando vos cumprir, terees exercitada, como deve e vós devees querer⁴⁹⁰.

Tais observações permitem, desde já, admitir a existência de ‘descontentamentos’ variados na sociedade política portuguesa – não apenas exclusivos de D. Pedro –, e com motivações particulares no caso dos infantes avisinos. Feitos cavaleirescos perpassam os três casos suscitados (D. Pedro, D. Henrique, e D. Fernando), mas apenas no último caracteriza-se como uma busca de ascensão. Os ‘jovens’ D. Fernando e D. Pedro contrastam em posição social de forma nítida no momento de suas ‘partidas’ do reino. O Infante quando saiu de Portugal tinha aproximadamente 33 anos, e mesmo que possa ser chamado de ‘jovem’ por não ter casado, D. Pedro tinha uma posição social privilegiada, e, o mais importante, em crescimento, a qual não cessou ao retornar⁴⁹¹; já o irmão tinha posses ‘modestas’, destacando-se, apenas, o mestrado de Avis.

Acrescenta-se que por mais que ‘descontentamentos’ como estes estivessem presentes na família real avisina, a mesma caracterizou-se, principalmente, por ser um mecanismo de afirmação monárquica. A realeza portuguesa de Avis consolidou-se como centro de poder destacando-se pelo distanciamento social do restante da nobreza, e este movimento foi articulado com toda a família real sendo utilizada como recurso.

Ao refletir sobre as mudanças na nobreza entre os séculos XIV e XV, José Mattoso ratificou para o caso português o divisionismo interno do grupo e a ampliação das desigualdades hierárquicas nele existentes⁴⁹². Em perspectiva similar, Baquero Moreno assinalou que na sociedade quatrocentista portuguesa constituíram-se grandes casas senhoriais, mas que este processo foi acompanhado de uma série de “medidas de cunho

⁴⁹⁰ PINA, Rui de. *Idem*, Capítulo XI, p.114.

⁴⁹¹ Ver Anexo “*Doações e privilégios recebidos por D. Pedro (1408-1425)*”.

⁴⁹² MATTOSO, José. *História de Portugal - A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1994, p.396. Analisando a mesma temática no contexto da Cristandade, Bernard Guenéé afirma que no período existe uma concentração de meios econômicos e políticos em um grupo privilegiado da nobreza. GUENÉÉ, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p.221-224.

restritivo” por parte da Coroa, o que tanto favorecia o poder monárquico quanto ampliava as distinções na nobreza⁴⁹³.

Abordando a mesma temática, Oliveira Marques argumenta que o principal setor da ‘grande nobreza’ correspondia aos ricos-homens, os quais detinham as principais funções administrativas e militares, além de possuírem as mais extensas e rendosas propriedades fundiárias⁴⁹⁴. Dentro deste grupo, chegando até a ultrapassar o estatuto do mesmo, Marques insere os membros da família real – legítimos e bastardos –, e defende que estes foram os grandes nobres de Portugal entre 1405 e 1435⁴⁹⁵. Ainda de acordo com o autor, ao longo do século XV as principais titulações hierárquicas existentes na nobreza eram: barão, visconde, conde, marquês e duque⁴⁹⁶.

A partir desta definição tem-se que mesmo entre os infantes de Avis existia uma verticalização, pois somente D. Pedro e D. Henrique carregavam os títulos de duque. Assim, nota-se – ainda que somente através de considerações gerais – que ao tratar do infante D. Pedro, duque de Coimbra, principalmente no período anterior a 1425, trabalha-se com um dos principais nobres de Portugal, o qual ocupava uma posição hierárquica destacada.

Saindo desta escala geral e analisando o caso específico da formação patrimonial do Infante, esta constatação fica ainda mais nítida. Sobre este assunto Maria Helena da Cruz Coelho e Humberto Baquero Moreno já dedicaram importantes páginas, as quais são capazes de evidenciar as doações recebidas a partir de Abril de 1408⁴⁹⁷. Maria Helena Coelho insere a criação do ducado de Coimbra e Viseu (D. Henrique) na política régia de “contrabalançar o poder da nobreza” através da “formação de dois grandes senhorios nas mãos de membros da família real”⁴⁹⁸.

⁴⁹³ MORENO, Humberto Carlos Baquero. Estado, Nobreza e Senhorios. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (COORD). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medieval* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999, p.262-265.

⁴⁹⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p. 243.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p.243-244.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, p.245. Apresentadas em escala crescente pelo mesmo autor.

⁴⁹⁷ Trata-se de dois artigos de destacada qualidade e que apresentam um levantamento minucioso do patrimônio do Infante: COELHO, Maria Helena da Cruz. O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.15-57. MORENO, Humberto Carlos Baquero. O Infante D. Pedro e o ducado de Coimbra. In: *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos*. Porto: Universidade Portucalense, 1997, p.25-54.

⁴⁹⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. *Idem*, p.19.

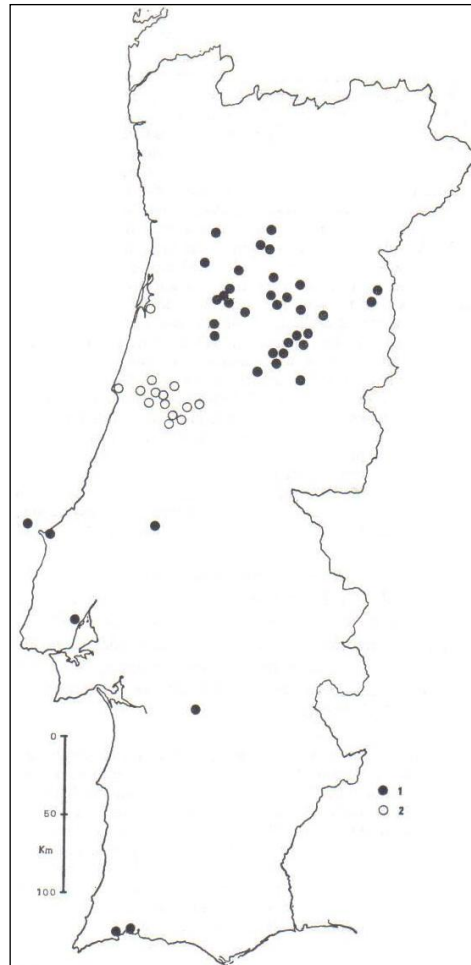


Figura 6. Senhorios do duque de Viseu, D. Henrique (1), e do duque de Coimbra, D. Pedro (2).⁴⁹⁹

Assim Maria Helena resume o senhorio do Infante:

Como terratenente, D. Pedro possui lugares, terras, reguengos, ilhas, lezírias, casais, casas e celeiros. Como senhor detém os castelos de Coimbra, Lousa, Penela, Montemor e Buarcos, que lhe dão o poder militar na região de Coimbra. Como senhor possui os concelhos de Aveiro, Coimbra, Lousa, Penela, Vila Nova de Anços e Buarcos, aí superintendendo no judicial e cobrando os direitos régios. Na alçada de sua jurisdição crime e cível cabem também Tentúgal, Pereira, Anobra, Cernache e Codeixa, lugares desmembrados do concelho de Coimbra e tornados julgados em si, além da Mira. São ainda seus coutos Avelãs de Cima e Ferreiros. Finalmente, como senhor, até no religioso, possui os direitos de padroado das igrejas de Ílhavo, Avelãs de Cima, São Tomé de Mira e São Salvador de Miranda⁵⁰⁰.

O trecho da historiadora portuguesa deixa nítido que D. Pedro representava um dos principais expoentes da nobreza quatrocentista, sendo a casa de Coimbra uma das grandes

⁴⁹⁹ Reproduzido de MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.87.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p.22.

casas senhoriais do reino. Todavia, ainda é possível inserir outro elemento significativo acerca da posição social do Infante: a atuação do mesmo como ‘conselheiro’.

Ao tratar das práticas de aconselhamento do período, aproxima-se do tema do Conselho Régio. Tem-se que durante o reinado de D. Afonso III se delineou a constituição do conselho régio, o qual viria a ter contornos mais precisos a partir do século XIV, com D. Afonso IV e D. Fernando⁵⁰¹. Instituição que se afirmou no auxílio ao rei, principalmente no que tange a diplomacia, teve seus membros atuando nas embaixadas, na formulação de tratados, e na consulta sobre investidas militares. O Conselho formou-se a partir das Cortes ou Cúrias régias da Idade Média, e das obrigações feudais de *concilium* e *auxilium*, no entanto, mesmo no século XV, não possuía atividade cotidiana, e nem os conselheiros tinham um ofício por participarem de tal espaço consultivo. As ações deste espaço e de seus agentes expressavam-se, assim, em momentos singulares, nos quais o rei decidia ouvir seu Conselho⁵⁰².

Mesmo sendo possível identificar aqueles indivíduos que atuaram como conselheiros nota-se que no período desta análise o Conselho ainda apresenta-se fluido, sendo a prática do aconselhamento político ‘aberta’ a presença dos familiares do rei e de grandes nobres presentes na corte régia⁵⁰³. Este será o caso da audição dos infantes no contexto da campanha de Ceuta, dos conselhos solicitados por D. Duarte na década de 30 – compilados no *Livro da Cartuxa* –, ou da escuta de D. Pedro das sugestões do infante D. João no momento inicial da regência (1438-39), etc⁵⁰⁴. Especificamente no que tange o Infante, é possível encontrá-lo aconselhando o pai e, principalmente, o irmão D. Duarte inúmeras vezes. Argumenta Ricardo Shibata que “D. Pedro sempre teve presença garantida no conselho régio por sua enorme capacidade política”, sendo a *Carta de Bruges* um escrito fundado no “*consilium et auxilium*” que perpassava as relações nobiliárquicas⁵⁰⁵. Existem ainda conselhos do Infante no momento

⁵⁰¹ SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (coord.). *A Monarquia Feudal*. História de Portugal, Vol. II, direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1993, p.515. Ver ainda: HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos “privados” de D. João I. In: *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IV, Porto, 9-68.

⁵⁰² HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *Idem*, p.21.

⁵⁰³ BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal. Séculos XII-XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo I, 1885, p.606-611.

⁵⁰⁴ No *Livro da Cartuxa* encontram-se publicados uma série de conselhos que demonstram que não apenas os “conselheiros régios” ofereciam seus pareceres aos reis quando solicitados.

⁵⁰⁵ SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. A Carta de Bruges e a tradição do conselho aos reis. In: *Sínteses – Revista dos Cursos de Pós-graduação*. São Paulo: UNICAMP, vol.11, 2006, p.491-492. Maria Helena Coelho também argumenta nesse sentido: “No governo D. João I e D. Duarte geriam os destinos do reino. se algo cabia, na política, a D. Pedro, era o conselho” (COELHO, Maria Helena da Cruz O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. *Idem*, p.18).

em que D. Duarte assumiu como rei⁵⁰⁶, após o desastre de Tânger⁵⁰⁷, além de outros que ficam inferidos em documentos diversos⁵⁰⁸.

Através destas considerações acredita-se ser possível refutar algumas das hipóteses que inserem D. Pedro na posição de filho secundogênito, preterido pelo pai e pela escala de sucessão, e que colocam sua partida de Portugal na busca de ascensão social fora do reino. Contudo, permanecem feixes de problemas sobre o assunto.

O fato do Infante ser identificado como possuidor de um dos maiores senhorios de inícios do século XV fez com que diferentes historiadores o classificassem como “senhor feudal”⁵⁰⁹ – e por essa característica representando um empecilho para o poder régio –, e outros vissem nessa posição, contemporânea do processo de formação de uma ‘nobreza de Corte’, um elemento gerador de conflitos internos⁵¹⁰. Nessa perspectiva, amplia-se a discussão e a inserção da “mágoa” de D. Pedro, já suscitada por Veríssimo Serrão⁵¹¹. Paulo Accorsi, por exemplo, encarou o duque de Coimbra como representante de uma das facções da nobreza – oposta ao grupo liderado pelo infante D. Henrique⁵¹² – e que atuava no espaço

⁵⁰⁶ DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. *Idem*, doc. 5, p.40-42, doc.11, p.74-78.

⁵⁰⁷ PINA, Rui de. *Chronica d’El Rey D. Duarte*. *Idem*, Capítulo XIX, p.140-145. Ver ainda: DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte*. *Idem*, doc.14, p.87-89.

⁵⁰⁸ Por exemplo, nas primeiras palavras da *Carta*, D. Pedro informa a origem da fonte, ou seja, um pedido enviado por D. Duarte, indicando também que a prática de oferecer conselhos ao irmão era anterior a redação desta epístola. DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte*. *Idem*, doc.4, p.27.

⁵⁰⁹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. Idade Média (séculos XI-XV). In: RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 4ªed., 2009, p.154, 157.

⁵¹⁰ ACCORSI JR., Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A prosa civilizadora da corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1997, p. 67-68. “O período aberto por D. João I foi marcado por uma grande concentração dos poderes senhoriais. Com D. Duarte, acumularam-se principalmente nas mãos dos chamados infantes da ‘Ínclita Geração’. A competição, antes entre estirpes, voltar-se-ia para o interior da própria Casa Real. (...) A luta entre a nobreza converteu-se numa questão entre ‘grandes’, ou seja, os infantes da Casa Real e os condes de Barcelos, Arraiolos e Ourém.”

⁵¹¹ A idéia de um conflito entre D. João I e D. Pedro não é exclusiva de Serrão, antes aparece suscitada por diferentes historiadores: “Por todos, D. Pedro teria sido o mais rebelde, porque talvez o mais voluntarioso e temido em possível insubmissão. Teve, sem dúvida, desinteligências com seu pai e não era o favorito do herdeiro, ainda que muito o aconselhasse.” (COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I. (1357-1433)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008, p.163,165); “Ora D. Pedro havia abandonado Portugal três anos antes, no verão de 1425, em situação de quase ruptura com o pai” (DUARTE, Luis Miguel. *D. Duarte. (1391-1438)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2007, p.154); “De observar que o estreitamento da aliança com Aragão viria ao de cima com a realização em Coimbra, no mês de Setembro de 1428, das cerimônias nupciais entre o príncipe herdeiro D. Duarte e D. Leonor de Aragão, embora D. João I estivesse ausente, alegando doença, havendo, contudo, motivos para suspeitar que não o fizesse por razões de incompatibilidade com seu filho, o infante D. Pedro, que o levaram a não voltar a Coimbra até o termo da sua vida em 14 de Agosto de 1433” (MORENO, Humberto Carlos Baquero. *Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico no século XV*. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História, Porto, s/d, p.195).

⁵¹² Acerca da citada oposição entre D. Pedro e D. Henrique, já desenvolvemos algumas reflexões (LIMA, Douglas Mota Xavier de. *Idem*, p.28-33), além de recentemente apresentarmos uma comunicação que tratou do assunto (*O desastre de Tânger e a Batalha de Alfarrobeira: rearticulações políticas e familiares na primeira metade do século XV*) no Colóquio de Pesquisadores e Pós-graduandos em História medieval realizado na Universidade Federal Fluminense (2011). Outra abordagem que acreditamos ser fundamental sobre o tema pode

da Corte. Partindo desta percepção, lançou como hipótese que o rei D. Duarte, ao escrever o *Leal Conselheiro*, visou “civilizar” o Infante, ou seja, em meio ao processo de disputa entre a realeza e a nobreza, o rei desenvolveu uma “prosa civilizadora” que tinha em D. Pedro sua destinação imediata⁵¹³.

A hipótese original pauta-se na análise, principalmente, do reinado do *Eloqüente*, mas não deixa de lançar perspectivas acerca da viagem. Afirmando que o Infante saiu do reino descontente e em desavença com o rei e os irmãos⁵¹⁴ – com exceção do infante D. João –, fundamenta sua proposta sobre D. Pedro, basicamente em dois documentos inseridos no *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte* também conhecido como *Livro da Cartuxa*. Trata-se do *Conselho do ifante pera seu Jrmão o Jfante dom pedro quando se partio pera Vngria*⁵¹⁵, e da *Crença d el rey que Per o Jfante dom Fernando enujou a seu Jrmão o Jfante dom Pedro*⁵¹⁶.

O primeiro documento, datado em finais de 1425, se inicia com D. Duarte persuadindo o irmão para que tivesse temperança nas “affeições” e “uontades”, procedimento que evitaria o pecado⁵¹⁷. Na seqüência o tema da tristeza ocupa uma parte significativa do conselho, sendo seguido por uma dura exortação:

e tambem uos deueys gardar de presumyr que muyto mereceis e non aveis o que he razão, mas deueis fazer todo bem que poderdes conheçendo que mais não podeis do que *deus* quiser ordenar, e esto medes das vontades que nada he do uoso poder *nem* querer *pera* fazer o que quiserdes se el non manda que venha a *perfeição*, e de mereçymentos conheçey // *que* nada mereceis e que mais uos dão do que dar deujão segundo uosas obras auendo sobre ysto hu tal geyto *que* se uosa *uontade* se desatentar em grande lediçe ou se leuantar em soberba presunção ou *vam* gloria apresentay ante uos os desfaleçimentos que de uos conheçeis de cada hu daqueles tres poderes de *que* mais quer presumyr ou se gloriar, e tanto açhares que *non* trestonbando *per* força se torna *em* tristeza, tornares *direito* a uoso aseseço de coração bom ledo e espaçoso, e se uos uem a meude taes nembranças que muyto uos querem derribar, em abaixamentos e menospreços de uos quem de mesura, logo uos alcay dando graças a *deus* trazendo a memorja todos aqueles bens que d el reçebestes⁵¹⁸.

ser encontrada em artigos de Baquero Moreno: *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*. In: Arquivos do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1969; Os Infantes D. Pedro e D. Henrique na política portuguesa. In: FRÓES, Vânia Leite (org). *Viagens e viajantes – Almocreves, Bandeirantes, Tropeiros e Navegantes*. Niterói: Scriptorium, Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos/UFF, IHGB, UNIOESTE, ANPUH, 1998, p. 247-257.

⁵¹³ ACCORSI JR., Paulo. *Idem*, p.175-183.

⁵¹⁴ *Ibidem*, p.85, 168, 177.

⁵¹⁵ DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. *Idem*, doc.3, p.21-26.

⁵¹⁶ *Ibidem*, doc.7, p.50-55.

⁵¹⁷ “Temperae as affeições asy que por elas não queirãe *nem* façais contra Razão e *direito*, *nem* ponhais *tam* riJo as uontades nas cousas que uos por *alguem* parece”, DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. *Idem*, doc.3, p.21.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p.24-25.

Esse trecho, mais do que qualquer outro do conselho, oferece fundamentos que demarcam um descontentamento de D. Pedro com sua situação no reino, principalmente com os bens possuídos, e, assim, a partida de Portugal aparece como uma possibilidade de ascensão⁵¹⁹. O documento, em sua globalidade, demonstra ainda o apreço de D. Duarte com o irmão, além de informar que ao sair de sua terra, o Infante tinha a Hungria como destino certo de viagem. No entanto, antes de maiores considerações veja-se a outra fonte.

Trata-se de uma carta de crença escrita por D. Duarte em 01 de Maio de 1429. Este documento é mais veemente do que o anterior no que tange o possível descontentamento de D. Pedro. Diz o herdeiro ao irmão:

se el pensa que el rey meu *senhor* alguma cousa faz contra ele por myngoia de boa uontade e com *razom* deue ele ser Ja *tam* certo e *tam* seguro como o sempre foy da mjnha em que lhe *nunca* vy por duujda *nem deus queira* que a em algu tempo ponha, E Porende que ele pense esto serem tentações do Jminguo porque o vyo por a graça de *deus comprido* de tantas uirtudes / o tenta desta tristeza e lhe faz sentyr e tomar estas cousas pelo *contrayro* do que deue qa se el tomara *conselho* de noso *senhor* onde diz aprende de *mym que manso som* // e humildoso de Coração, e achares folgança *pera* uosas almas, nunca sentytra estas cousas *tam destemperadamente* / antes seria sempre contente de todo quanto ele rey meu *senhor* em seus feitos quisesse ordenar posto que seJa contra seu prazer e contra seu Juízo consyrando que he seu *senhor* e padre⁵²⁰.

A seqüência da carta é interessante, pois se alonga ao expor os problemas enfrentados por D. Duarte, os quais são utilizados como forma de alentar o irmão que regressara. Sublinha-se ainda que o início da fonte traz uma informação relevante: “*A Meu Jrmão direys que eu vy sua Carta per que me declarou quanto pouco contente era do que el rey meu senhor ordenara em feyto da vynda de sua esposa e que de ser // Ysto a mym despraz muyto*”⁵²¹. A carta foi escrita por D. Duarte e descreve o possível descontentamento de D. Pedro com D.

⁵¹⁹ Veiga Simões, mesmo sem fazer referência a possíveis conflitos na família real avisina, reforça o discurso da ascensão e da insatisfação: “D. Pedro, com a sua Casa composta de trezentos cavaleiros, saíra de Portugal premido pelas circunstancias econômicas e pela recusa da terra em entregar rendas que a tal casa bastassem” (SIMÕES, Veiga. *Idem*, p.333). Mario Domingues também se aproxima desses argumentos, creditando a partida do Infante à “pressão social da mocidade guerreira” (DOMINGUES, Mario. *O Regente D. Pedro, Príncipe europeu*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1964, p. 18). Acreditamos que ambas as argumentações estão equivocadas, visto que desde a *Carta de Bruges* D. Pedro criticava a tal mocidade guerreira que migrava para a corte visando ascensão social no serviço dos infantes e do rei, além de propor reorganizações para as grandes casas nobiliárquicas. (DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. Idem*, doc.4, p.36-38).

⁵²⁰ *Ibidem*, doc.7, p.50-51.

⁵²¹ *Ibidem*, p.50.

João I no processo de vinda de sua esposa, D. Isabel de Urgel para Portugal. Infelizmente, os motivos que levaram o Infante a ficar descontente, permanecem obscuros.

A partir destas fontes fica nítido que existiu um problema dentro da família real portuguesa envolvendo D. Pedro. Seria, inclusive, um erro afirmar, tal como Alfredo Marques, que os possíveis desentendimentos são apenas especulações⁵²². Destarte, cabe argüir: essa constatação inviabiliza as considerações que estructurei até então (a viagem de D. Pedro foi um precioso instrumento diplomático da monarquia avisina?) Acredito que a resposta é negativa, e ao observar outros acontecimentos, a posição assumida ficará mais clara. Duas interrogações são importantes nesse sentido: houve outros desentendimentos na família avisina? Qual o peso dos problemas envolvendo D. Pedro?

A resposta para a primeira indagação é positiva. Recupera-se, assim, um exemplo elucidativo. Ao observar a biografia de D. Duarte, herdeiro e comumente lembrado como um dos infantes mais fiéis ao projeto político joanino, surpreende o atrito deste, com o pai. Luís Miguel Duarte ao analisar o casamento do *Eloqüente*, momento marcante da vida do futuro rei, mostrou que as festas foram realizadas em Coimbra, centro do ducado de D. Pedro, e, principalmente, sem a presença de D. João I⁵²³. O biógrafo demonstra que a possível doença do rei não deixou qualquer testemunho, sendo a resposta mais sensata para a ausência, que o rei não quis ir ao casório. Luís Duarte indica que os problemas entre o herdeiro e o pai poderiam advir dos acontecimentos envolvendo a saída de D. Leonor de Castela e, mormente, da mudança do local da cerimônia de casamento que seria em Évora e passou para Coimbra⁵²⁴. Assim finaliza sua exposição sobre o contexto do enlace matrimonial: “Na “carta de crença” que enviou a D. Pedro em 1 de Maio de 1429, D. Duarte mostra que estes dias que D. Henrique descreveu ao pai como “idílicos” estiveram longe de o ser”⁵²⁵.

A segunda indagação é mais importante e mais complicada. O Infante saiu triste de Portugal e logo após o regresso aparece descontente com o pai. No entanto, os

⁵²² MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Idem*, p.12.

⁵²³ A instigante análise de Luís Miguel Duarte pode ser lida em: *D. Duarte. (1391-1438)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2007, p.128-175.

⁵²⁴ O autor fundamenta sua análise no documento do *Livro da Cartuxa* citado anteriormente e escrito em 01 de Maio de 1429. Neste lê-se a seguinte exposição de D. Duarte: “E de mym lhe dizey que per esperiençia senty esto que lhe escreuo asaz de uezes e açhaua (...). E Posto que outros exemplos lhe podesse dar solamente Regarde o feito da Jfante minha molher que ao menos era determynado vir com el rey de nauarra / ou com o Jfante dom anrique e veo da guysa que el sabe. e esperaua que ela me vise em tal estado como era Razom e per conselho d el rey meu senhor e uos meus Jrmãos e d acertamento que se seguyo ela me vio tanto tempo asy desconçertadamente como per el foy bem Visto e fiz sobre elo grande despesa per muytas partes sem nenhu recobramento. (...) por a Jfante minha molher ter esperança que el lhe fizese alguma merçe ao tempo de sua çhegada e uer que lha non fazia me mostrou asaz de sentymto e porende fazey lhe duas ou tres uezes, e o Jfante dom anrique meu Jrmão e pero gonçaluez eso medes e Ja dyso nunca mais quis curar” (p.51-54)

⁵²⁵ DUARTE, Luis Miguel. *Idem*, p.159.

desentendimentos não impediram momentos de ‘unidade’ com o progenitor. Exemplos dessa aproximação podem ser encontrados no próprio ano de 1429. Em 13 de Janeiro, D. Pedro participou da cerimônia de recepção aos embaixadores da Borgonha, realizada em Avis, sob a presidência de D. João I⁵²⁶. No momento da entrada de D. Leonor em Lisboa, efetuada em fins de Maio, novamente aparece o Infante, agora na condução da cunhada⁵²⁷. Por fim, ao lado da esposa, o duque de Coimbra ainda participou do banquete oferecido a irmã D. Isabel⁵²⁸.

Oliveira Marques analisa que esta festa expressa o “sistema de etiqueta” desenvolvido pela corte avisina que visava privilegiar a imagem da família real⁵²⁹. Finalizando seu artigo, o autor assim observa a importância do relato de Van Eyck:

O final do reinado de D. João I é época mal conhecida porque mal estudada. Os textos narrativos escasseiam e a documentação de outra natureza não os supre em muitos casos. (...) Um relato como o presente mostra-nos um D. Pedro ou um D. Duarte, com suas mulheres e parentes, integrados no seu ambiente feudal, comportando-se humanamente, tomando parte em festas e banquetes, divertindo-se e cumprindo as regras da etiqueta e da civilidade. Dá-nos notícia de itinerários desconhecidos. **Põe até fim a lendas de afastamento da corte ou de zangas do infante D. Pedro a que alguns historiadores, tomando a nuvem por Juno, têm dado foro de realidades insofismáveis**⁵³⁰.

Relativizando o apreço de Oliveira Marques pela figura de D. Pedro, é possível concordar com o autor. O Infante mesmo com desavenças com o pai, antes e depois da viagem – afinal, o duque de Coimbra não esteve presente no momento da morte de D. João I⁵³¹ –, não deixou de receber privilégios e nem cessou de participar ativamente da vida política do reino. Esteve em Ceuta, foi feito duque de Coimbra, senhor de Montemor-o-Velho e Aveiro, mas não esteve à frente de nenhuma Ordem militar⁵³², o que não o impediu de auxiliar o pai no governo de Portugal. O aconselhamento a D. Duarte foi intenso em toda a vida do irmão, por mais que discordassem em alguns assuntos, como fica claro no contexto da campanha de Tânger.

⁵²⁶ Cf. Voyage de Jehan Van-Eyck. *Idem*, p.69.

⁵²⁷ *Ibidem*, p.70.

⁵²⁸ *Ibidem*, p.71-72.

⁵²⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *idem*, p.66.

⁵³⁰ *Ibidem*, p.67. (Grifos meus)

⁵³¹ PINA, Rui de. *Chronica d’El Rey D.Duarte. Idem*, Capítulo I, p.76. De acordo com o cronista, o Infante estava em Coimbra quando recebeu a notícia de que o pai estava no extremo da vida, e quando estava em Leiria, dirigindo-se para o encontro a corte, soube do falecimento (Capítulo IV, p.83).

⁵³² Ordem de Cristo, D. Henrique, Ordem de Santiago, D. João, e Ordem de Avis, D. Fernando. D. Duarte, herdeiro, e D. Pedro foram os únicos filhos varões, legítimos, que não receberam a chefia de ordens militares.

Portanto, finaliza-se a discussão acerca dos desentendimentos de D. Pedro com os membros da família real avisina, enfatizando que os problemas existiram e não foram exclusivos do mesmo. Não foram, inclusive, capazes de retirar das ações do Infante, com destaque para a viagem, o aspecto de instrumento político para o fortalecimento do reino. Em outras palavras, a viagem, mesmo com os problemas salientados, não perde sua característica de mecanismo político das relações diplomáticas da dinastia de Avis.

Tal como Maria Helena Coelho, acredita-se que:

As diferentes inclinações dos membros da família real, geradoras de comportamentos por vezes mais radicais que consensuais, não feriu, no seu todo, a aura da dinastia de Avis. E cada infante, a seu modo, para ela contribuiu com grandes atos e significativos legados, que projetaram muito para além do governo de seu pai⁵³³.

Um desses feitos marcantes dos infantes avisinos foi exatamente a viagem de D. Pedro. Realizada em um momento de estabilização das relações peninsulares, de ‘esfriamento’ dos vínculos políticos com a Inglaterra, de restrição econômica dos laços na Borgonha, e de reforço da relação com o papado⁵³⁴, o Infante partiu de Portugal visando ampliar suas honras, posses e conhecimento, sem que isso representasse um afastamento dos interesses ‘políticos’ do reino. D. Pedro ultrapassava o ‘modelo’ de embaixador do período, era latinizado, um dos membros mais importantes da nobreza lusitana quatrocentista, conhecia e refletia sobre a administração portuguesa, e era mui próximo do rei, critério fundamental nas embaixadas medievais.

Recuperando referências abordadas em capítulos anteriores, é possível afirmar que o Infante se enquadra plenamente na categoria das “elites do poder”, visto que de diferentes maneiras, e com a viagem, promoveu o fortalecimento e a construção do Estado português. Nessa categoria de viajante, D. Pedro pôde usufruir todo o “poder simbólico” da monarquia portuguesa avisina⁵³⁵, marcada pelo combate aos inimigos da Cristandade, favorecendo a consolidação e a construção de alianças externas para Portugal.

⁵³³ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I. (1357-1433)*. *Idem*, p.164.

⁵³⁴ Cf. Capítulo 2 *supra*.

⁵³⁵ Recuperam-se aqui as discussões feitas por Jean-Philippe Genet acerca do ‘capital simbólico’ proporcionado pelo Estado (GENET, Jean-Philippe. *L’État Moderne: Un modèle opératoire?* In: _____ (ed.). *L’État Moderne: Genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990, p.267-268). É interessante que em diferentes obras, o autor francês estabelece um diálogo com Pierre Bourdieu. Da obra deste sociólogo cita-se um artigo significativo que analisa o que seria o “capital estatal” que foi desenvolvido ao longo da emergência do Estado – perspectiva que acredito estar próxima das indicações de Genet (BOURDIEU, Pierre. *Esprits d’État. Genèse et structure du champ bureaucratique*. In: _____. *Raisons Pratiques. Sur la théorie de l’action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994, p.107-109).

Dito isso, defende-se aqui que as motivações do Infante articulam interesses ‘particulares’, contudo não excluem objetivos político-diplomáticos envolvidos no deslocamento pela Cristandade. A família real avisina, ‘mitificada’ e tornada modelar, instrumento da educação que a nova dinastia queria levar ao reino, também comportou disputas, preferências, desentendimentos e, possivelmente, ressentimentos, mas tais elementos não impediram que esta família agisse como um grupo, com ações articuladas, que ao afirmarem o reino, afirmavam a dinastia e consolidavam o próprio poder e posição do rei e dos infantes.

A observação atenta aos pontos de paragem da viagem, assim como a importância destes pontos no quadro diplomático formado pela dinastia de Avis, demonstra que a viagem de D. Pedro estruturou-se como um instrumento da política externa do período joanino. Cabe, portanto, analisar o percurso dessa viagem. Antes de avançar, retoma-se que a própria noção de ‘percurso’ já indica que o deslocamento do Infante teve objetivos variados, afinal, se a finalidade era rumar para o império, porque se dirigir à Inglaterra e a Borgonha, para somente depois encontrar Sigismundo? Na mesma perspectiva, acabados os assuntos com o imperador, por que rumar para península itálica e ainda visitar Aragão e Castela? Questões para o próximo tópico.

4.2. A VIAGEM DO INFANTE D. PEDRO

4.2.1. As escalas da viagem.

O itinerário percorrido por D. Pedro demarca, de forma nítida, a preocupação com os pontos de paragem, demonstrando ainda que as escalas da viagem se articulam no quadro diplomático formado por D. João I. Mais do que grandes cidades pujantes comercialmente, centros de peregrinação, ou regiões limítrofes da Cristandade, o deslocamento abarcou espaços estratégicos para a diplomacia portuguesa na primeira metade do século XV, podendo, desta forma, dividir-se em três grandes etapas. A primeira, mais demorada, e quiçá a que oferece os maiores subsídios acerca dos interesses envolvidos na partida, remete-se à estadia na Inglaterra, no ducado da Borgonha e nas terras do Império, terminando com a posse

Avançando com o tema dos “capitais” possibilitados pela viagem, tem-se que a interferência no conflito inglês e a oportunidade de lutar contra os turcos ao lado do Imperador ampliaram ainda mais as honras já obtidas pela participação na conquista de Ceuta, além de todos os contatos estabelecidos na península ibérica durante o retorno, fizeram com que o deslocamento ampliasse o seu “capital político e social”. Com ricas experiências em Flandres, no Império e em Veneza, pôde ainda acrescer o seu “capital cultural”, o qual foi utilizado em conselhos, escritos, e quando esteve à frente do reino durante a regência.

do marquesado de Treviso. A segunda, caracterizada como etapa intermediária, mas que já demonstra a perspectiva de retorno, centra-se na península itálica, compreendendo a visita a diferentes cidades (Veneza, Pádua, Roma, Florença e Pisa) e, principalmente, ao papa Martinho V. Por fim, a última escala, por sinal a mais curta, envolve a passagem por Aragão e Castela, o encontro com os respectivos reis e com D. Juan, rei de Navarra, e, especialmente, demarca a negociação e a definição da esposa do Infante nas terras aragonesas.

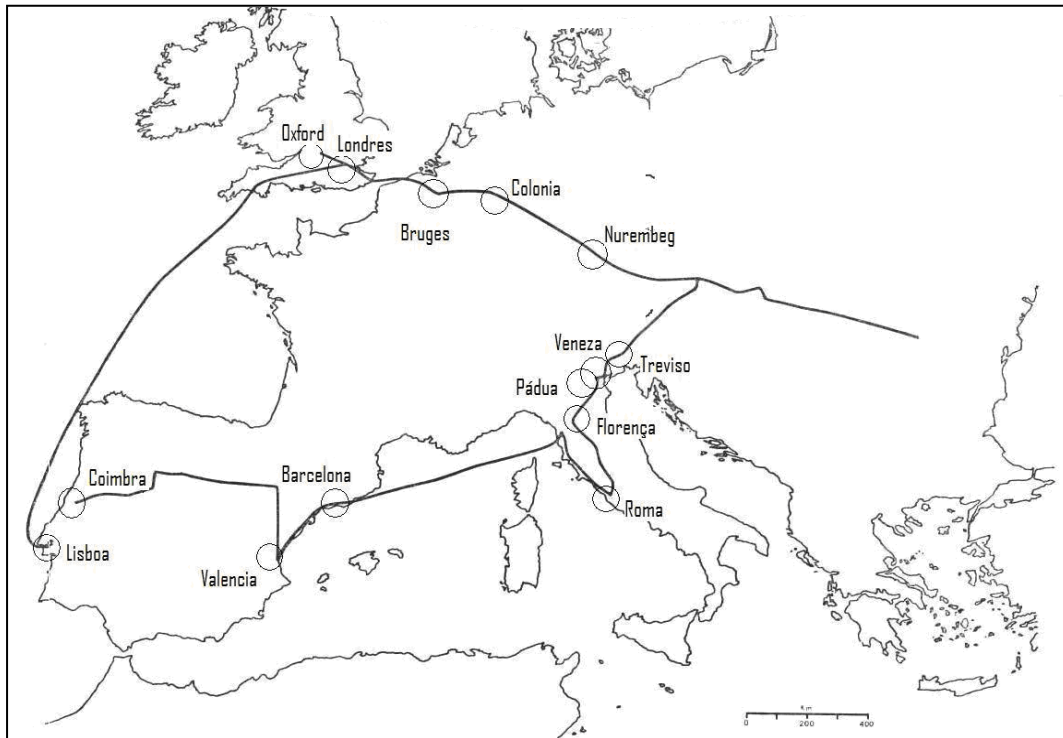


Figura 7. A viagem do infante D. Pedro.⁵³⁶

4.2.1.1. O norte e o centro europeu.

Tratar do início da viagem de D. Pedro traz de princípio algumas lacunas: quando partiu o Infante? De qual local? Qual o trajeto? Quem o acompanhou? Todas estas questões permanecem em aberto. Há inclusive aqueles que questionam que a Inglaterra tenha sido o primeiro ponto de paragem, adotando para tal opção a descrição do *Libro del Infante D. Pedro de Portugal*⁵³⁷. Contudo, mesmo com algumas indicações que datam a partida de 1424⁵³⁸,

⁵³⁶ Reproduzido de MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Idem*, p.547.

⁵³⁷ GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.177. MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.77-79. De acordo com o *Libro*, D. Pedro saiu de Portugal e foi visitar o rei de Castela, D. Juan II. Ver: SANTISTEBAN, Gómez de. *Libro Del Infante Don Pedro de Portugal*. Prefácio de Francis M. Rogers. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, p.4.

⁵³⁸ SOUSA, D. Antonio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II. Coimbra: Livraria Atlântida, 1946, p.41. Oliveira Martins recua ainda mais a data, propondo o ano de 1418 (MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.77).

acredita-se, conforme a maior parte dos especialistas, que a viagem teve início em 1425, ano que apareceram as primeiras menções de D. Pedro na Inglaterra.

O estabelecimento do momento preciso da partida ainda é uma incógnita, no entanto algumas aproximações são possíveis. De acordo com Francis Rogers, D. Pedro saiu de Portugal no verão de 1425, sendo seu último ato a redação de uma carta, datada de Lisboa em 19 de Junho, na qual fundava uma capela em honra de sua mãe no convento de Odivelas⁵³⁹. Tal informação não resolve os problemas acerca da data da partida, mas permite o estabelecimento de um período mais curto para o início da viagem. Assim, visto que a documentação disponível indica que o Infante desembarcou na Inglaterra em inícios de Setembro – por volta do dia 10 –, tem-se que a partida se deu, no mínimo, em meados de Agosto⁵⁴⁰.

Dito isso, começa-se pela viagem até o reino inglês. Francis Rogers defende que o deslocamento de D. Pedro deve ter durado duas semanas, e seguido um trajeto similar ao da irmã, D. Isabel, em 1429⁵⁴¹. Outros elementos desta etapa do percurso são expostos por Julio Gonçalves, que informa que o Infante ficou hospedado em Windsor, além de receber do rei inglês, em Outubro, duas jarras de ouro guarnecidas de pérolas e pedras preciosas⁵⁴². Estas informações ampliam os vestígios deixados pela estadia na Inglaterra, passagem que ficou

⁵³⁹ Rogers recupera informações de um artigo de Antonio Gomes Rocha Madahil (*Inéditos e dispersos do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e Regente do Reino. I. A Instituição da capela de D. Filipa no convento de Odivelas* - 1934). Consta que o corpo de D. Filipa permaneceu na capela durante mais de um ano, até ser transferido para a Batalha. Rogers ainda indica que Rocha Madahil observou que a carta de D. Pedro expressava a possibilidade do Infante não retornar da viagem que desenvolveria. Cf: ROGERS, Francis M. *The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal*. *Idem*, p.30.

⁵⁴⁰ Feitas as devidas elucidações mantemos a proposição da partida em Agosto, no entanto cabe citar um documento que poderia inviabilizar a datação. Trata-se de uma súplica do Infante, datada de 5 de Setembro de 1425, na qual D. Pedro pede que os eclesiásticos que o acompanharem na viagem possam durante três anos receber os proventos de seus benefícios. Citam-se a parte inicial e final da fonte: “Beatissime Pater, cum devotus V. S. filius Petrus, Johannis Regis Portugalie secundo genitus, ad extraneas mundi partes pro servitio et ad laudem o secumque aliquos probos viros ecclesiasticos ducere intendat, supplicat igitur quatinus sibi ut iidem viri ecclesiastici omnia et singula beneficia sua que fructus, etc., quibuscumque personis ydoneis ecclesiasticis Ordinariis lo requisitis, per trium annorum spatium arrendare, quodque ipsis qui eisdem beneficiis deservierint sufficienter solutis, eosdem fructus, etc., (...) Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, Nonas Septembris, anno octavo” (*Monumenta Portugaliae Vaticana*. Documentos publicados com introdução e notas de Antonio Domingues de Sousa Costa. Roma-Porto, Editorial Franciscana, 1970, Vol.IV, doc.913, p.66-67).

Se as fontes borguinhãs informam que o Infante chegou à Inglaterra em 06 de Setembro, seria impossível que o duque de Coimbra ainda estivesse em Portugal no dia 5 redigindo à súplica. No entanto, Antonio Sousa Costa oferece um argumento que nos permite manter a datação da partida: “Sem negar a existência de algumas exceções, as súplicas dos portugueses, inclusive dos reis e nobres, sobre benefícios e graças espirituais, a registrar depois, ou eram redigidas na Cúria totalmente ou sofriam nova redação conforme às fórmulas e praxes neste sentido. Naturalmente, esta norma não aplicaria, como se verá, às chamadas dignidades maiores, como bispados e abadias, cuja provisão era feita em consistório, precedida da relação de algum cardeal” (COSTA, Antonio Domingues de Sousa. Introdução. In: *Monumenta Portugaliae Vaticana*. *Idem*, Vol. I, p.XIV).

⁵⁴¹ ROGERS, Francis M. *The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal*. *Idem*, p.31.

⁵⁴² GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.177. A análise de Rogers corrobora que em Outubro de 1425 D. Pedro estava na Inglaterra. ROGERS, Francis M. *Idem*, p.32.

marcada, tanto entre os historiadores lusitanos quanto entre os ingleses, por dois aspectos: a intervenção de D. Pedro em um conflito entre o duque de Gloucester e o bispo de Winchester, e pelo recebimento, posterior, da Ordem de Jarreteira (*Order of the Garter*).

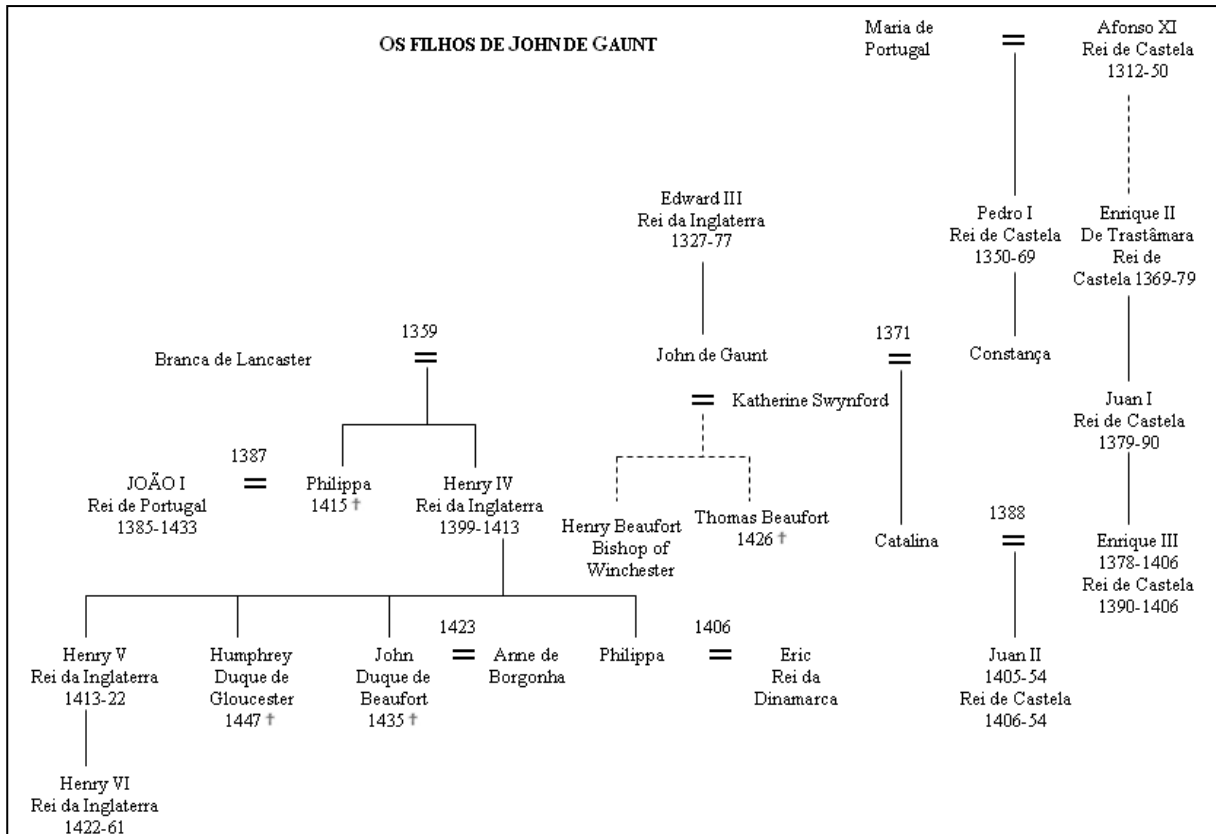


Figura 8. Os filhos de John de Gaunt.⁵⁴³

O primeiro elemento envolve-se com o longo período de menoridade do rei Henry VI (1422-1437), durante o qual a direção política do reino ficou a cargo de um Conselho e, em menor grau, do Parlamento. De acordo com Vivian Green, durante todo o período da menoridade houve crises políticas, as quais podem ser representadas pela rivalidade entre as facções do duque de Gloucester e de Henry Beaufort, bispo de Winchester⁵⁴⁴. Este conflito teve seu clímax em Outubro de 1425, quando Humphrey de Gloucester, à frente da cidade de Londres, colocou-se a enfrentar as forças do bispo pela questão da custódia do jovem rei⁵⁴⁵. Nesse contexto de desavenças na sociedade inglesa, é constante a menção da importante intervenção de D. Pedro para mediar o conflito⁵⁴⁶.

⁵⁴³ Adaptado de ROGERS, Francis M. *The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal*. *idem*, p.33.

⁵⁴⁴ GREEN, Vivian Hubert Howard. *The Later Plantagenets. A survey of English History between 1307 and 1485*. London: Edward Arnold Publishers, 1959, p.296-297. Especificamente sobre estes personagens, ver as páginas 298-312.

⁵⁴⁵ JACOB, E. F. *The Fifteenth Century (1399-1485)*. Oxford: Clarendon Press, 1961, p.229; GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.177-178.

⁵⁴⁶ GREEN, V.H.H. *Idem*, p.306; JACOB, E. F. *Idem*; ROGERS, Francis M. *Idem*, p.32.

Ainda sobre este assunto, destaca-se que duas fontes borguinãs permitem ampliar a questão. Trata-se de extratos de correspondências enviadas por Guy Guilbaut aos seus confrades de Lille. Os textos são datados de 21 de Agosto e de 16 de Setembro de 1425, informando, inicialmente, que D. Pedro viajava em auxílio do duque de Gloucester e afirmando, no documento seguinte, que o Infante chegara à Inglaterra no sexto dia do mês de Setembro, de fato para ajudar o duque⁵⁴⁷.

Tais documentos permitem rever a data da chegada de D. Pedro à Inglaterra, deixando o dia 29, proposto por Rogers, para adotar o dia 06 de Setembro, além de observar a repercussão da viagem. Guy Guilbaut, atento aos acontecimentos ingleses, analisa que o Infante viajava para auxiliar o duque de Gloucester, terceiro marido de Jacqueline da Baviera, herdeira dos condados de Hainaut, Holanda e Zelândia, territórios disputados por Filipe o Bom⁵⁴⁸. Os extratos não informam o contingente que acompanhava o português, mas não deixam de salientar as apreensões na Borgonha.

O segundo aspecto remete ao recebimento da Ordem de Jarreteira⁵⁴⁹, ordem criada por Edward III em meados do século XIV. De acordo com Francis Rogers, trata-se de uma ordem que foi oferecida para vários portugueses no período: D. João I em 1400; D. Beatriz, condessa de Arundel, em 1413; D. Duarte em 1433; D. Henrique em 1442; D. Álvaro Vasques de Almada em 1445⁵⁵⁰; e D. Afonso V em 1447. O autor indica que D. Pedro a recebeu em 1427, após a morte de Thomas Beaufort, filho bastardo de Jonh de Gaunt⁵⁵¹.

São sobre estes dois aspectos que os historiadores comumente trataram da estadia inglesa do Infante. Mesmo Francis Rogers ofereceu apenas duas páginas para analisar a paragem. Com estas abordagens é possível questionar se a passagem teria sido trivial, e se a Inglaterra serviu somente como uma parada para a viagem rumo ao Império. Marcada unicamente pela intervenção no conflito entre poderosos ingleses, a estadia tende a se limitar ao evento excepcional que foi a irrupção da disputa. Acredita-se, todavia, que outros elementos devem ser levados em consideração para a análise desta etapa da viagem.

⁵⁴⁷ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Idem*, doc.77-78, p.198-199.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, p.29.

⁵⁴⁹ Em uma fonte inglesa do século XVI o recebimento da Ordem é demarcado após a recepção festiva realizada ao Infante: “About Michaelmas Peter, Duke of Cuimbre, Prince of Portugal, came into England, and was honorably received and feasted by the King’s uncles, and was elected into the order of garter” (STOW, Jonh. *The Annales of England*. Anno regni 4, Henry VI. Londres, 1592, p.593. *Apud*: MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.111, nota 1).

⁵⁵⁰ Oliveira Martins indica que Álvaro Vaz recebeu a Ordem ainda na década de 10. MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.79-80.

⁵⁵¹ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.32-33.

Como exposto em capítulos atrás, durante a menoridade de Henry VI as dificuldades do comércio luso-inglês reapareceram⁵⁵², e, quiçá, a estadia do Infante tenha objetivado resolver as arestas referentes ao comércio externo português. Outra questão primordial a ser salientada é o vínculo de parentesco que ligava D. Pedro à Inglaterra. Sendo filho de Filipa Lancaster, o Infante fazia parte de uma das principais linhagens inglesas, a qual pertencia o rei Henry VI, bisneto de Jonh Gaunt, e os envolvidos no conflito de Londres, Humphrey de Gloucester, neto do duque de Lancaster, e Henry Beaufort, filho bastardo do mesmo duque. Os documentos borguinhões apresentados chegam, inclusive, a propor que a viagem visava auxiliar Humphrey de Gloucester no conflito com a Borgonha, informação que demanda maiores comprovações⁵⁵³.

Assim, acredita-se que a estadia de D. Pedro na Inglaterra explica-se, sobretudo, pelo intuito de reafirmação dos laços de parentesco, das solidariedades de linhagem, as quais possibilitaram a ação na mediação do conflito em Londres, e poderiam auxiliar na resolução das arengas comerciais e na consolidação dos vínculos políticos. Nesse sentido, recupera-se a influência inglesa exercida por D. Filipa na corte portuguesa, especialmente na educação dos filhos⁵⁵⁴, elemento que, sem dúvida, deve ter contribuído para a escolha do local de paragem, somando-se a importância da cidade londrina na rota para o mar do norte.

Por fim, recupera-se uma discutível visita do Infante a Oxford⁵⁵⁵. Não há nenhuma informação documental que permita afirmar que D. Pedro lá esteve, podendo apenas se lançar a hipótese de que durante os meses em que ficou na Inglaterra – entre Setembro e Dezembro – o duque de Coimbra tenha visitado a Universidade de Oxford, a qual serviria de base para seus argumentos na *Carta de Bruges*, escrita no ano seguinte.

⁵⁵² GEOUGE, Jennifer C. Comércio anglo-português durante o reinado de D. João I, 1385-1433. In: BULLÓN-FERNÁNDEZ, María. *A Inglaterra e a Península Ibérica na Idade Média. Séc. XII-XV. Intercâmbios culturais, literários e políticos*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2008, p.134; ver ainda: FARIA, Tiago Viúla de & MIRANDA, Flávio. “Pur Bone Alliance et Amiste Faire”. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. In: *CEM, Cultura, Espaço e Memória*. Porto: Universidade do Porto, n.º 1, 2010, p.109-127.

⁵⁵³ Oliveira Martins defende a importância dos vínculos de parentesco relacionados nessa visita. MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.111.

⁵⁵⁴ O Infante, assim como os irmãos, adotou em suas armas o lambel, marcadamente um símbolo heráldico de Lancaster (ver: SEIXAS, Miguel B. A. Metelo de. *As armas do Infante D. Pedro e de seus filhos*. Desenhos de José Colaço. Lisboa: Universidade Lusíada, 1994, p.14-15, 35-45.). Alfredo Marques indica ainda que existia uma aproximação singular entre D. Pedro e D. Filipa (MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar, 1994, p.28).

⁵⁵⁵ MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. *Idem*, p.10. Acrescenta-se que D. Pedro utiliza ainda a Universidade de Paris como base de comparação, e isso não quer dizer que o Infante lá esteve.

De acordo com Julio Gonçalves, D. Pedro saiu de Londres em 23 de Dezembro de 1425⁵⁵⁶, data questionada por Francis Rogers, que afirma que o Infante saiu da Inglaterra, possivelmente por Dover, desembarcando em Ostende em 21 de Dezembro, e chegando a Oudenbourg no dia seguinte⁵⁵⁷. Ainda de acordo com Rogers, D. Pedro ficou hospedado em uma abadia nos arredores de Bruges, sendo recepcionado por Willem ou Guillaume Haghelin, enviado pelo senado da cidade⁵⁵⁸. Fontes da vila flamenga informam que foram compradas quatro caixas de especiarias, cheias de amêndoas e limões confeitados para oferecer ao Infante, que posteriormente ainda receberia novos presentes⁵⁵⁹. A partir do dia 23, dentro da Bruges, D. Pedro teria participado de várias festas, e em uma delas, em 6 de Janeiro, encontrado Filipe o Bom⁵⁶⁰.

Esta observação é de suma importância, e tende, comumente, a concentrar as atenções sobre a paragem nas terras da Borgonha. A análise de Rogers é paradigmática acerca do modo de se tratar a estadia, pois informa do contato entre o Infante e o Duque, para em seguida recuperar as intensas relações comerciais luso-borguinhas, a Carta escrita em Bruges, e a atuação de D. Pedro na negociação do casamento da irmã, D. Isabel com Filipe o Bom⁵⁶¹.

⁵⁵⁶ GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.179.

⁵⁵⁷ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.34. Seguindo a datação de Oliveira Martins (MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.113), Jacques Paviot aceita que D. Pedro desembarcou em Ostende no dia 22 de Dezembro de 1425. PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Idem*, p.30. A passagem por Oudenbourg encontra-se registrada em: *Arch. du Franc. de Bruges*, varia n.º.102, ann. 1420-1430. *arch. de l'État. Apud: MARTINS, Oliveira. Idem*, p.113.

⁵⁵⁸ O nome Willem é usado por Rogers, mas nos extratos de fonte publicados por Oliveira Martins aparece Guillaume: “Le 22 décembre a Guillaume Haghelin envoyé à Oudenbourg à la rencontre du fils du Roi de Portugal, pour un jour XX gros – valent XX sous” (*Comptes de la Ville de Bruges pour les Ann. 1425-1426*, n.º.32.480); “XX^a secunda lie mensis decembris ann. D. ni MCCCCXXV illustr. princeps Petrus fil. Regis portucalensis, visitav. Coenobium et ecclesiam nostram” (*Arch. de l'État. Abb. d'Oudenbourg. Anot. Histor. Inv.litt. v.2.*); *Apud: MARTINS, Oliveira. Idem*, p.113.

⁵⁵⁹ *Inventaire des archives de la ville de Bruges. Section première: Inventaire des chartes*. L. Gilliodts – van Severen, Bruges, 1871-1876, t. V, p.489. *Apud: PAVIOT, Jacques. Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Idem*, p.30. Ver ainda: MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.114, especialmente a nota 1.

⁵⁶⁰ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.34. Rogers cita as festas natalinas e de ano novo. Para a festividade dos Três Reis, ocorrida em 6 de Janeiro, o autor diz que D. Pedro e o Duque participaram de uma caça no castelo de Wynendale. Oliveira Martins também aceita o acontecimento, informando que o Infante foi com seu séquito encontrar Filipe o Bom. O autor indica uma fonte sobre o assunto (*Arch. de l'État*, n.921; *Apud: MARTINS, Oliveira. Idem*, p.114).

Paviot afirma que em 30 de Janeiro, foi organizado um torneio em honra de D. Pedro (*Inventaire des archives de la ville de Bruges. Idem*, p.489. *Apud: PAVIOT, Jacques. Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Idem*, p.30), informação também presente em Oliveira Martins: “*Dépenses pour Choses Diverses: Le 30 janvier, donné pour frais faits chez Dolius van Thielt, où les bourgmestres, échevins, trèstoriers, notables et autres officiers de la ville soupèrent lorsque le fils du roi de Portugal assista au tournoi au Buerch: XXXIII sous V deniers gros, valent XX livres, XIII sous. – item. Donné à Corneille Jordaen doyen des boueurs pour avoir arrangé le fumier au Buerch, avec sés compagnons quand eu lieu le tournoi en honneur du fils du Roi de Portugal: XVI s. gr. valent IX livres XII sous*” – *Comptes de la Ville de Bruges, 1425-1426*, n.º32 480, etc. *Apud: MARTINS, Oliveira. Idem*, p.114. Julio Gonçalves atrasa o torneio em um dia, defendendo que Filipe o Bom deu assistência ao torneio feito a D. Pedro (GONÇALVES, Júlio. *Idem*, p. 187).

⁵⁶¹ *Ibidem*, p.35. “Pedro’s correspondence with his family in Portugal may have touched on a subject I feel certain he discussed with Duke Philippe: a possible new duchess for Burgundy. Philippe’s second wife, Bonne

Como se verificou capítulos atrás, as transações econômicas eram a principal expressão da relação entre Portugal e a Borgonha, sendo acompanhada no início do século XV, pela ampliação das relações militares⁵⁶². D. João I, desde a primeira viuvez de Filipe o Bom, buscava o enlace matrimonial para D. Isabel, ação que não alcançou sucesso. É exatamente nesse contexto que D. Pedro visita o ducado, sendo a passagem interpretada como instrumento de negociação do casamento. A posição de Rogers aparece também em diferentes autores, por exemplo, em Oliveira Martins: “No fim de Dezembro o infante embarcou em Dôver para Ostende. Ia visitar a Flandres e encontrar-se com o duque de Borgonha, Filipe – o Bom –, acaso talvez já para tratarem do casamento da infanta D. Isabel, que veio a realizar-se quatro anos depois”⁵⁶³; Oliveira Marques: “Muito provavelmente, foi a estadia do infante D. Pedro em terras borgonhesas, em 1425-1426, que esteve na origem da aliança matrimonial e no estabelecimento de contatos políticos mais intensos”⁵⁶⁴; Veríssimo Serrão: “A segunda esposa de Filipe o Bom veio, entretanto, a falecer (...) e é presumível que a estada do Infante D. Pedro em Bruges tivesse relação com o projeto”⁵⁶⁵; e Alfredo Pinheiro Marques: “Parece óbvio que estes esponsais devem ter sido tratados nos anos anteriores, e que neles deve ter desempenhado um papel D. Pedro enquanto andou nas cortes locais (mais um exemplo da articulação da sua viagem com a política do Rei seu pai)”⁵⁶⁶.

Contudo, ao passo que as negociações matrimoniais são observadas em seu conjunto, levando-se em consideração as tentativas, ainda em 1427, de Filipe se casar com D. Leonor de Aragão, o papel do Infante deve ser, no mínimo, relativizado⁵⁶⁷. Jacques Paviot é enfático em refutar o possível encontro:

Durant tout son séjour en Flandre, l’infant D. Pedro ne put rencontrer le duc de Bourgogne qui était occupé en Hollande et en Zélande dans la guerre contre sa cousine Jacqueline de Bavière. Après le 17 janvier 1426, des lettres de l’infant étaient portées au duc à Middelbourg, en Zélande, et, avant le 27 février, ce dernier recevait un cheval en présent du Prince portugais. Rien qui indique donc une rencontre entre les deux hommes.

d’Artois, had died on September 17, 1425. He had no children either by her or by his first wife. Marriage would have occupied his mind. Sister Isabel’s marriage had been Pedro’s concern since the death of their mother in 1415”.

⁵⁶² Enfatizamos o aspecto “econômico” das relações luso-borguinhas no período, a fim de destacar que as relações “políticas” teriam se efetivado após o casamento de D. Isabel. Cf. Capítulo 2 e 3 *supra*.

⁵⁶³ MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.112.

⁵⁶⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.320.

⁵⁶⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p.22.

⁵⁶⁶ MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Idem*, p.11. A proposição deste autor é ainda mais incisiva do que a de Oliveira Marques no sentido de demonstrar que a viagem de D. Pedro fazia parte de uma política de D. João I.

⁵⁶⁷ Como foi citado no início do capítulo, Luís de Albuquerque chega a negar a importância da estadia para o casamento, posição que achamos ser muito extrema.

D’ailleurs, le duc qui considérait l’infant D. Pedro comme un partisan du duc de Gloucester, mari de Jacqueline de Bavière, a bien pu vouloir l’éviter⁵⁶⁸.

O trecho de Paviot é sólido e incisivo em descartar os argumentos que exaltam a atuação de D. Pedro, por exemplo, nas citações anteriores – os quais não informam documentações que sustentem suas posições – e ainda inviabiliza a proposta de Rogers, pois afirma que em 6 de Janeiro Filipe o Bom estava em Roterdã, e não em uma festividade ao lado do Infante⁵⁶⁹. Paviot coloca-se a defender que o duque da Borgonha poderia querer evitar o encontro com D. Pedro, possível partidário de seu inimigo, o duque de Gloucester, e, assim, qual seria o papel do viajante em negociar o casamento da irmã? Acredita-se, em meio a este impasse, que provavelmente o Infante não teve uma contribuição fulcral, ao menos durante a viagem, na negociação do casamento de D. Isabel, posto que é pouco provável que tenha encontrado o duque de Borgonha⁵⁷⁰.

Fora o tema da intervenção em prol do casamento de D. Isabel, a presença de D. Pedro na Borgonha aparece ainda enfatizada pela força econômica da região de Flandres⁵⁷¹ no contexto da Cristandade e, especialmente, para o comércio externo português.

Área de importância capital não apenas para os portugueses como para todo o mar do Norte, Flandres caracterizava-se como um dos grandes centros comerciais da Cristandade,

⁵⁶⁸ PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Idem*, p.31. Acerca do presente assinalado na citação ver os documentos 80 e 82, p.199-201. “Durante a sua estadia na França, o infante D. Pedro não pôde encontrar o duque de Borgonha, que estava ocupado na Holanda e na Zelândia na guerra contra sua prima, Jacqueline de Baviera. Depois de 17 de janeiro de 1426, as cartas do Infante foram levadas para o duque de Middelbourg, na Zelandia e antes de 27 de fevereiro, este ultimo recebeu um cavalo de presente do principe português. Nada que indique, portanto, um encontro entre os dois homens. Além disso, o duque que considerava o infante D. Pedro como partidário do duque de Gloucester, marido de Jacqueline de Baviera, queria evitá-lo”.

⁵⁶⁹ *Ibidem*, nota.26.

⁵⁷⁰ Luís de Albuquerque também desconsidera a intervenção de D. Pedro: “O Infante não permaneceu em Bruges mais de mês e meio, e todo esse tempo foi certamente curto para a intensa vida social e protocolar a que era obrigado – com banquetes intermináveis, caçadas, teatras e muitas outras manifestações medievais de cortesia, que o seu futuro cunhado, Filipe, o Bom (...), deve ter mandado organizar em sua honra. Tem sido por vezes admitida a idéia de que D. Pedro contribuiu para o enlace de sua irmã com o duque de Borgonha; é de enjeitar a hipótese do duque de Coimbra ter sido então o mediano ou um dos medianos de tal casamento, pela simples razão de que, quando esteve em Bruges, ainda a segunda mulher de Filipe, o Bom, era viva, embora não tivesse dado sucessão masculina ao ducado de Borgonha (ALBUQUERQUE, Luís de. *Idem*, p.13-14); mas tal consideração peca no cuidado com a cronologia, visto que D. Pedro permaneceu na Borgonha até Fevereiro de 1426, e Bonne de Artois, segunda esposa de Filipe o Bom, faleceu em 17 de Setembro de 1425 (CALMETTE, Joseph. *Les grands ducs de Bourgogne*. Paris: Éditions Albin Michel, 1949, p.191, nota 1).

⁵⁷¹ Manuel Simões, por exemplo, diz que D. Pedro percorreu a Europa “certamente com objetivos diplomáticos e com a finalidade de contatar os centros de decisão do comércio internacional, sobretudo os flamengos e venezianos” (SIMÕES, M. Dom Pedro. *Idem*, p.529).

destacando-se na Hansa e no ducado da Borgonha⁵⁷². A cidade de Bruges, localidade que ficou marcada na viagem de D. Pedro por compor o título da famosa carta, com produção e atividades comerciais expressivas, ao menos, desde o século XII, era povoada por mercadores de diversas nacionalidades. Eis uma descrição quatrocentista da cidade:

Bruges est une grand ville, très riche, et l'un des principaux marches au monde. On considère généralement que deux villes luttent pour la suprématie commerciale: à l'ouest la Bruges flamande et à l'est Venise. Il me semble pourtant, et je ne suis pas le seul de cet avis, que l'activité commerciale de Bruges dépasse celle de Venise. (...) On trouve ici [Bruges] des produits d'Angleterre, d'Allemagne, du Brabant, de Hollande, de Zélande, de Bourgogne, de Picardie et d'une bonne partie de la France. Tous ces pays considèrent Bruges comme leur port et comme le marché où leur reserve apparemment inépuisable de produits peut se vendre⁵⁷³.

Ao remeter a discussão para a relação entre Portugal e Flandres, a importância da localidade fica ainda mais nítida. Um dos aspectos dessa relação mostra-se, por exemplo, no tema das ‘feitorias’ – organismos comerciais estrangeiros, que apareciam após um período coeso e contínuo de comércio. Oliveira Marques observa que no século XV, mais precisamente em 1433, flamengos, alemães e ingleses, passaram a possuir um único “procurador”, o que, mesmo demonstrando uma organização “rudimentar”, indica que a presença desses estrangeiros era intensa, ao menos em Lisboa⁵⁷⁴. O autor ainda faz a seguinte observação acerca dos portugueses no estrangeiro:

A única feitoria constituída nos séculos XIV-XV parece ter sido a de Flandres (...). A existência de feitores portugueses na Flandres é já atestada em 1386 (...). Em 1387 resta-nos documentação para afirmar a existência de uma casa própria dos portugueses na cidade de Bruges, em pleno centro comercial da cidade, no bairro reservado às colônias estrangeiras. Anos depois, em 1410, os frades de S. Domingos, de Bruges, faziam doação aos mercadores da “nação” portuguesa da capela de Santa Cruz⁵⁷⁵.

Mesmo com esta importância da região de Flandres, com destaque para a cidade de Bruges, especialmente para os portugueses, os possíveis impactos que o cotidiano comercial

⁵⁷² Sobre a Liga Hanseática ver: LOYN, Henry R. (org). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p.185-186. Acerca da relação entre Portugal e a Hansa, conhecemos apenas o livro de Oliveira Marques *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: 1959.

⁵⁷³ Pero Tafur (1438), *Apud*: PAVIOT, Jacques. *Bruges 1300-1500*. Paris: Éditions Autrement, 2002, p.50. Para uma análise ampla do aspecto comercial de Bruges, ver, especialmente, o capítulo 2: “Bruges, ville commerciale” (p.33-68).

⁵⁷⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p.179.

⁵⁷⁵ *Ibidem*, p.180.

local poderiam causar no Infante, não deixaram vestígios explícitos na viagem. Diferente do que ocorreria na passagem por Veneza, na qual todo o contato de D. Pedro com as atividades produtivas, comerciais, religiosas e militares da cidade italiana seriam narrados nas crônicas, a estadia na Borgonha se limita a menções a festas, banquetes e torneios. Aliás, chama a atenção o fato de que na *Carta de Bruges*, epístola que em diversos momentos recupera experiências da viagem, D. Pedro não utiliza a vivência comercial borguinã em seus conselhos ao irmão D. Duarte.

Retomando brevemente o texto da *Carta*, destaca-se que a mesma expressa que a etapa inglesa e flamenga do deslocamento já produzira reflexões no Infante, possibilitando-o aconselhar o irmão sobre a situação de Ceuta. Eis o conselho mais polêmico presente na *Carta de Bruges*, e freqüentemente recuperado pela historiografia:

Mas a conclusão he que emquanto asy estiuer ordenada como agora esta que muy bom sumydoiro de gente de uossa terra // e d armas e de dinheiro, e segundo eu senty d algus bons homens de Ingraterra de autorjdade e daquy deixão Ja de falar na honrra e boa fama que he em a asy terem, e falam na grande Indiscrição que he em a manterem com tam grande perda e destruyçom da terra do que a mym parece que eles hão muyto peor Jnformação do que aJnda he. O Remedio desto senhor per muytas uezes o falastes e o sabeis melhor do que uos eu poderia escreuer / parece me senhor que faríeis serujço de deus e uoso ordena lo sem delonga⁵⁷⁶

São recorrentes as análises acerca da primeira parte desse fragmento⁵⁷⁷. Contudo, a segunda parte da argumentação, por vezes esquecida, demonstra a amplitude da alegação apresentada por D. Pedro, discussão essa que se pautava na percepção das opiniões e repercussões externas sobre Ceuta. A argüição do duque de Coimbra expõe que na corte inglesa e borguinã, Ceuta já não repercutia positivamente como outrora, e sim trazia indiscrição. A estruturação do argumento se dá na constatação de um problema – a má ordenação de Ceuta – e de suas conseqüências – sumidouro de gente, armas e dinheiro–, trazendo em seguida os elementos nos quais o duque de Coimbra se pautava para oferecer tal opinião. Estes refletem que o mesmo colhe diversos posicionamentos durante sua viagem, e a partir delas formulava seus argumentos⁵⁷⁸.

⁵⁷⁶ *Ibidem*, p. 20. Grifo meu.

⁵⁷⁷ Recupera-se frequentemente esta parte do argumento para salientar a debilidade estrutural da possessão portuguesa, para realçar as dificuldades vividas no reino, ou mesmo para apresentar o Infante como um ator político lúcido que tinha clareza sobre as condições reais de Ceuta.

⁵⁷⁸ Nota-se que ao longo da *Carta* não há nenhuma menção de que D. Pedro se opusesse antes de 1426 à situação de Ceuta, e nem que defendesse nesse período o abandono da cidade.

Por fim, mesmo com muitas limitações documentais, é possível perceber pelas fontes disponíveis que o Infante chegou a Borgonha visto como um apoiador do duque de Gloucester, inimigo de Filipe o Bom. No entanto, sendo Portugal um reino aliado do ducado da Borgonha, o filho de D. João I foi recepcionado com todas as honras e celebrações pertinentes a sua posição social, quiçá para passar a auxiliar nas relações luso-flamengas, situação que de fato ocorreu, principalmente, durante o período em que esteve à frente da regência. Apesar de provavelmente não ter exercido uma ação direta, durante a viagem, a fim de negociar o casamento da irmã, acredita-se que, ao menos, o príncipe português pôde ‘desfazer’ as apreensões borguinhas sobre ele, o que permitiu que reforçasse os laços que ligavam Portugal à região de Flandres.

A chegada do Infante às terras do Império é comumente datada em início de Março, quando o mesmo foi recebido em Nuremberg. Contudo, como informa Francis Rogers, em finais do mês anterior D. Pedro esteve presente em Colônia – talvez por motivos religiosos, sendo possível que o viajante tenha visitado a catedral local –, passagem expressa nas crônicas desta cidade⁵⁷⁹. Iniciava-se, assim, a parte mais extensa da viagem do duque de Coimbra e, curiosamente, a etapa mais pormenorizada pelos historiadores⁵⁸⁰.

De acordo com Julio Gonçalves, em 9 de Março de 1426, o Senado de Nuremberg concedeu a D. Pedro, um honroso salvo-conduto para o prosseguimento da viagem: *omnibus aureis et argenteis ad pretacta transitum (...) ad serenissimum ac invictissimum principem et dominum Sigismundum Romanum in Hungaria et Bohemie regem, dominum nostrum generosissimum, transire intendat*⁵⁸¹. André de Ratisbona (*Andreas Ratisbonensis*) descreveu em seu *Diarium Sexennale*, que saindo de Nuremberg, o Infante rumou por Regensburg, lá chegando por volta do vigésimo dia do mês⁵⁸². Essa fonte traz ainda outra informação que, negligenciada por

⁵⁷⁹ Francis Rogers fundamenta a afirmação em duas crônicas da cidade de Colônia: *Die Cronica van der hilliger Stat van Coellen*. Cologne, 1499, fol. CCXCVII; *Die Chroniken der niederrheinischen Städte: Cöln*. Leipzig, 1875-77, Vol.II, p.156. Ver: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.37, nota nº 10, p.322. Rogers deixa em aberto a trajetória do Infante após a visita a Colônia, sendo um possível um retorno às regiões de Flandres (*ibidem*, p.38). Paviot informa que a passagem de D. Pedro por Colônia se deu em 24 de Fevereiro (PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Idem*, p.31).

⁵⁸⁰ Como exposto anteriormente no balanço historiográfico acerca da viagem, Domingos Maurício mantém-se como a principal referência sobre o percurso pelo Império (O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria, 1959). Este autor recupera algumas afirmações de Oliveira Martins (1901) e de Julio Gonçalves (1955), mas fundamenta sua análise basicamente em fontes sobre as regiões do Império germânico. O artigo do jesuíta português serviu de base para a abordagem de Francis Rogers (1962) e, atualmente, pautou a crítica de Rákóczi István (1993), que ofereceu um aprofundamento das informações sobre esta etapa da viagem.

⁵⁸¹ *Arquivos do Senado de Nuremberg*, B.S.G., 1897. *Apud*: GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.191. Domingos Maurício cita ainda Hartmann Schedel, no *Chronicon Mundi* (Ed. Anth. Koberger. Nuremberg, 1493, fols.290), como mais uma fonte acerca da passagem de D. Pedro pela cidade. Ver: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria. *Idem*, p.18, nota nº 2.

⁵⁸² *Andreas Ratisbonensis. Diarium Sexennale*. Vol. I, p.27. Ed. A. F. Oefe. In: *Rerum Boicarum Scriptores*. Augustae Vindelicorum, 1763. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.18.

Domingos Maurício, não passou despercebida por Francis Rogers. Utilizando-se de outra edição do texto de Ratisbona, o autor norte-americano recuperou a seguinte citação:

Dicebatur, quod dictus Petrus filius Regis Portugalie quendam militem occiderit. Ob hoc pater suus volens in eum proferre sententiam intercessione procerum fuit liberatus et tali pene subiectus, quod tribus annis terras alienas peragraret, quibus transactis in terram propriam posset redire⁵⁸³.

D. Pedro teria assim matado um cavaleiro, e por este feito, seu pai, D. João I, o puniu com uma viagem pelo estrangeiro durante três anos. Informação que não se encontra em quaisquer **outras fontes coetâneas, permite** ao menos a retomada de dois elementos envolvidos no deslocamento. Primeiramente, o suposto desentendimento entre pai e filho, pois através dessa fonte, se estabelece uma questão concreta para a discórdia, a morte de um cavaleiro. Não obstante, esse vestígio documental está longe de esgotar a discussão tanto das motivações para a viagem, como da desavença entre o rei e o duque de Coimbra. O segundo aspecto está relacionado ao caráter peregrinatório do deslocamento, o que remete à característica de expiação relativa a este tipo de viagem.

Voltando ao percurso do Infante, tem-se que o mesmo chegou a Viena em 28 de Março de 1426, acompanhado de uma comitiva de 300 homens, passando pela abadia dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho, e alojando-se na hospedaria da corte⁵⁸⁴. Por ora, fica-se com esse hipotético número. Consoante Domingos Maurício, Viena festejou o ilustre viajante, separando um alojamento para o séquito do Infante, e oferecendo-lhe um baile na casa de Praga (Praghause). Esta se localizava ao lado da igreja de S. Roberto, erguida no século VIII pelos monges de Salzburg⁵⁸⁵.

Após esta estada em Viena, os elementos acerca da longa estadia de D. Pedro a serviço do Imperador se apresentam um tanto confusos. Desta forma, seguir-se-á com a exposição desta etapa através da análise de quatro eixos: o número de soldados do séquito do Infante; a questão do possível soldo recebido devido aos serviços militares; a atuação militar do mesmo; e os contatos estabelecidos na viagem.

⁵⁸³ Andreas Ratisbonensis. *Sämtliche Werke*. Ed. Georg Leidinger. Munich, 1903, p.332-333. *Apud*: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.40, nota nº 13, p.322.

⁵⁸⁴ ZEIBIG, H. J. *Die Kleine Klosterneuburger Chronick (1312 bis 1428)*. In: *Archiv für Kunde Österreichischer Geschichts-Quellen*. Wien, 1851, v.VII, p.249-250. *Apud*: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.40, nota nº 13, p.322; STARZER, Albert. *Geschichte der Stadt Wien*. Wien, 1907, v.III, p.680. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.18-19.

⁵⁸⁵ STARZER, Albert. *Geschichte der Stadt Wien*. *Idem*, p.680. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.19-20.

Como citado anteriormente, a fonte austríaca *Klein Klosterneuburger Chronik* menciona 300 homens acompanhando D. Pedro na chegada ao Império, números que são redimensionados na *Vita di Messer Filippo Scolari* para 800 durante a batalha de Galambóc, ocorrida em Dezembro de 1427⁵⁸⁶. Já na *Chronicon Travinum* novamente a informação de 300 aparece, mas circunscrita aos cavalos que compunham o séquito⁵⁸⁷. A mesma menção numérica ainda é encontrada em obras relativas à cidade de Veneza: na *Vita dei Dogi*, “D’Ungheria da Marco Dandolo Orator nostro s’ebbe, como veniva in questa terra un figliuolo del Re di Portogallo, nominato Don Pietro (...). Avea con lui cavalli 300 á quali per la Signoria furono fatte le spese”⁵⁸⁸; e na *Memorie del passaggio per Stato Veneto di principi soggetti esteri*, “... e fu decretado che Antonio Foscarini Podesty e Capitano di Rovigo lo spesasse [a D. Pedro] e ricevesse col sequito di 300 cavalli che seco avea”⁵⁸⁹.

Esta questão numérica ainda recupera outro problema acerca da viagem do Infante, o paralelismo com a viagem de D. Afonso (1406-1411), conde de Barcelos e irmão natural do duque de Coimbra. Este deslocamento também foi descrito como composto por 300 homens no momento da passagem por Ferrara⁵⁹⁰. Abrem-se, desta forma, duas hipóteses: a viagem de D. Pedro foi dimensionada numericamente sobreposta à do irmão; o Infante, assim como o conde de Barcelos⁵⁹¹, foi acompanhado por um séquito de aproximadamente 300 homens.

Inicialmente, acredita-se que por mais que seja possível estabelecer algumas sobreposições entre as viagens, principalmente pelo trajeto similar, o deslocamento de D. Pedro teve tanta repercussão em fontes coetâneas, definido nominalmente como *Petrus*,

⁵⁸⁶ “Raunato lo esercito apresso Golumbác, castelo alla Rascia vicino (...) Piero, figliolo del Re di Portogallo, il quale per sodisfare a uno voto, dalle streme parti del mondo a lui venuto com pompa ed apparato, con ottocento uomini di arme, vestiti tutti di drappo bianco, avendo ognuno la croce rossa sopra le arme, che quase tutti furono morti”. *Vita di Messer Filippo Scolari, cittadino Fiorentino, per soprannome chiamato Spano*, composta e fatta da Jacopo Poggio, e di latina in fiorentina tradotta da Bastiano Fortini. Archivio Storico Italiano, vol. VI, Pars. 1, p.164. *Apud*: ISTIVÁN, Rákóczi. A estada do infante D. Pedro em terras húngaras e na corte do imperador Sigismundo. *Idem*, p.86.

⁵⁸⁷ REDUSIO, Andrea. *Chronicon Travinum*. *Apud*: GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.203.

⁵⁸⁸ SANUDO, Martin. *Vita dei Dogi*. In: *Rerum Italicarum Scriptores*. Milano, 1773. *Apud*: GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.223-224. “Da Hungria se soube, pelo nosso embaixador Marco Dandolo, que vinha a este país um filho do rei de Portugal de nome Dom Pedro (...). Tinha consigo 300 cavaleiros que foram remunerados pela Senhora.” (Tradução de Julio Gonçalves).

⁵⁸⁹ GRADENIGO, Pietro. *Memorie del passaggio per Stato Veneto di principi soggetti esteri: (1347-1773)*. In: MS. It. VII. 164. Século XVIII, da Marciana de Veneza. *Apud*: GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.224-225. “... e foi decretado que Antonio Foscarini, Podestà e Capitão de Rovigo o recebesse e obsequiasse, assim como ao seu séquito de 300 cavaleiros.” (Tradução de Julio Gonçalves).

⁵⁹⁰ IORGA, N. *Notes et extraits pour servir à l’histoire des croisades au XVe siècle*. Ed. Academie Roumaine: Bucarest, Quatrième série (1453-1476), 1915, p.12. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p. 21.

⁵⁹¹ Inserimos a dúvida em virtude da falta de estudos mínimos acerca da viagem de D. Afonso. Como exemplo da sobreposição, pode ser citado o trecho de Veiga Simões: “É certo que o Conde de Barcelos, a dar crédito à inscrição funerária dum cavaleiro que com ele lá diz ter combatido, haveria participado das lutas de Sigismundo contra os turcos” (SIMÕES, Veiga. *Idem*, p.333); o qual não apresenta fundamentos cronológicos.

Pietro, Piero, etc., filho legítimo do rei de Portugal, que seria absurdo não levar em consideração as informações relativas ao séquito do duque de Coimbra. Descartando a primeira assertiva, fica-se, assim, perante a questão dos 300 homens da comitiva do Infante. Visto que a possibilidade de individualizar os participantes da viagem mostra-se uma tarefa impossível, com pequenas exceções, devido à inexistência de fontes, quicá a melhor posição a ser tomada seja dar crédito a documentação.

Rákóczi István oferece um alento a esta proposição ao observar que o número de acompanhantes estava normalmente correlacionado com a “categoria” do acompanhado. Desta forma, o historiador cita o caso de uma magnate húngaro que fora acompanhado por aproximadamente 100 cavaleiros, e do próprio imperador Sigismundo, que em viagem a Perpignon foi escoltado por 700 cavaleiros⁵⁹². Margaret Labarge também enfatiza que no período, viajantes de casas nobres tinham suas comitivas ampliadas e compostas por homens de armas, médicos, albergueiros, escrivães, entre outros⁵⁹³.

A segunda questão a ser discutida tem relação com a possível recompensa material recebida por D. Pedro pelos serviços militares prestados no Império. As bases documentais para a afirmação positiva acerca deste recebimento se ancoram em dois textos de Eneas Silvio Piccolomini: *Europa*, no qual põe o Infante a serviço remunerado de Sigismundo (*stipendia faciens*)⁵⁹⁴, e *De viris illustribus*, em que define o valor do soldo em “*viginti millia auri pondo quotannis dabantur*”⁵⁹⁵. Rákóczi István avança nessa discussão diferenciado o *solidarius* – sujeito a uma relação que implica subordinação existencial direta, serviço militar contratual remunerado – da qualidade de *stipendarius*.

Stipendium, caso aceitemos que o infante realmente tivesse recebido alguma vez qualquer tipo de recompensa material, equivale a um “suplemento”, ou “subsídio” que o governo central oferece aos que satisfizerem com mérito uma necessidade coletiva, neste caso militar, e que pressupõe gastos individuais e prévios deste⁵⁹⁶.

⁵⁹² ISTIVÁN, Rákóczi. *Idem*, p.85-86.

⁵⁹³ LABARGE, Margareth W. *Viajeros Medievales. Los ricos y los insatisfechos*. Madrid: Nerea, 1992, p.89. Ver ainda: GARCIA CORTAZAR, Jose Angel. El hombre medieval como “Homo Viator”: peregrinos y viajeros. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la. (Coord.). *IV Semana de estudios medievales*, Nájera, 1993. Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=554277>>. Acesso em 30/05/09.

⁵⁹⁴ PICCOLOMINI, Aeneas Sylvius. *Europa*. Basiléia, 1551, p.445. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.23.

⁵⁹⁵ PICCOLOMINI, Aeneas Sylvius. *De viris illustribus*. Stuttgart, 1842, p.44-45. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.23. Domingos Maurício nota com precisão que Piccolomini adota o quantitativo prometido pelo diploma expedido pelo imperador em Fevereiro de 1418, como o valor do soldo recebido pelo Infante. (cf. *Monumenta Henricina*, Vol. II, doc.141, p.275-277. 27 de Fevereiro de 1418).

⁵⁹⁶ ISTIVÁN, Rákóczi. *Idem*, p.84-85.

Com esta precisão do autor húngaro acredita-se ficar assente o tema da possível recompensa material recebida por D. Pedro. Avança-se, assim, para o terceiro elemento, talvez o mais marcante, da passagem pelo Império: a atuação militar.

De acordo com Domingos Maurício, o Infante esteve com seus homens compondo as tropas do duque de Áustria durante o cerco ao castelo de Lundenburg, em Agosto de 1426⁵⁹⁷. Meses depois esteve às margens do Danúbio, acompanhando as movimentações dos turcos de Adrinopla, e rumou com Sigismundo para o sul da Hungria⁵⁹⁸. Em seguida, o duque de Coimbra ainda recebeu permissão do imperador para avançar contra os turcos até a região do mar Negro⁵⁹⁹, autorização que se deu em finais de Janeiro de 1427.

Este ano suscita algumas dúvidas acerca da atuação militar do príncipe português nas terras do Império. Afinal, o Infante aparece combatendo em meados de 1426 e em finais de 1427 – como se verá –, contudo, no hiato de tempo entre as duas batalhas, conhece-se uma carta de Afonso Eanes, datada de 3 de Outubro de 1427 na cidade de Gênova, e endereçada ao abade Gomes de Florença, em que se oferecem informações muito significativas. Diz a missiva que D. Pedro com muitos outros senhores infligiram uma pesada derrota aos turcos, sendo o português capitão de 70.000 cavaleiros, e que por este feito lhe atribuíam a vitória e a trégua entre os turcos e Sigismundo. Essa epístola instigante também informa ao abade que em Portugal grassava a peste, cita a encomenda de um livro de horas em Florença, e indica que Gomes de Araújo, portador das epístolas, seguia para a casa do Infante⁶⁰⁰.

⁵⁹⁷ De acordo com o autor, esse conflito se deu contra os Taboritas, na atual região de Breclav. Esse conflito está inserido no conjunto das guerras do Império contra os hussitas. Ver: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.24-25. Convém mencionar que Rákóczi István descarta essa possibilidade, argumentando que as referências de Domingos Maurício, e também de Julio Gonçalves (GONÇALVES, Júlio. *Idem*, p.192), pecam pela “falta de factualidade” (ISTIVÁN, Rákóczi. A estada do infante D. Pedro em terras húngaras e na corte do imperador Sigismundo. *Idem*, p.91). Acreditamos que por mais que as considerações do historiador da Universidade de Budapeste sejam relevantes, elas não conseguem refutar por completo a possibilidade da atuação de D. Pedro no assalto ao castelo de Lundenburg, eliminando apenas a possibilidade do Infante atuar nesse combate ao lado do rei da Dinamarca.

⁵⁹⁸ ALMANN, Wilhelm. *Eberthart Windeckes Denkwürdigkeiten zur Geschichte des Zeitalters Kaiser Sigismund*. Berlim, 1983, p.246. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.26. Acrescenta-se que desse contexto se conhece uma súplica de D. Pedro, datada de 24 de Novembro de 1426, ao papa Martinho V, a qual traz como elemento deveras interessante a informação de que seis clérigos portugueses o acompanhavam, além de outros familiares (*Monumenta Portugaliae Vaticana*. *Idem*, doc.1035-1039, p.157-159).

⁵⁹⁹ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.42. Ver ainda: IORGA, Nicolae. Un Prince portugais croisé en Valachie au XVe siècle. In: *Revue Historique du sud-est européen*. Vol.III, 1926, p.8-13. *Apud*: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.323, nota 18.

⁶⁰⁰ *Monumenta Henricina*, Vol.III, doc.83, p.169-171: “Deo gracias. Senhor. AfonsEanes me envio mujto encomendar em uossa graça. Enviouos com aquesta duas cartas que trouxe Gomez dAraujo, que uem de Portugal e vay pera cassa do ssenhor jfante dom Pedro. (...) Eu tenho enviado, dias ha, huu homem a elrey meu ssenhor e outro ao jfante dom Pedro; e, a menos que me uenham, nom me posso daquj partir. Prazermja ia deuos ueer com paz e saude. Se o meu liuro ja he jlumjnado, gardademo asy porque, prazendo a Deus, quando eu ala for, ho farey encadernar e coreger como acordardes. As nouas de ca som mujtas, graças a Sancta Trindade. Que o jfante dom Pedro, em conpanha de mujtos outros senhores, desbaratarom os turcos e forom delles mujtos pressos e

Mesmo desconsiderando as informações desproporcionais acerca dos combatentes do duque de Coimbra, a carta permite notar que a atuação militar de D. Pedro nas terras do Império produzia rumores que circulavam em diferentes reinos e cidades, e isso ampliava e reforçava a imagem externa de Portugal e da dinastia de Avis. A missiva indica ainda que elementos relativos à viagem percorriam os caminhos da Cristandade, levando novidades, inclusive para as terras portuguesas. Na inexistência de outras fontes que comprovem a comunicação entre o Infante e os familiares em Portugal⁶⁰¹, a carta citada já mostra que durante a viagem o duque de Coimbra não estava alheio dos acontecimentos em sua terra natal.

Avançando alguns meses após a redação da epístola de Afonso Eanes, tem-se que D. Pedro foi destacado para auxiliar Pippo dei Scolari, general florentino do Império e Conde de Temesvar⁶⁰², com o qual enfrentou os turcos nas proximidades do castelo de Galambocz (ou Galambóc) em Dezembro de 1427. Nesse combate as tropas cristãs saíram vitoriosas e os feitos do príncipe português ficaram registrados por Poggio Bracciolini, na *Vita di Filippo Scolari detto Pippo Spano*: “*Piero, figliolo del re di Portogallo, il quale per sodisfare a uno voto, dalle estreme parti del mondo a lui era venuto con gran pompa ed apparato con ottocento omini d’arme, vestiti tutti di drappo bianco, avendo ognuno la croce sopra l’arme*”⁶⁰³. Após a vitória não há outros registros das ações do Infante no Império⁶⁰⁴.

Quanto aos contatos possibilitados pela permanência no Império, tanto Francis Rogers quanto Rákóczi Istiván indicam a relação entre o Infante e Pier Paolo Vergério. Radicado na Hungria desde 1418, este humanista destacava-se como orador e homem das letras. Nesse

mortos. Dizem que o jfante era capitam de Lxx caualos e que a batalha foj uençida per ele e damlhe dello o louuor e ha onra. E jsto fez logo fazer as pazes antre o emperador e elles.”

⁶⁰¹ Rogers chega a afirmar que a comunicação ocorria, mas não indica documentação que comprove a indicação (ROGERS, Francis M. *Idem*, p.260).

⁶⁰² ASCHBACH, Joseph. *Geschichte Kaiser Sigmunds*. Hamburg, 1841, Tomo IV, p.452, nota 26. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.26.

⁶⁰³ BRACCIOLINI, Poggio. *Vita di Filippo Scolari detto Pippo Spano*. (tradução do latim por Bab. Fortini), in: *Archivio Storico Italiano*, tomo IV, p.183. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.26. Domingos Maurício destaca ainda que muitos foram os cristãos mortos nesse combate, inclusive Pippo Spano que foi ferido e faleceu em finais de Dezembro.

⁶⁰⁴ Uma exceção é a menção de que D. Pedro teria acompanhado Sigismundo pelas terras búlgaras (ALMANN, Wilhelm. *Eberhart Windeckes Denkwürdigkeiten zur Geschichte des Zeitalters Kaiser Sigismund*. Berlim, 1983, p.246. *Apud*: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *Idem*, p.31), informação que Domingos Maurício acredita ser pouco provável. Francis Rogers assinala ainda que há trabalhos que indicam a passagem de D. Pedro pela Prússia (BEAZLEY, Charles Raymond. *Prince Henry the Navigator*. Londres: 1923, p.136) e Dinamarca (LARSEN, Sofus. *Dinamarca e Portugal no século XV*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1983), ver: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.324-325, nota 26. Quanto a este último item, tem-se que algumas análises indicam que o Infante encontrou-se com Erik, rei da Dinamarca, contato que ocorreu no Império (Ant. Bonfinii. *Rer Ungaricar*. Hann. 1606, p.392. *Apud*: MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.83). No entanto, de acordo com Rákóczi Istiván, a visita de Erik VII da Dinamarca (também Erik XIII rei da Suécia e da Noruega) deu-se em junho/julho de 1424, portanto, num período que não coincide com a estadia de D. Pedro no Império (ISTIVÁN, Rákóczi. *Idem*, p.92).

aspecto tem-se que sua obra *De ingenuis moribus et liberalibus studiis*, foi recomendada por D. Pedro para que Vasco Fernandes de Lucena fizesse a tradução para português⁶⁰⁵.

Antes de finalizar a exposição da estadia do duque de Coimbra no Império é interessante recuperar uma carta recebida pelo mesmo. Trata-se de uma correspondência enviada por D. Alfonso V, rei de Aragão, em 4 de Agosto de 1427, comunicando-lhe haver firmado o matrimônio entre a infanta D. Leonor e o infante D. Duarte, irmão de D. Pedro. A epístola traz ainda a informação que o rei aragonês recomendava ao viajante português seu camareiro e portador da carta, Francisco de Corberán, o qual visava servir o Imperador e ao Infante na guerra contra os turcos⁶⁰⁶. Essa missiva permite inferir diversas coisas: que o percurso de D. Pedro era conhecido o suficiente para que mesmo o rei de Aragão soubesse do seu paradeiro; que a viagem realmente visava servir militarmente Sigismundo; e que o Infante e suas tropas receberam o apoio bélico de Francisco Corberán – o qual provavelmente também deve ter sido acompanhado por um séquito –, quiçá antes da batalha de Galambocz. Aflora ainda de forma instigante o fato de D. Alfonso V investir em informar ao Infante do enlace matrimonial de D. Duarte. Qual o objetivo dessa mensagem? Um simples repasse de informação? Haveria orientações secretas levadas por Corberán a D. Pedro? Tratava-se de uma forma de aviso de que o Infante deveria iniciar as articulações para o próprio casamento? Hipóteses e dúvidas que não podem ser comprovadas e nem solucionadas.

Deixando as terras do Império, D. Pedro dirigiu-se para Treviso, a fim de assumir como marquês. Possessão de Veneza em finais do século XIV, o marquesado oscilou entre a cidade italiana e o reino austríaco e, por fim, no limiar do novo século, Treviso foi ocupada pelas tropas de Sigismundo⁶⁰⁷. Julio Gonçalves menciona duas documentações que atestam a passagem de D. Pedro por Treviso. A primeira, presente no Arquivo da comuna de Veneza indica que: “1428 – 22 Aprile. In una ducal originale della Cancellaria del Comune: Fu commesso al podestá di Trevigi di spedir 200 ducati a quello si Serravalle per spese fate nel passaggio del figliuolo del Re di Portogallo”⁶⁰⁸. A segunda é um trecho da crônica de Treviso, na qual relata: “Filius legitimus et naturalis Regis Portugalli a partibus superioribus descendens Tarvisium venit cum CCC equis, deinde Venetias et post Roman commigravit. Qua antem causa nascitur millesimo anno que praescriptibus”⁶⁰⁹.

⁶⁰⁵ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.44; ISTIVÁN, Rákóczi. *Idem*, p.90.

⁶⁰⁶ *Monumenta Henricina*, Vol.III, doc.80, p.163

⁶⁰⁷ GONÇALVES, Júlio. *Idem*, p.200.

⁶⁰⁸ Arquivo da comuna de Veneza, MS 957 dos arquivos. *Apud*: GONÇALVES, Júlio. *Idem*, p.203.

⁶⁰⁹ REDUSIO, Andrea. *Chronicon Travininum*. *Apud*: GONÇALVES, Júlio. *Idem*, p.203.

A passagem pela marca não deixou outros vestígios, sendo de se destacar que Oliveira Martins indica que Álvaro Gonçalves de Ataíde foi deixado para o governo da posse de D. Pedro⁶¹⁰. Mesmo sem representar uma atração significativa para o Infante, visto que o mesmo demorou dez anos para se dirigir ao feudo oferecido pelo imperador, e pouco tempo permaneceu no mesmo, tem-se que em 1443, o então regente de Portugal enviou à Alemanha, como seus procuradores e embaixadores, João Teles, cavaleiro de sua casa, e Brás Afonso, bacharel em direito canônico, para reivindicarem o feudo de Treviso. A solicitação foi confirmada em Neustadt, pelo imperador Frederico III, ficando João Teles como administrador da marca⁶¹¹ – firmavam-se, desde esse contexto, possíveis contatos que levariam ao casamento de D. Leonor?

Pela data em que o Infante chegou à Veneza, em inícios de Abril, a datação da passagem por Treviso torna-se problemática. O documento recuperado de Gonçalves indica o final do mesmo mês, o que é estranho, pois a cronologia da viagem mostra que D. Pedro seguiu pelas cidades italianas, e caso se aceite que por volta do dia 28 o mesmo esteve no marquesado, o deslocamento passa a ser Império-Veneza-Pádua-Treviso-Roma, o que parece estranho geograficamente⁶¹². Assim, impossibilitado de oferecer um esclarecimento definitivo, em vista das limitações documentais, e mesmo dos trechos recuperados por Gonçalves, prefere-se acreditar que a paragem do Infante nas terras de Treviso ocorreu durante o mês de Março de 1428.

4.2.1.2. A Península Itálica.

Após deixar Treviso, o Infante seguiu em direção à península itálica. A primeira cidade visitada foi Veneza, e os documentos referentes a esta estadia foram estudados por Julio Gonçalves. A partir da fonte publicada pelo autor – extratos da crônica de Antonio Morosini –, tem-se que D. Pedro chegou à cidade no dia 5 de Abril de 1428, uma segunda-feira de Páscoa, sendo recepcionado, ainda no caminho, por quatro embaixadores enviados

⁶¹⁰ MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.81.

⁶¹¹ Por Brás Afonso enviou Eneas Silvio, que depois foi o Pontífice Pio II, uma carta sem data que se encontra nas suas obras, pela qual se determina a época: “A Eneas Silvius. S. P. D. Domino Lupo de Portugal, Legum Doctori, Frati optimo. – Eximie doctor & amice clarissime: Leteris tuis quas Basilae suscepi Jam annus est non potui tunc respondere, quia mox Caesarem sum secutus, ab eo in secretarium receptus. Postea per quem scriberem nullas affuit tabellarius. Sed revertitus nunc ad dominum suum Blasius Alfonsi in decretis baccalarius, qui apud Regiam magestatem infantis Petris Ducis *Cornubiae* fuit orator. Is si valet hanc meam epistolam tibi reddet, sibi enim commissa est...etc. Vale tam mei magis quam a me remotior” (A Eneas Silvius. *Oper., Epist.*, X, p.506 *Apud*: MARTINS, Oliveira. *Idem*, p.82, nota 4). Alfredo Pinheiro Marques também indica a reivindicação de D. Pedro, ver: MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Idem*, p.11.

⁶¹² Ver figura 7, *supra*.

pela senhoria ducal, Giovanni Giustiniani, Marco Zeno, Giovanni Contarini e Marco Morosini⁶¹³. Segue-se com a descrição de Morosini:

Partiram todos de Veneza no dia 25 de março [os embaixadores], cada um com três famulos, bem trajados à custa da Senhoria Ducal. O dito Senhor Dom Pedro, que havia cerca de três anos ausentara de Portugal, deixando o Rei d’Hungria [Sigismundo], com 40 cavaleiros chegou a Itália, acolhido com grandes honras por toda a terra e lugares da Senhoria Ducal. Providenciou-se sobre as despesas da sua estadia, do Príncipe e do pessoal do seu séquito, em homenagem ao rei seu pai. Quando chegou ao nosso setor, foram mandados ao seu encontro, infinitas naves armadas e barcos regionais. O Doge foi ao seu encontro no Bucentauro armado. Foi recebido com as maiores honras e, num cortejo de inúmeros barcos, foi levado ao Mosteiro de San Giorgio, pelo Canal do Rialto acima⁶¹⁴.

De acordo com este cronista, D. Pedro ficou hospedado com parte de seu séquito em San Giorgio – os demais se alojaram em hospedarias venezianas –, onde lhes foi dado uma ceia com muitas galinhas, vinho, especiarias e doces em grande quantidade⁶¹⁵. O dia seguinte (06 de abril 1428) parece ter sido o mais intenso da estadia – recebendo inclusive uma maior descrição de Morosini –, e neste o Infante, na companhia do Doge de Veneza (Francesco Foscarini⁶¹⁶) e de inúmeros fidalgos das principais famílias da cidade, visitou a Igreja de São Marco, onde viu “todas as relíquias, o docel do altar-mor, todo o joalheiro e o tesouro de S. Marco e o sangue milagroso de Cristo”⁶¹⁷. Não obstante, a seqüência do dia se mostrou nada religiosa, e destacou-se pela ida ao arsenal, ao porto e ao centro comercial de Veneza. No arsenal o príncipe português observou as oficinas e a fabricação das galés, tomando nota dos detalhes da produção. Em seguida percorreu o edifício do palácio ducal e visitou os barcos ancorados no porto. Após este roteiro, o Infante

atravessou a Merceria, observando todas as lojas de todos os artigos, as ricas cheias de especiarias, açúcar, veludos, panos de ouro e de seda e fazendas. Passou ainda pela rua dos ourives admirando todas as jóias, as pedras preciosas, as pérolas, colares, anéis, pratas e vestuários de homens e de donas, de todas as cores. No Rialto, visitou os Bancos repletos de infindas peças de ouro⁶¹⁸.

⁶¹³ GONÇAVES, Júlio. *O infante D. Pedro, as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimentos*. *Idem*, p.219.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p.219-220. O documento citado foi publicado e traduzido pelo autor, e o fac-simile encontra-se publicado nas páginas 309-313. O original encontra-se no Códice 6586/87, da Biblioteca Nacional de Viena de Áustria, páginas 480/I.

⁶¹⁵ *Ibidem*, p.220.

⁶¹⁶ *Ibidem*, p.209.

⁶¹⁷ *Ibidem*, p.221.

⁶¹⁸ *Ibidem*.

De acordo com a descrição de Morosini, D. Pedro visitou também grandes e belas moradias e palácios dos principais da cidade, e, finalizando as atividades do dia, foi ainda a uma série de igrejas, com destaque para a Igreja de São Paulo e o Mosteiro dos Frades Menores de Santa Maria, “onde admirou com devoção todos os altares maravilhosamente ornamentados”⁶¹⁹.

Sobre a quarta e a quinta-feira que o Infante permaneceu em Veneza não se tem informações, pois a crônica retoma as menções ao mesmo no dia 9 de Abril. Neste dia D. Pedro recolheu-se na Igreja dos Frades Pregadores, fechando-se na Capela-mor. Em seguida ofereceu esmolas e continuou a percorrer a cidade, elogiando o governo e a conservação da mesma, palavras que suscitaram elogios do cronista⁶²⁰. Morosini assim finaliza a descrição sobre a permanência do príncipe português em Veneza:

Julga-se que partirá de Veneza, o mais tardar na segunda-feira 12 d’abril de 1428, e depois regressará ao país do rei seu pai. Antes de partir, ainda será recebido na Sala Maggior Consiglio e irá a Murano e ainda assistirá à cunhagem dos ducados venezianos de ouro na Zecca. Diz-se que comprara muitos panos de ouro e seda, jóias e outros panos riquíssimos. Afirma-se que tenciona ir a Roma de visita ao Santo Padre Martinho V e depois voltar para seu pai. Visitou já a Igreja de Santa Lúcia onde lhe ofereceram uma jóia no valor de 400 ducados de ouro. Nos dias de sua estadia gastaram-se 1400 ducados de ouro. O Doge em pessoa acompanhou-o, com grandes honras, até Marghera⁶²¹.

Conforme destaca Julio Gonçalves, é de impressionar a espécie de ‘inquérito’ que o Infante fez em Veneza. Sem subestimar a importância devocional da visita⁶²², os “pontos quentes” da cidade que foram visitados demonstram o interesse em observar a estrutura produtiva, militar e comercial veneziana, o que de fato acrescentou experiência para a vivência político-administrativa de D. Pedro.

Constata-se ainda que a passagem por Veneza foi marcada por banquetes, compras, visitas, e pelo recebimento de presentes – como a jóia de 1400 ducados. Tal empenho da *Signoria* ducal, e o montante de gastos com o Infante e seu séquito, possibilitam ratificar as proposições de Francis Rogers e Alfredo Pinheiro Marques, que afirmam que a estadia foi

⁶¹⁹ *Ibidem*.

⁶²⁰ *Ibidem*, p.222.

⁶²¹ *Ibidem*, p.223.

⁶²² É de se destacar que até o momento da redação desta pesquisa, se desconhece qualquer trabalho relativo à vida devocional de D. Pedro, o que surpreende pela descrição freqüente de que o Infante levou uma vida virtuosa e mui católica.

pautada pela diplomacia veneziana no intuito de se aproximar de D. Pedro, marquês de Treviso, possessão reivindicada pela cidade italiana⁶²³.

Outra questão relativa à esta passagem merece menção. De acordo com Francis Rogers, durante a permanência em Veneza, o Infante adquiriu um códice do livro de Marco Pólo⁶²⁴. Seria este códice escrito em latim, assim como a versão portuguesa do mesmo – feita pelo próprio D. Pedro –, que estaria indexado na listagem dos livros do rei D. Duarte⁶²⁵. Contudo, segundo Sebastião Tavares de Pinho, a atribuição ao Infante do livro de Marco Pólo presente na livraria de D. Duarte ainda necessita de maiores comprovações⁶²⁶. De qualquer forma, é possível que a aquisição tenha ocorrido, mesmo que ainda permaneçam dúvidas acerca do exemplar da biblioteca do *Eloqüente*.

Por fim, a estadia veneziana encontra-se ligada à aquisição de um mapa, mais precisamente de um exemplar produzido por Fra Mauro⁶²⁷. As menções ao possível mapa adquirido por D. Pedro abundam na historiografia que tratou, minimamente, da viagem, porém o fato de que apenas em 1459 veio a Portugal o célebre mapa-mundi circular de Fra Mauro, inviabilizava as propostas de que o mesmo fora trazido pelo Infante⁶²⁸. Por mais que exista a possibilidade da existência de dois mapas, um trazido na viagem, e outro em 1459, Alfredo Pinheiro Marques é enfático em argumentar que o de Fra Mauro foi encomendado por D. Pedro. A afirmação do autor toma como ponto de partida o fato do padrão geográfico do mapa ser anterior a 1450⁶²⁹. Com a certeza de que a coroa portuguesa fez a encomenda,

⁶²³ MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. *Idem*, p.11; ROGERS, Francis M. *The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal*. *Idem*, p.45-46. Para uma contextualização da Marca de Treviso e da disputa entre o Império e a cidade de Veneza pela mesma, ver: GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.195-205.

⁶²⁴ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.46-48. Rogers se utiliza de textos portugueses do final do século XV e do início do século XVI, para pautar suas afirmações. Sobre esta análise do autor ver ainda as notas 31-33, p.327. Acrescenta-se que Alfredo Marques mantém a mesma afirmação, contudo não faz referência a fontes. MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Idem*, p.11.

⁶²⁵ DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte*. (*Livro da Cartuxa*). *Idem*, p.206. O livro aparece na primeira listagem, descrito como “Marco paulo latim e lingoaJem em hu Volume”.

⁶²⁶ PINHO, Sebastião Tavares de. O Infante D. Pedro e a “Escola” de tradutores da Corte de Avis. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro*. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.145.

⁶²⁷ “O mapa de Fra Mauro é um padrão geográfico de grandes dimensões, sob a forma de um círculo de cerca de dois metros de diâmetro, com cercadura redonda, moldura quadrada, e legendas laterais, que fazem aumentar ainda mais o tamanho total. É uma obra gráfica e pictória enorme – mas com minuciosos topônimos e iluminuras – e que, por isso mesmo, pela sua própria natureza, teria sempre que levar muito tempo para ser feita – muitos meses, talvez mesmo anos” (MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses*. *Idem*, p.162). Sobre o produtor do mapa-mundi tem-se que: “Sabe-se que Fra Mauro foi um monge da abadia camaldolense de S. Michele de Murano, na pequena ilha em frente a Veneza, prestigiado como ‘cosmógrafo’, e que este mapa foi considerado na época a sua obra-prima. Veio a falecer, com muita idade, em 1459 ou em alguma data ligeiramente anterior” (*ibidem*, p.163). O mapa encontra-se reproduzido em anexo, ver figura 11, *supra*.

⁶²⁸ *Ibidem*, p.153-154.

⁶²⁹ A argumentação de Marques é singular e será aqui recuperada: “...o padrão geográfico do mapa de Fra Mauro não é de 1457-1459... é anterior a 1450. Isto souberam-no sempre – e afirmaram-no sempre – os historiadores

Alfredo Marques defende que o pedido foi feito pelo Infante enquanto ocupava o posto de regente, e que pelos acontecidos em Alfarrobeira a encomenda foi resgatada apenas uma década depois⁶³⁰.

A partir do que foi expresso, e retomando as relações entre a produção do mapa de Fra Mauro e a viagem, tem-se que D. Pedro não trouxe o célebre mapa-mundi no retorno a Portugal, e se trouxe algum mapa, este foi modesto e não deixou registros nos documentos coevos. Apesar disso, tal como sublinha Alfredo Marques, foi durante o deslocamento pela península itálica que o viajante reforçou seus laços com o abade Gomes, e foi através desse vínculo que o mapa de Fra Mauro foi encomendado por volta de 1440⁶³¹.

Consoante argumenta Julio Gonçalves, o Infante ao sair de Veneza rumo ao encontro do papa em Roma, foi à cidade de Pádua, onde foi recebido na famosa Universidade da cidade⁶³². Todavia, a afirmação do autor peca por não fazer referência a quaisquer fundos documentais. Essa imprecisão não faz com que a passagem por Pádua seja descartada, pois em um estudo publicado em 1964, Francisco Faria levantou fontes que comprovam a visita – mas a recepção na Universidade permanece sem novas fundamentações. Segundo Faria:

Não pode haver dúvida de que o Infante Dom Pedro, no dia 13 de Abril de 1428, visitou em Pádua o Convento dos Franciscanos, venerou aí devotamente a arca onde se conservava o corpo de Santo Antonio, viu na

italianos da Cartografia que analisaram o espécime (...). Isto mesmo foi recentemente reafirmado por Tony Campbell no artigo “Portolan Charts From The Late Thirteenth Century to 1500”, in *The History Cartography*, onde são estudados os limites cronológicos dos topônimos pela primeira vez representados em vários mapas, e muito judiciosamente, o autor confirma que, no caso de Fra Mauro, eles correspondem aos anos de c.1445-1446. Almagià, o grande especialista da Cartografia italiana, provou, para além de qualquer dúvida possível e imaginável, que o conteúdo geográfico do Fra Mauro corresponde a uma época ligeiramente anterior a 1450 – e de maneira nenhuma pode ser considerado como de 1457 ou 1459 – e fez uma prova através de razões tão poderosas e irrefutáveis como por exemplo esta: no mapa é ainda ignorada a conquista de Constantinopla pelos Turcos (que se deu em 1453). O protótipo do mapa de Fra Mauro é, no máximo, de c.1448-1450 e os descobrimentos últimos que representa chegam somente até c.1446. O ano de 1459 é simplesmente a data em que um dos dois exemplares produzidos foi mandado para Portugal. (...) Para além do mapamundo que Mauro (com Cherso e Bianco) estava indubitavelmente a produzir em 1448 (...) esta mesma equipa cartográfica aparece-nos depois, cerca de nove ou dez anos mais tarde, outra vez referida na documentação do mosteiro de Murano, precisamente em relação com a feitura de outro mapamundo. Trata-se de um mapa que fora encomendado pela Coroa Portuguesa e que depois foi enviado para Portugal. (...) É portanto claro que ambos os exemplares deveriam refletir uma matriz comum cuja datação é forçoso atribuir a c.1448. (...) Tudo aponta para que o segundo mapa deva ter sido simplesmente uma cópia do primeiro, feita nos últimos tempos de vida de Fra Mauro e terminada já depois da sua morte, ao mesmo tempo que os Portugueses pagavam os trinta ducados que se sabe terem pago” (*ibidem*, p.155, 167-169).

⁶³⁰ *Ibidem*, p.169.

⁶³¹ Alfredo Marques observa que nos anos 40 o abade Gomes foi nomeado pelo papa como Geral da Ordem de Camaldoli, a mesma ordem a que pertencia Fra Mauro. Acerca da relação entre o abade, D. Pedro e a produção do mapa, ver: *ibidem*, p.170-175.

⁶³² GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.228-229.

sacristia do mesmo Convento as relíquias desse Santo e aí recebeu uma dessas relíquias, que lhe foi oferecida com toda a solenidade⁶³³.

Ainda de acordo com o mesmo autor, D. Pedro tomou todas as precauções a fim de que a doação da relíquia fosse sempre conhecida, encarregando um notário de Pádua de fazer um documento oficial pelo qual “houvesse para sempre, e em perpétuo, notícia segura e clara do acontecimento”.⁶³⁴ É somente através desse documento conservado em Pádua, que a passagem do Infante pela mesma cidade não pode ser negada, visto que a relíquia e o documento original foram destruídos no terremoto ocorrido em Lisboa (1755). Tem-se a seguinte descrição no documento:

E tendo vindo a Pádua o ilustre Príncipe e excelso Senhor Dom Pedro, filho do sereníssimo e ínclito Dom João, Rei de Portugal, principalmente para visitar o corpo e as relíquias do gloriosíssimo Confessor Santo Antonio, (...) e tendo visitado com muitas orações e missas o próprio corpo do Santo, que se encontra em uma arca de mármore, (...) e tendo visto com grande devoção algumas relíquias do mesmo Santo Antonio, existentes na sacristia do dito Convento, o Reverendo Padre, Professor da Sagrada Escritura, Mestre Ludovico de Pirano, e o senhor Frei Bartolomeu de Pádua, sacristão da dita igreja (...), atendendo à devoção do referido Príncipe, com a vontade e consentimento dos magníficos varões, (...) deram e apresentaram ao referido ilustre Príncipe, (...) parte das relíquias que lhe mostraram, a saber, um pedaço da pele e do cercilho, com cabelos do predito gloriosíssimo Confessor Santo Antonio, da Ordem dos Menores⁶³⁵.

Segundo Francis Rogers, ao deixar Pádua D. Pedro seguiu para Florença⁶³⁶, passando antes por Ferrara e Bolonha – travessia que não deixou vestígios. No entanto, pelos indícios documentais que disponho, o Infante é encontrado na cidade apenas em Junho, e assim seguirei com a paragem em Roma⁶³⁷.

⁶³³ FARIA, Francisco Leite de. A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens. Separata de *Revista STVDIA*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, nº 13-14, jan-jul, 1964, p. 381. De acordo com o autor, a descrição dessa passagem por Pádua está presente em um documento oficial conservado no Arquivo de Estado, em Pádua, e foi publicado em 1961 pelo prof.º Paulo Sambin.

⁶³⁴ *Ibidem*, p. 385.

⁶³⁵ *Ibidem*, p. 386-388.

⁶³⁶ De acordo com Francis Rogers, D. Pedro recebeu um salvo-conduto para circular pela cidade, e este documento encontra-se na Biblioteca Laurenziana em Florença (Plúteo LXXXX, Sup. Cod. XXXIV, p.214, nº CXLIII), e foi publicado por Angelo Maria Bandini no século XVIII (*Catalogus codicum latinorum Bibliothecae Medicae Laurentianae*, Vol. III, Florença, 1774-1777, p.506). ROGERS, Francis M. *Idem*, p.328, nota 38. Acrescenta-se que em nenhum momento Rogers indica a data do referido salvo-conduto.

⁶³⁷ Como se observa no mapa da viagem exposto anteriormente (ver figura 7, *supra*), Florença encontra-se no caminho entre Veneza/Pádua e Roma, o que indica que a proposta de Rogers pode ter fundamentos. Como o autor não oferece nenhuma datação sobre essa ‘primeira’ passagem por Florença, prefiro seguir com a exposição

A passagem pela sede do papado envolveu aspectos que ultrapassam os costumes objetivos peregrinatórios, tendo como fim o encontro com o Sumo Pontífice. No que tange a estadia, não se tem informações de possíveis visitas que o Infante possa ter feito a igrejas, de encontros que tenha estabelecidos, ou de alguma recepção ou participação em festividade. Apesar disso, o único vestígio dessa passagem é significativo, trata-se da bula papal de 1428. Tem-se, assim, que a paragem de D. Pedro junto ao papa Martinho V teve entre suas finalidades o pedido de unção e imposição aos monarcas portugueses da coroa ou diadema régio por autoridade pontifícia, com as solenidades usadas em outros reinos, o qual foi deferido na bula *Venit ad praesentiam nostram* de 16 de Maio⁶³⁸.

De acordo com Baquero Moreno:

Em Portugal não se praticava a coroação, que consistia na unção pelos prelados, com benção ritual e entrega solene dos atributos da realeza em cerimônia litúrgica. Tanto quanto se sabe, o que nos leva a deixar de parte outras hipóteses, a primeira tentativa no sentido de introduzir a prática da coroação, ficou-se devendo ao infante D. Pedro, o qual solicitou ao papa o direito à unção e colocação da coroa a favor dos monarcas portugueses⁶³⁹.

Permanecendo ainda com as indicações do autor, tem-se que a prática concedida pelo papa nunca chegou a ser utilizada, sendo a aclamação ou proclamação pública do monarca, que após a homenagem prestada pelos súditos assistia a um ato religioso revestido de insígnias, a cerimônia usual em Portugal⁶⁴⁰. Mesmo sem informações do porquê de a concessão não ter sido praticada, nota-se que nos anos 30 o interesse português não cessou. D. Duarte redigiu súplicas ao papa em tal sentido, promovendo, inclusive, a produção de dois pareceres jurídicos sobre o tema⁶⁴¹. O pedido foi recusado por Eugenio VI que, em 23 de

da etapa romana da viagem, para enfim, munido de dados documentais e cronologicamente datados, avançar para a presença na cidade florentina.

⁶³⁸ *Monumenta Henricina*. Vol.III, doc.102, p.212-213.

⁶³⁹ MORENO, Humberto Carlos Baquero. Estado, Nobreza e Senhorios. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (COORD). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medieval* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999, p.258-259.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, p.259. Adeline Rucquoi estabelece uma ampliação dessa discussão para o âmbito ibérico: “Finalmente, nem a coroação nem a cerimônia de sacralização ‘faziam’ o rei na Península Ibérica da Idade Média, mas sim o consentimento manifestado pelos representantes do corpo jurídico, as cortes ou os ‘estados’, sujeitos ou não a um juramento por parte do novo soberano (...). Fossem ou não coroados, os soberanos eram incontestavelmente de direito divino, mas só em Castela e Portugal chegaram a elaborar uma teoria absolutista desse poder, que ficou sempre mediatizado nos Estados da coroa de Aragão, e em Navarra pelos antigos costumes de que a nobreza se fez defensora. Os ritos da unção e da coroação revelam a fraqueza de um poder que tinha de ser encenado” (RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995, p.267).

⁶⁴¹ Trata-se de dois pareceres jurídicos publicados na *Monumenta Henricina*, volume IV, p.261-269, doc.131,132.

Outubro de 1436, expediu a bula *Sedes Apostólica*, na qual não concedia aos reis de Portugal, o direito à coroação de forma semelhante ao que se praticava na Inglaterra⁶⁴².

Após o encontro com o papa, novas informações sobre o paradeiro do Infante aparecem em Florença. Com os florentinos, Portugal mantinha um intenso fluxo comercial que se remete, no mínimo, a meados do século XIV⁶⁴³. Mas, especialmente relacionado com a visita do duque de Coimbra, tem-se o depósito no Banco Bardi feito por D. João I em 1409, quantia que foi deixada para o Infante no testamento régio escrito em Outubro de 1426⁶⁴⁴.

Esse fundo português em Florença e sua ligação com D. Pedro ainda carecem de maiores aprofundamentos, pois é comum encontrar a referência de um depósito que somava 20 mil florins-ouros. No entanto, Manuel Atanásio⁶⁴⁵, ao analisar o ‘fundo Cambini’, demonstrou a existência de um depósito datado de 1410, que contava 41.582 florins⁶⁴⁶, e a menção de que em 1409, D. João I obteve o poder de adquirir ações do Monte Comum da cidade que somavam 20.000 florins⁶⁴⁷. Frente a real existência da quantia de 1410, a qual após a morte do duque de Coimbra foi dividida entre os seus filhos, e ao longo das décadas seguintes foi reivindicada junto às autoridades de Florença⁶⁴⁸, é possível inferir que houve dois depósitos avulsos na cidade, tendo o investimento joanino sido deixado para o Infante no testamento – por mais que neste documento redigido por D. João I a quantia não seja mencionada.

Segundo Julio Gonçalves, temia-se em Florença que o príncipe português estivesse na cidade para levantar os depósitos⁶⁴⁹. Em meio a este temor, ou simplesmente para bem

⁶⁴² ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. *Idem*, p.96. Baquero Moreno diz que a negação do papa está relacionada às dificuldades surgidas na cúria papal no período, ver: MORENO, Humberto Carlos Baquero. Estado, Nobreza e Senhorios. *Idem*, p.259. Acrescenta-se que a bula referida não se encontra publicada nos volumes da *Monumenta Henricina*.

⁶⁴³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p.42.

⁶⁴⁴ *Monumenta Henricina*, Vol. III, p.133, doc.70, 4 de Outubro de 1426. “E ao jfante dom Pedro, aalem das terras que tem, o que lhe demos no comuu de Florença, pella guisa que as them per nossas cartas, e asy a seus filhos mayores e netos e a outros desçemdemtes lídimos per linha direta.”. Não custa lembrar que em 1426 D. Pedro já se encontrava fora do reino e, porventura, poderia precisar recorrer ao fundo em Florença.

⁶⁴⁵ ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *A arte em Florença no século XV e a capela do Cardeal de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

⁶⁴⁶ *Ibidem*, doc.1, p.183: “informati Magnifici et Potentes Domini Priores libertatis et Vexillifer justitiae populi florentini ad recordationem officialium Montis Communis florentini quae supradicto Monte apparet et est descriptum in libro n.º Quartierii S. Spirito, c. 609, quoddam creditum Montis in Domnum Infantem Petrum, sub his verbis, videlicet: Signore Infante Petro del Serenissimo Re Giovanni per lo Ido gratia Re di Portogallo, è creditore di fiorini 41.582 di Monte Commune, Il quale si pose fino all’anno 1410, e dèttene contanti e per fiorini septantasei, soldi diciotto et denari sei, per cento di descripti.”.

⁶⁴⁷ “Jean I avait obtenu en 1409 de Florence de pouvoir acquérir pour Fl. 20.000 di *sugello Vecchio* des actions de son Mont”. AMMIRATO. *Istorie Fiorentine*. Partie I, tome II, 1647, p.954. *Apud*: ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *Idem*, p.32, nota 3.

⁶⁴⁸ *Ibidem*, p.27-31.

⁶⁴⁹ GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.230. De acordo com o autor, no período o Banco Bardi estava falido e o depósito passara para o Banco Médicis.

receber o viajante ilustre, a cidade também organizou uma honrosa recepção, gastando por volta de 2000 florins⁶⁵⁰.

Rogers acredita que, inicialmente, D. Pedro ficou hospedado no Albergio della Corona⁶⁵¹, alocando-se, posteriormente, no Palácio de Matteo Scolari – construído e ornamentado por Brunelleschi⁶⁵². Manuel Atanázio delimita que ao menos em 10 de Junho de 1428 o viajante português dormiu em Lastra-a-Signa⁶⁵³. Nenhum dos autores que analisaram esta estadia de forma mais minuciosa ofereceram informações sobre o destino e as ações do séquito do Infante – os 40 cavaleiros descritos por Morosini. Mesmo com esta lacuna, Julio Gonçalves não se furtou em indicar uma série de personagens que D. Pedro teria encontrado na visita – Gabriello Coldumaro, depois papa Eugênio IV, Giuliano Cesarini, depois cardeal de Sant’Ângelo, Giovanni Bessarione, depois cardeal de Nicea, entre outros⁶⁵⁴. No entanto, parece certo é que o príncipe português esteve com Ambrogio Traversari, pois este dedicou a tradução do livro *De Providentia Dei*, de Crisóstomo, ao Infante⁶⁵⁵.

Uma questão interessante relativa à passagem por Florença, mas que ainda necessita ser investigada a fundo, é o contato com o abade Gomes. Comumente se encontra autores que indicam a proximidade entre D. Pedro e beneditino português, e Alfredo Marques chega a afirmar que:

D. Gomes conhecia pessoalmente o Infante D. Pedro já desde 1428, a propósito da viagem européia que este fez, que incluiu Florença e Roma – e para sempre ficou seu amigo e colaborador. As suas histórias estão intimamente ligadas, pois o Abade português de Florença recebeu o ilustre compatriota viajante e aproveitou-se precisamente da sua passagem e da sua presença em Roma – um Infante português de visita à Corte papal! – para, com o seu apoio e a sua intercessão, conseguir do Papa a então ansiada

⁶⁵⁰ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.50. Gustavo Uzielli informa, ainda, que a recepção se deu para evitar que D. Pedro resgatasse as somas aplicadas na cidade (*La Vita e i tempi di Paolo dal Toscanelli*. Roma: 1894, p.141. *Apud*: ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *Idem*, p.27).

⁶⁵¹ ROGERS, Francis M. *Idem*.

⁶⁵² BONINSEGNI, Domenico di Lionardo. *Storie della città di Firenze Dall’Anno 1410. al 1460. Scritti negli stessi tempi che accadono*. Florence, 1637, p.30. *Apud*: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.50, nota 38, p.328; GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.231.

⁶⁵³ ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *Idem*, p.27. Ver ainda: “Andrea di Francesco di Bancho, setaiuolo, camarlingho dello Spedale (degli Innocenti di Firenze), de’ dare, a di 10 di maggio (1428) ... E, dee dare, a di 10 di giugno (1428), fiorini venti, nuovi, ebbe dal Serenissimo Principe Don Piero, Infante di Portogallo, rechò Buto di Nicholò; i quali, il detto Signore donò allo Spedale della Lastra, per limosina e ristoro de le lette adoperò di detto Spedale, quando ne loggiò, come più distesamente apare per ricordo, al Quadro de testamenti, a c.27, e sua Entrata, c.2, ... Fior 21”. A. S. I., *EE*, serie CXX, n. 1, *Libro Bianco, segn. l. c.* 165v. *apud*: ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *Idem*, p.32, nota 1.

⁶⁵⁴ GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.235. Nota-se que as afirmações do autor não são acompanhadas de referências a quaisquer fontes.

⁶⁵⁵ *Ibidem*. De acordo com Rogers, a tradução com a dedicatória está em duas MSS da Biblioteca Laurenziana, em Florença: Plut.XIX, Cod.25; Plut.LXXXIX, Sup.30. ROGERS, Francis M. *Idem*, p.50, nota 40, p.328.

autonomia e separação da Abadia florentina perante a congregação de Barbo (em Maio de 1428)⁶⁵⁶.

Por fim, tem-se que a passagem por Florença ainda envolve outras suposições: de que na cidade, D. Pedro teve contato com trabalhos de Dante, e com o texto original do *De Officiis* de Cícero⁶⁵⁷; e, principalmente, que o mesmo encontrou-se com o famoso cosmógrafo Paolo dal Pozzo Toscanelli, e dessa reunião, o Infante adquiriu conhecimentos que (re)orientaram a expansão portuguesa⁶⁵⁸.

Após o registro de 10 de Junho não se tem outra referência cronológica da estadia de D. Pedro. Julio Gonçalves mantém o silêncio sobre o assunto, o qual é quebrado por Francis Rogers através da afirmação de que o Infante esteve em Pisa, por volta de junho de 1428 no intuito de restabelecer-se financeiramente e organizar a partida para a Península Ibérica⁶⁵⁹.

De qualquer forma, a partir destas referências tem-se que D. Pedro permaneceu na Península Itálica por três meses, visitando diferentes cidades e igrejas, participando de festas, adquirindo tecidos e jóias entre outros bens, além de receber presentes e alcançar a bula papal. Assim, em finais de Julho, D. Pedro partiu para a Catalunha, saindo, provavelmente de Pisa.

4.2.1.3. O retorno: a passagem pela Península Ibérica.

O primeiro documento relativo à passagem do Infante pelos reinos ibéricos data de 06 de Julho de 1428⁶⁶⁰. Trata-se de um salvo-conduto expedido pelo rei de Aragão, D. Alfonso V, na cidade de Valencia, garantindo que D. Pedro e seu séquito pudessem ter livre trânsito pelas terras do reino. Nota-se que ao mencionar o séquito que acompanhava a viagem, a fonte não estabelece informações quantitativas do mesmo – diferente da crônica de Morosini que situa o número em 40 cavaleiros. Outra questão presente no documento é o uso do vínculo de

⁶⁵⁶ MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses*. *Idem*, p.171. É interessante notar que a passagem do Infante por Roma coincide temporalmente com o objetivo alcançado pelo abade junto ao papa, ou seja, o mês de Maio, mas remete mais uma vez a estadia romana como tendo ocorrido posteriormente à visita a Florença.

⁶⁵⁷ BATTELLI, Guido. La corrispondenza del Poliziano col re Don Giovanni II de Portogallo. In: *La Rinascita*, II, 1939, p.280-298. *Apud*: ROGERS, Francis M. *Idem*, p.51.

⁶⁵⁸ Essa proposta é sustentada, mesmo assumindo a falta de comprovações documentais, por Julio Gonçalves, que avança em demarcar o vínculo existente entre o terceiro filho de D. Pedro, D. Jaime, e o cosmógrafo nos anos 50. GONÇAVES, Júlio. *Idem*, p.236-239. Em contrapartida, Rogers descarta as repercussões de um colóquio em 1428, argumentando que neste ano Toscanelli tinha acabado de se doutorar na Universidade de Pádua (1425), e que não era costume dos príncipes visitarem “jovens” doutores de filosofia. ROGERS, Francis M. *Idem*, p.51-52.

⁶⁵⁹ ROGERS, Francis M. *Idem*, p.53. Nota-se que o autor não faz menção a qualquer fonte para determinar a informação e a precisão do dia.

⁶⁶⁰ *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc.106, p.218-219.

parentesco como elemento identificador da relação entre o rei – emissor do documento – e o Infante⁶⁶¹.

Na seqüência deste salvo-conduto, tem-se uma carta de D. Alfonso V, datada de 09 de Julho, informando que o ínclito viajante estava prestes a desembarcar na Catalunha⁶⁶². Reafirmando os vínculos de parentesco e agregando nessa relação D. João I, tio do monarca aragonês, o documento informa que D. Pedro trazia jóias, lençóis, entre outros tecidos e bens, para si e para o pai e irmãos, os quais ficavam isentos do pagamento de tributos⁶⁶³. No dia seguinte o *Magnânimo* ainda escreveu uma nova carta às autoridades da Catalunha ordenando que o Infante e sua comitiva fossem recebidos de forma honrosa na cidade⁶⁶⁴.

Nestes três documentos percebe-se que D. Pedro era aguardado pelo rei de Aragão, fazendo com que este expedisse salvo-condutos e isenções para a comitiva, e ainda ordenasse o festejo pela chegada do mesmo. Tal empenho régio reflete tanto o apreço pela recepção ao “*molt car e molt amat cosi*”, quanto se insere nos costumes de festejos pelo advento de embaixadores e príncipes estrangeiros, todavia, também se relaciona com a tentativa aragonesa de fortalecer os laços pessoais com o duque de Coimbra naquela conjuntura, como se verá com os novos acontecimentos.

No dia 12 de Julho D. Pedro já estava nas terras catalãs, como se pode perceber através de uma carta enviada pelo mesmo, ao abade Gomes.

Dom abade amigo. O jffante dom Pedro me comendo em uossas deuotas oraçoees. Bem sey que uos plazera auer nouas da mjnha saude e stado. E porem eu uos certifico per esta que, merçees ao poderoso Deus, eu com todos os que dala comjgo partirom chegamos a Cathallonia sãaos e em boa disposiçom e, aa fectura da presente, soom em esta cidade, **donde entendo partir esta somana e encamjnar pera Portugal**, com sua ajuda⁶⁶⁵.

⁶⁶¹ “Nos Alfonsus etc. Inter perstrictos nexus sanguinis et amicitie vincula forciora, nulli sunt formidandi eventus; sed, quia vestri incliti et magnifici infantis Petri Portugalie, consanguinei nostri carissimj, ad regna et terras nostras securior liberiorque sit ingressus, tenore presentis, in nostra bona fide regia guidamus, affidamus et assecuramus vos, dictum inclitum infantem Petrum ac totam vestram equitum et peditum comitiam, cum adzemulis, auro, argento, suppellectilibus et quacumque rerum et bonorum specie onustis.” *Ibidem*, p.218.

⁶⁶² *Idem*, doc.107, p.220.

⁶⁶³ “Segons creem sabets, lo inclit infant don Pedro de Portugal, nostre molt car e molt amat cosi, seria arribat em la costa de Cathalunya, per venyr a nos e apres fer la via de nostre molt car e molt amat oncle lo rey de Portugal, son pare. E, segons hauem sabut, portarja alguns joyels, draps daur e de seda e altres coses e bens, axi per si com per lo dit son pare e ffreres.” *Ibidem*.

⁶⁶⁴ *Idem*, doc.108, p.220-222.

⁶⁶⁵ *Idem*, doc.109, p.222. [Grifos meus].

Ao menos que se tome a informação passada pelo Infante como vã, chama a atenção o fato de que o seu regresso a Portugal ainda demoraria mais de um mês. Afinal, a estadia em Aragão e em Castela rendeu muito ao ínclito viajante.

Em finais de Julho, D. Pedro adentrava em Valencia onde se fizeram grandes festas⁶⁶⁶. As celebrações ocorreram no mercado e na Sala no Conselho da cidade, que foram ornamentados com panos de lã branca e vermelha. Além destas festas ocorreram ainda banquetes, justas e touradas em honra do ilustre viajante. Esses festejos provavelmente aconteceram entre 24 de Julho e 01 de Agosto, por mais que o Infante ainda tenha permanecido por alguns dias na cidade⁶⁶⁷.

Em meio a tais festas, inicia-se uma etapa crucial e polêmica do deslocamento ibérico, a negociação do casamento. Conhecem-se três documentos escritos por D. Pedro – duas procurações e uma carta – nomeando como procuradores em tal assunto o nobre Aires Gomes do Nascimento, seu conselheiro, e o Dr. Estevão Afonso, seu chanceler⁶⁶⁸. Acerca deste consórcio far-se-ão algumas considerações no momento oportuno, por enquanto, restringe-se a observar certos dados gerais oferecidos por tais fontes, ou seja, indicações que contribuam para uma melhor compreensão da dinâmica da viagem.

O primeiro destes documentos, datado de 02 de Agosto, é genérico em relação aos interesses matrimoniais do Infante quanto à senhora buscada, não oferecendo nem mesmo informações se a mesma deveria ser procurada em Aragão. Contudo, um elemento em especial torna essa fonte ainda mais rica: a menção nominal daqueles que estavam com D. Pedro no momento da assinatura da procuração. Inicialmente tem-se a estipulação dos procuradores: o nobre Aires Gomes da Silva, filho de João Gomes da Silva⁶⁶⁹ e D. Margarida Coelho, já aparece ao serviço do Infante em 1415, quando foi armado cavaleiro em Ceuta⁶⁷⁰; e

⁶⁶⁶ *Idem*, doc.112, p.224-227.

⁶⁶⁷ DIAS DINIS, Antonio Joaquim. *Monumenta Henricina*, Vol. III, nota 1, p.224-225.

⁶⁶⁸ *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc.113, p.228-230, doc.120, p.239-240, doc.121, p.240-244.

⁶⁶⁹ Foi copeiro-mor, alferes-mor, e embaixador do rei D. João I. Quanto à embaixada, acreditamos que se trata da comitiva que negociou o casamento de D. Beatriz com o conde de Arundel. Ver: *Royal and Historical Letters during the Reign of Henry the Fourth King of England and France and Lord of Ireland*. Edited by the Rev. F.C. Hingeston, M.A. London; Longman, Green, Longman, and Roberts, 1860, Vol. II – A.D. 1405-1413, Doc. CXC, p.87 e 91. *Apud* SILVA, Manuela Santos. O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel) – paradigma documental da negociação de uma aliança. In: FARIA, Ana Leal de & BRAGA, Isabel Drumond. *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em homenagem à Maria do Rosário Themudo Barata*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p.83; LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I. Idem*, vol. II, Capítulo I, p.4.

⁶⁷⁰ De acordo com o Capítulo XCVI da *Cronica da Tomada de Ceuta*, após a conquista de Ceuta os infantes foram feitos cavaleiros, e cada um armou outros cavaleiros. D. Pedro aparece nomeando os seguintes nobres: Aires Gomes da Silva, filho de João Gomes, Álvaro Vaz de Almada, Aires Gonçalves de Abreu, Martim Correia, João de Ataíde, Martim Lopes de Azevedo, Diogo Gonçalves de Travaços, Diego de Seabra, Fernão Vaz de Sequeira (ZURARA Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil.

o Dr. Estevão Afonso, que segundo Dias Dinis, veio a ocupar o posto de professor de Direito Canônico da Universidade Portuguesa⁶⁷¹. Em seguida, delimitam-se as testemunhas: Álvaro Vasques de Almada, D. Álvaro de Castro, Diogo Gonçalves Rombo, e Rodrigo ou Rui (Rodericus)⁶⁷². A estas testemunhas o documento de 05 de Setembro ainda acrescenta o cavaleiro Álvaro Gonçalves de Ataíde, D. Álvaro de Castro, Luís de Ataíde e Fr. João Verba⁶⁷³. A partir de tais vestígios, avança-se, ainda que em meio a incertezas, na composição da comitiva de D. Pedro durante a viagem pela Cristandade.

Ao passo que se iniciaram as negociações para o casamento, tem-se menção de uma “*letera de porguamjnho çarrada*” do Infante ao papa, a qual tratava coisas “*de proueyto da sancta egreia*”⁶⁷⁴. Além da informação da manutenção do contato entre D. Pedro e o papa – do qual não se sabe o conteúdo – este documento acrescenta que Aires Gomes da Silva não partiria a Portugal, pois ficou de tratar assuntos com D. Alfonso V, rei de Aragão. Caberia perguntar: já existia naquele momento alguma esposa cogitada para o príncipe português? As fontes restritas à D. Pedro não dão essa informação, todavia se conhece um documento de 07 de Agosto que oferece uma resposta. Trata-se de uma procuração passada por D. Isabel de Urgel para seu tio e tutor Berenguer Barutell, para que ele a representasse no contrato matrimonial a ser firmado com o duque de Coimbra⁶⁷⁵. Esta indicação oferece pistas sobre os caminhos da procura da noiva do Infante.

Enquanto as negociações se davam, em finais de Agosto (23/08) D. Pedro foi a Aranda visitar o rei de Castela. De acordo com a *Cronica do Halconero de Juan II*, o Infante foi recepcionado a meia légua da cidade por D. Álvaro de Luna, condestável do reino, o Conde de Castro, Diego Gomez de Sandoval, D. Pedro Ponze de León, senhor de Marchena, e Pero Manrique, comitiva enviada pelo próprio rei D. Juan II⁶⁷⁶. Já em outro texto cronístico, mencionando o mesmo evento descreve-se que o príncipe português veio a Castela fazer reverência ao rei, seu primo, e:

Publicações Europa-América, 1992, Capítulo XCVI, p.277). [Os nomes grifados correspondem aos presentes na assinatura da procuração].

⁶⁷¹ DIAS DINIS, Antonio Joaquim. *Monumenta Henricina*, *idem*, nota 1, p.228.

⁶⁷² *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc.113, p.230.

⁶⁷³ *Idem*, doc.121, p.243.

⁶⁷⁴ *Idem*, doc.115, p.232-233. Carta de Aires Gomes da Silva ao abade Gomes, datada de 13 de Agosto, na qual informa que ficaria em Aragão tratando de assuntos do Infante com D. Afonso V. Na conclusão do documento o nobre português indica que enviava as letras de D. Pedro ao papa, a qual solicitava que fossem encaminhadas sem delongas. No entanto, não se sabe o conteúdo deste escrito.

⁶⁷⁵ *Idem*, doc.114, p.230-232.

⁶⁷⁶ *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc.117, p.236.

El Rey le salió a rescibir quanto dos tiros de ballesta de la villa, y estuvo con él cinco dias; el Rey le hizo mucha honra, é comió con él, é mando dar todas las cosas necesarias para él é para su gente; é á la partida mandóle dar de sus joyas, é dos mulas é quatro caballos, é dos mil doblas para ayuda de su costa, é mandóle dar sus cartas para todas las cibdades é villas principales de sus Reynos por donde habia de pasar, que le diesen de comer de balde, y en todos los otros lugares le diesen posadas é todo lo que hubiese menester por su dinero⁶⁷⁷.

Desse pequeno trecho podem ser destacados quatro elementos importantes acerca do deslocamento e da estadia de D. Pedro em Castela. O primeiro relaciona-se com a recepção, que não menciona a existência de uma comitiva, antes informa que o próprio rei saiu para receber o ilustre primo que retornava da longa viagem. O segundo demarca o tempo de permanência junto a D. Juan II, cinco dias, período extenso se confrontado com a informação passada ao abade Gomes de que pretendia partir para Portugal em uma semana – já se completavam mais de um mês desde a redação da correspondência. O terceiro remete ao recebimento de cartas, possíveis salvo-condutos ou cartas de crença, para que pudesse percorrer o reino e ser bem recebido – procedimento que provavelmente abarcava “*as gentes*” que o acompanhavam. Por fim, o relato traz informes sobre as atividades feitas e presentes recebidos: refeições com o rei, jóias, mulas e cavalos ganhos como presente, além de “*dos mil doblas para ayuda de su costa*”.

Esta doação, assim como a estadia com o rei de Castela, ainda apresenta outra peculiaridade. No *Libro del Infante Don Pedro de Portugal* são poucos, apenas dois, os momentos descritos que coincidem com o itinerário real percorrido por D. Pedro⁶⁷⁸. Um deles é a passagem por Veneza, que no *Libro* é citada como ponto para o embarque rumo à Jerusalém, prática comum no período⁶⁷⁹ e sem nenhuma especificidade com as ações do Infante na cidade. O segundo é exatamente a etapa castelhana da viagem. Consoante Santisteban tem-se que:

E De alli partimos para valladolid a fazer reuerencia al rey don juan el segundo de castilla. & desque el rey lo supo que su primo queria passar en leuante por saber todas las partidas del mundo ouo gran plazer & mando le

⁶⁷⁷ *Idem*, doc.118, p.237-238.

⁶⁷⁸ SANTISTEBAN, Gómez de. *Libro Del Infante Don Pedro de Portugal*. Prefácio de Francis M. Rogers. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, p.4-6. No limite seria possível estabelecer um terceiro ponto de intercessão entre o texto do *Libro* e as ‘viagens reais’ realizadas pelos filhos de D. João I. No início do texto de Santisteban menciona-se que D. Pedro “fue conde de Barcelos” (p.3), o que permite estabelecer um paralelo com a viagem de D. Afonso, verdadeiro conde de Barcelos, que viajou pela Cristandade em 1405.

⁶⁷⁹ LABARGE, Margareth W. *Viajeros Medievales*. *Idem*, p. 118.

dar .v. mill pieças de oro & mandole dar vn faraute que auia nombre Garcirramirez que sabia todos los lenguajes del mundo⁶⁸⁰.

Impressiona o paralelo existente entre o texto cronístico e a narrativa de viagem, principalmente no que tange a oferta de “*pieças de oro*” pelo rei de Castela. Observa-se que este fato agrega importantes elementos para a intensa discussão acerca da datação e do local de produção da obra de Santisteban⁶⁸¹.

Antes de avançar com o deslocamento ibérico, cabe ressaltar que na *Cronica do Halconero de Juan II*, D. Pedro aparece recepcionado por D. Álvaro de Luna. Essa menção não pode ser descartada, e mesmo que a descrição cronística possa estar equivocada, é plenamente presumível que o encontro do Infante com o Condestável de Castela tenha se dado durante a estadia em Aranda, visto que D. Álvaro era um dos nobres mais influentes próximos ao rei D. Juan II no momento.

De acordo com Suárez Fernández, “*el condestable midió las posibilidades que tal visita le brindaba – el matrimonio de don Pedro con una hija del conde de Urgell es garantía de antitrastamarismo – y salió a recibir a su ilustre huésped media légua fuera de la ciudad*”⁶⁸². A posição do historiador espanhol é interessante e direciona a negociação de casamento de D. Pedro para uma articulação castelhana encabeçada pelo Condestável. Na mesma direção, Dias Dinis chegou a concluir que: “não será ilógico inferir que saiu de lá [Aranda] o duque de Coimbra afinado pelo diapasão político de Álvaro de Luna, contrário assim à aliança de Portugal com Aragão e, portanto, discordante do matrimônio do irmão D. Duarte”⁶⁸³.

Retomando a seqüência da viagem, tem-se que D. Pedro saiu da presença de D. Juan e foi para Peñafiel encontrar com um dos Infantes de Aragão, D. Juan, rei de Navarra. Deste encontro a crônica castelhana informa que o Infante recebeu dois cavalos sicilianos. D. Pedro ainda retornou a Aranda ao encontro de D. Juan II, permanecendo por ali dois dias⁶⁸⁴. Nesse mesmo contexto, um outro documento menciona que o Infante ainda recebeu do rei de Castela

⁶⁸⁰ SANTISTEBAN, Gómez de. *Idem*, p.4.

⁶⁸¹ Sobre este tema ver: LIMA, Douglas Mota Xavier de. *Um ilustre viajante português do século XV: as viagens do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)*. *Idem*. Especialmente a discussão inserida no segundo capítulo, páginas 46-55.

⁶⁸² SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Relaciones entre Portugal e Castilla en la época del Infante Don Enrique, 1393-1460*. Madrid, 1960, p.42. *Apud*: DINIS, Antonio Joaquim Dias. À volta do casamento de D. Duarte. (1409-1428). In: Separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Universidade de Coimbra, Tomo XV, 1974, p.35.

⁶⁸³ DINIS, Antonio Joaquim Dias. À volta do casamento de D. Duarte. *Idem*, p.38.

⁶⁸⁴ *Monumenta Henricina*, Vol. III, doc.118, p.238.

“vn diamante de los llanos, e vna sortija de safir, que valia tres mill florines, e dióle quatro cavallos”⁶⁸⁵.

Partindo de Aranda, tem-se que D. Pedro esteve em Valladolid, em 01 de Setembro, e abrigou-se alguns dias depois no mosteiro franciscano de Zamora⁶⁸⁶. Foi exatamente nessa estadia em Valladolid que o mesmo redigiu nova procuração, indicando a seus procuradores, que D. Isabel, filha do ex-conde de Urgel, era a esposa com quem desejava firmar o contrato de casamento. Esta foi, provavelmente, a última parada do Infante em Castela, e dali rumou para as terras do ducado de Coimbra, chegando por volta de 17 de Setembro, a tempo de assistir o casamento do irmão, D. Duarte, com D. Leonor de Aragão⁶⁸⁷.

4.2.1.3.1. Em torno do casamento de D. Pedro e da aliança com Aragão.

Após finalizar o percurso de D. Pedro, é hora de recuperar o tema do casamento, apresentado em suas polémicas no capítulo anterior, e esboçado em suas negociações páginas atrás. Toma-se como ponto de partida a observação de que a possibilidade do matrimônio colocava-se para o Infante desde 1410, com enlances em Aragão – antes dos Trastâmaras –, Sicília, e no Império⁶⁸⁸. Contudo, destaca-se que não se conhece fonte anterior a 1428 em que se indique o interesse do duque de Coimbra em estabelecer alguma união matrimonial. Sabe-se, entretanto, que os casamentos entre famílias régias eram, sobretudo, um ato político, comumente lento na condução das negociações, o que se dava em virtude das estratégias políticas das casas reais e das disponibilidades de noivos e noivas das mesmas. Tais dificuldades e freqüentes mudanças de políticas matrimoniais possibilitavam vários casos de nobres que não contraíam casamento, sendo emblemático o exemplo do infante D. Henrique. Todavia, aos 36 anos D. Pedro decidiu se casar.

Tal aspecto, a idade do Infante, chama atenção e demanda uma reflexão adequada, a qual não aparece valorizada na bibliografia que trata do casamento dos infantes avisinos. Perspectivas gerais sobre as idades na Europa do período, trazem a seguinte indicação:

⁶⁸⁵ *Idem*, doc.119, p.238.

⁶⁸⁶ *Idem*, doc.120, p.239-240, doc.121, p.240-244.

⁶⁸⁷ A partir da carta de D. Henrique a D. João I, na qual descreve o casamento de D. Duarte, tem-se que os infantes se encontraram em Avelãs em uma sexta-feira, dia 17 de Setembro, recebendo D. Pedro que regressava ao reino e dirigia-se ao casamento do irmão. O documento demarca ainda que a celebração do matrimônio deu-se numa quarta-feira, dia 22 de Setembro. Ver: *Idem*, doc.125, p.255-259.

⁶⁸⁸ Cf. Capítulo 3 *supra*.

Infância I	0-7 anos
Infância II	7-14 anos
Juventude	14-20 anos
Idade adulta	20-40 anos
Maturidade	40-60 anos
Senilidade	+60 anos

Através dessa base, D. Pedro aparece na ‘idade adulta’ quando resolveu casar (36 anos), aliás, próximo da maturidade. No entanto, para não fundamentar uma posição em perspectivas genéricas, espaciais e temporalmente, veja-se a consideração de D. Duarte acerca das idades:

0-7 anos	1ª idade	1ª dentição	Infância
7-14 anos	2ª idade	Maturação sexual	Puerícia
14-21 anos	3ª idade	Conclusão do crescimento	Adolescência
21-28 anos	4ª idade	Maturidade física	Mancebia
28-35 anos	5ª idade	Maturidade intelectual	Mancebia
35-42 anos	6ª idade	Início da decadência	Mancebia
42-49 anos	7ª idade	Decadência	Mancebia

⁶⁸⁹ RUSSELL, J. C. Population in Europe, 500-1500. In: CIPOLLA, Carlo M (ed.). *The Fontana Economic History of Europe*. vol. I, *The Middle Ages*. Collins-Fontana Books, 1978, p.42. *apud*: MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. *Idem*, p.22.

⁶⁹⁰ SOUSA, Armindo de. Condicionamentos básicos. In: MATTOSO, José (coord.) *A Monarquia Feudal*. História de Portugal, Vol. II, direção de José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1993, p.358. O quadro foi desenvolvido por Sousa a partir do capítulo 1 do *Leal Conselheiro*, escrito por D. Duarte.

49-56 anos	8ª idade	Início da decrepitude	Velhice
------------	----------	-----------------------	---------

Estes apontamentos foram feitos pelo próprio irmão de D. Pedro, que ao estabelecer esta teoria das idades, permite que a decisão do casamento seja redirecionada para o ‘início da decadência’ da vida do homem. De qualquer forma, pelos elementos já levantados, aparece nítido que o matrimônio do duque de Coimbra foi decidido em uma época avançada de sua vida – fato que também ocorreu com D. Duarte, que casou aos 37 anos. Não obstante, antes de finalizar esta observação, e a fim de oferecer ainda mais elementos que corroborem a posição tomada, recupera-se um novo levantamento sobre o tema, este feito por Armindo de Sousa abordando o período desta análise:

Anos vividos	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
10-19	2	0	2
20-29	0	3	3
30-39	2	6	8
40-49	9	1	10
50-59	3	2	5
59-69	4	3	7
70-79	1	1	2
80-89	1	0	1
<i>Totais</i>	22	16	38
Média de vida	49,5 anos	44,3 anos	

Levando em consideração tais elementos, tenho defendido que a decisão de D. Pedro em assumir casamento expressa uma cautela significativa, a qual somente foi rompida quando o irmão e herdeiro D. Duarte finalizou sua negociação matrimonial⁶⁹². Ênfase que naquele

⁶⁹¹ *Idem*, p.359. Armindo de Sousa estabeleceu tais médias de vida analisando os reis, rainhas e infantes entre 1300 e 1500.

⁶⁹² Tal proposta foi esboçada em minha monografia (LIMA, Douglas Mota Xavier de. *Um ilustre viajante português do século XV: as viagens do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)*. *Idem*, p.96-97, 106-107), e defendida recentemente na comunicação “Por que viajar? Questões acerca das motivações para a viagem do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)”. Em outra perspectiva, a idéia de que o casamento de D. Duarte motivou a escolha do Infante, pode ser verificada em: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. *Idem*, p.33 (“O consórcio de D. Duarte, em vésperas de celebrar-se, acordou em D. Pedro o desejo de se matrimoniar”).

contexto, qualquer imprevisto que ocorresse com o príncipe herdeiro, o Infante seria o próximo na escala de sucessão e, assim, um enlace prévio poderia prejudicá-lo na nova posição. Em uma sociedade em que a expectativa de vida era baixa, que diversos imprevistos e guerras ceifavam vidas de nobres ou camponeses, e que a peste e a fome eram um espectro presente e real⁶⁹³, não é nenhum absurdo acreditar que D. Pedro pudesse ter expectativas de assumir o trono.

As decisões do Infante parecem confirmar a hipótese de tal cautela. D. Duarte casou-se em 22 de Setembro de 1428, e o duque de Coimbra finalizou seu contrato de casamento nove dias antes, em 13 de Setembro. Recupera-se, aliás, que ainda no Império o viajante era informado de que o consórcio do irmão fora finalizado com D. Leonor de Aragão. A sincronização de datas é instigante e não parece meramente ocasional. Estas observações não têm o interesse de reforçar uma idéia equivocada, que apresenta D. Pedro como um homem ávido pelo poder, ambicioso e com a expectativa que o irmão mais velho morresse o quanto antes e, assim, o Infante chegasse ao trono; pelo contrário, busca-se ressaltar que a sua postura após o retorno das viagens e, principalmente, após o casamento de D. Duarte e o nascimento de D. Afonso V, mostram um Infante mais preocupado com a casa de Coimbra, sem que isso o impedisse de continuar atuando na administração régia.

Dito isso, segue-se recuperando outro problema relativo ao casamento de D. Pedro: a noiva. A escolhida do Infante foi D. Isabel, representante de um importante ramo da nobreza aragonesa, a família Urgel. Eis o pomo da discórdia histórica (se porventura existiu) e, principalmente, historiográfica, que vem suscitando diversas indagações: tal escolha foi um ato isolado de D. Pedro ou se insere na política matrimonial de D. João I? A opção foi precipitada e equivocada, com conseqüências negativas, ou, pelo contrário, a posição foi acertada e favoreceu a causa portuguesa?

O ‘problema’ histórico, que acredito ser deveras exagerado na historiografia, dá-se porque D. Isabel era filha do ex-conde de Urgel, derrotado e encarcerado por Fernando de Antequera, pai de D. Leonor de Aragão, Trânsstamara, que no período da estadia de D. Pedro em Castela, rumava para a celebração do casamento com D. Duarte⁶⁹⁴. O Infante sabia dessas circunstâncias, fora informado do enlace do irmão ainda nas terras do Império, e mesmo

⁶⁹³ A peste ceifou, por exemplo, a vida de D. Duarte em 9 de setembro de 1438, à época com 47 anos.

⁶⁹⁴ Após o Compromisso de Caspe (5 de Setembro de 1412) o conde D. Jaime de Urgel refugiou-se no castelo de Balanguer, onde foi cercado no mês de Outubro. Desse momento em diante foi despojado dos títulos e bens, e aprisionado na povoação de Urueña, em Castela. A esposa e as filhas foram levadas para o mosteiro de Sixena, no reino castelhano, ficando sob a guarda de D. Leonor de Albuquerque, esposa de D. Fernando e rainha de Aragão (RODRIGUES, Ana Maria S. A. D. Leonor, Infanta de Aragão, Rainha de Portugal: linhagem, gênero e poder na Península Ibérica do século XV. In: *Raízes medievais do Brasil moderno - Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2008, p.217-218).

assim decidiu escolher a infanta de Urgel como esposa: por quê? Visando oferecer possíveis respostas para tantas indagações, toma-se como ponto de partida que o enlace de D. Pedro não foi conduzido pelo rei de Portugal. A negação é adotada aqui tanto por não existir nenhum vestígio de que D. João I tenha se envolvido na negociação do casamento – cartas ao Infante, embaixadores à Aragão sobre o tema, etc. –, e por ter-se ainda a existência de indícios de que o rei português não ofereceu os devidos auxílios para a chegada de D. Isabel a Portugal⁶⁹⁵. Assim, seria a decisão um ato isolado de D. Pedro?

Pergunta complexa tem respostas possibilitadas pela observação da paragem ibérica da viagem. No entanto, este caminho estabelece um ponto de oposição na historiografia. Escolhendo algumas obras como amostragem, têm-se que existem posições completamente contrastantes, umas defendendo que a escolha foi exclusiva de D. Pedro⁶⁹⁶, outras que foi uma estratégia de Álvaro de Luna contra os Trastâmaras⁶⁹⁷, e ainda que se tratou de um plano de D. Afonso V para fortalecer a posição Trastâmara⁶⁹⁸. Não seria satisfatório descartar nenhuma alternativa, mas estou inclinado a dar menor importância à primeira, em virtude dos vestígios deixados pela viagem. Desta forma, restam dois caminhos interpretativos completamente opostos, e não se furtará a tomar posição acerca da querela.

Como exposto no capítulo anterior, durante as festas de Valladolid, celebração em despedida da infanta D. Leonor, o Condestável de Castela e o próprio rei D. Juan II conduziram as festividades, fazendo com que o casamento da infanta aragonesa fosse assumido pelo poder castelhano e, conseqüentemente, contribuísse para a paz entre este reino e Portugal⁶⁹⁹. Tal leitura é ainda corroborada pela carta de D. Duarte à D. Pedro, no qual o herdeiro reclama de D. Leonor não ter sido acompanhada dos irmãos, D. Juan e D. Enrique,

⁶⁹⁵ Cf. notas 358 e 514.

⁶⁹⁶ “Num exemplo pouco vulgar para a época, escolheu ele [D. Pedro] mesmo a sua mulher” (MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Vida e Obra do Infante D. Pedro. Idem*, p.12).

⁶⁹⁷ Cf: notas 672 e 673. Ver ainda: DINIS, Antonio Joaquim Dias. À volta do casamento de D. Duarte. *Idem*, p.37-38 (“E aquele desagrado de Luna [com a alinça luso-aragonesa através do casamento de D. Duarte] deve ter sido confirmado na longa conferência de Aranda de Duero com o infante D. Pedro de Portugal, que, por isso, ali ficou habilitado a declarar, nas suas procurações de Setembro seguinte, datadas de Valhadolide e de Zamora, o nome de sua noiva, D. Isabel de Urgel”).

⁶⁹⁸ “Estou convicto de que este monarca [D. Afonso V] concebeu um plano. Na seqüência da tumultuosa designação do seu pai, Fernando de Antequera, como rei de Aragão (...), ficaram muitas feridas abertas. As piores, provavelmente, na Catalunha, devido à revolta e à derrota do Conde de Urgel. (...) O casamento das filhas do conde D. Jaime podia ser, neste contexto, um contributo decisivo para virar a página. E de repente desembarca-lhe em Valência o infante D. Pedro, prestigiado em toda a Europa, filho segundo do rei de Portugal, irmão do príncipe D. Duarte que, dali a algumas semanas, se casaria com a sua (dele, Afonso V) irmã Leonor. Se o ligasse a uma filha do conde de Urgel, Afonso V começava a resolver um dos seus maiores problemas e aproximava as famílias rivais, a sua e a de Urgel, casando duas donzelas ‘adversárias’ com dois irmãos” (DUARTE, Luis Miguel. *Idem*, p.171).

⁶⁹⁹ Cf. nota 346.

durante a saída de Castela⁷⁰⁰. Consoante os argumentos de Luís Miguel Duarte, acredita-se que esta mudança ocorrida na celebração de Valladolid fez com que o casamento do herdeiro português ‘perdesse’ parte de sua potencialidade na aliança com Aragão, favorecendo, por outro lado, a relação luso-castelhana. Dito isso, e sendo presumível que o contato entre Álvaro de Luna e D. Pedro tenha ocorrido em Aranda, se porventura, neste, tratou-se do tema do consórcio do Infante, Luna poderia ter objetivado a associação do duque de Coimbra à Casa de Urgel e, com isso, enfraquecer a posição dos Infantes de Aragão⁷⁰¹.

A hipótese é plausível e, comumente, a aproximação entre tais personagens nos anos da regência (1438-1448) tende a fundamentar esta posição⁷⁰². Contudo, adotá-la seria aceitar que D. Pedro discordava, ou passou a discordar por influência de D. Álvaro, da opção matrimonial do irmão D. Duarte, e isto não parece ter fundamento. O Infante estava ciente das negociações luso-aragonesas desde o início (1422), fora informado da conclusão do contrato de casamento pelo próprio rei Alfonso V, e não há registro de que tenha se oposto a D. Leonor antes do período regencial⁷⁰³.

Destarte, permanece a perspectiva de que o consórcio foi influenciado pelo rei de Aragão. Esta hipótese me parece mais concreta, e os vestígios da viagem também corroboram esse caminho interpretativo. Alfonso V preocupou-se em avisar o Infante da união de D. Duarte com D. Leonor (Agosto de 1427), recebeu o viajante com todas as honras e exaltando os vínculos de parentesco entre os mesmos (Julho de 1428), e, principalmente, foi com este rei que Aires Gomes da Silva ficou de negociar o casamento de D. Pedro (Agosto de 1428). Recupera-se a seqüência cronológica dos fatos: o duque de Coimbra foi festejado em Valencia, e nesse contexto decidiu iniciar a procura de uma esposa; apenas cinco dias depois foi assinada uma procuração da parte de Isabel de Urgel para a negociação do contrato de casamento com D. Pedro; ao partir de Aragão, o Infante deixou um procurador para tratar do assunto com D. Alfonso V, sem indicar previamente com que se interessava em casar; após

⁷⁰⁰ Cf. notas 517, 518.

⁷⁰¹ “Para tanto, o condestável terá favorecido a aproximação entre o Infante e a Casa de Urgel, pois D. Álvaro de Luna sabia que teria um ótimo aliado se D. Pedro casasse com uma das filhas daquele Conde” (ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p.52).

⁷⁰² Julieta Araújo defende, por exemplo, que a amizade começou nessa visita de D. Pedro: “A amizade entre D. Pedro e o condestável de Castela seria, como dissemos, duradoura e muito terá contribuído para o resultado final do casamento do Infante” (*ibidem*, p.53).

⁷⁰³ Ressalta-se que na carta que D. Duarte enviou a D. Pedro, exortando-o a não permanecer descontente, em nenhum momento o herdeiro critica o irmão pela opção matrimonial (DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte*. *Idem*, doc.7, p.50-55). Além disso, o Infante atuou destacadamente durante a celebração do casamento de D. Duarte, sempre próximo de D. Leonor. Como se assinalou na primeira parte deste capítulo, D. Pedro aparece na corte régia durante as festas de despedida da infanta D. Isabel, em virtude do casamento com o duque da Borgonha, aparição que se deu ao lado da esposa e da cunhada. Tais elementos não permitem descartar algum desentendimento entre Pedro e Leonor, mas também possibilitam que não se adote a oposição entre os mesmos.

um primeiro encontro com D. Juan II (e D. Álvaro de Luna?), foi até o rei de Navarra, irmão de D. Alfonso V e D. Leonor, em Peñafiel, e retornou para a presença do rei de Castela durante alguns dias; por fim, em Valladolid expressou que o casamento deveria se dar com D. Isabel de Urgel.

Nessa exposição cronológica fica clara que a paragem em Aragão demarca o início da negociação de casamento, para a qual D. Alfonso V contribuiu e deu assistência ao procurador do Infante. Por mais que os documentos provenientes de D. Pedro não indiquem nominalmente quem deveria ser a noiva, antes do Infante sair de Aragão, a transação com os procuradores de D. Isabel já tinha começado. A estadia com o rei de Castela, entrecortada com a visita ao outro infante de Aragão, D. Juan, pode ter influenciado na decisão por Isabel, mas isso não quer dizer que tal escolha representasse uma oposição à causa aragonesa. Afinal, o casamento de D. Pedro com a infanta de Urgel era bom tanto para D. Álvaro de Luna quanto para os Infantes de Aragão. No entanto, reafirma-se, a opção favoreceu, ao menos naquela circunstância, a posição de D. Alfonso V.

A região da Catalunha, marcada pelos apoiadores do Conde de Urgel, oferecia dificuldades ao rei aragonês, que no período enfrentava ainda problemas no mediterrâneo e em Castela, com o enfraquecimento da posição política dos irmãos. Soma-se ainda o fato da constante ausência de D. Alfonso das terras aragonesas, instalando-se, comumente, em Nápoles, o que permitiu que sua governança interna fosse prejudicada⁷⁰⁴. Após a morte da condessa de Urgel (1424), coube a Alfonso V prover e casar as filhas de Jaime de Urgel, e por tal incumbência consorciou D. Isabel com D. Pedro em 1428⁷⁰⁵. A priori, o casamento representou um reforço interno e externo da posição do *Magnânimo*, favorecendo um dos ramos da nobreza opositora a sua causa, principalmente na região da Catalunha, e ainda fortaleceu e ampliou as relações familiares com Avis. Esta escolha interpretativa, quiçá, fique mais clara ao refletir-se acerca da outra indagação feita anteriormente: a opção do casamento foi precipitada e equivocada, com conseqüências negativas, ou, pelo contrário, a posição foi acertada e favoreceu a causa portuguesa?

Frente a este problema, adotar-se-á a mesma perspectiva assumida quanto à escolha da esposa do Infante. Desta forma, percebe-se que as duas propostas presentes na pergunta têm fundamentos, e cabe, assim, decidir pela que acredito ser mais convincente. Para tal,

⁷⁰⁴ OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 2003, v.2, p.183. Acerca das relações de D. Alfonso V com a Catalunha ver as páginas 189-191 da referida obra.

⁷⁰⁵ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. El compromiso de Caspe, autodeterminación de un pueblo (1410-1412). In: *Historia de España*. Tomo XV. Dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Calpe, 1964, CXLIII.

estabeleço um critério de análise: observar o contexto, anterior e posterior ao casamento de D. Pedro. A fim de oferecer uma precisão cronológica para a escolha, define-se o período de uma década, 1425-1435, respectivamente, o ano da partida do Infante e meados do reinado de D. Duarte.

Recuperam-se algumas indicações presentes no quadro diplomático de Portugal estabelecido capítulos atrás. Tem-se que ao longo dos anos 20 – circunstância que se manteria, ao menos, até a morte de D. João I (1433) – a situação portuguesa na Península Ibérica viu-se fortalecida. Nesse sentido contribuíram a ratificação do tratado de Ayllon em 1423, garantindo a manutenção da paz luso-castelhana; a longa negociação de casamento (1422-1428) envolvendo D. Duarte e D. Leonor de Aragão; o estabelecimento de alianças com D. Alfonso V e D. Juan, rei de Navarra; a busca da mediação no conflito entre os Infantes de Aragão e Castela; e, por fim, a assinatura da paz definitiva com Castela em 1431⁷⁰⁶.

Para além da pacificação das relações luso-castelhanas – um objetivo buscado incisivamente por D. João I –, destaca-se o interesse joanino na relação com Aragão. Mais do que um reino capaz de balancear as relações políticas na península, principalmente no contexto de afirmação avisina, ou um pilar da política externa portuguesa⁷⁰⁷, Aragão possibilitava a ampliação das relações econômicas de Portugal com diferentes praças mediterrâneas⁷⁰⁸. Ultrapassando as importantes relações econômicas, D. João I buscou uma aliança política com o reino de D. Alfonso V, a qual se fundamentaria em um forte elo: o casamento de seu herdeiro, D. Duarte. Ênfase: a iniciativa foi do rei de Portugal.

Este conjunto de indicações permite afirmar que nos anos 20 a política diplomática de D. João privilegiava as relações com Aragão. Por outro lado, também é possível dizer que a

⁷⁰⁶ Cf. capítulo II *supra*.

⁷⁰⁷ *Ibidem*.

⁷⁰⁸ Filipe Barata enfatiza que a presença portuguesa no mediterrâneo ampliou-se a partir de 1380, tendo a conquista de Ceuta ocupado um papel decisivo nessa presença (BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, Comércio e Relações Políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d., p.32-33). Diz ainda o autor: “Depois dos momentos iniciais, correspondentes aos finais do século XIV, os anos que vão até a tomada de Ceuta correspondem a essa época de intenso comércio com os domínios da coroa aragonesa, a que se seguirá um período de maior estabilização no volume das trocas (...). De resto, foi a complementaridade das economias lusitana e catalã que ajudou a reforçar esse comércio” (p.413-414). Adão da Fonseca também enfatiza a proposta: “Sendo Portugal um país bipolar, esta característica condiciona diretamente toda a nossa presença na Península Ibérica. Convergindo Portugal e o Norte de Espanha num mesmo espaço atlântico, a relativa debilidade das relações com a Galiza e o Cantábrico – comparadas com as que se mantinham com o Norte da Europa – transforma Portugal e Castela em rivais nesse mundo Atlântico. (...) Pelo contrário, tudo aproxima Portugal da Coroa de Aragão, dada a intensidade das relações com a Península Oriental – inserindo-se sem dificuldade no quadro do relacionamento lusitano com o Mediterrâneo” (FONSECA, Luís Adão da. *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Século XIV-XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1999, p.41).

coroa aragonesa dava muita importância a tal vínculo com Portugal⁷⁰⁹. Logo, por mais que se defenda que o casamento de D. Pedro não foi traçado por D. João I, admite-se que o consórcio estava inserido, de forma coerente⁷¹⁰, no conjunto da política diplomática aragonesa no período. Descarta-se, assim, apenas a opção de equívoco no enlace do Infante, visto que, pelo tempo de negociação (Julho-Setembro), parece que o contrato matrimonial foi de fato um tanto acelerado, o que não necessariamente indica um problema.

Da primeira parte da indagação resta refletir sobre as ‘conseqüências negativas’ do casamento. Contudo, levando em consideração os elementos já expostos, acredita-se que o principal problema relativo a este mote é a questão da interpretação histórica dos fatos. Diz-se isto porque em todo o levantamento de fontes primárias e secundárias desta pesquisa, não se encontrou nenhum indício de que a união de D. Pedro foi negativa para Portugal e para Aragão⁷¹¹. Apesar disso, são freqüentes as análises que criticam o casamento, tomando como base os acontecimentos posteriores à morte de D. Duarte: o conflito entre o Infante e D. Leonor (1438-1439) pela regência; a posição de D. Afonso V [rei português] contra o Duque de Coimbra (1448-1449); a morte de D. Pedro em Alfarrobeira (1449); e mesmo a guerra civil ocorrida na Catalunha (1464-1466) que teve a participação de D. Pedro, primeiro filho do Infante. Conclui-se comumente que o fato do pai de D. Isabel ter sido derrotado e encarcerado por Fernando de Antequera, pai de D. Leonor, gerou um ódio, uma rivalidade, uma oposição entre as cunhadas que daria o tom das disputas políticas em Portugal nos anos 30 e 40⁷¹². Deste modo, defende-se que as ‘conseqüências negativas’ do casamento são resultado de leituras anacrônicas, que explicam o enlace tendo em vista os difíceis fatos posteriores.

Por fim, um outro episódio contribui para a hipótese defendida, e corrobora a escolha cronológica feita para a alínea. Trata-se de um documento de 1435, no qual a rainha de Aragão, D. Maria, propunha que as outras irmãs de D. Isabel de Urgel – a saber, D. Leonor e D. Joana – se casassem em Portugal com os infantes D. Henrique e D. Fernando, que até o momento permaneciam solteiros⁷¹³. Esta carta, endereçada ao Infante, demonstra que em meados da década de 30, a união Avis-Urgel estabelecida através de D. Pedro visava ser ampliada e, mais uma vez, por iniciativa da coroa aragonesa. Portanto, se existiram ‘conseqüências negativas’ do casamento do duque de Coimbra com Isabel de Urgel, estas

⁷⁰⁹ OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Idem*, p.186 (“Los Buenos oficios y la amistad de Juan I de Portugal eran para don Alfonso una baza de muy grande importancia”).

⁷¹⁰ Discorda-se, assim, da posição de Luís Miguel Duarte, que classifica o casamento de D. Pedro de “uma estratégia matrimonial bizarra” (DUARTE, Luis Miguel. *Idem*, p.170).

⁷¹¹ No período que estabeleci anteriormente, até 1435.

⁷¹² Não quero com isso desconsiderar a questão, mas são inúmeros os casos históricos em que os algozes tornaram-se aliados, e não objeto de vingança.

⁷¹³ *Monumenta Henricina*, Vol. V, doc.65, p.148-149.

foram posteriores e decorrentes da conjuntura e dos acontecimentos que seguiram os finais da década de 30, logo, não podem ser imputadas à decisão tomada em 1428.

No bojo dessas reflexões, conclui-se que o consórcio de D. Pedro favoreceu a causa portuguesa perante Aragão. Inseriu-se no conjunto da política externa joanina, a qual tinha como um dos vetores, a intervenção no mediterrâneo, e para tal, a aliança com a monarquia aragonesa era fundamental. Como afirma Adão da Fonseca, os olhos de Portugal estavam postos em duas cidades da Coroa de Aragão, Barcelona e Valencia⁷¹⁴. Interessante, e não ocasional que tais cidades foram pontos de paragem da viagem, além de serem localidades marcadas pelo urgelismo.

4.3. CONCLUSÃO: UM BALANÇO DA VIAGEM.

*Pode escrever-se um poema passeando
com D. Pedro em Treviso cuja Marka
lhe foi concedida por Sigismundo
imperador da Hungria. Ou talvez em Veneza
uma tarde de chuva e água alta
descobrimo os roteiros do oriente e lendo
o livro de Marco Pólo e o mapa-mundí
ou redigindo novas cartas sobre
como se deve organizar o Estado
impulsionar a economia e as relações internacionais
recomendando sobretudo que é preciso
um pouco mais de mar um pouco mais de mundo.*
Manuel Alegre⁷¹⁵.

A viagem de D. Pedro foi um feito histórico tão marcante que até hoje inspira historiadores, juristas, dramaturgos, e poetas. As palavras oferecidas por Manuel Alegre vêm demarcar as visões mais diversificadas acerca do deslocamento do príncipe português no século XV. A poesia demonstra que a viagem real, muitas vezes entrecruzada com o périplo pelas “Sete Partidas” do mundo, permanece um tema atual, e que ultrapassa o âmbito de Portugal.

⁷¹⁴ FONSECA, Luís Adão da. *Idem*, p.60.

⁷¹⁵ ALEGRE, Manuel. *Sete Partidas. Poema*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2008, p.23.

Após tantas conclusões parciais em um capítulo repleto de problematizações, é hora de um arremate. Inicia-se recuperando que o Infante ao sair do reino, situação que se manteria após o retorno, tinha problemas com o pai, mas isso não impediu que sua viagem se constituísse em um instrumento da política externa que vinha sendo traçada desde a ascensão de Avis. Em 1425, D. Pedro era duque de Coimbra, auxiliava na administração da coroa, atuando em outras diferentes áreas para o fortalecimento do Estado português. A viagem, circunscrita em um contexto de estabilização das relações ibéricas e de crescimento da presença lusitana no mar do norte, permitiu a ampliação e a consolidação dos vínculos com a Inglaterra, a Borgonha, o papado, e os reinos peninsulares. Através do deslocamento construía-se também laços no Império, os quais seriam acionados duas décadas depois pelo início das negociações matrimoniais de D. Leonor, filha de D. Duarte.

É fundamental ainda destacar que o percurso da viagem indica que as paragens foram detalhadamente escolhidas, articulando os locais com os quais Portugal já tinha relações diplomáticas amistosas. Como se obsevou ao longo do capítulo, se o objetivo era guerrear no Império, muitos outros caminhos mais curtos poderiam ter sido atravessados, mas o Infante decidiu primeiramente ir à Inglaterra e de lá passar a Borgonha. Estas ponderações reafirmam a importância dos vínculos de parentesco que ligavam a dinastia de Avis aos diferentes reinos da Cristandade, laços que formavam uma rede que favorecia o fluxo de pessoas, desde comerciantes, pequenos nobres e cavaleiros, até grandes príncipes como D. Pedro.

Ao longo dos itens analisados percebeu-se que ao viajar, o Infante utilizou de todas as potencialidades inerentes à sua posição social, mostrando-se um exímio artífice das relações diplomáticas portuguesas. Em uma época na qual os embaixadores não tinham um ofício, existindo apenas enquanto a missão durava, a variedade de agentes diplomáticos era deveras ampla, articulando os indivíduos, principalmente, a partir dos vínculos com o rei. D. Pedro não foi um embaixador, foi mais. Ultrapassava os modelos da diplomacia medieval, visto que tinha uma instrução destacada que o permitiu se comunicar em diferentes partes da Cristandade, e, além disso, era um grande nobre português, filho do vitorioso e honrado D. João I. O duque de Coimbra levou e reforçou a imagem de Portugal nas diferentes cortes em que passou, uma imagem associada ao zelo à causa romana, ao empenho na luta contra os mouros ibéricos e do norte da África, e que também se tornava uma imagem ligada ao saber, mais precisamente a cultura pré-humanista.

A observação das escalas da viagem faz notar os contatos que o Infante teve durante os anos que permaneceu fora de Portugal – relações que geraram traduções, aquisições de livros, e possivelmente a encomenda de uma mapa-mundi –, e mostram a variedade de bens

recebidos e até mesmo trazidos para o reino. Mesmo com várias lacunas a serem preenchidas por novas pesquisas que ampliem a documentação referente ao tema, percebe-se que ao longo da viagem, o duque de Coimbra participou de diferentes festas, banquetes, torneios, entre outras celebrações que tanto reafirmavam a sua posição de nobre, como expressavam a situação de ilustre viajante.

Através de alguns documentos analisados foi possível perceber que durante o período em que ficou fora de Portugal, D. Pedro não ficou alheio do que ocorria no reino, antes manteve o contato direto e indireto com a terra natal. A famosa carta escrita em Bruges expressa essa comunicação, mas nos vestígios que foram citados no capítulo também se notou que houve mensageiros que levaram informações para o Infante e outros que trouxeram novas para Portugal. Nesse sentido, é interessante assinalar a rede de comunicação que se manifesta ao longo da viagem, rede esta que contou com a participação de portugueses estabelecidos na península itálica. Por fim, retoma-se que o contato não apenas envolveu D. Pedro e Portugal, ou portugueses no estrangeiro, mas também abarcou a relação entre o duque de Coimbra e D. Alfonso V, rei de Aragão. Todos estes indícios reforçam a proposta de que o cotidiano da viagem era acompanhado nas diferentes localidades relacionadas com a dinastia de Avis.

Desta forma, conclui-se que a viagem do Infante foi um instrumento diplomático, contribuindo decisivamente para a projeção da imagem externa do reino, e conseqüentemente, da dinastia, na Cristandade. Nesse sentido também teve um papel significativo na construção e na consolidação das alianças externas de Portugal, alianças que se afirmavam no medievo através de vínculos pessoais. Cabe agora evidenciar que os laços construídos pela viagem foram tão fortes que a morte de D. Pedro em Alfarrobeira gerou problemas para as alianças do reino.

CAPÍTULO 5

ALFARROBEIRA E AS ALIANÇAS EXTERNAS DE PORTUGAL

Eis que é chegado o momento oportuno para se analisar as conseqüências da batalha de Alfarrobeira para as relações diplomáticas de Portugal, o eixo de reflexão deste capítulo. No entanto, cabe que antes se faça uma abordagem prévia acerca do processo que levou a tal conflito, ou seja, o período da regência do infante D. Pedro. Observa-se, desde já, que os acontecimentos da época, ao menos no plano externo, caracterizam-se como resultado das relações dinásticas construídas na década de 20, mormente com a aliança entre Avis e os trastâmaras de Aragão, analisadas capítulos atrás.

5.1. DA REGÊNCIA À ALFARROBEIRA

5.1.1. O início da Regência de D. Pedro (1438-1439)

Um reino em alvoroço, um infante cativo, uma campanha militar frustrada, e à tais problemas o dia 09 de Setembro de 1438 somou um novo, e ainda mais significativo, o óbito do rei. Tal acontecimento poderia ser considerado apenas mais uma morte régia, a qual seria, e foi, seguida do levantamento de um novo rei. Todavia, a dinâmica política do período inspirava apreensão com este falecimento. Portugal não estava envolvido em guerras, a sucessão régia estava garantida desde 1432 – ano do nascimento de D. Afonso V –, mas a descendência trazia um problema, a menoridade⁷¹⁶.

⁷¹⁶ Luís Miguel Duarte desenvolveu um trecho relevante sobre o contexto da morte do rei: “Antes de tentarmos perceber que tipo de funerais D. Duarte teve e porquê, temos de tomar consciência de que a sua morte inesperada – a morte de um rei saudável, aos 47 anos, vítima do contágio de uma epidemia e no espaço de doze dias de certeza apanhou todos desprevenidos – lançou o alarme no país. As pessoas, sobretudo as mais próximas da corte, já andavam preocupadas, tensas e divididas por causa do cativo de D. Fernando, que se arrastava havia mais de um ano, e da eventualidade de ele ser resgatado em troca da devolução de Ceuta. Agora ia-se o rei e deixava no trono um menino de seis anos.” DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte. (1391-1438)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2007, p.358.

É interessante destacar que na passagem do século XIV para o século XV, Castela enfrentou o problema da menoridade duas vezes, com Enrique III e Juan II, sendo que as principais dificuldades apareceram na longa menoridade do segundo – de aproximadamente 13 anos. Em ambos os casos a solução encontrada foi a mesma, a regência⁷¹⁷. O recurso às regências não era novidade nos reinos da Cristandade, e menos ainda em Portugal, que no processo da Revolução de Avis já enfrentara a regência de D. Leonor Teles⁷¹⁸. Mas, como argumenta Oliveira Marques, a história das menoridades régias estava repleta de casos de contestação às rainhas regentes, e de casos de mudanças nos regimentos dos reinos⁷¹⁹.

Dito isso, tem-se que o cerne da questão a ser resolvido deslocava-se, assim, da circunstância da morte do rei, para a decisão acerca da composição da regência. No entanto, o que poderia facilitar este processo, trouxe ainda mais problemas. O rei redigiu um testamento antes de falecer. Não se sabe quando o fez e em que circunstâncias, elementos que se agravam pelo fato de nem mesmo uma cópia do documento ter sido conservada. A única descrição coube a Rui de Pina, no entanto é possível inferir que a redação se deu durante a doença, ou seja, nos dias derradeiros da vida de D. Duarte⁷²⁰.

O rei expressava que a regência, assim como a tutoria dos filhos, caberia exclusivamente à D. Leonor, sua esposa⁷²¹. Abriram-se, de imediato, inquietações com o desejo do *Eloqüente*⁷²². Contudo, mais uma vez convém ressaltar que a escolha da rainha como regente, a priori, não explica por si só a tensão desse contexto. Luís Miguel Duarte adverte que nessas circunstâncias, misturavam-se princípios de direito público, sobre a sucessão do trono, com práticas de direito privado, relativas à transmissão patrimonial dentro

⁷¹⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV*. Tomo XV de la Historia de España dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Calpe, 1964, p.29-33; ver ainda: VILLAROEL GONZÁLEZ, Oscar *El rey y el Papa. Política y diplomacia en los albores del Renacimiento (el siglo XV en Castilla)*. Madrid: Sílex, 2009, p.23-32, 38-39.

⁷¹⁸ Citam-se brevemente alguns casos da história portuguesa anteriores a 1438. Por falecimento de D. Afonso II, já viúvo, e com o filho menor, iniciou-se uma regência no reino, da qual se sabe que provocou guerras civis. No entanto o caso mais emblemático é de Leonor Teles, esposa do rei D. Fernando. Levantando-se contra o que se tinha estabelecido em tratados anteriores, o mestre de Avis assumiu a posição de defensor do reino e posteriormente de rei de Portugal, iniciando a dinastia de Avis e afastando completamente a rainha. Cf.: BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal. Séculos XII-XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo I, 1885, p.640-641.

⁷¹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p.552.

⁷²⁰ DUARTE, Luís Miguel. *Idem*, p.359.

⁷²¹ De acordo com o cronista, estavam presentes no momento da abertura do testamento de D. Duarte, o Infante, D. Pedro de Noronha, e outros principais do reino. (PINA, Ruy de. *Crónica de El-Rei D. Affonso V*. Escripório, Lisboa: Rutgers University Libraries, Vol.1, 1901, Capítulo III, p.17).

⁷²² “Nos dias imediatamente a seguir ao falecimento do rei a sucessão dos acontecimentos foi alucinante. A corte dividiu-se, o reino dividiu-se e a tensão cresceu exponencialmente. Houve conjuras planeadas, armas contadas e não se esteve longe de um confronto perigoso.” DUARTE, Luís Miguel. *Idem*, p.362.

da família⁷²³. Desta forma, o problema da decisão régia deve ser redirecionado para outros fatores, os quais estão expressos na *Crónica de El-Rei D. Affonso V*: D. Leonor era mulher e estrangeira.

Escreve Rui de Pina, expressando o conselho que se deu à rainha:

Senhora, o peso d'este cargo de reger, que assi soltamente tomaes, é mui grande e tal, que muitos barões abastados de fortaleza de coração e de prudência o recearam. E por serdes mulher e ainda estrangeira, como quer que para isso haja em vós sã consciencia e conhecidas virtudes com mui santo desejo, em caso que não houvesseis n'elle alguma contradicção, certo duvidamos que o possaes soffrer; porque Vossa Senhoria ha-de consirar que são n'este reino tres Infantes, grandes Principes, e de muita autoridade, e naturaes da terra, que hão d'estimar por quebra e abatimento de seus estados serem regidos por mulher, especialmente não natural nem herdeira, como vós sois, e que o por suas bondades e assesego de todos quizessem consentir, não falleceriam outros amigos de novidades, que lh'o fariam sentir e obrar por outra maneira⁷²⁴.

Os acontecimentos ocorridos entre a abertura do testamento de D. Duarte e a ocupação por D. Pedro do posto cimeiro da regência, são motivos de longos debates historiográficos. Alguns defendem a 'ambição' de D. Pedro pela regência⁷²⁵, enquanto outros, seguindo as indicações de Rui de Pina, advogam em prol da qualificação do Infante para a posição⁷²⁶. De qualquer forma, é consenso que o fato de D. Leonor ser mulher e, principalmente, estrangeira, casou receio em diferentes grupos sociais, iniciando uma série de debates sobre quem deveria reger o reino.

A ampliação de trabalhos relativos à história das mulheres, à história de gênero e, principalmente – em virtude do tema –, à história das rainhas medievais portuguesas, têm avançado em demonstrar que as esferas do poder não estavam fechadas à participação das mulheres, antes, por vezes estas apareciam no auxílio aos maridos, como gestoras de patrimônios, construtoras de alianças diplomáticas, e em regências – como no caso castelhano citado anteriormente. Assim, tem-se que mesmo condicionadas, tais mulheres tinham espaço

⁷²³ Na opinião do autor, D. Leonor aparece como uma opção normal, justificada por práticas do período. Não obstante, cabe recuperar o prosseguimento dos argumentos do mesmo: “Só em circunstâncias excepcionais, que D. Duarte não enxergava, podia recorrer a outros familiares – e aí D. Pedro podia ser a escolha óbvia. Mas o problema não se colocava. Até Afonso fazer catorze anos, a regente do reino seria a viúva D. Leonor. Para um rei doente, talvez a agonizar, esta mulher de quem tivera oito filhos e que trazia o nono no ventre, filha de reis e irmã de reis, não representava qualquer problema.” (DUARTE, Luís Miguel. *Idem*, p.360). Os argumentos do historiador português são interessantes, e valorizam o vínculo matrimonial entre D. Duarte e D. Leonor, mas acreditamos que, provavelmente, o rei compreendia os ‘perigos’ e a ‘fragilidade’ da posição da rainha.

⁷²⁴ PINA, Ruy de. *Idem*, p.17-18.

⁷²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Idem*, p. 552.

⁷²⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Portugal: a emergência de uma Nação*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p.76.

de ‘manobra’ política. Contudo, como argumenta Ana Rodrigues, “eram os homens que determinavam por quanto tempo e em que termos esse poder era nelas delegado, podendo revogá-lo quando tal lhes apetecesse, ou manobrar para obter essa revogação”⁷²⁷.

Para além do fato de ser mulher, D. Leonor é vista com descrédito por não ser natural do reino, e sim uma estrangeira. Este aspecto, isto é, a distinção entre os naturais e os não naturais da terra, foi um recurso freqüente na prosa avisina, aparecendo de forma singular nas crônicas quatrocentistas e quinhentistas⁷²⁸. Nesse contexto – como em outros da história portuguesa do período –, a categoria foi acionada como elemento que permite o acesso ‘legítimo’ ao posto de regente. Tal circunstância dava-se, em grande parte, pelos acontecimentos ocorridos em Castela, os quais envolviam os irmãos de D. Leonor, os poderosos Infantes de Aragão.

A abertura do testamento coincidiu com a retomada das disputas entre o grupo dos Infantes de Aragão e de D. Álvaro de Luna no reino castelhano, o que trouxe a preocupação acerca do envolvimento de Portugal no conflito, o que poderia perturbar a paz perpétua assinada em 1431⁷²⁹. Além disso, D. Leonor era uma peça importante da estratégia de linhagem estruturada pelo pai, Fernando de Antequera, e seguida pelo irmão, D. Alfonso V, rei de Aragão. Através do casamento da mesma com D. Duarte, os Transtâmaras de Aragão passaram a estar diretamente relacionados a todas as casas reais ibéricas – com exceção de Granada –, e isto colocava em xeque a autonomia conseguida pela dinastia de Avis desde a batalha de Aljubarrota e os posteriores tratados de paz, afetando, inclusive, o tão difícil equilíbrio peninsular.

Avançando na exposição dos momentos marcantes do período, tem-se que as Cortes de Torres Novas foram convocadas para resolver o impasse, e aprovar um Regimento para

⁷²⁷ RODRIGUES, Ana Maria S. A. D. Leonor, Infanta de Aragão, Rainha de Portugal: linhagem, gênero e poder na Península Ibérica do século XV. In: *Raízes medievais do Brasil moderno - Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2008, p.232.

⁷²⁸ A cronística portuguesa vem sendo analisada incisivamente na última década pelo *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos* da Universidade Federal Fluminense, especialmente através do grupo *Nação e Identidade*, coordenado pela Dr.^a Vânia Leite Fróes. Estes estudos têm indicado o papel da prosa avisina, especialmente, a cronística na construção da identidade portuguesa, base fundamental para a formação do Estado. Acrescenta-se que a produção deste laboratório pode ser acessada pelo *site* do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade (www.historia.uff.br/stricto/teses.php).

Em nosso estudo de conclusão de curso (2009), fizemos um levantamento das dissertações e teses defendidas no Brasil relativas à dinastia de Avis, e desta produção uma parte significativa abordou as crônicas régias pensadas como um discurso da dinastia em prol de se legitimar e se afirmar no reino (ver: LIMA, Douglas Mota Xavier de. *Um ilustre viajante português do século XV: as viagens do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)*. *Idem*, p.133-137). Uma abordagem interessante, articulando o tema da identidade veiculado nas crônicas com o tema do poder régio, pode ainda ser vista em: SOUSA, Armindo de. Condicionamentos Básicos In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal – A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1994, p.365-371.

⁷²⁹ DUARTE, Luís Miguel. *Idem*, p.361.

reino⁷³⁰. Rui de Pina descreve o processo da abertura do testamento, e da convocação das Cortes, apresentando os argumentos de que cabia a esse espaço decidir a regência do reino, não se podendo pautar tal escolha simplesmente na vontade de D. Duarte⁷³¹. Gama Barros destaca ainda outro elemento de suma importância, isto é, que havia pouco mais de meio século que os estados do reino, reunidos em Cortes, tinham exercido o direito de eleger um rei, exatamente o rei fundador de Avis, e, assim, a recordação desse ato tão significativo da história do reino estaria de certo guardado nas tradições do povo⁷³². Terminadas as atividades em Torres Novas, a rainha, seguiu para Lisboa, onde se encontrou com o infante D. João⁷³³. À

⁷³⁰ As Cortes de Torres Novas foram inauguradas dentro de um clima tenso, e as dissidências entre os defensores da regência a partir das cláusulas do testamento de D. Duarte e “os povos geralmente com outros da parte do Infante D. Pedro [que] requeriam o regimento para elle só sem outra ajuda nem companhia” logo começaram a aparecer. Rui de Pina descreve os votos de dois procuradores da cidade de Lisboa, Pedro de Serpa e Tristão Vasques em favor do Infante. Neste, usam como argumento o fato de D. Pedro ser *natural*, de sangue real, virtuoso, sábio, consciente, leal e *não estrangeiro* (PINA, Ruy de. *Crónica de El-Rei D. Affonso V. Idem*, Capítulo XIV, p.32-33 [grifos meus]).

Humberto Baquero Moreno oferece significativas informações acerca de Pedro de Serpa. Este desempenhou o cargo de vereador da cidade de Lisboa no ano de 1438, tudo parecendo indicar tratar-se de um burguês abastado da cidade. Foi representante de Lisboa em Torres Novas e nas Cortes de Lisboa (1439). Por seus serviços à D. Pedro aparece recebendo mercês em 1440 (MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, v.1, 1979, p. 11-12, nota 32). Ainda de acordo com Moreno, Rui de Pina se equivocou ao escrever que Vicente Egas atuou na qualidade de procurador da cidade de Lisboa nas Cortes, afirmando ser os procuradores da cidade em Torres Novas Pedro de Serpa e Tristão Vasques (*Ibidem*, p.36, nota 186; Ver ainda: *Monumenta Henricina*, Vol. VI, p.270-273). Vicente Egas, cidadão de Lisboa, foi procurador da cidade nas Cortes de 1446 (MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.37, continuação da nota 186).

Em meio ao desconcerto instaurado nas Cortes, D. Henrique elaborou um projeto de Regimento que não foi aceito pela rainha. Esta atitude causou alvoroço nos povos que, por intermédio de Lopo Afonso, fizeram saber que apoiavam a causa do Infante. A agitação foi remediada pela assinatura do Regimento pela rainha, pelos infantes, condes, prelados e procuradores dos concelhos (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XV, p.34-37). O cronista fala em ‘Lopo Antonio’, mas Moreno, baseado em Duarte Nunes de Leão e Gaspar Dias de Landim, afirma ser Lopo Afonso o verdadeiro nome (MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.16, nota 44).

⁷³¹ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo III e IV. De acordo com Luís Filipe Thomaz, juridicamente a posição de D. Leonor era frágil, pois a doutrina da origem contratual do poder régio negava ao rei o direito de dispor do reino *post mortem*. O autor enfatiza ainda que, implícita desde 1221, tal perspectiva já tinha sido parâmetro para as Cortes de Coimbra em 1385. Se o rei não podia escolher o seu herdeiro – por não ter o poder *jure hereditario* – seguia-se, por analogia, que tão pouco podia designar um administrador interino. Assim, apenas as Cortes podiam decidir sobre o assunto (THOMAZ, Luís Filipe. *Idem*, p.103, nota 175; ver ainda: ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p.154).

Acrescenta-se que o curto espaço de tempo entre a convocação e a abertura dos trabalhos em Torres Novas foi do apaziguamento entre a rainha e o duque de Coimbra, ao azedume da relação. Tal fato se deu, principalmente, pelo consórcio matrimonial entre D. Afonso V e D. Isabel, filha de D. Pedro, acordado entre o infante e D. Leonor antes da realização das Cortes, o qual gerou reações negativas do Conde de Barcelos, que também pleiteava o casamento de sua neta, D. Isabel, com o rei. Ver: PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo VI, VII e VIII.

⁷³² BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal. Séculos XII-XV. Idem*, p.641. É interessante notar que Joaquim Magalhães indica que a reunião das Cortes em Coimbra (1385), repercutiu na história do reino de tal forma, que representava um temor para Filipe II no início da União Ibérica (MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). *História de Portugal - No alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997, p.71).

⁷³³ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XVII, p.39-40. A longa permanência da corte na cidade teve como reflexo a confirmação de uma série de privilégios para esta urbe, além de outros expedidos para o Porto e Coimbra. Tais ações não conseguiram enfraquecer o apoio destas cidades à D. Pedro, nem apaziguar a relação entre os cunhados. (ver: MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.26-27).

permanência da querela acerca do casamento de D. Afonso V⁷³⁴, somou-se, como elemento capaz de impulsionar o conflito à escala nacional, a nomeação, pela rainha, de um criado do arcebispo de Braga para escrivão da Câmara do Porto⁷³⁵. Eis, assim, a primeira sublevação cidadina decisiva no processo da ascensão do Infante como regente⁷³⁶. Contudo, foi Lisboa o palco das principais articulações em prol de D. Pedro.

Em agosto de 1439, o duque de Coimbra aparece com o rei nesta cidade, onde fala a D. Álvaro Vaz de Almada, capitão-mor do mar, e com outros conselheiros, sobre a sua situação na regência⁷³⁷. Dessa reunião D. Pedro resolveu seguir ao encontro do irmão, D. João, para com ele se aconselhar e decidir sobre o que fazer⁷³⁸. Enquanto o Infante aguardava o correr dos acontecimentos, D. Leonor tomou duas atitudes que marcaram o estopim da sublevação lisboeta: por um lado, “lançou fora” certas donzelas, suspeitas de serem próximas de D. Pedro⁷³⁹; e por outro, expediu carta em nome do rei, pela qual fazia mercê a Nuno Martins da Silveira, seu aio, das penas dos varejos a que os mercadores de Lisboa eram obrigados satisfazer a cada sete anos⁷⁴⁰.

As notícias da insurreição em Lisboa, fez com que a rainha expedisse cartas secretas convocando seus partidários para que viessem armados às Cortes. Contudo, o segredo foi desfeito complicando a posição de D. Leonor. De alguma forma, as informações foram

⁷³⁴ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XVI, p.37-38. O cronista descreve a pressão sofrida por D. Leonor para reaver o alvará dado à D. Pedro confirmando o consórcio entre D. Isabel e o rei. O Infante critica a posição da rainha, mas aceita entregar o alvará.

⁷³⁵ Destaca-se que o titular do cargo fora nomeado em 1437 pelo Infante. Ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. Lisboa: Verbo, 2ª edição, 1978.

⁷³⁶ O novo oficial não era oriundo do Porto, o que foi recebido como uma violação dos privilégios mantidos pelos moradores da cidade. Em oposição à nomeação, vereadores, cavaleiros, homens-bons, mesteres, entre outros, membros ou não das elites urbanas, organizaram um amplo protesto criticando a rainha, e encaminhando as queixas à D. Pedro. Ver: *Monumenta Henricina*, Vol. VI, p.325-329, Protesto da cidade do Porto, junho de 1439.

⁷³⁷ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XXI, p.44.

⁷³⁸ O infante D. João aconselhou-o a assumir a regência, mas o duque de Coimbra decidiu pela ‘prudência’. *Ibidem*, Capítulo XXII, p.45-48.

⁷³⁹ A ação contra as donzelas de Lisboa ampliou a oposição da cidade à Rainha, visto que estas eram filhas de Pedro Gonçalves Malafaia, que fora vedor da fazenda, com Isabel Gomes da Silva, irmã de Aires Gomes da Silva, dedicado amigo de D. Pedro, e a outra, de João Vaz de Almada, sobrinha de Álvaro Vaz de Almada, grande amigo do Duque de Coimbra. Ver: *Ibidem*, Capítulo XXIII, p.48-49; MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.30, nota 138.

⁷⁴⁰ A questão dos varejos agravou ainda mais a situação, dando início a revolta em Lisboa (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XXIV, p.49). O capítulo XXV da Crônica descreve as tentativas fracassadas do Conde de Arraiolos de tentar acalmar o alvoroço. A cidade, dividida entre apoiadores do duque de Coimbra e de D. Leonor, se torna efetivamente um ‘microcosmo’ da disputa pela regência. Um dominicano, Frei Vasco de Alagoa, adepto da rainha, foi enviado para Lisboa, e em sua pregação repreendeu a cidade pela revolta, usando Bruges como exemplo. As conseqüências desta pregação poderiam constar em qualquer citação acerca das revoltas urbanas ocorridas na Cristandade nos séculos XIV e XV. As palavras geraram ódio e o povo perseguiu o frei dentro do mosteiro, o qual conseguiu se salvar com uma fuga secreta. O único capaz de acalmar as agitações foi D. Pedro. Este ouviu as agruras dos cidadãos lisboetas, mas repreendeu os levantamentos e, sendo pressionado para que assumisse imediatamente a regência, defendeu que o assunto fosse tratado nas Cortes de Lisboa, marcadas para o mesmo ano. (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XXV, p.51-54).

reveladas ao Infante, que se apressou em mostrar a carta ao Conde de Arraiolos, responsável pela justiça do reino. Este repreendeu a rainha, o que não foi suficiente para que ela revogasse a convocação. Nessa conjuntura, a ‘fúria do povo’ não amansou e, pelo contrário, cresceu⁷⁴¹, e D. Pedro aceita a convocação do irmão, D. João, para um encontro, no qual este propõe que o Infante se automeiasse ‘*Regedor do Reino yn solido*’. Para isso, garantia-lhe o apoio do Conde de Ourém e da população de Lisboa⁷⁴². D. Pedro, mais uma vez, aparece argumentando que qualquer decisão deveria ser tomada apenas pelas Cortes e, enquanto esta não começava os trabalhos, tratou de comunicar a todos os lugares do reino acerca de qualquer emergência futura⁷⁴³.

Por volta de 16 de setembro de 1439 ocorre a ruptura definitiva entre os cunhados, com a declaração do Infante afirmando que daquele momento em diante ele agiria como bem achasse⁷⁴⁴. Em meio a tantas agitações, os cidadãos lisboetas se reuniram, e elegeram D. Álvaro Vaz de Almada como alferes de Lisboa⁷⁴⁵, além de deliberar que D. Pedro fosse o único regedor e defensor do reino. Rapidamente a rainha foi informada do Regimento definido na capital e, numa tentativa de remediar a situação, escreveu à cidade dizendo-se vítima de falsidades e solicitando que, nas próximas Cortes, as posições presentes no testamento de D. Duarte fossem acatadas⁷⁴⁶. A recepção da carta em Lisboa representou mais um ato da revolta cidadina. Fixada na porta da Sé por Gomes Borges, escrivão da chancelaria régia, este correu sérios riscos, escapando da morte com dificuldades⁷⁴⁷.

Nesse contexto efervescente, volta à cena o infante D. João. Convidado para ir até Lisboa, o Condestável ofereceu apoio ao movimento insurgente⁷⁴⁸, que, mais seguro na evolução favorável dos acontecimentos, decidiu promover uma reunião na Câmara da cidade.

⁷⁴¹ A situação em Lisboa foi se agravando, e contrários às atitudes do Arcebispo D. Pedro de Lisboa, primo da rainha, a população lisboeta se revoltou, pressionando-o a sair da cidade (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XXVII, p.56-57, Capítulo XXXIII, p.65-66, Capítulo XL, p.75-76).

⁷⁴² *Ibidem*, Capítulo XXVIII, p.58-59.

⁷⁴³ Rui de Pina assim descreve as cartas enviadas: “A carta para Lisboa foi dada na Câmara da Feitura a xv dias, sendo já o Infante partido, e depois de vista foi posta nas portas principaes da Sé, onde esteve alguns dias sem haver lugar de se poder acabar de lêr, e de noite com candeias a vinham trelladar; e sobre as cousas d’ella as praticas e alvoroços eram tamanhos, que em publico e em secreto não se fallava em outra cousa. Os da cidade depois de haverem seu conselho acordaram responder ao Infante, em que remercearam sua notificação, e se offereceram para todas as cousas que fossem de sua honra e serviço, e elle dispozesse e mandasse. As outras cidades e villas do reino responderam todas conforme a isto em sustancia; somente a cidade do Porto emadeo mais, que queria que o Infante D. Pedro só, sem outra ajuda nem companhia fosse Regedor: e com estas cartas **houve no reino grande alvoroço, com alguma indignação contra a Rainha, por n’ellas se tocar entrada de gentes estrangeiras n’este reino em seu favor e ajuda**”. (*Ibidem*, Capítulo XXIX, p.60-61 [grifos meus]).

⁷⁴⁴ *Ibidem*, Capítulo XXX, p.61-62.

⁷⁴⁵ *Ibidem*, Capítulo XXXI, p.62-63.

⁷⁴⁶ *Ibidem*, Capítulo XXXII, p.64-65.

⁷⁴⁷ *Ibidem*, Capítulo XXXV, p.67-68.

⁷⁴⁸ *Ibidem*, Capítulo XXXIV, p.67.

Nesta reunião, o Dr. Diogo Afonso Manganha⁷⁴⁹, apresenta um discurso pautado no Direito Civil e Canônico, procurando provar os erros de um Regimento público ser dado a uma mulher, concluindo que tal autoridade deveria ser oferecida a um varão virtuoso, requisitos estes encontrados em D. Pedro⁷⁵⁰. A Câmara de Lisboa decide então aprovar o acordo no qual o Infante deveria ser o único regente⁷⁵¹, sendo esta decisão seguida pelas principais vilas e cidades do reino⁷⁵².

Em meados de Outubro o Infante saiu de Coimbra e, por volta do dia 30, encontrava-se nos arrabaldes de Lisboa acompanhado de uma horda composta 1800 cavaleiros e 2600 peões. No dia 31 entra na capital, sendo recebido pelo irmão D. João e por outras pessoas de destaque da urbe, e no primeiro dia de Novembro assiste missa, e jura, com as mãos sobre as do Bispo de Évora, defender o reino como regente⁷⁵³.

As Cortes de Lisboa tiveram início em 10 de dezembro de 1439, e rapidamente procederam à elaboração de um acordo, assinado por todos os presentes – exceto o Conde de Arraiolos –, apoiando a causa de D. Pedro. Ao todo, setenta e duas cidades e vilas portuguesas foram indexadas dando sustento à elevação do Infante ao posto de único regente⁷⁵⁴. Contudo, para a conclusão das atividades nas Cortes faltava ainda a presença do rei e da rainha, que permaneciam em Alenquer. Após vários mensageiros fracassarem no intuito de trazê-los a Lisboa⁷⁵⁵, D. Henrique conseguiu o feito⁷⁵⁶. À recepção ao rei na cidade, seguiu-se o reinício

⁷⁴⁹ Informações detalhadas sobre o juristas podem ser encontradas em MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.38-41, nota 195.

⁷⁵⁰ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XXXVI, p.68-70.

⁷⁵¹ *Ibidem*, Capítulo XXXVII, p.70-72.

⁷⁵² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Idem*, p.58. O acordo aprovado recebeu inúmeras assinaturas dos cidadãos lisboetas, sendo em seguida encaminhado à rainha, D. Henrique, o Conde de Barcelos e todo o reino. No entanto, mesmo essa definição jurídica não cessou os conflitos em Lisboa. O movimento passou a pleitear a posse do castelo – tinha como alcaide D. Afonso de Cascais, fidalgo próximo da rainha, e que introduzira no castelo adeptos desta –, que, após alguns dias, foi entregue ao infante D. João. Ficava, assim, resolvido o último problema em Lisboa antes da realização das Cortes (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XLI, p.77-81. MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.42-43).

Acrescenta-se que, frente à situação cada vez mais desfavorável, D. Leonor expediu várias cartas aos seus, visando esvaziar as Cortes de Lisboa, tentando, quiçá, uma última cartada: aliciar o infante D. Henrique para sua facção. Entretanto, este se manteve fiel à causa do Infante, minando quaisquer esperanças da viúva de D. Duarte (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XL, p.76-77, Capítulo XLIII, p.81-83). Destaca-se que D. Pedro conseguiu ter acesso à carta enviada ao irmão antes deste; assim, antecipou-se à correspondência, indo ao encontro de D. Henrique para reafirmar os laços de solidariedade entre eles. Dias depois, com o Infante já em seu ducado, D. Henrique o visita para expressar, admirado, a surpresa em observar ocorrer o que D. Pedro tinha-lo exposto como possibilidade. Nota-se ainda ser marcante, ao longo de todo o processo conflituoso da regência, o fato de D. Pedro, em diversos momentos, sempre conseguir interceptar cartas secretas da rainha, podendo desta forma, se antecipar aos acontecimentos.

⁷⁵³ *Ibidem*, Capítulo XLVI, p.88-89.

⁷⁵⁴ *Monumenta Henricina*, Vol. VII, p.18-23. O rol das cidades e vilas, com os respectivos representantes nas Cortes, pode ainda ser encontrado em MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.56-57.

⁷⁵⁵ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XLVII, p.91-92.

⁷⁵⁶ *Ibidem*, Capítulo XLVIII, p.92-93.

das Cortes com a definição de D. Pedro para a posição cimeira da regência⁷⁵⁷. Acrescenta-se que antes de ser finalizado o expediente das Cortes, o escrivão da câmara do Porto, João Gonçalves, manifestou-se em desacordo pela manutenção do rei sob a tutela da rainha, argumentando que, em prol da devida criação e educação de D. Afonso V, D. Pedro deveria assumir tal dever⁷⁵⁸. Após muitas discussões e resistências de D. Leonor, esta aceita entregar o rei, que segue juntamente com o irmão, D. Fernando, para a companhia do Infante⁷⁵⁹.

Enfim o duque de Coimbra ocupava a posição de único regente e tutor do rei. Todavia, muitos problemas permaneciam por ser resolvidos, sendo o principal a situação da rainha D. Leonor que partia do reino em busca de auxílio em Castela⁷⁶⁰. Destarte, cabe analisar, brevemente, as relações ibéricas nos anos iniciais da regência de D. Pedro.

5.1.2. As relações ibéricas durante a Regência de D. Pedro.

Com os Infantes de Aragão manifestando sua influência em todos os reinos cristãos da península, a situação do regente mostrava-se delicada no cenário político ibérico. Desta forma, coube ao português aproximar-se daqueles que ofereciam resistência a estes nobres em

⁷⁵⁷ *Ibidem*, Capítulo XLIX, p.93-96. Moreno descreve que, para além do Regimento do reino, muitos outros foram os problemas debatidos nas Cortes, e analisa as petições expostas pelos procuradores de Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Guimarães, Viana do Castelo e Silves. Nota-se, nessa descrição, que dentre vários privilégios conseguidos pelos representantes lisboetas, um foi o de que o monarca passasse a ter permanentemente no seu conselho um natural da cidade, para o qual D. Pedro nomeou Pero de Serpa (MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.60-63; ver ainda: *Ibidem*, p.61. *Monumenta Henricina*, Vol.VII, p.85-86. PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XLIX, p.96).

⁷⁵⁸ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo L, p.96-100.

⁷⁵⁹ *Ibidem*, Capítulo LI, p.104.

⁷⁶⁰ Logo após as Cortes de Lisboa, D. Leonor permaneceu algum tempo em Sintra, período que enviou reclamações aos irmãos e recebeu a embaixada enviada de Castela. Eis a descrição de Rui de Pina: “E por um modo já de Victoria e vingança, assi no reino como fóra d’elle, para cobrar o Regimento dobrou suas forças e diligencias, para o qual enviou notificar e se queixar aos Infantes d’Aragão e á Rainha de Castela seus irmãos, como por força lhe tiravam o Regimento, e a tutoria de seus filhos. (...) Mas os Infantes seus irmãos sabendo a pouca firmeza e segurança que tinham em Castela, (...) tomaram a parte mais branda, e enviaram aos Infantes d’estes reinos com sua embaixada um D. Affonso Anrique (...). Ao qual os Infantes responderam que á Rainha não era feita injuria nem desserviço, nem lhe tiravam senão cuidados e trabalhos (...). Com esta resposta (...) se foi a Cintra por ver a Rainha. (...) Em lugar de poer a vontade da Rainha em bom assessego e temperar suas paixões, acendeu-lh’as muito mais com esperanças vãs, que lhe deu de ser por força, e com ajuda de seus irmãos restetuida e vingada.” (*Ibidem*, Capítulo CLIII, p.106-107).

Apoiada pelo Prior do Crato, e pelo conde de Barcelos, a rainha migrou de Sintra para Almerim. Segundo o cronista, tal movimentação desagradou os infantes portugueses, que receavam que os irmãos da rainha, à época ‘governando’ Castela ao lado do rei D. Juan II, iniciassem alguma ação contra Portugal (*Ibidem*, Capítulo LV, p.113-114). Dali D. Leonor fugiu para o Crato, onde poderia manter contato, mais facilitado, com os irmãos, e após o cerco empreendido pelo regente em represália deste deslocamento, a rainha enfim partiu para Albuquerque, vila de Castela, em fins de Dezembro de 1440 (*Ibidem*, Capítulo LIX, p.120-121, LXIV-LXVIII, p.128-136, LXX-LXXII, p.137-142, LXXIV, p.144-148). Como obras que trataram deste processo, citam-se: MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.73-96; GOMES, Saul Antonio. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2009, p.66-68.

Castela – principal palco de ação dos Infantes de Aragão –, o condestável D. Álvaro de Luna e o mestre de Alcântara⁷⁶¹.

Enquanto a turbulenta regência dava seus primeiros passos em Portugal, no reino vizinho a ‘guerra civil’ recomeçava, e eram os Infantes que estavam à frente da política castelhana. Paralelamente, conseguia-se que D. Álvaro de Luna fosse afastado da corte, o que ocorreu em finais de 1439. Não obstante, convém destacar – aspecto mencionado por Rui de Pina – que os irmãos de D. Leonor não estavam com uma posição sólida em Castela, e por tal fato não empreenderam os ataques contra D. Pedro tão esperados pela rainha⁷⁶². Nessas circunstâncias, a via de pressão escolhida pelos Infantes de Aragão foi exatamente a diplomacia, caminho expresso nas diversas embaixadas enviadas a Portugal⁷⁶³.

⁷⁶¹ “O Infante D. Pedro, por enfraquecer o poder dos Infantes [de Aragão], enviou por seus messegeiros secretos oferecer contra elles o favor e ajudas d’estes reinos ao Condestabre e Mestre. O que elles mui alegremente receberam; porque conheceram que o Infante não tanto por aproveitar a elles, como por a mesma sua necessidade se movia a isso” (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LVI, p.116). Ver ainda: MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.194. Acrescenta-se que conforme D. Pedro se aliava ao condestável e ao mestre de Alcântara, o conde de Barcelos afirmava uma aliança com os Infantes de Aragão, posição que só seria revertida após a partida de D. Leonor (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LX, p.121-123, LXXV, p.151-152).

⁷⁶² Em Castela os acontecimentos não favoreciam a posição do regente, pois o rei de Navarra e o infante D. Enrique ganhavam força política no reino – não se menciona o infante D. Pedro (de Aragão) porque o mesmo tinha morrido em inícios de 1439. Forçavam o exílio D. Álvaro (1439), o derrotaram na batalha de Medina del Campo (1441), e ainda formaram uma liga contra o condestável. Mesmo com tais vitórias, a situação política em Castela continuava instável, o que impediu que os Infantes de Aragão atacassem Portugal, e ainda possibilitou que D. Pedro tivesse tempo para ajustar os problemas enfrentados frente à nobreza lusitana – mormente com o conde de Barcelos – e oferecesse apoio militar à D. Álvaro (Ver: ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.169-173; MORENO, Humberto Carlos Baquero. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos*. Porto: Universidade Portucalense, 1997, p.103-114; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV*. Tomo XV de la Historia de España dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Calpe, 1964, p.153-163).

⁷⁶³ Citando apenas as embaixadas enviadas enquanto D. Leonor permanecia no reino, tem-se: uma primeira missão, chefiada por D. Afonso Enrique, bisneto do rei D. Enrique, a qual foi seguida de outra, que chegou a Portugal na sequência desta, chefiada pelo Deão de Segóvia; a grande embaixada de Outubro de 1440, chefiada por D. Afonso, filho bastardo do rei de Navarra, e pelo bispo de Coria, além de muitos letrados; por volta de Dezembro de 1440 tem-se uma nova missão, agora vinda de Aragão, chefiada pelo bispo de Segorve (Ver, respectivamente: PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LIII, p.106-108, LXII, p.124-127, LXIX, p.136-137). Nessa descrição, contam-se quatro embaixadas no intervalo de um ano, as quais acompanharam a própria movimentação da rainha pelo reino, antes de exilar-se em Castela. Aliás, sobressalta o fato de duas destas missões terem chegado em Portugal entre Outubro e Dezembro de 1440, o que demonstra o investimento castelhano e aragonês em pressionar D. Pedro. Recupera-se, ainda, que em 1438, no contexto da morte de D. Duarte, chegou a Portugal uma embaixada enviada pelo rei de Castela, mas que na verdade expressava interesses dos Infantes de Aragão, a qual vinha solicitar apoios aos irmãos de D. Leonor, que a época tentavam afastar o condestável D. Álvaro da corte castelhana (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XVIII, p.40-42).

Não obstante, convém destacar a missão de Outubro de 1440. Esta embaixada criticava alguns danos feitos no mar e na terra pelos portugueses contra os castelhanos, e solicitava a restituição do regimento à D. Leonor. É interessante que durante as negociações, o bispo de Coria informou a D. Pedro que a embaixada fora enviada pelos Infantes de Aragão, e não pela vontade do rei de Castela, que apoiava o regente. Após receber essa informação o Infante enviou mensageiros ao reino vizinho que confirmaram as palavras do bispo, e com a nova situação dispensou a embaixada sem resolver as pautas dos enviados castelhanos. De acordo com Baquero Moreno, esta missão diplomática reflete “a ambigüidade do panorama político existente no país vizinho”. Suárez Fernández também segue a mesma interpretação, afirmando que: “En octubre de 1440, vencedores los infantes en la lucha interna por el poder, elevaron la querella familiar al terreno de las relaciones entre ambos reinos, intentando arrastar a Juan II a una intervención. Pero el monarca castellano realizo un juego doble: mientras sus

Em sentido oposto, vendo o seu aliado sofrer derrotas em Castela, D. Pedro optou pela intervenção militar no reino vizinho. Em estado de alerta permanente, o regente organizou os preparatórios para as Cortes de Torres Vedras (1441), a fim de proteger as defesas de Portugal, contudo, ao passo que tais iniciativas se davam, em 29 de Junho, o condestável foi derrotado em Medina del Campo, ficando o rei D. Juan II na posse dos Infantes de Aragão⁷⁶⁴. Este acontecimento precipitou a demanda por uma intervenção militar portuguesa em Castela, ação pleiteada pelo mestre de Alcântara⁷⁶⁵.

O pedido de auxílio do mestre deixava D. Pedro em uma difícil situação. Caso mantivesse o envio de tropas ao reino vizinho, poderia estar indo contra os tratados de paz assinados entre os reinos – mormente o de 1431, que estabelecia a paz perpétua. Assim, como oferecer apoio aos aliados castelhanos e não quebrar os tratados? A saída encontrada pelo Infante foi, inicialmente, ouvir o ‘conselho’, e após esta escuta decidir que qualquer intervenção deveria ser respaldada pelo rei de Castela, apoio que foi alcançado, legitimando, assim, as ações futuras promovidas por Portugal⁷⁶⁶.

O corpo expedicionário português foi chefiado por D. Duarte de Meneses, e formado por 2000 homens – combatendo 500 a cavalo e 1500 a pé. De acordo com Baquero Moreno, o contingente partiu de Portugal na primeira quinzena de Agosto (1441), enfrentando alguns focos de resistência até chegar às terras do mestrado de Alcântara. Concluída a expedição em auxílio do mestre, as tropas regressaram a Portugal⁷⁶⁷.

Após esta ação militar, o rei de Navarra, “que manejava com Juan II de Castela”, iniciou uma série de preparativos para organizar o reino vizinho para uma invasão a Portugal. Entretanto, os meses passaram e mais uma vez o único caminho acionado pelos Infantes de

embajadores, de acuerdo con las instrucciones del rey de Navarra, presentaban una protesta formal por el apartamiento de la reina, personalmente remetía una carta de puño y letra al duque de Coimbra desautorizándoles” (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV. Idem*, p.164; MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira Idem*, p.196; ver ainda: ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.165).

⁷⁶⁴ Acerca da vitória dos Infantes em Medina del Calmpo, ver: FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV. Idem*, p.169-171.

⁷⁶⁵ As Cortes de Torres Vedras tiveram duração aproximada entre 22 de Abril e 20 de Maio de 1441, e discutiram, entre outras questões – a justiça, problemas da nobreza, o direito de aposentadoria, etc. –, a cobrança de um pedido que se destinava a reforçar a defesa militar de Portugal (MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira Idem*, p.206, nota 41; GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Ministério das Finanças, 1964, p.159-160).

Acerca do pedido de auxílio do mestre de Alcântara, ver: ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, Capítulo XXVI, p.110-112; ver ainda: MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira Idem*, p.208.

⁷⁶⁶ D. Pedro ouviu os irmãos, D. Henrique e D. João, os condes de Barcelos, Ourém, e Arraiolos, além de “quase todollos os principaes do conselho”. Ver: ZURARA, Gomes Eanes de. *Idem*, p.112

⁷⁶⁷ MORENO, Humberto Baquero. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Idem*, p.124-125; *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, p.209-210; ZURARA, Gomes Eanes de. *Idem*, Capítulo XXVII, p.114.

Aragão foi a diplomacia⁷⁶⁸. Ao menos três embaixadas foram enviadas, e sobre o processo de recepção e resposta das mesmas cabe uma reflexão mais demorada.

Consoante a descrição de Rui de Pina, as embaixadas foram enviadas para satisfazer os desejos de D. Leonor, pressionando o regente e o reino com ameaças de hostilidades militares⁷⁶⁹. Ainda segundo a crônica, após não terem sido atendidos em seus pedidos, os Infantes enviaram uma nova missão a Portugal, na qual vieram por embaixadores Gomez de Benavides, senhor de Fromesta, Affonso Fernandes de Ledesma, doutor em leis e membro do Conselho Real, e outras pessoas de autoridade em Castela. A missão foi ainda acompanhada de arautos e trombetas, “*como officiaes de desafio real*”, para que, em caso de nova resposta negativa, desafiassem o reino à guerra⁷⁷⁰.

Em função da situação, D. Pedro respondeu que o requerimento da embaixada era de tal ‘qualidade’ que não poderia posicionar-se sem que todo o reino fosse ouvido, e para isso, convocou as cortes⁷⁷¹. O Infante ganhava tempo, mas, segundo Rui de Pina, os embaixadores viram na resposta a possibilidade de levarem o temor para todo o reino e, assim, aguardaram que as cortes fossem reunidas⁷⁷².

As Cortes de Évora tiveram início em 25 de Janeiro de 1442, e, contradizendo as intenções dos embaixadores de Castela, confirmaram a posição de D. Pedro, votaram um pedido e meio para atender as necessidades de defesa do reino, e ainda impossibilitaram D. Leonor de regressar a Portugal – além de confiscarem-na todos os bens de raiz, de cuja posse já se encontrava privada⁷⁷³. Com esta resposta os enviados de D. Juan II retornaram a Castela, onde se iniciou uma movimentação para organizar uma campanha militar contra os portugueses. Nesse sentido foram convocadas as Cortes de Valladolid, reunidas entre Junho e

⁷⁶⁸ MORENO, Humberto Baquero. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Idem*, p.126-127.

⁷⁶⁹ “El Rei [D. Juan II] por satisfazer a Ella e cumprir a vontade dos Infantes [de Aragão], enviou ao Infante D. Pedro uma e muitas vezes mui continuas embaixadas, umas brandas e outras com aspereza, umas mostrando desejar paz, e outras mais desafiando guerra, apontando sempre taes meios em favor e contentamento da Rainha” (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LXXVIII, p.155).

⁷⁷⁰ *Ibidem*, p.156; ver ainda: ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.175-176. A crônica informa que a embaixada visava trazer medo ao reino e, com isso, restituir o Regimento a D. Leonor. Rui de Pina acrescenta que o rei D. Juan II enviou cartas à Portugal para corroborar com as ações da embaixada.

⁷⁷¹ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LXXIX, p.157.

⁷⁷² Eis a descrição do cronista acerca da ação dos embaixadores nas Cortes de Évora: “o Infante (...) assi lhes apresentou a embaixada presente, resumindo as outras passadas da mesma sustância, cuja conclusão era que El-Rei de Castella requeria que por bem e paz d’este reino, El-Rei e seus irmãos fossem entregues a Rainha, com inteira governança do reino, se não com força e por guerra de Castella se faria” (*Ibidem*, p.158).

⁷⁷³ *Ibidem*, Capítulo LXXVIII, p.156; MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, p.211; *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Idem*, p.127; GONÇALVES, Iria. *Idem*, p.160-161.

Julho de 1442, mas que, devido às divisões internas e aos problemas financeiros, não contribuíram plenamente para a construção da campanha⁷⁷⁴.

Na sequência destes fatos uma nova embaixada chegou a Portugal, visitando o regente na cidade do Porto no mês de Agosto⁷⁷⁵. À esta missão D. Pedro respondeu que enviaria, em breve, uma embaixada, a qual partiu do reino em Setembro. Os mensageiros portugueses voltaram a reafirmar a posição das Cortes de Évora, mostrando-se dispostos a dar a rainha, desde que fora de Portugal, “*seu dote e arras, e todas as cousas que n’este reino se achassem, que não fossem da Coroa, e mais dez mil dobras d’ouro para satisfação dos que a serviram*” – mesmo que por direito não houvessem tal obrigação, mas simplesmente por D. Leonor ser a mãe do rei D. Afonso⁷⁷⁶.

A missão diplomática enviada por D. Pedro saudou-se extremamente bem sucedida, e tal resultado foi favorecido pela posição instável dos Infantes de Aragão em Castela. D. Juan II teve-se com os grandes do reino, os quais, através do conde de Faram e do bispo de Ávila concluíram que: “*por este negocio da Rainha, ainda que fosse irmã, nem filha d’El-Rei, que pelas pazes que com Portugal tinha feitas e juradas, não lhe podia nem devia fazer guerra, e que a mor ajuda que a Rainha podiam dar, assi era de rogos somente*”⁷⁷⁷.

Concluída esta missão, enfim o regente português pôde começar o ano de 1443 sem a apreensão de uma guerra contra Castela, no entanto, antes de finalizar o difícil ano de 1442 recebeu uma dura perda, que muito interferiu na sua posição interna nos anos seguintes: a

⁷⁷⁴ “En septiembre de 1441 se habían cursado ya ordenes de movilización de tropas con destino a una posible campaña contra Portugal. No podía emprenderse, sin embargo, sin obtener el respaldo de las Cortes de Valladolid (Mayo – Julio de 1442) encontraron los infantes frialdad y resistencia. Los procuradores, que pidieron nuevamente amnistía para las culpas de uno y otro bando en la guerra civil y elevaron sus clamores contra la mala situación económica, jugaron papel de oposición, alentados sin Duda, por un sector de la nobleza enemiga de la política aragonesa. (...) El recurso a las Cortes había fallado. Claro es que el rey de Navarra podía gobernar sin ellas, pero sólo a cambio de renunciar a cualquier servicio extraordinario” (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Idem*, p.173; ver ainda: MORENO, Humberto Baquero. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Idem*, p.128).

⁷⁷⁵ “E o Infante D. Pedro se foi com El-Rei a cidade do Porto, onde tornaram a elle sobre o mesmo caso da Rainha quatro embaixadores, dois em nome d’El-Rei de Castella, e dois em nome do seu povo; porque a Rainha D. Lianor, quando viu os primeiros embaixadores tornar com resposta a sua esperança e desejo tão contraira, começou claramente de conhecer os enganões em que caíra, e lastimando-se d’isso aos Infantes seus irmãos, elles por em alguma maneira cumprirem com ella, fizeram com El-Rei que os procuradores dos povos de seus reinos em cortes ouvissem, como ouviram suas querellas e agravos contra o Regente, e com tal graveza se propozeram, e que foi accordado enviar-se já por final aquella embaixada, em nome d’El-Rei e do povo com temerosas protestações, dizendo que quando aos requerimentos d’ella não se satisfizesse, poderiam então mover guerra, sem parecer que por sua parte as pazes se quebrantavam” (PINA, Ruy de. *Idem*, Vol.II, Capítulo LXXX, p.5-6; ver ainda: MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, p.213-214).

⁷⁷⁶ PINA, Ruy de. *Idem*, p.6-7.

⁷⁷⁷ *Ibidem*, p.7. O cronista descreve também que a posição do conde de Faram foi seguida por muitos, e decidiu-se por enviar a Portugal embaixadores solicitando uma soma em dinheiro a favor de D. Leonor. O Infante recebeu a comitiva, que oferecia um caminho para a concórdia entre os reinos, mas respondeu que somente as cortes reunidas poderiam satisfazer tal pedido. Tem-se que D. Leonor faleceu sem que a soma fosse enviada (*Ibidem*, p.9; ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.178).

morte do infante D. João⁷⁷⁸. Enquanto a situação em Portugal permanecia relativamente calma, os anos seguintes foram marcados pela retomada dos conflitos no reino vizinho⁷⁷⁹. Nesse contexto o regente passou a intervir militarmente em Castela, oferecendo apoio a seus aliados⁷⁸⁰, além de estabelecer contatos epistolares com os conselheiros de Barcelona⁷⁸¹.

Nota-se que os anos de 1444 e 1445 foram muito importantes para o Infante, visto que nesse período ocorreram acontecimentos que o favoreceram. Vitórias militares em Castela – algumas com o auxílio português –, ampliadas com a Batalha de Olmedo⁷⁸², conseguiram afastar os Infantes de Aragão. Soma-se ainda a morte de D. Leonor, em Fevereiro de 1445, na cidade de Toledo⁷⁸³, o que eliminava os problemas relativos ao Regimento do reino.

Com esse novo contexto, foi possível iniciar um período de estabilização das relações diplomáticas entre Portugal e os demais reinos peninsulares. Neste sentido contribuiu de forma relevante a negociação matrimonial entre D. Isabel, filha do infante D. João, com o rei de Castela, viúvo de D. Maria de Aragão⁷⁸⁴; além da iniciativa do rei D. Afonso, datada de Junho de 1446, de renovar a aliança celebrada entre os infantes aragoneses e os infantes avisinos em 1432⁷⁸⁵.

Já se iam oito anos de regência direta de D. Pedro e aproximava-se a maioria de D. Afonso V. Se as relações diplomáticas com os demais reinos da península ibérica seguiram

⁷⁷⁸ PINA, Ruy de. *Idem*, Vol.II, Capítulo LXXXI, p.10.

⁷⁷⁹ O rei de Navarra, apoiado por grupos da nobreza castelhana, deu um golpe de Estado, o qual ficou conhecido como golpe de Rámaga. No entanto, Suárez Fernández argumenta que o golpe ao invés de favorecer os Infantes, pôs em movimento as forças políticas em Castela, fortalecendo o movimento de resistência que levaria à batalha de Olmedo. (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Idem*, p.176-181; ver ainda: ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.179-196).

⁷⁸⁰ Acerca das movimentações deste período, ver: MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, p.215-233. Sobre a missão do condestável de Portugal, filho do Infante, ver: PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LXXXV, p.19-22.

⁷⁸¹ No que tange a atividade epistolar com Barcelona, ver: MORENO, Humberto Baquero. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Idem*, p.71-95. Nota-se que o intenso envio de cartas, que remontam o ano de 1438, mostra D. Pedro agindo em prol de questões comerciais do interesse de Portugal, assim como indicam a intervenção do Infante perante os conselheiros da cidade a fim de favorecer a causa de D. Álvaro de Luna contra os Infantes de Aragão. Além disso, destaca-se que perpassa nessas cartas a ligação entre o regente e a cidade que tinha vínculos com sua esposa, filha do conde de Urgel, e fora uma das escalas da viagem pela Cristandade.

⁷⁸² A batalha de Olmedo ocorreu em 19 de Maio de 1445. Nesta D. Juan II e D. Álvaro venceram os Infantes de Aragão. Diz Suárez Fernández: “Don Álvaro estaba en el punto que queria. Ninguna resistencia organizada se alzaba ya. Vencedor en el campo de batalla, creia posible, por vez primera, instalar un régimen monárquico radical” (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Idem*, p.183; Ver ainda: ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.188-189).

⁷⁸³ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LXXXIV, p.15-18.

⁷⁸⁴ As negociações foram levadas de forma secreta entre D. Pedro e D. Álvaro de Luna, sendo o sigilo quebrado apenas em 1445. Ainda nesse ano foram solicitadas ao papa as devidas dispensas para o enlace, as quais foram outorgadas em Novembro. Aproximadamente um ano depois, em Outubro de 1446, foi celebrado o contrato de casamento na cidade de Évora, e apenas em Maio seguinte a união foi celebrada em Lisboa. D. Isabel seguiu para Castela e o matrimônio realizou-se em Julho de 1447. Ver: PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LXXXVII, p.25-26; SOUSA, D. Antonio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Livraria Atlântida, Tomo II, p.92; *Monumenta Henricina*, Vol. IX, doc.62, p.89-90, doc.111, p.135-138, doc.138, p.191-202, doc. 141, p.204-206; ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.192-194; MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, p.235-238; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Idem*, p.182).

⁷⁸⁵ *Monumenta Henricina*, Vol. IX, doc.127, p.171-174.

estáveis após 1445, não se pode afirmar o mesmo da política interna em Portugal. Os desentendimentos no reino iam reaparecendo e gradativamente o regente perdia apoio político. Dito isso, passa-se a analisar o processo que levou à Alfarrobeira.

5.1.3. Alfarrobeira⁷⁸⁶.

A morte do infante D. João abriu caminho para o retorno das dificuldades internas para o regente. Na seqüência do acontecido com o infante avisino, o filho do mesmo, D. Diogo, que tinha recebido o cargo de condestável do reino, também faleceu (inícios de 1443). Frente a esse novo óbito, o regente decidiu nomear o seu primogênito, também de nome Pedro, para a posição de Condestável, ação que provocou profundo descontentamento no conde de Ourém, sobrinho do infante D. João e neto de Nuno Álvares – primeiro condestável do reino –, que não conseguindo o cargo, rompeu com D. Pedro⁷⁸⁷. Reconstruía-se, assim, as oposições em Portugal.

Com o início da ‘pacificação’ da política ibérica, outro problema foi colocado em pauta: o retorno dos apoiadores de D. Leonor que estavam exilados em Castela e Aragão. Conhece-se da época uma carta do rei D. Alfonso ao duque da Borgonha, na qual afirmava que a harmonização das relações entre os reinos peninsulares passava pelo regresso dos partidários da rainha falecida, os quais deveriam ser reintegrados em bens e ofícios⁷⁸⁸. Ao passo que se aproximava o fim da regência, mais perto de Portugal se encontravam tais exilados.

Nessas circunstâncias D. Pedro deixou o Regimento do reino em Julho de 1448, e teve seu governo louvado pelo sobrinho e rei D. Afonso V⁷⁸⁹. O elogio oferecido pelo rei, e o

⁷⁸⁶ Acerca do processo que levou à Alfarrobeira a literatura especializada é numerosa, sendo a principal referência: MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. *Idem*. Assim, neste tópico iremos apenas destacar alguns aspectos marcantes de tal processo.

⁷⁸⁷ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LXXXII, p.12-13.

⁷⁸⁸ *Monumenta Henricina*, Vol. IX, doc.145, p.212-213; ver ainda: GOMES, Saul Antonio. *D. Afonso V*. *Idem*, p.84-89.

⁷⁸⁹ De acordo com Rui de Pina, o Infante entregou o Regimento do reino pela primeira vez 1446, quando D. Afonso completava quinze anos, no entanto o rei preferiu que o tio continuasse na regência. Dois anos depois D. Afonso solicitou o Regimento a D. Pedro, o qual deixou a regência em Julho de 1448 (PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LXXXVI, p.22-25, LXXXVIII, p.27-28). De acordo com Artur Moreira de Sá, o monarca redigiu duas cartas de louvor ao tio, uma em cada entrega de Regimento (SÁ, Artur Moreira de. Alguns documentos referentes ao Infante D. Pedro. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Universidade de Lisboa, Tomo XXII, 2ª série, nº1, 1956, p.19, doc.V, p.62-65; ver ainda: *Monumenta Henricina*, Vol. IX, doc.185, p.294-297). Acerca da primeira carta, de 1446, ver: MORENO, Humberto Baquero. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*. *Idem*, p.153-168. Para uma abordagem geral sobre o tema, ver: MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. *Idem*, p.259-260.

casamento que veio a ocorrer no mesmo mês, entre D. Afonso e D. Isabel⁷⁹⁰, filha do duque de Coimbra, não melhoraram a situação do Infante. Afastando-se para suas terras, o ex-regente viu se proliferarem as queixas e suspeitas para consigo, movimento que ocorria paralelamente ao aumento da influência do conde de Ourém e do duque de Bragança sobre o jovem rei⁷⁹¹. Acrescenta-se que no mesmo período D. Afonso V firmou uma aliança com D. Alfonso o Magnânimo e os demais Infantes de Aragão, definindo o auxílio mútuo em caso de guerra contra Castela⁷⁹².

Várias movimentações foram feitas no sentido de restabelecer a relação entre D. Pedro e o rei. Atuaram o infante D. Henrique, e D. Álvaro de Almada – amigo de viagem do Infante que a época estava em Ceuta, regressou para ter com o monarca –, chegando-se mesmo a uma concórdia entre o duque de Coimbra e o duque de Bragança⁷⁹³. Nada foi capaz de restabelecer as relações pacíficas no reino, e a situação se agravou quando D. Afonso V ordenou que D. Pedro lhe entregasse as armas que guardava no castelo de Coimbra⁷⁹⁴. O Infante recusou-se a cumprir a ordem régia, e o monarca solicitou que o duque de Bragança viesse até a corte, deslocamento este que o duque visava fazer pelas terras de Coimbra⁷⁹⁵.

Frente a vários conselhos recebidos, o Infante adotou as palavras do amigo D. Álvaro de Almada, e determinou que “*quando melhor não podesse ser, de morrer no campo, requerendo e brandando a El-Rei por justiça*”⁷⁹⁶. Em inícios de Maio organizou os preparativos para sair de Coimbra, sendo acompanhado do filho D. Jaime e dos seus validos, junto com 1000 cavaleiros e 5000 peões⁷⁹⁷. As movimentações de guerra prosseguiram, assim como as tentativas de paz, venceu a causa da peleja. Enfim, o Infante alojou-se com suas

⁷⁹⁰ Ver o contrato de casamento em: *Monumenta Henricina*, Vol. IX, doc.159, p.243-247.

⁷⁹¹ D. Afonso, conde de Barcelos, foi feito duque de Bragança por D. Pedro no ano de 1442. Sobre o processo de afastamento do Infante, ver: PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo LXXXIX-XCII, p.29-39; MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. *Idem*, p.260-263.

⁷⁹² *Monumenta Henricina*, Vol. X, doc.5, p.7-10, 27 de Janeiro de 1449.

⁷⁹³ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XCIII, p.39-40; SÁ, Artur Moreira de. *Idem*, doc.VI, p.66-69. Sobre a atuação de D. Henrique nesse processo, ver: MORENO, Humberto Baquero. *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, in: Arquivos do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1969; Os Infantes D. Pedro e D. Henrique na política portuguesa. In: FRÓES, Vânia Leite (org). *Viagens e viajantes – Almocreves, Bandeirantes, Tropeiros e Navegantes*. Niterói: Scriptorium, Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos/UFF, IHGB, UNIOESTE, ANPUH, 1998, p. 247-257.

⁷⁹⁴ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo XCIV, p.41-43.

⁷⁹⁵ *Ibidem*, Capítulo XCVI, p.46-48.

⁷⁹⁶ *Ibidem*, Capítulo CXI, p.78.

⁷⁹⁷ *Ibidem*, Capítulo CXVII, p.89-93. Acrescenta-se que D. Pedro não teve qualquer auxílio de D. Álvaro de Luna no confronto em Alfarrobeira, e acredita-se que tal fato se deu porque o condestável de Castela enfrentava dificuldades no reino (SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Idem*, p.197-202; ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.208-211). Nota-se que D. Álvaro veio a falecer poucos anos após Alfarrobeira, em 3 de Junho 1453.

tropas “em um ribeiro que se diz d’Alfarrobeira”, aguardando que o rei assenta-se seus contingentes, o que ocorreu no dia 20 de Maio⁷⁹⁸.

No mesmo dia tiveram início os combates. D. Pedro andava em meio à peleja quando foi mortalmente ferido. Eis a descrição de Rui de Pina: “foi nos peitos ferido de uma seta que lhe atravessou o coração, de que a poucos passos e menos horas cahiu logo morto, sem antes nem depois receber outra ferida”⁷⁹⁹. Após também mencionar a morte de D. Álvaro de Almada, o cronista coloca-se a criticar a forma como que se tratou do corpo de D. Pedro:

O corpo do Infante jouve todo aquelle dia sem alma descuberto no campo à vista de todos, e sob a noite o lançaram homens vis sobre um pavês, e o metteram hi logo em uma pobre casa, onde entre corpos já vazios d’almas e fedorentos, jouve tres dias sem candeia, nem cobertura nem oração, que por sua alma publica se dissesse nem ousasse de dizer, **o que foi grande prasma e vitupério da casa real; porque a honra e acatamento que ali se devia, já não era do Infante morto sem sentido, mas era propria dos vivos que lhe fizessem**, e da principal culpa de se isso fazer, El-Rei por sua mocidade e poucas experiências passadas foi justamente então relevado, mas foi attribuida aos velhos e principaes da corte, inimigos do Infante, porque El-Rei n’aquelle tempo em tudo se governava. (...) É isto se fazia por honra nem estado d’El-Rei, pois claramente era magoa de sua coroa, e **publico abatimento de seu sangue**, mas ordenavam-no assi seus inimigos por acrescentar no cume da desordenada vingança⁸⁰⁰.

Uma variação interessante dos acontecimentos posteriores a batalha pode ser encontrada em Gaspar Dias de Landim:

Estava o animo de El-Rei tão entregue e senhareado de sua paixão, que não bastou para mitigar sua ira a presente miséria do Infante (...), vendo a batalha acabada, deu livre saque aos seus, para que cada um fosse senhor do que tomasse. E mandou também que nenhum cavalleiro ou soldado, ou outra alguma pessoa, se partisse enquanto elle os não mandasse despedir. E (...) não quiz nem consentiu que se desse sepultura ao Infante, nem que fosse tirado d’entre os mortos, do lugar em que cahira e acabara envolto sem seu sangue; e, passados aquelles dias, deu licença que o sepultassem, mas não em sepultura como quem era e como se devia a pessoa de tanta qualidade; e ao tempo que foi levado estava inchado já e corrupto de tal modo que se não podia soffrer o mau cheiro que d’elle procedia, e foi d’ahi levado a sepultar

⁷⁹⁸ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo CXX, p.97-98.

⁷⁹⁹ *Ibidem*, Capítulo CXXI, p.101. Convém acrescentar a descrição da morte de D. Pedro feita por Oliveira Martins: “Alto, magro, branco, movendo-se espectralmente, combatia a pé no meio do tumulto. De perto, os filhos fitavam-no com o espanto interrogador das crianças... quando uma seta perdida, ou mandada, lhe varou o coração. Caiu morto com esta só ferida; morreu com a consolação de não presenciar outras mortes; e o bispo de Coimbra, vendo-o por terra curvou-se, ajoelhou, e no meio da vozearia do combate, absolveu-o, recolhendo-lhe o último suspiro” (MARTINS, Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Porto: Livraria Chardron, 1983 (1891), p.19)

⁸⁰⁰ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo CXXIII, p.104.

ao lugar de Alverca, em sepultura humilde, como El-Rei já tinha mandado, sem se fazerem em seu enterramento honras algumas⁸⁰¹.

Lembra Rui de Pina que a morte aviltante sofrida pelo duque de Coimbra, mais do que a perda de um importante nobre do reino ou a derrota de um forte opositor do rei, atingia a imagem da casa real, afetava a linhagem de Avis e trazia desonra para a coroa portuguesa. É exatamente a partir destas repercussões de Alfarrobeira que se avança para o próximo tópico.

5.2. AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DE PORTUGAL APÓS A BATALHA DE ALFARROBEIRA

Assim como décadas atrás D. Pedro tinha contribuído para a construção e a consolidação das alianças externas de Portugal, principalmente através da viagem pela Cristandade (1425-1428), o seu padecimento em Alfarrobeira também teve repercussões nas relações diplomáticas do reino⁸⁰². O Infante era filho do honrado e vencedor D. João I, estivera na conquista de Ceuta, campanha alardeada pelas cortes estrangeiras, e por esses e muitos outros feitos era uma personagem de prestígio na Cristandade. Dito isso, é certo que houve críticas ao monarca expressadas no âmbito interno⁸⁰³, no entanto, destacam-se as manifestações contrárias ao rei fora de Portugal.

Rui de Pina informa que na tentativa de justificar a morte do duque de Coimbra, D. Afonso V, com “*os imigos do Infante*”, formulou uma nota que foi enviada ao papa e a alguns príncipes cristãos, defendendo a tese de que Alfarrobeira não fora um conflito entre facções cortesãs, antes resultado de um longo processo movido pelo antigo regente para derrubar o próprio rei⁸⁰⁴. Contudo, as respostas não vieram conforme esperava o monarca,

⁸⁰¹ LANDIM, Gaspar Dias de. *O Infante D. Pedro. Chronica Inédita*. Lisboa: Escriptorio, 1892, Capítulo XXVII, p.116-117.

⁸⁰² Baquero Moreno chega a dar tons radicais às reverberações externas da batalha: “O desenlace de Alfarrobeira coloca Portugal numa situação de isolamento internacional e de reprovação geral, tendo sido medíocres os esforços de Afonso Pereira, embaixador pessoal de D. Afonso V, para explicar na corte castelhana as causas da morte do Infante D. Pedro” (MORENO, Humberto Carlos Baquero. O papel da diplomacia portuguesa no tratado de Tordesilhas. In: *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, p.144).

⁸⁰³ MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Idem*, p.515-516.

⁸⁰⁴ PINA, Ruy de. *Idem*, Capítulo CXXIX, p.117; ver ainda: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495). Idem*, p.75. De acordo com o documento publicado na *Monumenta Henricina*, eis o conteúdo da carta régia: “Affonso Perejra. Direes ao mujto alto muj excelente, poderoso princepe elrrej de Castella, nosso muj amado e prezado tio e jrmão e amigo, que, por morte delrrej, meu senhor e padre, que Deos haja, fiquamos de idade de sete annos. E porque no seu solene testamento, que logo no dia seguinte, a requerimento de todolos tres estados, foy aberto e pruuicado, se continha que a rrajnha, minha senhora e madre, de piadosa lembrança, como nossa titor, nos criasse e tiuesse regimento e aministração comprida de todas nossas cousas, os jnfantes dom Pedro e dom Amrique, meus tios, e os condes, prelados, fidalgos e pouos que presentes erão o tiuerão por bem, jurando e prometendo primejro os ditos meus tios, desy todos os outros de o ter e manter, porque concordaua com as leis imperiaes (...). Mas, o jfante dom Pedro, que, desde longo tempo, tinha hum mujto agudo e desordenado dezejo de reger estes rrejnos, por qualquer

Antes todos sem exceção, com apontamentos de muitos louvores e grandes merecimentos do Infante, enviaram acerca de sua morte muito reprender El-Rei, avisando principalmente as paixões particulares e enganos dos de seu conselho, e escusando em alguma maneira sua pouca e não madura idade, pois tinha razão de se reger e governar por elles⁸⁰⁵.

Ainda no capítulo CXXIX da *Crónica de El-Rei D. Affonso V*, Rui de Pina assinala a embaixada enviada pelos duques da Borgonha, a qual veio a Portugal defendendo os bens, os filhos, e a memória do Infante:

Veiu por embaixador o Daião e Vergi, que com muitas causas e razões fundadas em razão e direito, o enviaram escusar e aprovar sua innocencia e

arte ou industria que podesse, o qual dezejo trazia escondido sob aquellas falcas cerimônias de fengida obediência (...). E pêra satisfazer, em algua parte, a desordenada cobiça do dito jfante dom Pedro, lhe foy dado e outorguado que fosse defensor de nossos reynos e ajudador a reger em certa maneira com ella; (...) Mas elle, que mais juraua com tenção de periurar, segundo os feitos depois mostrarão, que de manter o juramento, nom habastando a sua incesa cobiça as autoridades e poderes que lhe outorguados erão, (...) iuntou gentes darmas e uejo assj poderoso com ellas as cortes que, pêra conseguir seu preposito, fez fazer em esta cidade de Lixboa, que os grandes, com reço, e os pequenos, com medo, lhe nom ousassem nem podescem contradizer o que ligeiramente acabou (...). Mas elle que, por tiranja mais que por justiça, per tal carrego era emlegido, como foy apoderado do rreyno, começou de preseguir e maltratar os boons e singularmente os seruidores da dita senhora rrainha, e a algus tiraua os boons officios e os daua aos seus, outros prendia e contra rezam e direjto atromentaua (...). E depois de mujtas contendadas, nolo leixou [o Regimento], com asas ma mostrança e descontentamento. (...) E de hj, por lhe fazermos singular merçe, lhe outorguamos e confirmamos todas as terras e tenças que de nos hauia, com aquello que lhe foy acrecentado por ser nosso titor, lhe fizemos graciosamente quanto nos requireo; mas, porque se chegaua o tempo da execução da diuinal justiça, com ceguo júzo e desobediente uontade, coração emduriçido e imdinado, esqueceo a piadade que delle oueramos e as mercês que lhe ascj fizemos e começou de açalmar e basteçer seus castellos e ajuntar sua gente darmas, mostrando que fazia este precebimento pêra offender o duque de Bragança ou pera se defender delle, se comprisce, porque o hauia por seu imigo. (...) E, depois de mujtas contendadas, detreminamos de os fazer amigos, a qual detreminação, com as clausulas da concordia e amizade que ascj antre elles fizemos, em que asas consiramos a honra e auantajem do dito jfante dom Pedro, foy por nos ascinada e sellada de nosço sello e ascinada per suas mãos delles e aselladas dos sellos das suas armas. Mas, posto que o jfante ascj leixasce, segundo a mostrança de fora, nom leixou porem as gentes nem armas nem os aparelhos de guerra que prestres tinha nem desuestio a indinação que no coração trazia nem preposito de proseguir o que ascj contra nos imaginara. (...) E tomou o caminho de Lixboa, cuidando em elles. E, recebido por alguns com que tinha trautado, mas, sabendo que o feito era descuberto e a cidade guardada e que o hjamos buscar, nos esperou acerca daquelle campo onde contra nos tinha suas azes ordenadas. E, porque ya detreminado tínhamos de nom peleyar aquelle dia, mandamos asentar nosso arajal. E elle, como uio as tendas aleuantadas e os nossos alonguados, mandou tirar as bombardas, que lançauão mujtas édras e dellas uinham direjtamente a nossa tenda. Polla qual rezam, se leuantarão os nossos e se corregerão pera pelear, abalando nossas batalhas. E elle fez despreguar sua bandeira, que fazia de nossas armas direjtas, sem diferença, e dar currida, chamando Real, Real por elrrej dom Pedro. E, com ajuda daquelle Senhor das hostes, que daa a quem lhe praz uencimento, foy disbaratado e morto na batalha, recebendo aquella justa pena que os seus mãos feitos mereciam. E, por estas conclusões, que lhe assim dizer enuiamos, poderá hauer asas comprida e uerdadeira enformação dos passados feitos e pode conhecer a justa causa que tiuemos de contra elle procedermos e a muita merçe que de nos recebeo e a creçença que com elle sempre ouuemos, posto que mujtas cousas feitas calaçemos, por nom offendermos as suas orelhas. Outra tal embaixada de recontamento deste caso foy ao duque Phelippe de Berguonha, que era casado com a jfante dona Jsabel, jrmã do dito jfante, a cuja corte foy ter dom João, que foy princepe de Chypre, e o cardeal dom James e a senhora dona Breatiz, que casou com monseor de Rabaste. E a reposta disto veyo o dayam de Uergi.” (*Monumenta Henricina*, Vol. X, doc.49, p.71-79).

⁸⁰⁵ PINA, Rui de. *Ibidem*.

limpeza e pedir seu corpo a sepultura que lhe El-Rei D. João, seu padre, em sua real capella ordenara, e assi que se não negasse para sua mulher e filhos e criados amparo e piedade, a que pedio que fossem restituídas sua honras e fazendas⁸⁰⁶.

Esta embaixada não foi a primeira intervenção dos duques da Borgonha no cenário ibérico no longo período da regência⁸⁰⁷, e nem mesmo a primeira no processo de afastamento de D. Pedro da corte régia. Sabe-se, através de uma narrativa de Jacques Lalaing, que em 1448 houve uma comitiva borguinã que visitou Portugal, encontrando-se com o Infante, seus filhos Pedro e Jaime, e com o rei⁸⁰⁸. Vânia Fróes diz que é possível que esta missão tivesse como um de seus objetivos pedir moderação a D. Afonso V na condução dos conflitos palacianos que envolviam o antigo regente⁸⁰⁹. É de se destacar ainda, que entre 1446 e 1449, as fontes borguinãs atestam a circulação de oficiais de armas, alguns enviados diretamente pelo Infante, à corte da Borgonha⁸¹⁰.

Mesmo assim a embaixada de 1449 é singular, e suas particularidades mostram-se nas veementes críticas ao rei português. Parece que as notas enviadas pelo monarca não foram as únicas mensagens e versões que chegaram a Borgonha⁸¹¹, e para expressar as suas queixas, os

⁸⁰⁶ PINA, Ruy de. *Ibidem*, p.118.

⁸⁰⁷ Lembra-se que em 1447 o duque Filipe já se propunha para mediar a harmonização das relações entre Portugal e Aragão (*Monumenta Henricina*, Vol. IX, doc.145, p.212-213).

⁸⁰⁸ LALAING, Jacques. Le livre des Faits du Bom Chevalier. In: *SPLENDEURS de la Cour de Bourgogne. Récits et Chroniques*. Édition Établie sous la Direction de Danielle Régner-Bohler. Paris: Éditions Robert Laffont, S.A., 1995, p.1278-1280. *Apud*: FRÓES, Vânia Leite. Le Cardinal du Portugal: Célébration de la vie et mémoire de la mort à Florence au *Quattrocento*. In: *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2005, p.259-260.

⁸⁰⁹ FRÓES, Vânia Leite. *Idem*, p.260.

⁸¹⁰ Em Outubro de 1446 um oficial de Armas do Infante foi enviado a Borgonha, encontrando-se em Bruxelas com o conselheiro e cavaleiro de Filipe o Bom, também português, Fernando de Miranda. No ano seguinte, o rei de Armas Pedro Ruiz Moniz viajou à Flandres, tendo com o duque na cidade de Bruges tratando de “assuntos secretos”. Em 1449, novamente o oficial de D. Pedro volta à Bruxelas e recebe a quantia de 24 libras por serviços feitos anteriormente (PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995, p.365-369, 376, doc.282, 285, 290, 300).

⁸¹¹ Sabe-se que entre Julho e Agosto de 1449, Rodrigo Leonardes chegou à Bruges, e, de acordo com Jacques Paviot, essa viagem deve ter levado informações do ocorrido em Portugal (PAVIOT, Jacques. *Idem*, doc.302, p.377). Na inexistência de documento acerca desse contato, acredita-se que a versão que sintetiza as impressões na corte borguinã acerca de Alfarrobeira pode ser encontrada em Olivier de la Marche. Segundo ele, D. Pedro foi: “moult saige Prince, et gouverna le royaume de Portugal moult notablement: et soubz as main advança en honneurs et richesse plusieurs hommes nobles, em les preferant avant aultres, qui touteffois n’en furent pas bien contats; et leur sembloit qu’ilz valloient bien, de sens et de lignaige, les aultres qui soubz la main du regent avoient auctorité et advancement au royaume (...). Et advint qu’en celluy temps le Roy manda le duc de Coymbre à venir devers luy, pour ce qu’il s’estoit ung peu de temps retire em as duché, et qu’il estoit adverty que ses ennemis machinoyent contre luy et que le Roy y livroit accord: et mesmement avoit on fait une conspiracion secret contre le duc, sur le fait du royaume. Si se doubta de duc, et manda ses subjectz, serviteurs et amys, pour aller au mandement du Roy, fort acompaigné: et est à sçavoir que cette assemblée ne se faisoit point contre le Roy, mais contre les malvuillans du duc, qui entrient en gouvernement et auctorité: et quand le Roy fur adverty de l’assemblée qui faisoit le duc, son oncle, il print la chose contre luy estre faite, et de as part

duques enviaram, em Agosto de 1449, o beneditino Jean de Jouffroy, deão de Saint-Viventsous-Vergy⁸¹². Ao todo o mensageiro proferiu quatro extensas orações em latim, defendendo D. Pedro e os filhos.

O pronunciamento do deão de Vergy deu-se em Évora, perante a corte que na cidade se encontrava, entre Dezembro e Janeiro de 1450⁸¹³. Em tom enérgico e respaldando-se em Cícero, Jean de Joffroy buscou impressionar os ouvintes, exigindo que o Infante tivesse a sepultura digna e que os filhos pudessem seguir para a Borgonha. O mensageiro defendeu ainda que os restos mortais de D. Pedro fossem enviados para a duquesa D. Isabel, e que os vivos da batalha fossem restituídos em seus bens e ofícios⁸¹⁴.

Embora não tenha alcançado o êxito pleno na intervenção – principalmente em relação aos despojos do Infante –, o deão de Vergy ao menos conseguiu que os filhos de D. Pedro fossem liberados para seguir para as terras do ducado da Borgonha⁸¹⁵. Não obstante, ao regressar à corte borguinhã com as novas, Jean Joffroy deu motivos para que D. Isabel continuasse na peleja a favor dos restos mortais e da memória do irmão.

Nesse sentido apresentou queixas ao papa Nicolau V, que pelas letras *Querelam dilecte*, de 21 de Maio de 1450, comunicou aos bispos de Tournai, Salamanca e Leão, ter sido informado da forma desumana como morreu o duque de Coimbra. O Sumo Pontífice prometia ainda a excomunhão de todos aqueles que ocultassem o corpo do Infante, estabelecendo o prazo de trinta dias para que os despojos de D. Pedro fossem entregues para as pessoas indicadas pela duquesa da Borgonha⁸¹⁶. Tais imposições foram revogadas em 1452, pelas letras *Romani pontificis prouidentia*, na qual o papa alegava que estava ciente de que o antigo regente tinha recebido a devida sepultura cristã⁸¹⁷.

assembla grans gens; et chevaucha le Roy à grosse armée contre son oncle; et le duc, quant il sentit venir le Roy, il se cloit, et fit un champ cloz de fossez et d'artillerie, et mis ses gens en bonne ordenance; (...) Mais il advint que les d'arbaleste du Roy de Portugal approucherent du champ en gran nombre; et commença une escarmouche par mechans gens d'ung cousté et d'aultre, et tellement que d'un traict d'arbaleste le duc de Coymbres, au millieu de ses gens, fut atteint en la poitrine, dont il mourout en celle mesme heure” (*Memórias d’Olivier de la Marche*. Tomo II, Paris, 1884, cap.XX, p.137-139. *Apud*: MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. *Idem*, p.517-518; ver ainda: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. *Idem*, p.76).

⁸¹² PAVIOT, Jacques. *Idem*, doc.303, p.377.

⁸¹³ A primeira oração proferida foi *Temperanciam sane difficilem*, no dia 6 de Dezembro, no dia 13 fez a oração *Sive ingenii nostri*, em 12 de Janeiro proferiu *Tandemne vincet in te*, e por fim, *Que res magnam spem*, aos dezesseis dias do mesmo mês (PAVIOT, Jacques. *Idem*, p.44-45).

⁸¹⁴ Os discursos do deão de Vergy encontram-se publicados em: MARTINS, Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira Editora, 6^a edição, 1936, Apêndice (h), p.433-473. Acrescenta-se que na edição dos anos 80, que utilizamos ao longo do trabalho, os documentos não se encontram publicados, e por isso foi necessário o recurso a edições anteriores, disponibilizadas pelo acervo do Real Gabinete Português de Leitura.

⁸¹⁵ FRÖES, Vânia Leite. *Idem*, p.262.

⁸¹⁶ *Monumenta Henricina*, Vol. X, doc.166, p.227-231; MORENO, Humberto Baquero. *Idem*, p.520.

⁸¹⁷ *Monumenta Henricina*, Vol. XI, doc.104, p.126-128. O corpo de D. Pedro foi inicialmente sepultado na igreja de Alverca, sendo, mais tarde, movido para o castelo de Abrantes (PINA, Ruy de. *Ibidem*, p.118).

O resultado e os feitos de Alfarrobeira também repercutiram em Castela, e foram narrados por Carrillo de Huete na *Crónica del Halconero de Juan II*. O cronista diz que as informações da morte do Infante não tardaram a chegar ao reino vizinho, as quais causaram “*mucho enojo*” ao rei D. Juan II⁸¹⁸. No entanto, mesmo sendo possível acreditar que o condestável D. Álvaro tenha sentido a morte do aliado português, não se sabe de nenhuma ação concreta de Castela repreendendo D. Afonso V pela batalha ou pelas ações relativas ao sepultamento do Infante e aos filhos do mesmo.

*

A fim de refletir brevemente acerca das questões relativas às conseqüências da batalha, é interessante retomar o problema motriz desta pesquisa: Alfarrobeira representou um abalo das alianças externas de Portugal. Acredita-se que o trecho citado anteriormente da crônica de Rui de Pina, expressa bem os porquês deste abalo. A morte do príncipe D. Pedro trouxe desonra para família real avisina, afetou negativamente a imagem, principalmente, a imagem externa do reino. A hipótese de trabalho é corroborada pelo processo posterior à batalha.

D. Afonso V ao vencer o combate, se empenhou na criação de uma versão dos fatos que apresentasse o Infante como um nobre desleal, ávido pelo poder, promotor de perseguições, e inimigo da paz e da conciliação. Contudo, o problema das relações diplomáticas no medievo aparece ao observar-se que tal discurso não se firmou, e, enfatizo, não teve sucesso nem coetaneamente e nem posteriormente. Ficou para a história a tentativa frustrada do rei, assim como as críticas que o mesmo recebeu.

Ao observar as movimentações diplomáticas em prol de D. Pedro e de seus descendentes, nota-se, inicialmente, o peso dos vínculos de parentesco, os quais o relacionavam com a irmã D. Isabel na Borgonha. Não obstante, e as demais críticas? Afinal, o papa, por exemplo, não era ligado a Avis e, além disso, tinha enfrentado problemas com o antigo regente⁸¹⁹. Porém, um elemento deve ser destacado, o Sumo Pontífice recebeu reclamações diretas dos duques de Borgonha. Eis a via interpretativa mais global permitida pelo desfecho de Alfarrobeira: através dos laços de consangüinidade, formadores de redes que se afirmavam pela solidariedade de linhagem – e que, conseqüentemente, se reforçavam pela imagem dos membros dessa rede –, movimentavam-se as relações diplomáticas na Idade Média.

⁸¹⁸ CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. Édition y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1941, p.529-531. *apud*: ARAÚJO, Julieta. *Idem*, p.206-207.

⁸¹⁹ Cf.: Capítulo 2 *supra*.

Ao se vincular com a corte borguinã a dinastia de Avis passava a ter acesso à rede de relações diplomáticas do ducado e, desta forma, ampliava sua intervenção no cenário político da Cristandade. Se a aliança luso-borguinã permitiu o reforço da presença portuguesa no mar do Norte e no contato com a Inglaterra, não menos fortaleceu a posição de Avis junto ao papado. Com Alfarrobeira foi exatamente essa posição lusitana perante a Igreja que também saiu abalada.

Portanto, reafirma-se que para o estudo das alianças externas no medievo é fundamental que se leve em consideração toda a rede de vínculos pessoais e familiares que envolviam a Cristandade. Assim, Alfarrobeira foi prejudicial para as relações diplomáticas de Portugal porque afetou um dos pilares da expressão externa de Avis, o infante D. Pedro, príncipe culto, viajado, regente, e, conseqüentemente, afetou a honra da linhagem real.

5.3. CONCLUSÃO: AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO REINADO DE D. AFONSO V

Bernard Guenée, ao refletir sobre a diplomacia na Europa quatrocentista, observou que: “No final da Idade Média, (...) os espíritos mais realistas já diziam muito bem que a diplomacia e a guerra eram apenas dois meios diferentes de atingir o mesmo fim: o de proteger e engrandecer o Estado”⁸²⁰. Partindo da proposta do historiador francês, e no intuito de concluir esse capítulo, cabe analisar brevemente os anos iniciais do reinado de D. Afonso V, período de ‘reabilitação’ externa da monarquia portuguesa.

A primeira e grande expressão da recuperação do prestígio externo de Portugal começou a ganhar corpo ainda no ano de 1451, através das Cortes de Santarém que outorgaram à coroa dois pedidos e meio, além de uma dízima e meia, para as despesas do casamento de D. Leonor com o Imperador⁸²¹. De acordo com Maria Helena Coelho,

Os esponsórios de D. Leonor de Portugal com Frederico III, imperador da Alemanha, serão, a todos os títulos modelares, segundo os cânones civis e eclesiásticos. Para servirem de *exemplum* legitimador do rei de Portugal e dos Algarves e senhor de Ceuta e do imperador, rei dos Romanos⁸²².

⁸²⁰ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p.179.

⁸²¹ COELHO, Maria Helena da Cruz. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. In: *Revista Português de História*. Tomo XXXVI (2002-2003), vol.1, p.49.

⁸²² *Ibidem*, p.49. Virgínia Rau acrescenta que: “Em relação ao casamento de D. Leonor, devemos salientar que tal enlace teve uma certa significação política, mas mais para a família reinante do que propriamente para a Nação. A casa real portuguesa, aparentada já com as casas de Castela, Aragão, Inglaterra e Borgonha, ligava-se agora à dos Habsburgos de Áustria, que iam deter a coroa imperial da Alemanha por mais de três séculos” (RAU, Virgínia. *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Presença, 1986, p.67).

Mais do que apenas um *exemplum*, o enlace de D. Leonor conseguiu articular uma ampla rede de relações diplomáticas. As negociações, iniciadas por D. Pedro e pela duquesa D. Isabel, foram conduzidas, após o afastamento do regente, pelo rei de Portugal e pelo tio, D. Afonso V de Aragão. Além de favorecer a relação luso-aragonesa, abalada no contexto da regência, o casamento também ia de encontro à política do ducado da Borgonha, o que diluía os atritos causados por Alfarrobeira. Esse matrimônio foi celebrado na Itália, mais precisamente em Roma, em uma cerimônia composta por muitos nobres e que também contou com a presença Eneas Piccolomini – um admirador de D. Pedro e que seria o papa Pio II (1458-1464) – e do próprio papa Nicolau V – que tinha expedido a bula criticando a morte do Infante –, responsável pela coroação dos imperadores⁸²³.

Na mesma década de 50, outros fatos favoreceram a posição externa do monarca português. Frente ao avanço turco expresso na tomada de Constantinopla (1453), e ao conseqüente alvoroço na Cristandade, seguido pela proclamação de cruzada pelo papa Nicolau, D. Afonso V iniciou uma série de movimentações – encabeçadas pelo embaixador João Fernandes da Silveira – no intuito de preparar-se e conseguir apoios para a cruzada. Nota-se que desde 1454, a causa defendida pelo papado conseguia a adesão do duque da Borgonha, do Imperador Frederico, do rei de Aragão, e de Carlos VII da França. D. Afonso V preparou os homens e os navios do reino e ainda enviou, em 1456, embaixadas para impulsionar a cruzada, projeto que fracassou, sendo a frota portuguesa utilizada para a nova expedição africana⁸²⁴. Contudo, as articulações realizadas pelo rei de Portugal reforçaram a imagem da dinastia no cenário da Cristandade e favoreceram as relações do reino com o papado.

Como terceiro aspecto a ser destacado, menciona-se a trajetória e, principalmente, a capela construída em memória de D. Jaime. Este filho de D. Pedro seguiu para a Borgonha após Alfarrobeira e lá ingressou na vida religiosa. Foi nomeado bispo de Arras em 1453, e no mesmo ano foi designado como administrador da Sé metropolitana de Lisboa, e quando completasse os 26 anos assumiria como arcebispo. Outras comendas seriam acumuladas por D. Jaime, dentro e fora de Portugal, sendo a mais expressiva o título de Cardeal, alcançado em

⁸²³ COELHO, Maria Helena da Cruz. *Idem*, p.47-49; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Leonor, Imperatriz (1434-1467). In: SERRÃO, Joel (Dir). *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editoriais, p.705-706. O processo do enlace de D. Leonor também encontra-se descrito por Rui de Pina (PINA, Ruy de. *Idem*, CXXXI-CXXXIII p.120-128).

⁸²⁴ PINA, Ruy de. *Idem*, CXXXV, p.133-135; RAU, Virgínia. *Idem*, p.74-80; GOMES, Saul Antonio. *Idem*, p.228-230.

1456. No entanto, assinala-se que para receber a promoção de 1453, teve que apresentar a anuência do rei de Portugal, alçoz do Infante, permissão que foi alcançada. É interessante observar que o cardeal português ascendeu na vida eclesiástica protegido pelo prestígio do pai e pelas solidariedades de linhagem – que o estabeleceram na Borgonha, e ainda o aproximavam da Inglaterra, do Império, de Aragão, de Castela, e do Chipre – e usou dessa rede de parentesco para auxiliar à causa de Portugal junto ao papado⁸²⁵.

Com a morte de D. Jaime em 1459, iniciou-se uma ampla mobilização para a construção de uma capela na cidade de Florença. Sobressalta que esta construção foi financiada com valores do depósito que D. Pedro tinha na cidade – os quais foram deixados para os filhos –, e ainda contou com dinheiros de vários membros da família avisina: de D. Isabel, mãe do defunto, de D. Filipa, irmã do mesmo, da duquesa da Borgonha, tia, da imperatriz D. Leonor, prima, do rei e primo D. Afonso V, e ainda do filho deste, o príncipe D. João⁸²⁶. Uma década após a morte do Infante, os membros da dinastia de Avis se uniram para a construção de um monumento em memória de D. Jaime, e sobre os elementos envolvidos no processo de edificação Vânia Fróes conclui que:

La Chapelle, ce “lieu de mémoire”, rappelle le souvenir de D. Jaime et l’associe à son père, faisant de son martyr un monument qui souligne avec force l’extraction noble et la lignée du cardinal, mais surtout commémore et corrige tout à la fois l’erreur d’Alfarrobeira aux yeux de l’Europe⁸²⁷.

Se o “erro de Alfarrobeira” corrigia-se no plano externo com a Capela de São Miniato ao Monte, como bem argumenta a autora, internamente D. Afonso V também reconstruía a imagem da unidade familiar. Nesse sentido, o rei português iniciou um processo de anistia dos

⁸²⁵ PINA, Ruy de. *Idem*, CXXVII, p.114-115; ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *A arte em Florença no século XV e a Capela do cardeal de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, p.17-21; FRÓES, Vânia Leite. *Idem*, p.262-264; GOMES, Saul Antonio. *Idem*, p.114.

Manuel Atanázio faz vários apontamentos acerca de D. Jaime, dos quais destacamos alguns: “Julgamos ser conveniente registrar o fato de ter sido Nicolau V, o Papa que conferiu a coroa imperial a Frederico III, em Roma, no dia 19 de Março de 1452. Ora Frederico III casara com Dona Leonor, irmã de D. Afonso V e portanto prima direta de Dom Jaime, a 9 de Março de 1451. (...) Em Abril de 1455, foi eleito Papa, Alonso Borgia, que tomou o nome de Calisto III. Era de Aragão e Bispo de Valência. Será este Pontífice a fazer Cardeal, Dom Jaime, em Setembro de 1456, o que o introduz definitivamente na política da Cúria. (...) A razão que terá levado Dom Jaime ao Cardinalato e já antes à administração do Arcebispado de Lisboa, deverá ter sido mais política do que religiosa. Por sua parentela, desde o Reino de Portugal, até a Borgonha, a acabar com a Imperatriz, o nosso Cardeal estava naturalmente bem relacionado, sendo portanto instrumento valioso, na política da Cruzada, por poder vir a concorrer para o alevantamento dos Príncipes cristãos em favor da urgente proclamação da mesma” (ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *Idem*, p.18-19).

⁸²⁶ ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *Idem*, p.10-11.

⁸²⁷ FRÓES, Vânia Leite. *Idem*, p.266. “A capela, esse ‘lugar de memória’, relembra D. Jaime, associando-o ao pai, fazendo de seu martírio um monumento que enfatiza a nobre estirpe e linhagem do cardeal, mas sobretudo, comemorando e corrigindo de toda vez, o erro de Alfarrobeira, aos olhos da Europa.” (tradução livre)

partidários de D. Pedro, reaproximando-se dos descendentes do duque de Coimbra, movimento que ainda contou com o traslado dos restos mortais do Infante para o Mosteiro da Batalha. Um aspecto peculiar da ação régia nesta reconstrução foi a promoção do culto ao Infante Santo, D. Fernando⁸²⁸, que foi capaz de construir um importante elo entre seu reinado e o modelo familiar avisino, expurgando, o quanto possível, as máculas de Alfarrobeira e reforçando a imagem de unidade da dinastia.

*

Com essa breve exposição das relações diplomáticas do início do reinado de D. Afonso V, conclui-se este capítulo afirmando que a diplomacia era uma forma de “engrandecer e proteger o Estado”, tal como salientou Guenée. Todavia, as relações familiares, as solidariedades de linhagem, e os vínculos pessoais que perpassavam o universo das alianças externas eram de extrema importância, o que fica nítido nas ações do monarca português entre 1450 e 1459. Se Alfarrobeira abalou as relações diplomáticas de Portugal por envolver um dos artífices das alianças do reino, afetando, conseqüentemente, a imagem da dinastia, o reinado de D. Afonso promoveu uma série de ações em prol de recompor a posição portuguesa no cenário da Cristandade. Dez anos após a morte de D. Pedro, Portugal, mais uma vez através dos vínculos de linhagem, tentava extirpar as reverberações de Alfarrobeira e se afirmar como vanguarda da Cristandade e arauto dos tempos modernos.

⁸²⁸ AMARAL, Clínio de Oliveira. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481)*. Tese de Doutorado. PPGH-UFF. Niterói, 2008. Promovendo este culto, empreendia-se uma releitura do desastre de Tânger, sacralizando a investida pelo fato de um dos infantes ter ficado cativo, por vontade própria, e criava-se, através da construção do sofrimento de D. Fernando, o mártir da expansão portuguesa. D. Afonso V, conhecido pela posteridade como o *Africano*, estabelecia um ‘dever moral’ para a manutenção da expansão territorial no norte da África, e ainda aproximava seu reinado da herança política da primeira geração de Avis.

6. CONCLUSÃO

*Pronuncio o nome de D. Pedro
 E o que fica é o nome não a imagem
 Porque tudo na memória se contém
 E tudo é a palavra que nomeia.
 Digo D. Pedro e ao certo eu digo quem
 É nome e mais do que nome tempo e História
 E mais do que tempo e História é a própria idéia.
 Vou com D. Pedro pelos campos da memória
 Manuel Alegre⁸²⁹.*

Com mais de meio milênio de distância do contexto histórico em que viveu o infante D. Pedro, a memória da personagem continua presente na sociedade atual. Mais do que a lembrança de um indivíduo do passado, é a memória de uma época que permanece latente. Ao longo das páginas dessa dissertação avançou-se em acessar parte dessa memória, aquela relacionada ao D. Pedro viajante que foi um dos artífices das alianças externas de Portugal no século XV, e, em escala mais ampla, o universo do poder e das relações diplomáticas medievais.

Época de grandes transformações no Ocidente, com o início da expansão ibérica, a afirmação dos Estados, cada vez mais nacionais, e da mutação das estruturas produtivas, tal período foi particularmente importante para a história lusitana, que viu o reino até então ‘periférico’ e pautado nos problemas ibéricos tornar-se um dos expoentes da Cristandade. Para esta circunstância a diplomacia contribuiu de forma significativa, e na memória desse povo ficaram as lembranças da dinastia de Avis, que com D. João I, arauto da expansão marítima, foi vencedora em Aljubarrota e Ceuta, e as recordações dos Ínclitos Infantes.

Nesse conjunto de feitos e personagens da sociedade portuguesa quatrocentista, decidiu-se por analisar o infante D. Pedro, o viajante das “Sete Partidas”, o que permitiu que

⁸²⁹ ALEGRE, Manuel. *Sete Partidas. Poema*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2008, p.21.

diversos aspectos daquela sociedade fossem recuperados, possibilitando ainda inúmeros caminhos para novas pesquisas. Não obstante, um elemento singular da trajetória do Infante chamou minha atenção há alguns anos, a viagem, e sobre ela concentrei o estudo. Do medievo afloram relatos de viagens de reis, e ainda são recorrentes as menções acerca da importância da itinerância régia para a administração das unidades políticas, porém, poucas são as citações a deslocamentos de nobres, e, principalmente, são incomuns as percepções de que esse tipo de deambulação teve relevância significativa para os reinos. Contudo, a viagem de D. Pedro é singular, e ficou para a história como um momento marcante da expressão externa da dinastia de Avis.

Deslocar-se por diferentes lugares foi uma ação existente em diferentes sociedades históricas, e os chefes de Estado, ainda hoje, permanecem se deslocando intensamente. Todavia na Idade Média tal ato era especialmente difícil. Os perigos eram inúmeros e os desafios no percurso faziam com que muitos evitassem tal experiência. Apesar disso D. Pedro partiu. Em 1425 saiu de Portugal acompanhado de um séquito, e viajou pela Cristandade visitando a Inglaterra, a Borgonha, o Império, as cidades italianas, e os reinos ibéricos. Por mais que tivesse as terras de Sigismundo como destino, fez um percurso especial, que indica a preocupação com os centros que pautavam as relações diplomáticas portuguesas.

Tais paragens indicavam, desde os primeiros passos da pesquisa, que a viagem estava relacionada com as alianças externas de Portugal. Ao estabelecer o ano de 1449 como limite cronológico de estudo, ano da batalha de Alfarrobeira, a percepção ficou ainda mais nítida, visto que a morte do Infante afetou as relações diplomáticas do reino. Contudo, o que eram tais relações em meados do século XV? A investigação para solucionar esta indagação foi ampla, e conduziu a pesquisa para novos rumos.

O primeiro e mais geral, o processo de gênese do Estado moderno no ocidente. Notou-se, a partir do diálogo com as produções de Jean-Philippe Genet e dos projetos *Genèse* e *Origins*, que as estruturas políticas da Baixa Idade Média tinham nas relações pessoais um elemento fulcral, as quais perpassavam os espaços institucionais que iam se formando. Através dessas reflexões, percebeu-se ainda que o modelo familiar, dinástico, expresso em redes de solidariedade de linhagem, oferecia categorias para as relações de poder. A ação de D. Pedro passou a ser pensada como atos de um membro das ‘elites do poder’, grupos que atuavam no fortalecimento e na construção do Estado, e retiravam a sua base de poder dessa relação com a estrutura estatal.

Com estes apontamentos a reflexão acerca das relações diplomáticas também foi modificada, afastando-se da perspectiva tradicional e factual, que pontua apenas tratados,

casamentos e, no máximo, relações comerciais, para alcançar o universo das ‘práticas diplomáticas’, entendidas como conjunto de ações promovidas, principalmente pelo poder régio, perante outros poderes. Ao passo que este ponto de partida foi sendo explorado, constituindo o ‘quadro diplomático’ de Avis, ficou claro que a construção e a consolidação das alianças externas de Portugal na primeira metade do século XV tiveram nos laços de parentesco um aspecto central. Preocupada em afirmar-se dentro e fora do reino, a dinastia de Avis projetou-se na Cristandade através do peso representado pela conquista de Ceuta, por uma astuta política matrimonial, e pela configuração de uma imagem dinástica exemplar. A viagem fortaleceu esta imagem, e Alfarrobeira a abalou.

Buscou-se também analisar um tema de suma importância para as discussões da viagem e das conseqüências da batalha, e que representava um ponto de encontro entre os apontamentos acerca do Estado e das relações diplomáticas, o parentesco. Dentro do universo destas relações, área de inúmeros acúmulos na antropologia e mesmo entre os medievalistas, destacou-se as relações de consangüinidade, estabelecidas através da política matrimonial avisina, e pensadas como criadoras de grupos, os quais se articulavam, especialmente, para o poder. Afirmar que o ‘grupo’ existia não impediu que se observasse que o mesmo grupo demandava ações que fortalecessem os laços possibilitados pelos vínculos de sangue, eis mais um objetivo da viagem.

Desta maneira, foi possível notar o que chamei de ‘lógica do parentesco’, isto é, uma série de termos próprios dos vínculos familiares que geravam categorias políticas. Tais categorias se expressavam nas documentações não relacionadas diretamente ao conjunto das relações familiares e nas negociações de casamentos, aparecendo em fontes como salvo-condutos, cartas de crença, súplicas, etc. Mesmo não representado um eixo explorado a fundo – mas que acredito que necessita uma atenção especial por parte da historiografia afeita ao trato com os problemas da política –, esta ‘lógica do parentesco’ indicou que a posição social do Infante era reforçada por sua posição na grande rede familiar que ligava as casas reais da Cristandade. Ou seja, além de ser um grande nobre, duque de Coimbra, e reconhecido como guerreiro pela presença na conquista de Ceuta, D. Pedro era membro da dinastia de Avis, e a partir do vínculo dinástico entrava em uma ampla rede que o ligava à Inglaterra, Aragão e Castela.

Com estas reflexões foi necessário explorar as variantes interpretativas acerca da viagem, tanto no tema das motivações – problemática introdutória que possibilitou fundamentar a percepção sobre o deslocamento –, quanto nas etapas do périplo do Infante. Analisou-se que mais do que visitar diferentes lugares, D. Pedro atuou nesses espaços:

auxiliou na resolução de problemas na nobreza inglesa; redigiu uma carta ao irmão que ficara no reino, indicando, entre outras coisas, quais eram as impressões externas de Ceuta; lutou ao lado do imperador contra os turcos e os hussitas; visitou o papado solicitando privilégios para a coroa avisina; e ainda reforçou a posição portuguesa na península ibérica, criando novos laços com Aragão e Castela, especialmente pelo casamento com Isabel de Urgel.

Desta forma, tem-se que por meio da análise da viagem foi possível ‘mapear’ a ação da dinastia de Avis no que tange a construção de apoios fora do reino, chegando-se, inclusive, a inserção da mesma na política externa joanina. A diplomacia foi um instrumento utilizado para a legitimação e afirmação da dinastia, e em meio a tratados, trocas de embaixadas, súplicas papais, a atuação de D. Pedro foi deveras importante, sendo o mesmo um artífice dessas alianças, que com sua viagem reforçou a imagem externa de Portugal.

Através dos acúmulos da renovação da história política, o ‘fato’ foi recuperado como objeto rico para a análise. Alfarrobeira foi um desses fatos singulares que perpassam a história, tendo ressoado através dos séculos como uma mácula para a dinastia de Avis. Fato que remonta às disputas internas em Portugal, sendo visto pelos especialistas como exemplo de uma guerra civil, é atravessado pelas relações externas lusitanas até então, visto que além de refletir internamente, Alfarrobeira gerou repercussões fora do reino.

Recuperou-se este fato observando, principalmente, as consequências externas da batalha, as quais – por mais que D. Afonso V tentasse construir um discurso favorável à sua causa – fomentaram críticas a Portugal vindas de diferentes pontos da Cristandade, mormente da Borgonha e do papado. Estas reclamações ofereceram elementos para uma reflexão mais ampla acerca das relações diplomáticas medievais, mostrando, mais uma vez, o peso das relações pessoais para o Estado na baixa Idade Média e para o conjunto das relações externas. As críticas indicaram ainda que a viagem de D. Pedro, assim como sua atuação nas décadas seguintes, formou uma espécie de ‘pilar’ para as relações diplomáticas de Portugal. É a partir desta constatação que é possível afirmar categoricamente que ao passo que o Infante faleceu, as alianças externas foram abaladas.

Enfatiza-se: as alianças foram abaladas, não rompidas. Por mais que as relações pessoais fossem um elemento de suma importância, elas não excluía a relevância de outros vínculos, como os comerciais, culturais, políticos, e até mesmo familiares que ultrapassavam a figura do Infante. Apesar disso, notou-se que D. Afonso V pautou as relações diplomáticas do início de seu reinado na reaproximação da Borgonha e do papado, na ampliação da aliança com Aragão, na criação de laços matrimoniais com o Império, e, como elemento singular, no apoio à construção da memorável capela para D. Jaime, cardeal português filho de D. Pedro –

circunstância que envolveu os descendentes do falecido, além de D. Isabel da Borgonha e de outros membros de Avis. Para além desse empreendimento, o novo rei ainda investiu no culto ao mártir de Tanger, D. Fernando o Infante Santo, no perdão aos apoiadores do duque de Coimbra no contexto da batalha, e na conciliação com as lembranças de Alfarrobeira, ação que se deu através do traslado do corpo do Infante para o mosteiro da Batalha, panteão da unidade dinástica.

À guisa de conclusão, tem-se que foi possível, através da análise de um feito específico da história portuguesa, acessar e refletir sobre o amplo processo de gênese do Estado moderno, movimento histórico controverso e que teve nos séculos XIV e XV uma etapa central. Dialogando com pesquisas sobre a época moderna e contemporânea, além de estudos antropológicos acerca do Estado no Brasil, percebeu-se que as relações pessoais, marcantes no feudalismo, estiveram presentes no processo de construção das estruturas estatais, e ainda se fazem presentes na sociedade atual. Elementos que ao invés de demonstrar uma ‘mácula’ do sistema político, demarcam uma característica importante das estruturas políticas e que deve ser analisada a fundo.

Outro aspecto amplo e também acessado pela presente pesquisa, e que se projeta para novas investigações, é o universo das relações diplomáticas. Em fins do medievo os Estados cada vez mais se afirmavam como únicos, ou principais, emissores de ações externas, no entanto, o papado permanecia como uma espécie de ‘árbitro’ dessas relações, tanto institucionalmente quanto ideologicamente. Aproximar-se dos interesses e das causas defendidas pela Santa Sé permitia que poderes, como o português, legitimassem ações como guerras e conquistas militares. No presente estudo, por limitação de tempo, não foi possível mapear as relações de Portugal com o papado em sua amplitude, porém se tentou ao menos indicar que através dessas relações a dinastia de Avis afirmou-se externamente.

Portanto, como conclusão final, tem-se que D. Pedro teve um papel proeminente na estruturação das alianças externas da dinastia de Avis, e exatamente pela importância desta atuação a sua morte em Alfarrobeira abalou as relações diplomáticas do reino. Mesmo ciente das limitações, das falhas e das parcialidades desse texto, acredita-se que através do presente estudo foi possível oferecer alguns apontamentos que, quiçá, possam gerar interesse para novas pesquisas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7.1. FONTES

ALVARES, Frei João. *Chronica dos feitos, vida e morte do Iffante sancto dom Fernando que morreo em Feez*. Lisboa: Antonio Ribeiro, 1577. Disponível em: <<http://purl.pt/15062>>. Acesso em 20/07/2011.

Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira. Coimbra: F. França Amado, 1911. Disponível em:<<http://purl.pt/14411>>. Acesso em 07/07/2011.

DUARTE, D. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática. Transcrição: João José Aves Dias. Introdução: A. H. Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Estampa, 1982.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de Antonio Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 2 volumes, 1983.

Monumenta Henricina. (direção, organização e anotação crítica de Antonio Joaquim Dias Dinis), 16 vols., Coimbra, 1960-1969.

Monumenta Portugaliae Vaticana. Documentos publicados com introdução e notas de Antonio Domingues de Sousa Costa. Roma-Porto, Editorial Franciscana, 1968-1970.

Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI. Edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento, colaboração de Maria Filomena Andrade e Maria Teresa Rebelo da Silva. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

PINA, Ruy de. *Crónica de El- Rei D. Affonso V.* Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 3 Vol., 1901.

_____. *Crónica d'El Rey D. Duarte.* Edição Biblioteca Lusitana. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, 1914, 1v. Disponível em: <<http://purl.pt/417>>. Acesso em: 15/06/2011.

PISANO, Mateus de. *Livro da Guerra de Ceuta.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

SANTISTEBAN, Gómez de. *Libro Del Infante Don Pedro de Portugal.* Prefácio de Francis M. Rogers. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

SOUSA, D. Antonio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Tomo II, V. Coimbra: Livraria Atlântida, 1946-1948.

_____. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Coimbra: Livraria Atlântida, Tomo I, Tomo III, 1947, 1949.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné.* Introdução. Visconde de Santarém. Paris: publicada por J.P. Aillaud na Officina Typographica de Fain e Thunot, 1841. Disponível em: <<http://purl.pt/216>>. Acesso em: 12/06/2011.

_____. *Crônica da Tomada de Ceuta.* Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992.

_____. *Crônica do Conde Dom Duarte de Meneses.* Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

_____. *Crônica do Conde Dom Pedro de Menezes.* Edição facsimilada com notas de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto, 1988.

7.2. OBRAS DE REFERÊNCIA

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, 2v.

Enciclopédia Einaudi. Parentesco. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 20, 1989.

GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009.

LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (org.) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, São Paulo: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 2v., 2002.

LOYN, Henry R. (org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SERRÃO, Joel (Dir). *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editoriais, 4 volumes.

7.3. OBRAS CITADAS

ABREU, Miriam Cabral Nocchi. *O Livro da Virtuosa Benfeitoria: um espelho das boas obras do Rei. A concepção de realeza e sociedade na obra de D. Pedro (1392-1449)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1997.

ACCORSI JR., Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A prosa civilizadora da corte do Rei D. Duarte (1412-1438)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1997.

Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993.

ALBUQUERQUE, Luís de. *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses. Séc. XV e XVI.* Lisboa: Círculo de Leitores, vol.1, 1987.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal.* Porto: Portucalense Editora, 1967, 4v.

AMARAL, Clínio de Oliveira. *A Construção de um Infante Santo em Portugal. (1438-1481).* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2004.

_____. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis. (1438-1481).* Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2008.

ANSWAARDEN, Robert van. Dois arautos e um harpista. As missões diplomáticas de D. João I à Holanda. In: *História*, nº 26/27, dez.1980/jan.1981, p.44-59.

ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média.* Lisboa: Edições Colibri, 2009.

ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes. *A arte em Florença no século XV e a Capela do cardeal de Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

ATTINÀ, Fulvio. Aliança. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.1, p.17-20.

AUTRAND, François. Ambassade. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge.* Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009, p.48-49.

_____. The Peacemakers and the State: Pontifical Diplomacy and the Anglo-French Conflict in the Fourteenth Century. In: CONTAMINE, Philippe (Ed.). *War and Competition between States*. New York: Oxford University Press, 2000, p.249-277.

AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. In: *Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l'Empire*. Paris: Perrin, 2005, p.41-177.

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

BAPTISTA, Júlio César. Portugal e o Cisma do Ocidente. In: *Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*. Lisboa: 1956, Tomo I, p.65-203.

BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, Comércio e Relações Políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História. Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal. Séculos XII-XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo I, 1885.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BÉLY, Lucien. Conclusion. In: CLAUZEL, Denis; GIRY-DELOISON, Charles & LEDUC, Christophe. *Arras et la diplomatie européenne XVe-XVIe siècles*. Arras: Artois Presses Université, 1999, p. 299-300.

BERLIOZ, Jacques & LE GOFF, Jacques (com a colaboração de GUERREAU-JALABERT, Anita). Anthropologie et histoire. In: *L'Histoire Médiévale en France. Bilan et Perspectives*. Paris: Éditions du Seuil, 1991, p.269-304.

BOBBIO, Norberto. Elites. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.1, p.385-391.

_____. Estado, Poder e Governo. In: *Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.46-47.

_____. Esprits d'État. Genèse et structure du champ bureaucratique. In: _____. *Raisons Pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994, p.99-133.

_____. *O Senso Prático*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2009.

BRAGA, Paulo Drumond. Casamentos reais portugueses. Um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (século XII-XIV). In: *IV Jornadas Luso-espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcanices*. Porto, 1998, vol.2, p.1531-1537.

BRAZÃO, Eduardo. *Portugal na Bélgica (de Filipe de Alsácia a Leopoldo I)*. Lisboa: Publicações culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 1969.

BRITO, Pedro de. “Verflechtung” – Um método para a pesquisa, exposição e análise de grupos dominantes. In: *Penélope*. N.º 9/10, 1993, p.231-241. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2687195&orden=0>. Acesso em: 09/09/2010.

CALADO, Adelino de Almeida. A data da tradução do *De Officiis* pelo Infante D. Pedro. In: *Revista da Universidade de Aveiro*. Aveiro, Vol.12, 1995, p.187-208.

CALMETTE, Joseph. *Les grands ducs de Bourgogne*. Paris: Éditions Albin Michel, 1949.

CARDINI, Franco. “O Guerreiro e o cavaleiro”. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *O Homem medieval*. Porto: Editorial Presença, 1989.

CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. Elites. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 283-286.

CLAVERO, Bartolome. Institucion política y derecho: acerca del concepto historiográfico de ‘Estado Moderno’. In: *Revista de Estudios Políticos*, n.19, 1981, p.43-57. Disponível em: <<http://clavero.derechosindigenas.org/wp-content/uploads/2009/04/el-concepto-de-estado-moderno.pdf>>. Acesso em: 29/04/2011.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I. (1357-1433)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2008.

_____. O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.15-57.

_____. O final da Idade Média. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC/Editora da UNESP/Instituto Camões, 2001, p.43-73.

_____. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. In: *Revista Português de História*. Tomo XXXVI (2002-2003), vol.1, p.41-70. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/12680>>. Acesso em 04/08/2010.

COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (COORD). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medieval (século XIII-XV)*. Lisboa: UAL, 1999.

CONTAMINE, Philippe. Guerre, État et Société: une révision à la lumière de la crise politique et militaire dans la France du deuxième quart du XV^e siècle. In: *Guerra y*

diplomacia en la Europa occidental. 1280-1480. XXI Semana de Estudios Medievales de Estella. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005, p.117-139.

CORREIA, Margarida Sérvulo. *As viagens do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da. *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

DIAS, João Alves *et. al.* A conjuntura. In: _____ (org.). *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Provença, 1999, p.689-712.

DINIS, Antonio Joaquim Dias. À volta do casamento de D. Duarte. (1409-1428). In: Separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Universidade de Coimbra, Tomo XV, 1974, p.5-70.

DOMINGUES, Mario. *O Regente D. Pedro, príncipe europeu*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1964.

DUARTE, Luis Miguel. *D. Duarte. (1391-1438)*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2007.

DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. Lisboa: Teorema, 1989.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.61-89.

FARIA, Francisco Leite de. A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens. Separata de *Revista STVDIA*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, nº 13-14, jan-jul, 1964, pp. 377-485.

FARIA, Tiago Viúla de & MIRANDA, Flávio. “Pur Bone Alliance et Amiste Faire”. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. In: *CEM, Cultura*,

Espaço e Memória. Porto: Universidade do Porto, n.º 1, 2010, p.109-127. Disponível em: <http://up-pt.academia.edu/Fl%C3%A1vioMiranda/Papers/512184/_Pur_Bone_Alliance_et_Amiste_Faire_Diplomacia_e_Comercio_entre_Portugal_e_Inglaterra_no_final_da_Idade_Media_>. Acesso em: 18/08/2010.

FARO, Jorge & JOSÉ, Maria. Embaixadas enviadas pelos reis de Portugal de 1415 a 1473. Subsídios documentais. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Lisboa, 1961, vol.III, p.249-270.

FERREIRA, Fernanda Durão. *Gomes de Santo Estevão e o Livro de D. Pedro*. Palmela: Contraponto, 2000.

FONSECA, Luís Adão da. *Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Século XIV-XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1999.

_____. *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.

FROÉS, Vânia Leite. *Era no Tempo do Rei – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média*. Tese de Titular em História Medieval, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

_____. *Espaço e Sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502 – 1536)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. Le Cardinal du Portugal: Célébration de la vie et mémoire de la mort à Florence au Quattrocento. In: *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2005, p.257-266.

GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I: Paris: Librairie Hachette, 1953.

GARCÍA, Maria Isabel Loring. Sistemas de Parentesco y Estructuras Familiares en la Edad Media. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la. (Coord.). *La familia en la edad media: XI Semana de estudios medievales*, Nájera, 2000, p. 13-38. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=595373>>. Acesso em 02/06/2010.

GARCIA CORTAZAR, Jose Angel. El hombre medieval como “Homo Viator”: peregrinos y viajeros. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la. (Coord.). *IV Semana de estudios medievales*, Nájera, 1993, pp. 11-30. Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=554277>>. Acesso em 30/05/09.

GAUVARD, Claude. Féodalité Bâtarde. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3^a ed. 2009, p.523.

GENET, Jean-Philippe. Ambigüites d'un modele, enjeux d'un programme. In: BLOCKMANS, Wim, MACEDO, Jorge Borges de & GENET, Jean-Philippe. *The Heritage of the Pre-Industrial European State*. Lisboa: ANTT, 1996, p.261-278.

_____. Estado. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, v.1, p. 397-409.

_____. L'État Moderne: Un modèle opératoire? In: _____ (ed.). *L'État Moderne: Genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990, p.261-281.

_____. La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Année 1997, Volume 118, Numéro 1, p. 3-18. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 06/10/2010.

_____. Introduction. In: _____ & MENÉ, M. le. (ed.) *Genèse de l'État Moderne. Prélèvement et Redistribution*. Paris: CNRS, 1987, p.7-12.

GEOUGE, Jennifer C. Comércio anglo-português durante o reinado de D. João I, 1385-1433. in: BULLÓN-FERNÁNDEZ, María. *A Inglaterra e a Península Ibérica na Idade Média. Séc.XII-XV. Intercâmbios culturais, literários e políticos*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2008, p.123-135.

GEREMEK, Bronislaw. O marginal. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *O Homem medieval*. Porto: Editorial Presença, 1989, p.233-248.

GIOFFRÈ, Domenico. Genova. In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editora, Vol.II, p.338-340.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2ª Edição, 2008.

_____. *Portugal: a emergência de uma Nação*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

GOMES, Saul Antonio. *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, temas e debates, 2009.

GONÇALVES, Júlio. *O infante D. Pedro, as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Ministério das finanças, 1964.

GOUVÊA, Maria de Fátima S. A História Política no campo da História Cultural. In: *Revista de História Regional*. UEPG, vol. 3, nº. 1, 1998, p. 25-36. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2051>>. Acesso em: 10/08/2010.

GREEN, Vivian Hubert Howard. *The Later Plantagenets. A survey of English History between 1307 and 1485*. London: Edward Arnold Publishers, 1959.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna. La revolución de la soberanía. In: GUERRA, François-Xavier & LEMPERIERE, Annick (org.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII e XIX*. México: Fondo de Cultura Económica/ Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

GUERREAU-JALABERT, Anita, LE JAN, Régine & MORSEL, Joseph. Familles et Parentes. De l'histoire de la famille à l'anthropologie de la parenté. In: SCHMITT, Jean-Claude & OEXLE, Otto G. *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Age en France et en Allemagne*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p.433-446.

HÉRITIER, Françoise. Parentesco. In: *Enciclopédia Einaudi*. Parentesco. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 20, 1989, p. 27-80.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

_____. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: _____, Antonio Manuel (org.). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HESPANHA, António Manuel & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. O Estado Moderno na recente Historiografia Portuguesa: Historiadores do Direito e Historiadores “*tout court*”. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (COORD). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medievo* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999, p.53-76.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos “privados” de D. João I. In: *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IV, Porto, p.9-68. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2071.pdf>>. Acesso em 05/10/2010.

_____. Diplomacia e Diplomatas nos Finais da Idade Média. A propósito de Lourenço Anes Fogaça, Chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor. In: *Actas do Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Universidade do Porto, 1988, p.221-240. Disponível em: <repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/9057>. Acesso em 03/11/2010.

_____. Diplomática e História do Direito, raízes da ‘Nova’ História Política. In: *Cuadernos de Historia del Derecho*. 12, 2005, p. 43-56. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19702>>. Acesso em 21/07/2010.

_____. O medievismo em Liberdade: Portugal, Anos 70/Anos 90. in: *Signum. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais*. N.º3, 2001, p. 173-207.

ISTIVÁN, Rákóczi. A estada do infante D. Pedro em terras húngaras e na corte do imperador Sigismundo. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.79-93.

JACOB, E. F. *The Fifteenth Century (1399-1485)*. Oxford: Clarendon Press, 1961.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir.). *História : novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.180-196.

JUSSEN, Bernhard. Famille et Parenté. Comparaison des recherches française et allemandes. In: SCHMITT, Jean-Claude & OEXLE, Otto G. *Les tendances actuelles de l’histoire du Moyen Age en France et en Allemagne*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p.437-460.

KNOWLES, M. David & OBOLENSKY, Dimitri. A Idade Média. In: ROGIER, L.-J; AUBERT, R. & KNOWLES, M. David. *Nova História da Igreja*, Vol. II, Petrópolis: Vozes, 1974.

KRITSCH, Raquel. *Soberania: a construção de um conceito*. São Paulo: Imprensa Nacional, 2000.

LABARGE, Margareth W. *Viajeros Medievales. Los ricos y los insatisfechos*. Madrid: Nerea, 1992.

LADERO QUESADA, Miguel Angel. História institucional y política de la Península Ibérica en la Edad Media (La investigación en la década de los 90). In: *En la España Medieval*. N.º 23, 2000, p.441-481. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM0000110441A>>. Acesso em: 01/08/2010.

LANDIM, Gaspar Dias de. *O Infante D. Pedro. Chronica Inédita*. Lisboa: Escriptorio, 1892.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: *O maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985, p.221-242.

_____. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2005.

LEWIS, Andrew W. *Le Sang Royal. La famille capétienne et L'État, France, Xe-XIVe siècle*. Paris: Gallimard, 1986.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. *Um ilustre viajante português do século XV: as viagens do Infante D. Pedro de Portugal (1425-1428)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009.

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: 1987.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). *História de Portugal - No alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997.

MANNONI, Stefano. Relaciones Internacionales. In: *El Estado Moderno en Europa. Instituciones y derecho*. Roma: Editorial Trota, 2002, p.197-217.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do Infante Dom Pedro e as origens dos descobrimentos portugueses*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar, 1994.

_____. *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva, 1996.

MARQUES, A. H. de Oliveira. O Portugal do tempo do Infante D. Pedro visto por estrangeiros (A embaixada Borguinã de 1428-1429). In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.59-78

_____. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987.

MARQUES, José. Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História, Porto, nº. 11, 1994, p. 137-171. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2337995>>. Acesso em: 11/09/2010.

MARTINS, Oliveira. *Os Filhos de D. João I*. Porto: Livraria Chardron, 1983 (1891).

MATTÉONI, Olivier. Alliance. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/PUF, 3ª ed. 2009, p.42-43.

MATTEUCCI, Nicola. Soberania. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.2, p.1179-1188.

MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal - A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. Cavaleiros Andantes: cavaleiros portugueses no ocidente europeu. In: *Actas – colóquio presença de Portugal no Mundo*. Lisboa: Academia portuguesa da História, 1982, p.35-52.

MENDONÇA, Manuela. *Relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Colibri, 1994.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. El compromiso de Caspe, autodeterminación de un pueblo (1410-1412). In: *Historia de Espana*. Tomo XV. Dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Calpe, 1964, p.IX-CLXIV.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 4ª edição, 2008.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.

_____. Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média. In: *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 13-25.

_____. Estado, Nobreza e Senhorios. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (COORD). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medieval* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999, p.257-267.

_____. *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos*. Porto: Universidade Portucalense, 1997.

_____. O papel da diplomacia portuguesa no tratado de Tordesilhas. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História, Porto, p.135-150. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2025.pdf>>. Acesso em 17/07/2010.

_____. Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico no século XV. In: *Revista da Faculdade de Letras*. História, Porto, s/d, p.187-203. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2160.pdf>>. Acesso em 09/06/09.

_____. O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas. In: *Actas do Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Universidade do Porto, 1988, p.213-219. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7730>>. Acesso em: 08/10/2010.

MORENO, Humberto Carlos Baquero, DUARTE, Luís Miguel & AMARAL, Luís Carlos. História da administração portuguesa na Idade Média. In: *Ler História*, 21, 1991, p.87-98.

Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Baquero_outros.pdf>. Acesso em: 19/06/2010.

NIETO SORIA, José Manuel. *Cerimônias de la realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993.

_____. *Iglesia y génesis del Estado Moderno en Castilla (1369-1480)*. Madrid: Editorial Complutense, 1993.

OCHOA BRUN, Miguel Angel. *Historia de la Diplomacia Española*. Madrid: Biblioteca Diplomática Española, 1993, v2 e v3.

PAVIOT, Jacques. *Bruges 1300-1500*. Paris: Éditions Autrement, 2002.

_____. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais. Temas, atores e visões*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2004.

PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

PINHO, Sebastião Tavares de. O Infante D. Pedro e a “Escola” de tradutores da Corte de Avis. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.129-153.

PITA, Isabel Beceiro. Las negociaciones entre Castilla y Portugal en 1399. in: *Revista da Faculdade de Letras*, Nº. 13, 1996, p. 149-185. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2159.pdf>>. Acesso em: 26/08/2010.

PISTONE, Sergio. Relações Internacionais. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.2, p. 1089-1098.

QUEIRÓS, Silvio Galvão de. “*Pera Espelho de Todollos Uiuos*”. *A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

RAU, Virgínia. *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986.

REINHARD, Wolfgang. Introducción: Las Élités del Poder, Los funcionarios del Estado, Las Clases Gobernantes y el crecimiento del poder del Estado. In: REINHARD, Wolfgang (org.) *Las élites del poder y la construcción del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p.15-35.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Ed. da FGV, 1996.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. D. Leonor, Infanta de Aragão, Rainha de Portugal: Linhagem, Gênero e Poder na Península Ibérica do Século XV. In: *Raízes Medievais do Brasil moderno – Actas*. Lisboa: Academia portuguesa de História, 2008, p.209-232.

ROGERS, Francis M. *The Travel of the Infante Dom Pedro of Portugal*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1961.

RUANO, Eloy Benito. *Los Infantes de Aragón*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2ª edición refundida, 2002.

RUCQUOI, Adeline. Genèse médiévale de l’Espagne moderne: du pouvoir et de la nation (1250-1516). In GENET, Jean-Philippe (ed.). *L’État moderne: genèse. Bilans et perspectives*. Paris: CNRS, 1990, p.17-32.

_____. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

_____ (Coord.). *Realidad e Imagenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Âmbito, 1988.

RUIZ, Teófilo. Fiestas, Torneos, Y Símbolos de Realeza en la Castilla del Siglo XV. Las Fiestas de Valladolid de 1428. In: RUCQUOI, Adeline. (Coord.). *Realidad e Imagenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Âmbito, 1988, p.249-265.

RUSSELL, Peter E. *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

SÁ, Artur Moreira de. Alguns documentos referentes ao Infante D. Pedro. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Universidade de Lisboa, Tomo XXII, 2ª série, nº1, 1956, p.5-69.

_____. *A “Carta de Bruges” do Infante D. Pedro*. Separata de *Biblos*, Vol. XXVIII, Coimbra, [s.n.], 1952.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria. In: *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*. Lisboa: 1959, Tomo LXVIII, p.17-37.

_____. O Infante Santo D. Fernando na Flandres e na Alemanha? In: *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*. Vol. LXXXVII, 1968, p.101-122.

SANTOS, João Marinhos dos. A Expansão e a Independência Nacional – A acção do Infante D. Pedro. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro. Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.219-225.

SCHIERA, Pierangelo. Estado Moderno. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª edição, 2009, v.1, p. 425-431.

SCHNERB, Bertrand. *L'État bourguignon.(1363-1477)*. Paris: Editions Perrin, 2005.

SEIXAS, Miguel B. A. Metelo de. *As armas do Infante D. Pedro e de seus filhos*. Desenhos de José Colaço. Lisboa: Universidade Lusíada, 1994.

SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. A Carta de Bruges e a tradição do conselho aos Reis. In: *Sínteses – Revista os Cursos de Pós-Graduação*, Unicamp, Vol. 11, 2006, p. 491-500. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/sinteses/article/viewFile/179/152>. Acesso em 02/06/09.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. Lisboa: Verbo, 2ª edição, 1978.

_____. Infante D. João (1400-1442). In: SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*.

_____. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975.

SILVA, Manuela Santos. O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel) – paradigma documental da negociação de uma aliança. In: FARIA, Ana Leal de & BRAGA, Isabel Drumond. *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em homenagem à Maria do Rosário Themudo Barata*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p.77-91.

SILVA, Marcelo Cândido da. O poder na Idade Média entre a História Política e a Antropologia Histórica. In: *Signum. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais*, n. 5, 2003. p. 233-252.

SIMÕES, Manuel. Verbete: Dom Pedro. In: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (org.) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

SIMÕES, Veiga. O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua obra. In: *História da Expansão Portuguesa no mundo*. Lisboa, Vol.I, 1937.

SOARES, Nair de Nazaré Castro. O Infante D. Pedro e a cultura portuguesa. In: *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, volume LXXVIII, 2002, p.107-128.

SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1990, 2v.

_____. Condicionamentos Básicos e Realizações. In: MATTOSO, José (Coord.). *História de Portugal – A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1994, p.311-389, 483-547.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. Idade Média (séculos XI-XV). In: RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 4ªed., 2009.

STRAYER, Joseph. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Lisboa: Gradiva, s/d.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Los Trastamaras de Castilla y Aragón en el siglo XV*. Tomo XV de la Historia de España dirigida por Menéndez Pidal. Madrid: Espasa-Calpe, 1964.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

VALDIVIESO, Maria Isabel del Val. La política exterior de la monarquía castellano-aragonesa en la época de los Reyes Católicos. In: *Investigaciones Históricas: Época moderna y contemporánea*, n.º 16, 1996, p.11-28. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=66416>>. Acesso em: 23/05/2010.

VALE, A. M. Martins do. O conde de Ourém e a política de D. Duarte junto da Santa Sé. In: ANDRÉ, Carlos Asceno (coord.). *Actas do Congresso Histórico “D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua época”*. Câmara Municipal de Ourém, 2004, p.173-188.

VAQUERO, Eloísa Ramírez. Estrategias diplomáticas del rey de Navarra en el tránsito al siglo XV. In: *Guerra y diplomacia en la Europa occidental. 1280-1480. XXI Semana de Estudios Medievales de Estella*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005, p.373-421.

VENTURA, Margarida Garcez. *Igreja e Poder no século XV. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas. (1383-1450)*. Lisboa: Colibri, 1997.

VERDON, Jean. *Voyager au Moyen Âge*. Paris: Éditions Perrin, 2007.

VILLAROEEL GONZÁLEZ, Oscar. Castilla y el Concilio de Siena: la embajada regia y su actuación. In: *En la España Medieval*, vol.30, 2007, p. 131-172. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2749911>>. Acesso em: 02/10/2010.

_____. *Las relaciones Monarquía-Iglesia em Época de Juan II de Castilla (1406-1454)*. Tesis doctoral, Madrid: Universidade Complutense de Madrid, 2007.

Disponível em:

<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=8296>>. Acesso em: 14/07/2010.

_____. *El rey y el Papa. Política y diplomacia en los albores del Renacimiento (el siglo XV en Castilla)*. Madrid: Sílex, 2009.

VIZCAÍNO, Rafael Narbona. El método prosopográfico y el estudio de las élites de poder bajomedievales. In: *El Estado en la Baja Edad Media: nuevas perspectivas metodológicas*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1999, p.31-49.

7.4. OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Ana Carolina Lima & AMARAL, Clínio de Oliveira Amaral. O Ocidente Medieval segundo a historiografia brasileira. In: *Revista Medievalista on-line*, Portugal, ano 4, número 4, 2008. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-almeida-amaral.htm>>. Acesso em 15/03/2009.

ALMEIDA, Néri de Barros. La formation des médiévistes dans le Brésil contemporain: bilans et perspectives (1985-2007). In: *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre* [En ligne], 12, 2008. Disponível em: <<http://cem.revues.org/index6652.html>>. Acesso em 29/04/2010.

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Angel. *La situación europea en época del concilio de Basilea. Informe de la delegación del reino de Castilla*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”/ Archivo Histórico Diocesano, 1992.

ASFORA, Wanessa Colares; AUBERT, Eduardo Henrik; CASTANHO, Gabriel de Carvalho Godoy. Faire l’histoire du Moyen Age au Brésil: fondements, structures, développements. In : *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*, n°. 12, 2008. p. 1-13. Disponível em: <<http://cem.revues.org/index6602.html>>. Acesso em 09/06/2010.

AUTRAND, Françoise (ed.). *Prosopographie et Genèse de l’État Moderne*. Paris, CNRS, 1986.

BASTOS, Mario Jorge da Motta & RUST, Leandro Duarte. *Translatio Studii*. A História Medieval no Brasil. *Signum*, n.º10, 2009, p.163-188.

BERRIEL, Marcelo Santiago. *Cristão e súdito: representação social franciscana e poder régio em Portugal (1383-1450)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Condição de Classe e Posição de Classe. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 2005, p. 03-27.

_____. De la Maison du roi à la raison d’État. Un modèle de la genèse du champ bureaucratique. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 118, jun.1997, p.55-68. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1997_num_118_1_3222>. Acesso em: 10/06/2010.

CARVALHO, João Cerineu Leite de. *O Estado português avisino e a regulação da violência em princípios do século XV*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

DÍAZ MARTÍN, Luis Vicente. Los inicios de la política internacional de Castilla (1360-1410). In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). *Realidad e Imágenes del poder. España a fines de la Edad Media*. Valladolid: Âmbito, 1988, p.57-83.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro, Graal, 1995.

DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Vol.2. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FERNANDES, Fátima Regina. A Política Fernandina na Baixa Idade Média Portuguesa. In: *Revista de História da UPIS*, vol.1, 2005, pp.43-60. Disponível em: <<http://www.upis.br/revistavirtual/revistahistoria01.pdf>>. Acesso em: 12/10/2010.

FRAGOSO, José Manuel. *História diplomática de Portugal*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1997.

FREITAS, Judite A.Gonçalves de. A idade dos homens do poder: novos e velhos na burocracia de D. Afonso V (1439-1460). In: *Antropológicas*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 6, 2002, p.173-192. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1742>>. Acesso em 03/09/2010.

_____. Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévalisme portugais (c. 1970-c.2000). in: *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, 8, 2004. Disponível em: <<http://cem.revues.org/index927.html>>. Acesso em: 10/11/2010.

FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D.Pedro de Portugal*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

GOMES, Francisco José Silva. A Igreja e o poder: representações e discursos. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (org.). *A vida na Idade Média*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

GUERREAU-JALABERT, Anita. Sur les structures de parenté dans l'Europe médiévale. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 36 & Année, n. 6, 1981. p. 1028-1049. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1981_num_36_6_282803>. Acesso em 27/11/2010.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O desembarco régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve História Diplomática de Portugal*. Publicações Europa-América, 3ª Ed., 1990.

MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. Editorial Verbo, 2ª edição, 1992.

MARQUES, A. H. de Oliveira. Estado, fronteira e relações exteriores. In: *A Gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Ciclo de conferências, Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 189-197.

_____. *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: 1959.

MATTOSO, José. Les Origines de l'État Portugais (XIIe-XIVe siècle). In: *Genèse de l'État Moderne en Méditerranée: Approches historique et anthropologique des pratiques et des représentations*. Collection de l'École Française de Rome, 1993, p.321-328.

MELLO, Ieda Avênia de. *Rituais e Cerimônias régias da Dinastia de Avis: pacto e conflito na entronização de D. João II*. (Portugal 1438-1495). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

MILZA, Pierre. "Política interna e política externa." In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ / Ed. Da FGV, 1996, p.365-399.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, in: Arquivos do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1969.

_____. Os Infantes D. Pedro e D. Henrique na política portuguesa. In: FRÓES, Vânia Leite (org). *Viagens e viajantes – Almocreves, Bandeirantes, Tropeiros e Navegantes*. Niterói: Scriptorium, Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos/UFF, IHGB, UNIOESTE, ANPUH, 1998, p. 247-257.

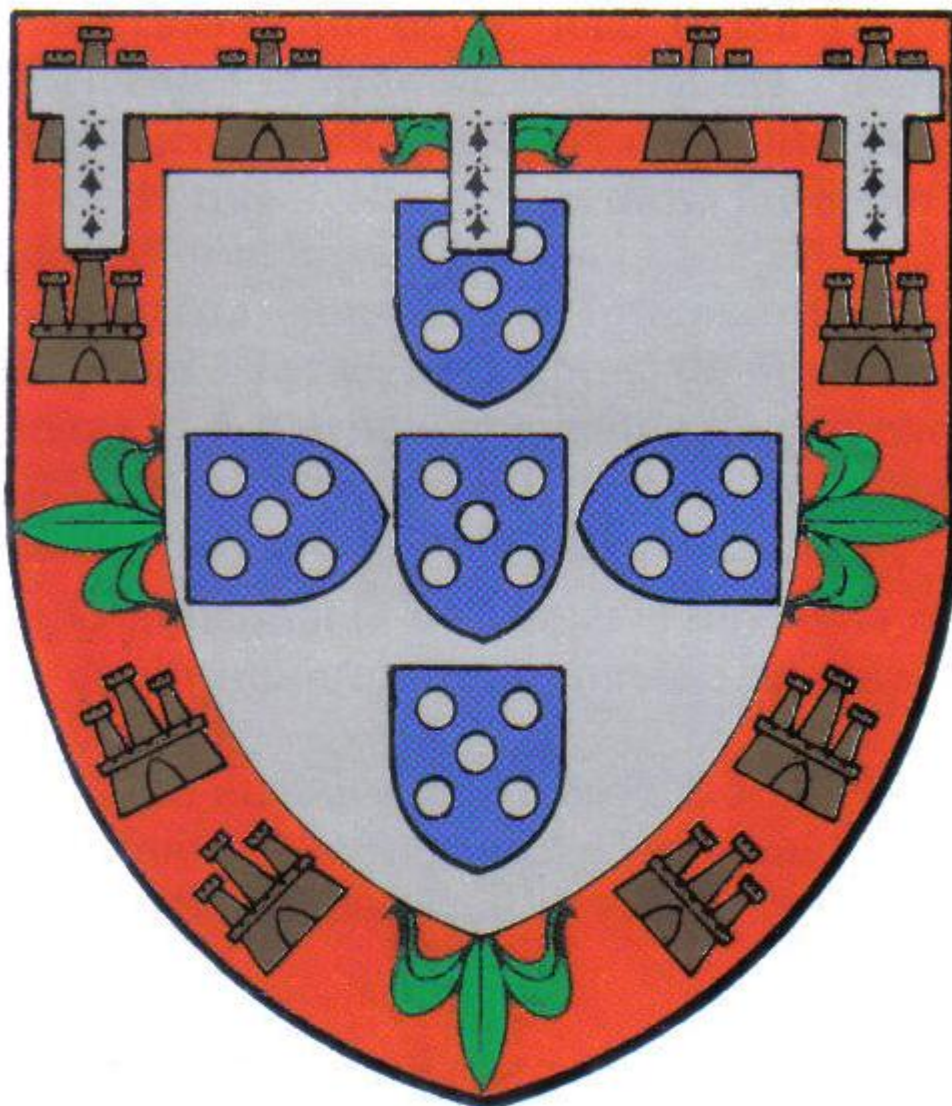
SESA, Rafael Sánchez. El Cisma de Occidente en la Península Ibérica: religión y propaganda en la guerra castellano-portuguesa. In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 4, 2006, pp. 307-320. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4923.pdf>>. Acesso em 29/07/2009.

SILVA, Marcelo Cândido da. *A Realeza cristã na Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio. (séculos V-VIII)*. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUSA, Armindo de. *A morte de D. João I. Um tema de propaganda dinástica*. Porto: Fio da Palavra, 2005.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. La cuestión de las Canarias ante el concílio de Basilea. In: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Lisboa, 1961, vol.IV, p.505-511.

8. ANEXOS



· dom Pedro ·
Infante e Regente

Figura 9. Brasão do Infante D. Pedro.⁸³⁰

⁸³⁰ Reproduzido de SEIXAS, Miguel B. A. Metelo de. *As armas do Infante D. Pedro e de seus filhos*. *Idem*, p.47.

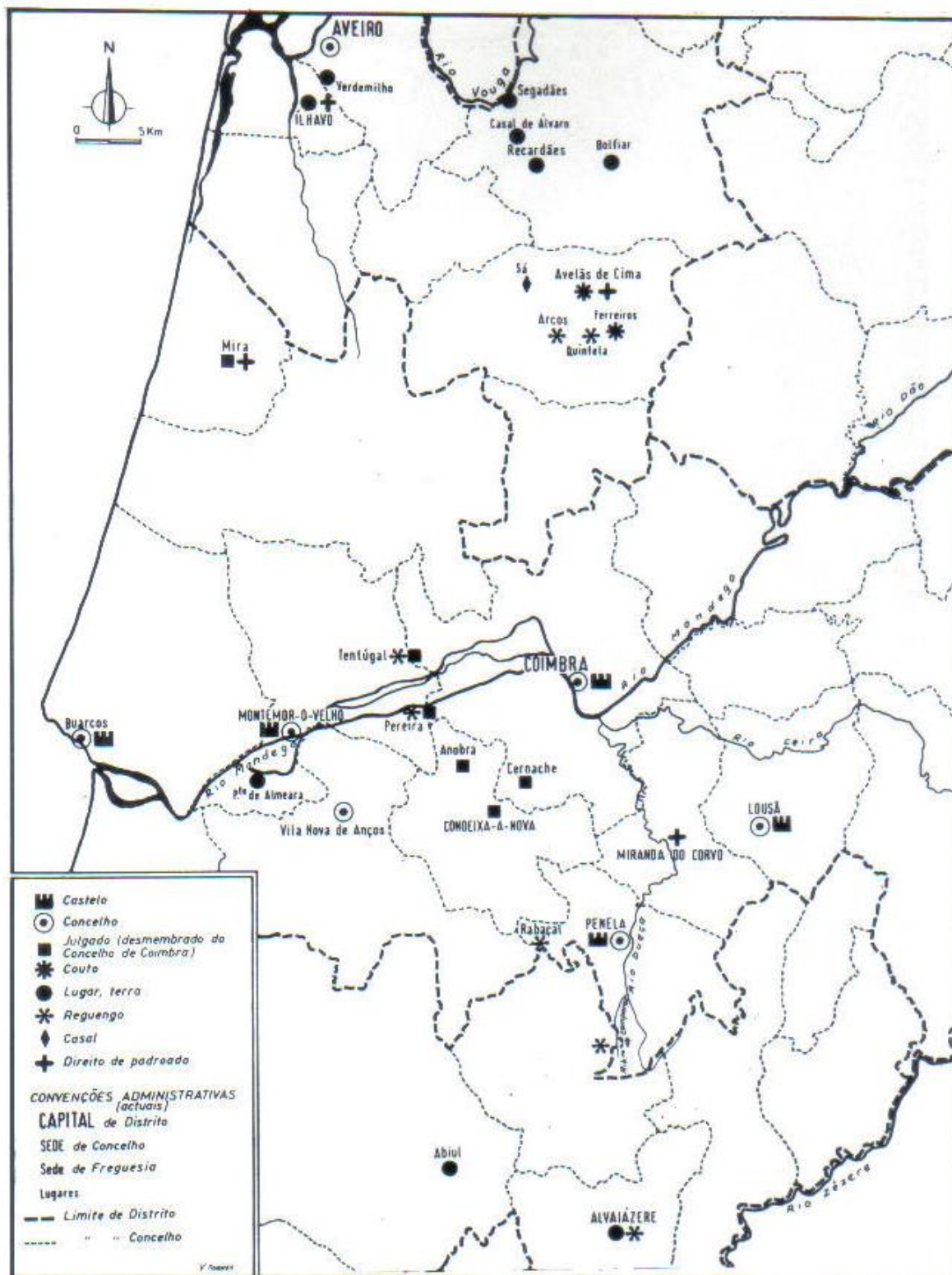


Figura 10. Localização e extensão das terras do ducado de Coimbra.⁸³¹

⁸³¹ Reproduzido de MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição do infante D. Pedro. Idem*, p.83.

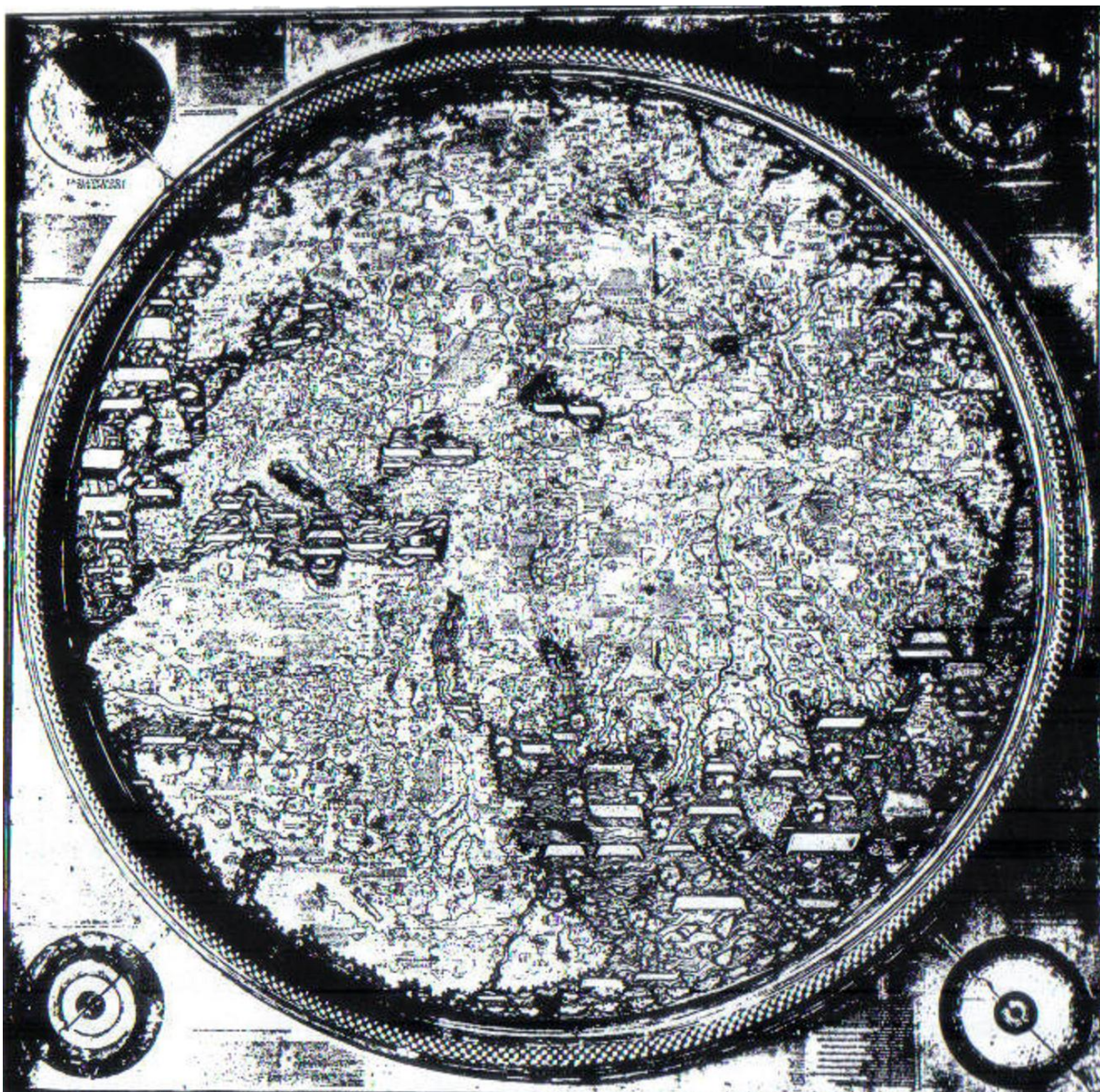


Figura 11. O célebre mapa circular de Fra Mauro, cujo padrão geográfico é relativo aos anos 40 do século XV, foi pago pela Coroa portuguesa e, em 1459, foi enviada uma cópia para Portugal. O mapa mostra a África já bastante explorada ao sul, espaço em que navegavam as embarcações lusitanas.⁸³²

⁸³² Reproduzido de MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A maldição da memória do infante D. Pedro. Idem*, p.150.

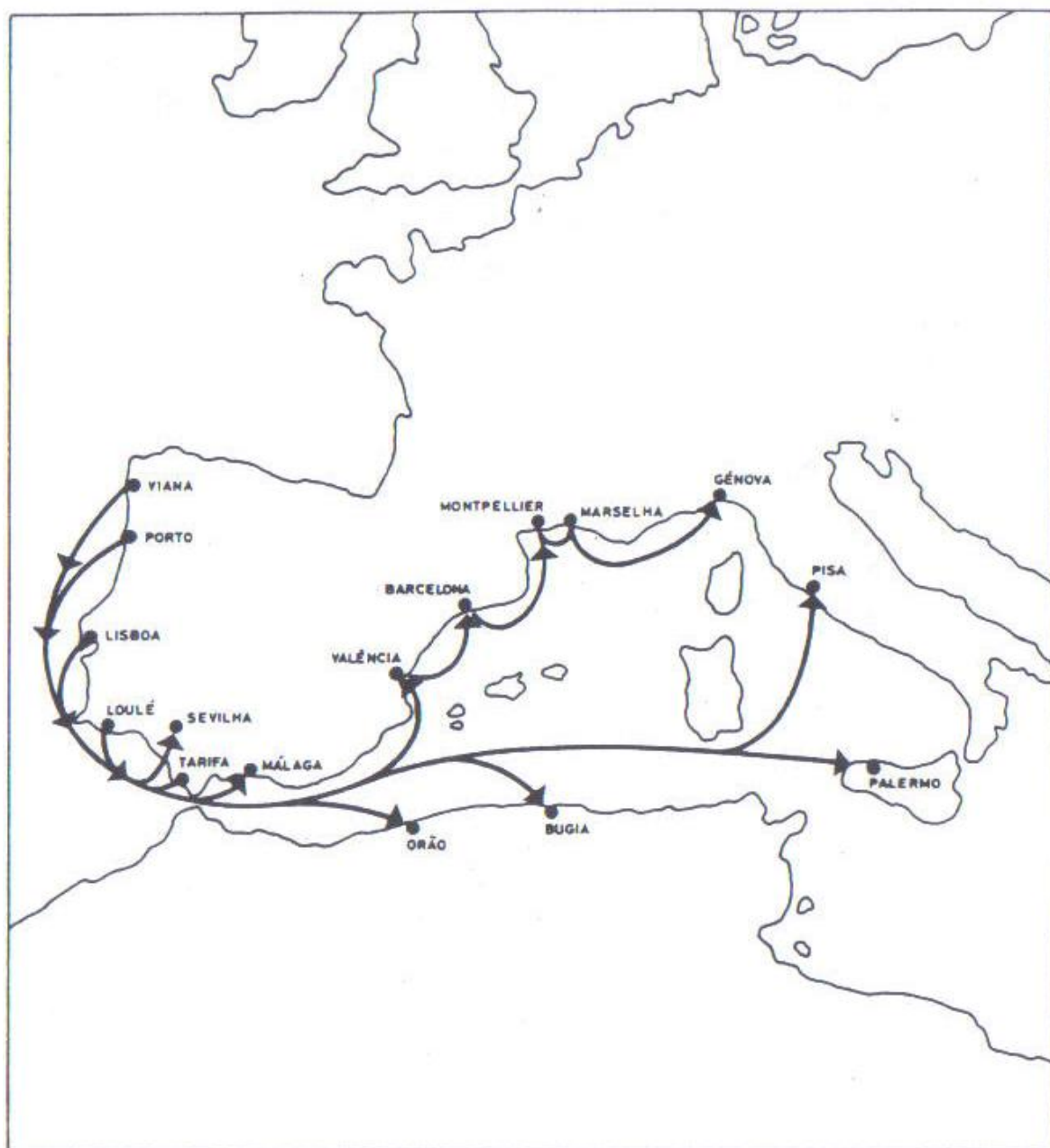


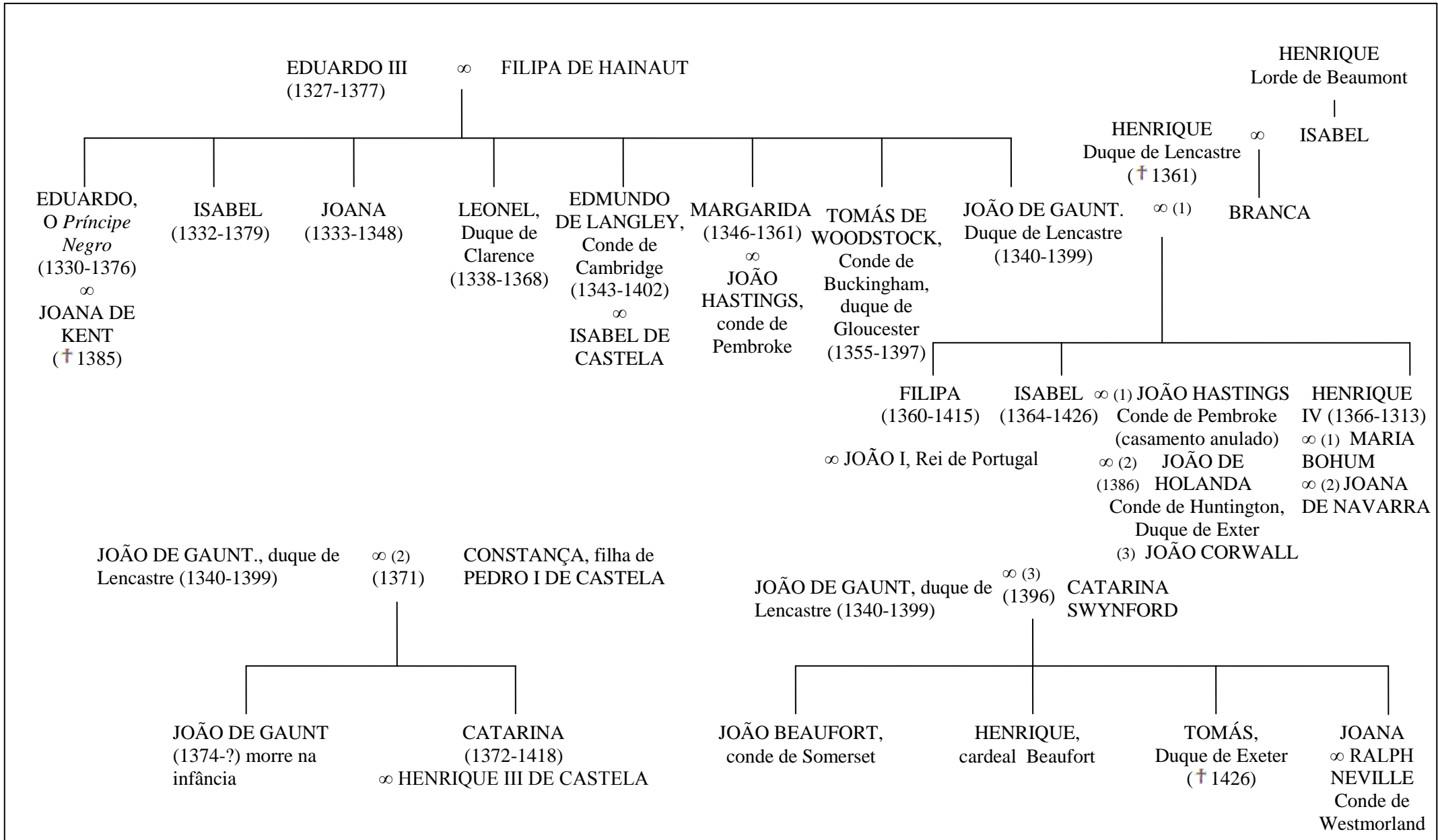
Figura 12. Rotas portuguesas no mediterrâneo, século XV.⁸³³

⁸³³ Reproduzido de BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, Comércio e Relações políticas. Idem*, p.480.

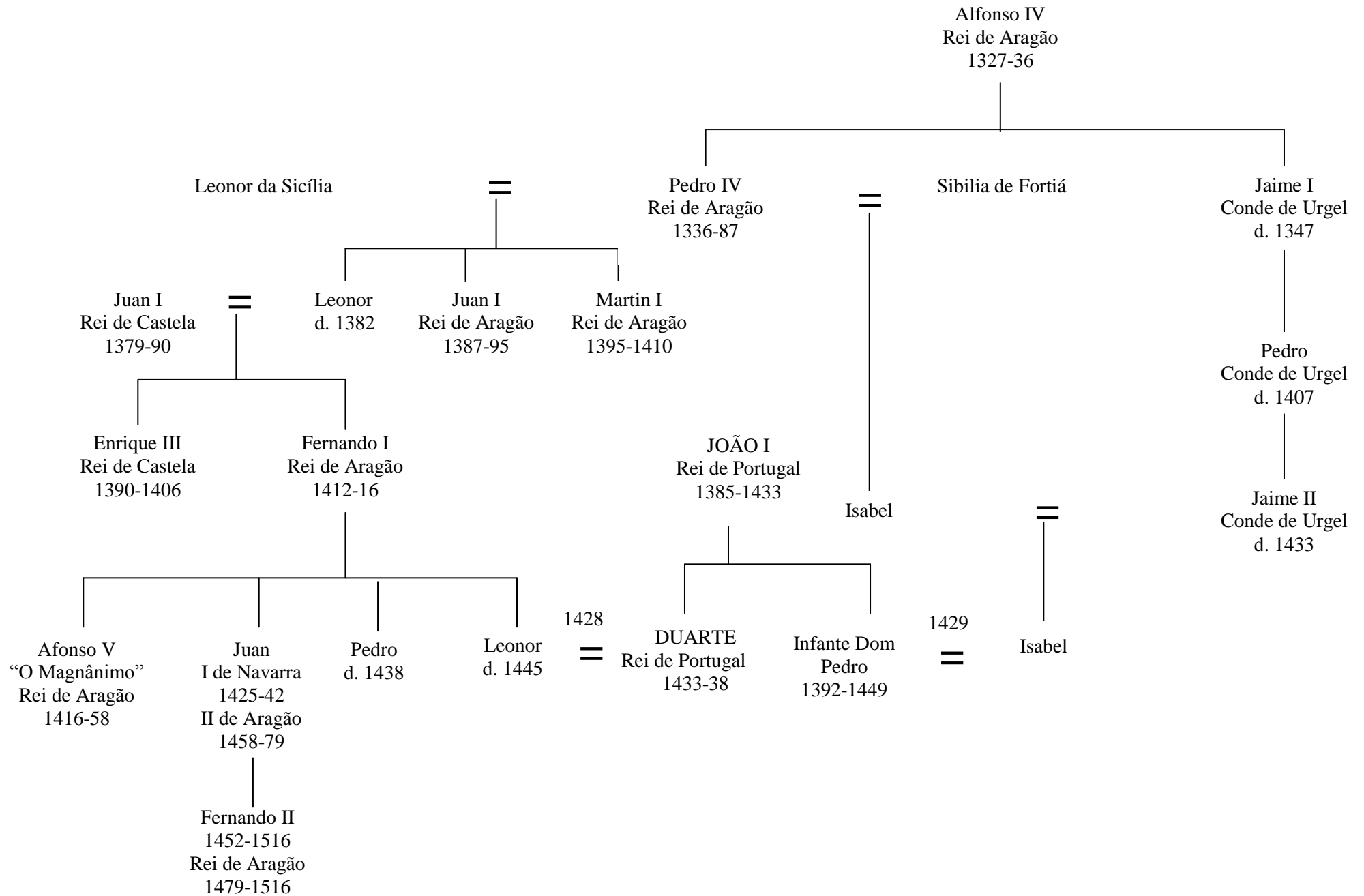


Figura 13. Capa da edição de Sevilha (1515) do *Libro del Infante Dom Pedro de Portugal*.⁸³⁴

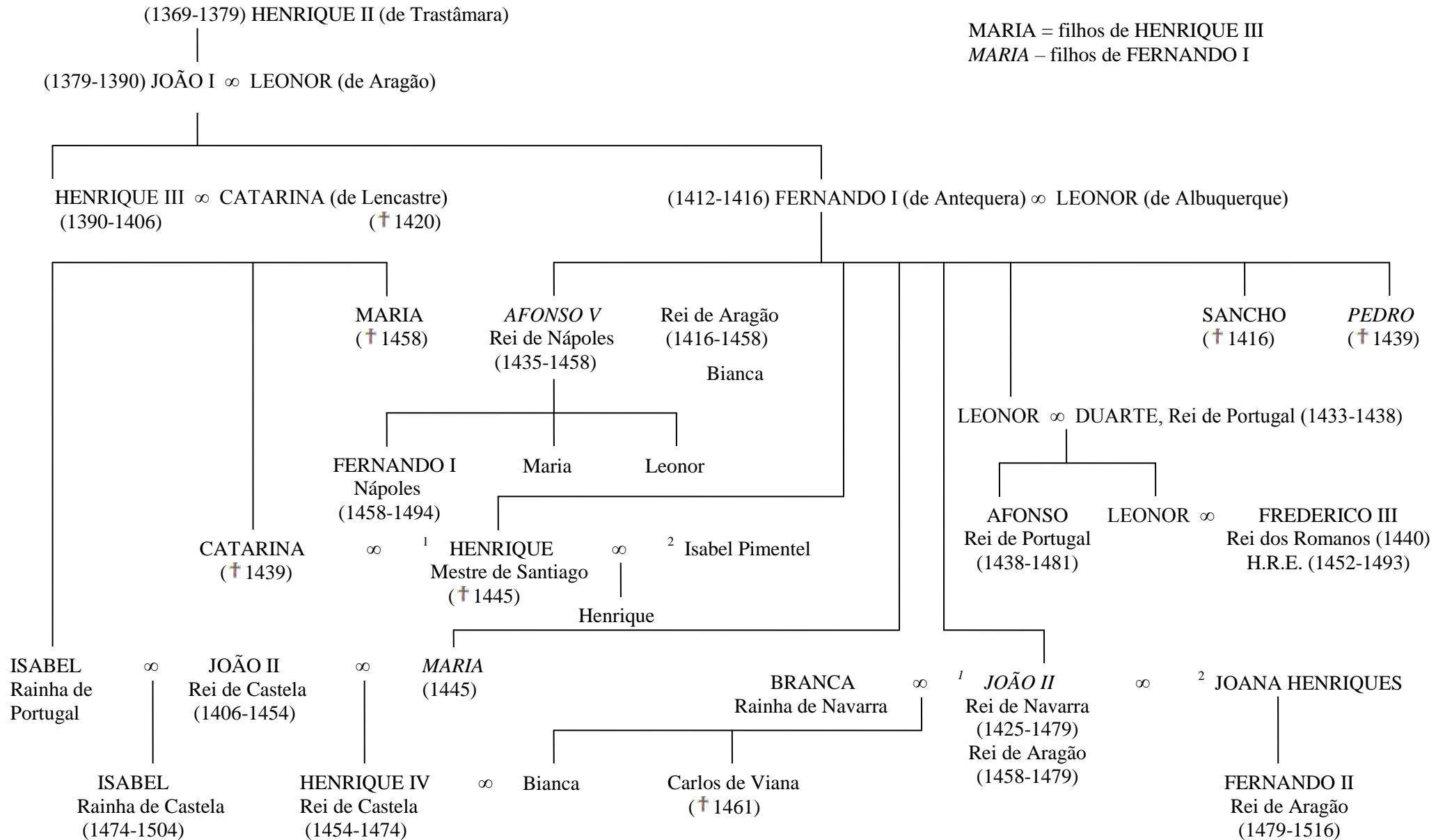
⁸³⁴ Reproduzido de LASMARÍAS, Elena Sánchez. Edición del *Libro del Infante don Pedro de Portugal*, de Gómez de Santisteban. In: *Memorabilia*, nº 11, 2008, p.3.



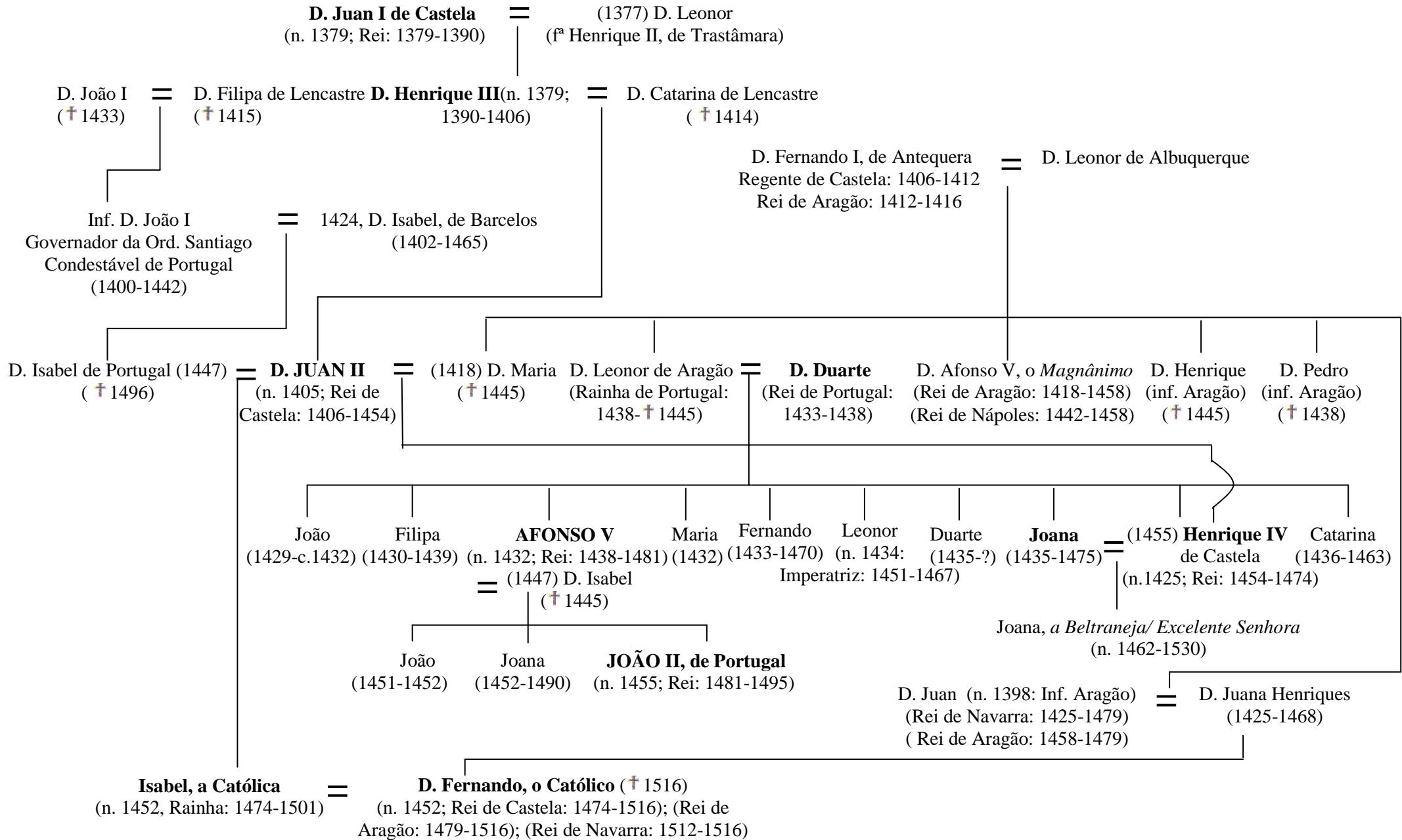
Quadro 2. LINHAGEM DE D. FILIPA. Fonte: Adaptado de COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I. (1357-1433). Idem, p.150.*



Quadro 3. AS CASAS DE ARAGÃO E DE URGEL. Fonte: Adaptado de ROGERS, Francis. M. *The Travel of the Infant D. Pedro of Portugal.* *Idem*, p. 36.



Quadro 4. OS INFANTES DE ARAGÃO. Fonte: Adaptado de DUARTE, Luis Miguel. *D. Duarte. (1391-1438). Idem*, p.138.



Quadro 5. CASAS REINANTES DE CASTELA E ARAGÃO E SUAS LIGAÇÕES COM PORTUGAL. Fonte: Adaptado de GOMES, Saul Antonio. *D. Afonso V. Idem*, p.411.

Tabela 4. DOAÇÕES E PRIVILÉGIOS RECEBIDOS POR D. PEDRO (1408-1425)		
DATA	DOAÇÃO/PRIVILÉGIO	REFERÊNCIA
1408	D. Pedro recebe do rei D. João a doação da vila de Penela com suas rendas.	ANTT, <i>Livro 4 de Místicos</i> , fols.30-30v. <i>Apud</i> : MORENO, Humberto C. Baquero. <i>O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos</i> . Porto, Universidade Portucalense, 1997, p.27.
1411	Informações de que o rei outorgou-lhe os reguengos de Campores do Rabaçal; o lugar de Alvaiázere com o seu reguengo; o lugar de Pereira também com o seu reguengo; as Anobras; Vila Nova de Anços; a Vila de Buarcos; as terras e celeiros de Recardães e Segadães; a Ponte de Almeara; os lugares de Abiul e de Condeixa com seus termos e limites.	ANTT, <i>Livro 2 de Místicos</i> , fols.24v-26. <i>Apud</i> : MORENO, Humberto C. Baquero. <i>Idem</i> , p.27.
1413	O rei doa ao Infante os paços, o lugar e o reguengo de Tentúgal; o castelo, o lugar e a terra de Lousã e ainda o lugar de Cernache.	<i>Ibidem</i> .
1415	Nomeação do Infante como Duque de Coimbra após regressar de Ceuta.	ZURARA Gomes Eanes de. <i>Crônica da Tomada de Ceuta</i> . Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992, Capítulo CI, p.285-287.
1416	O rei concede a D. Pedro a alcaidaria do Castelo de Coimbra, com as suas rendas, foros e direitos.	<i>Monumenta Henricina</i> , Vol. II, doc.117, p.241-242.
1416	D. Pedro obtêm a vila e o castelo de Montemor-o-Velho por troca efetuada com seu pai da Vila de Alvaiázere.	ANTT, <i>Chancelaria de D. João I</i> , livro 3, fols.188-188v. <i>Apud</i> : MORENO, Humberto C. Baquero. <i>Idem</i> , p.29.
1417	D. Pedro obtêm a jurisdição dos lugares de Tentúgal, Pereira, Anobra, Cernache e Condeixa, no termo de Coimbra, que deixavam de pertencer à esfera de ação da referida cidade. As cláusulas de posse eram as mesmas que se aplicavam às terras e lugares de Penela, Lousã e Campores.	<i>Idem</i> , fols.193v-194. <i>Apud</i> : MORENO, Humberto C. Baquero. <i>Idem</i> .
1419	D. Pedro obtêm a concessão da Água de Alviela e de suas praias desde a igreja de S. Vicente de Casável até à desembocadura desse afluente no rio Tejo.	<i>Idem</i> , livro 4, fol.5. <i>Apud</i> : MORENO, Humberto C. Baquero. <i>Idem</i> .
1421	D. João concede poder para que o Infante pudesse apropriar-se das herdades que estivessem incultas e se encontrassem encravadas nos reguengos do campo do Mondego e da Vila Nova dos Anços.	ANTT, <i>Livro 2 de Místicos</i> , fols.166v-167. <i>Apud</i> : MORENO, Humberto C. Baquero. <i>Idem</i> .
	Doação dos casais de Álvaro e Bolfiar.	COELHO, Maria Helena da Cruz. O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. In: <i>Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário da morte do Infante D. Pedro</i> . Biblos. Revista da Faculdade de Letras. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993, p.20, nota 13.
1423	D. Pedro consegue um privilégio a favor de 100	ANTT, <i>Livro 2 de Místicos</i> , fols.72-

	lavradores de Vila Nova de Anços, que ficavam desobrigados do pagamento de pedidos, fintas, talhas e empréstimos e ainda de quaisquer outros encargos.	72v. <i>Apud</i> : MORENO, Humberto C. Baquero. <i>Idem</i> , p.31.
1424	D. Pedro recebe a doação dos padroados da igreja de São Salvador de Miranda e da igreja de Mira ambas a par de Coimbra.	<i>Idem</i> , <i>Chancelaria de D. João I</i> , livro 4, fol.80. <i>Apud</i> : MORENO, Humberto C. Baquero. <i>Idem</i> .
1425	Alvará de D. Duarte determinando que nenhum fidalgo permanecesse nas terras do Infante durante a ausência do mesmo.	<i>Monumenta Henricina</i> , Vol. III, doc.55, p.102.

Tabela 5. CRONOLOGIA DA VIAGEM DO INFANTE D. PEDRO (1425-1428)	
DATA	LOCAL/ATIVIDADE
Agosto/1425	Partida de Portugal.
6/9/1425	D. Pedro desembarca na Inglaterra.
Outubro/1425	D. Pedro intervém no apaziguamento de um conflito da sociedade inglesa, entre Humphrey de Gloucester, à frente da cidade de Londres e o bispo de Winchester, pela questão da custódia do rei Henry VI (1422-1437). Tem-se ainda que o Infante ficou hospedado em Windsor, além receber do rei inglês, duas jarras de ouro guarnecidas de pérolas e pedras preciosas.
Setembro-Dezembro/1425	Possível visita do Infante a Universidade de Oxford.
21/12/1425	D. Pedro chega a Ostende vindo de Dover.
22/12/1425	Pernoite em Oudenbourg, aonde o Senado de Bruges mandara um enviado ao seu encontro.
23/12/1425	Em Bruges recebe honras do Senado.
Dezembro/1425 – Fevereiro/1426	D. Pedro permanece nas regiões da Borgonha.
Fevereiro/1426	D. Pedro em Colônia.
09/03/1426	D. Pedro passa por Nuremberg e recebe do Senado o salvo-conduto para entrar e atravessar as terras do Império.
20/03/1426	Por volta desse dia, D. Pedro chega a Regensburg.
28/03/1426	Chegada de D. Pedro a Viena, passando pela abadia dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho, e alojando-se na hospedaria da corte.
Agosto/1426	O Infante esteve com seus homens compondo as tropas do Duque de Áustria durante o cerco ao castelo de Lundenburg. Na sequencia desses combates, passou alguns meses acompanhando as movimentações de Sigismundo na região do Danúbio, e no sul da Hungria.
Janeiro/1427	D. Pedro recebe permissão do imperador para avançar contra os turcos até a região do mar Negro.
04/08/1427	D. Pedro recebe uma correspondência enviada por D. Afonso V, rei de Aragão, comunicando-lhe haver firmado o matrimônio entre a infanta D. Leonor e o infante D. Duarte.
Dezembro/1427	D. Pedro auxilia Pippo dei Scolari, general florentino do império e Conde de Temesvar, enfrentando os turcos nas proximidades do castelo de Galambocz (ou Galambóc).
Março/1428	D. Pedro passa por Treviso.
09/04/1428	Recolheu-se na Igreja dos Frades Pregadores, fechando-se na Capela-mor. Voltou a caminhar pela cidade, sem que se saiba os locais visitados.
10-12/04/1428	Visitou a Igreja de Santa Lucia, onde recebeu uma jóia no valor de 400 ducados de ouro.
12/04/1428	Provável partida da cidade de Veneza.

13/04/1428	D. Pedro visita, em Pádua, o Convento dos Franciscanos e aí recebe uma relíquia de Santo Antonio.
16/05/1428	D. Pedro encontra-se com o papa Martinho V, e recebe a bula <i>Venit ad praesentiam nostram</i> .
10/06/1428	D. Pedro dormiu em Lastra-a-Signa, em Florença. Na cidade, D. Pedro recebeu uma honrosa recepção e participou de várias festas.
16/06/1428	D. Pedro vai à Pisa restabelecer suas finanças e organizar a partida para Aragão.
06-11/07/1428	D. Pedro é aguardado com o seu séquito em Aragão. Para tal, por ordem de D. Afonso V, expedem-se salvo-condutos, isenções de tributos, e ordena-se que as autoridades da Catalunha organizem uma honrosa recepção ao Infante.
12/07/1428	D. Pedro, já na Catalunha, envia carta ao abade Gomes informando que chegou bem e em breve partiria para Portugal.
24/07/1428	D. Pedro é recepcionado com festas na cidade de Valencia.
25/07-01/08/1428	O Infante participa de festas no mercado e na Sala do Conselho da cidade.
02/08/1428	Em Valencia, o Infante passa uma procuração para o nobre Aires Gomes do Nascimento, seu conselheiro, e ao Dr. Estevão Afonso, seu chanceler, para tratarem do seu contrato matrimonial com qualquer senhora ilustre.
07/08/1428	D. Isabel de Urgel passa uma procuração para seu tio e tutor Berenguer Barutell, para que ele a representasse no contrato matrimonial a ser firmado com o duque de Coimbra.
23/08/1428	Visita ao rei de Castela, D. Juan II, em Aranda. É recepcionado por uma comitiva de nobres, dentre os quais D. Álvaro de Luna.
23-28 e 29-30/08/1428	Permanência de D. Pedro em Aranda junto ao rei de Castela.
28-29/08/1428	Encontro entre o Infante e D. Juan, rei de Navarra, em Peñafiel.
01/09/1428	Em Valladolid, D. Pedro passa uma nova procuração para que seus representantes tratassem de seu casamento com D. Isabel de Urgel.
05/09/1428	Nova procuração escrita no convento franciscano de Zamora, sobre o mesmo assunto.
c. 17/09/1428	Por volta deste dia, D. Pedro chega às terras do ducado de Coimbra, a tempo de assistir ao casamento do irmão D. Duarte.